

Edviges Marta Ioris

UMA FLORESTA DE DISPUTAS

Conflitos sobre espaços,
recursos e identidades
sociais na Amazônia



Uma floresta de disputas:

conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora

Roselane Neckel

Vice-Reitora

Lúcia Helena Martins Pacheco

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Fábio Lopes da Silva

Conselho Editorial

Fábio Lopes da Silva (Presidente)

Ana Lize Brancher

Carlos Eduardo Schmidt Capela

Clélia Maria Lima de Mello e Campigotto

Fernando Jacques Althoff

Ida Mara Freire

João Luiz Dornelles Bastos

Luis Alberto Gómez

Marilda Aparecida de Oliveira Effting

COMITÊ EDITORIAL DA COLEÇÃO BRASIL PLURAL

Sônia Weidner Maluf (Coordenadora da Coleção)

Alicia Norma González de Castells

Márcia Grisotti

Márcio Teixeira-Pinto

COMITÊ GESTOR DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA BRASIL PLURAL

Esther Jean Langdon (UFSC – Coordenadora)

Sônia Weidner Maluf (UFSC – Coordenadora Executiva)

Deise Lucy Montardo (UFAM – Coordenadora no Amazonas)

Eliana Diehl (UFSC)

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM)

Sidney Antonio da Silva (UFAM)

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88010-970 – Florianópolis-SC

Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686

editora@editora.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Uma floresta de disputas:

conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia

Edviges Marta Ioris

© 2014 Edviges Marta Ioris

Direção editorial:

Paulo Roberto da Silva

Capa:

Paulo Roberto da Silva

Editoração:

Taís Andrade Massaro

Revisão:

Heloisa Hübbe de Miranda

Ficha Catalográfica

(Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

I64f Ioris, Edviges Marta

Uma floresta de disputas : conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia / Edviges Marta Ioris. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

308 p. : il., mapas.

Inclui bibliografia.

1. Ecologia florestal – Amazônia. 2. Amazônia – Aspectos sociais.
3. Floresta Nacional do Tapajós/PA. I. Título.

CDU: 577.4

ISBN 978-85-328-0681-9



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

Às comunidades que habitam a região do baixo Tapajós,
por nos ensinar tanto em suas longas e intensas
histórias de luta e resistência.

AGRADECIMENTOS

É imensa a satisfação em finalizar e publicar este estudo. Entretanto, é necessário ressaltar que ele só foi possível graças à colaboração generosa de diversas pessoas e instituições, que me encorajaram e apoiaram nesta jornada. Ela se inicia com as pesquisas para o doutorado e prossegue com a bolsa de pós-doutorado, na Universidade de Brasília, e, posteriormente, com a minha vinculação à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Aos protagonistas das histórias e processos abordados neste livro dedico o primeiro e especial agradecimento. Foram suas extraordinárias histórias de luta – vívidas e incansavelmente narradas – que me motivaram a mudar o campo de estudo e a me debruçar sobre as políticas relacionadas às reservas florestais e os decorrentes conflitos socioambientais. Contudo, foram tantas as pessoas que em campo me ajudaram ao longo desses anos, que seria impossível enumerá-las, correndo ainda o risco de, inevitavelmente, deixar a lista incompleta. Assim, sem citar nomes, registro o meu profundo e sincero agradecimento às pessoas de todas as comunidades visitadas no baixo Tapajós, e, particularmente, às 22 localizadas dentro dos limites da Floresta Nacional do Tapajós. Ressalto a generosidade com a qual elas aceitaram a minha pesquisa e a minha presença em suas casas, e que em momento algum mediram esforços para tornar a minha estadia em campo um momento produtivo e prazeroso. Este livro é dedicado a todas essas pessoas, como um pequeno registro das tantas histórias que me narraram.

À Marianne Schmink, orientadora no doutorado, faltam-me palavras para expressar a gratidão pelo sucessivo apoio e encorajamento ao longo do programa de doutorado, e mesmo posteriormente. Sua vivacidade intelectual e generosa atenção foram motivações fortes que tanto auxiliaram no desenvolvimento das pesquisas. Agradeço ainda aos demais professores que integraram a minha banca de qualificação e doutoramento: Kesha Fikes, Anthony Oliver-Smith, Janaki Alavalapati, Mary Helena Allegretti e Anthony B. Anderson.

Ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, que me acolheu enquanto desenvolvia trabalhos de campo para a pesquisa do doutorado, e também posteriormente, na condição de Pesquisadora Associada, com uma bolsa de pós-doutorado. Sou grata,

em especial, aos professores Stephen Baines, Paul E. Little e Henyo T. Barretto, pelo apoio e atenção à minha pesquisa. Em Belém, agradeço a Cláudia Lopes, então coordenadora de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Aos representantes das organizações não governamentais por suas informações e assistência, em especial ao Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns (CITA), ao Grupo Consciência Indígena (GCI), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR), Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS) e ao Projeto Saúde e Alegria (PSA). Agradeço também aos funcionários do então IBAMA, que se mostraram prestativos ao facilitar o desenvolvimento da pesquisa e o acesso às informações, em especial à Selma B. Melgaço.

Às diversas instituições que viabilizaram o apoio material, fundamental para os estudos e pesquisas que produziram os resultados aqui apresentados, assim como para a sua publicação: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB); World Wildlife Fund in Brazil (WWF-Brazil) através do Programa Natureza e Sociedade (IEB/WWF); Tropical Conservation and Development Program, do Centro para Estudos da América Latina da Universidade da Flórida (TCD-UF); Programa Russell E. Train Education for Nature (EFN), do World Wildlife Fund (WWF); International Chapter P. E. O. Sisterhood; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Instituto Brasil Plural (IBP), junto ao qual ressalto um agradecimento muito especial à Esther Jean Langdon e à Sônia Weidner Maluf.

A Jean Dubois e Clara Pandolfo, por suas valiosas informações sobre políticas e levantamentos florestais na Amazônia, na década de 1970. Lamento que ambos não mais estejam entre nós, e expresso o meu reconhecimento às suas atuações no campo florestal na Amazônia, ressaltando a extrema gentileza com que eles concederam suas entrevistas e me forneceram documentos a respeito das políticas florestais daquele período.

Há nesse caminho também muitos amigos queridos – e como canta Atahualpa Yupanqui, *no los puedo contar*. Impossível elencar todos, porém destaco os nomes de Jennifer L. Hale, Samantha Stone-Jovicich, Neila Soares, Omaira Bolamos, Noemi e Roberto Porro, William, Joelma e Paul Losch, Florêncio A. Vaz, Kátia Carvalheiro, Carla e Robert Miller, José Henrique Cattânio, Vera Olinda Sena, Luís Augusto M. Azevedo, Zenilda Bentes, Maria das Graças Tapajós, Terri Valle de Aquino, Elza Suely Anderson, Adriana Ramos, Priscila Faulhaber, Lucia Helena

Pinheiro, Marlene T. de Souza, Carmela Dantas, Maria Elisa Guedes Vieira, Thais Herdy e Ana Paula Souto Maior.

Além dos amigos, temos também nossas relações de parentesco, as quais prestam, sem qualquer dúvida, o apoio e incentivos indispensáveis. Assim, agradeço a meus pais, irmãos e irmãs, que consistiram uma fonte inesgotável de estímulo para que eu seguisse sempre adiante em meus estudos. Lamento, contudo, a repentina partida de meu pai, antes que ele pudesse presenciar a conclusão do meu doutorado, e de minha mãe, antes desta publicação, que eles tanto desejavam ver. Agradeço de forma especial à minha irmã Cirlei Ioris, e aos sobrinhos e afilhados Luke e Julio Ioris Bullen, por seu amor e dedicação, bem como ao meu querido companheiro, Marco Antônio Salgado Mendes, por seu amor, amizade e companheirismo em todos os momentos.

SUMÁRIO

Prefácio	15
Introdução	21
Capítulo 1	
Remodelando os espaços florestais e as relações sociais	33
1.1 Reservas ambientais na Amazônia e conflitos sociais	33
1.1.1 O surgimento de florestas nacionais na região amazônica... 33	
1.1.2 Políticas para expansão das fronteiras econômicas na Amazônia.....	37
1.1.3 Reservas Florestais e conflitos sociais	40
1.2 Controle estatal sobre os recursos florestais e as relações sociais	43
1.2.1 O planejamento estatal e as representações sobre os grupos sociais	43
1.2.2 A utopia do projeto de modernização do Estado	49
1.2.3 Práticas disciplinares para espaços florestais e organizações sociais	54
Capítulo 2	
Espaços e identidades sociais no baixo Tapajós	59
2.1 Introdução.....	59
2.1.1 Dias de encantamento	59
2.1.2 Informações gerais sobre a região de Santarém.....	62
2.2 Breve histórico sobre a região do baixo Tapajós.....	65
2.2.1 Entre a cruz e a espada: a ocupação colonial	65
2.2.2 Brasil independente: revoltas populares e o <i>boom</i> da borracha.....	73
2.2.3 Representações da identidade social do <i>caboclo</i>	80
2.2.4 Padrão de uso da terra e formas identitárias	91
Capítulo 3	
Transformando florestas de fronteiras em florestas nacionais	99
3.1 Introdução.....	99
3.2 O manejo florestal científico e Florestas Nacionais	100
3.2.1 Redefinindo as florestas e os modos de apropriação dos recursos	100
3.3 A economia política das florestas brasileiras.....	114

3.3.1	As propostas iniciais para a criação de Florestas Nacionais.....	115
3.3.2	O primeiro Código Florestal e as primeiras Reservas Florestais	118
3.3.3	Dificuldades para a exportação da madeira brasileira	125
3.3.4	A FAO na Amazônia e as primeiras escolas de florestas...	127
3.3.5	O projeto geopolítico para a Floresta Amazônica.....	133

Capítulo 4

	Ciência florestal, geopolítica e conflitos sociais	143
4.1	Introdução.....	143
4.2	A Flona Tapajós e as comunidades de resistência	145
4.2.1	A Flona Tapajós no contexto da <i>malha programada</i>	145
4.2.2	Deslocando pessoas para torná-las trabalhadores assalariados.....	152
4.3	Resistência comunitária: organização política e territorial	158
4.3.1	O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o poder de organização	159
4.3.2	A defesa dos direitos territoriais	167
4.3.3	A economia moral do movimento de resistência	173
4.3.4	Disputas contínuas por território e recursos	177

Capítulo 5

	Populações tradicionais e as Florestas Nacionais.....	185
5.1	Introdução.....	185
5.2	Os Anos Verdes: as agendas social e conservacionista da Amazônia	187
5.2.1	O Programa Nossa Natureza e as agendas sociais e ambientais.....	188
5.2.2	O Programa Piloto Internacional (PPG-7)	196
5.2.3	As Florestas Nacionais no contexto do Programa Piloto...	198
5.2.4	O componente Flona Tapajós do PROMANEJO	200
5.2.5	Participações e tomadas de decisões: demandas além-mar	202
5.3	As “populações tradicionais”	205
5.3.1	As populações tradicionais no campo internacional da conservação	207
5.3.2	“Populações tradicionais” no Brasil.....	209
5.4	A Flona Tapajós e as populações tradicionais	213
5.4.1	Disputas pela área do Projeto ITTO	216
5.4.2	A concessão de uso da terra.....	220

5.4.3 PROMANEJO: Projetos para as comunidades.....	224
5.5 Populações tradicionais e Florestas Nacionais.....	236
Capítulo 6	
Reelaboração das antigas tradições culturais indígenas.....	241
6.1 Introdução.....	241
6.2 Território e identidade indígena: processos de territorialização....	242
6.3 O ressurgimento das tradições culturais e as disputas pela terra	246
6.3.1 O chamado do pajé: identidades indígenas em Taquara ...	247
6.3.2 Marituba e Bragança: lideranças políticas e organização social	253
6.3.3 Laços rituais e afirmação das identidades étnicas	257
6.3.4 Em busca dos <i>encantados</i>	259
6.3.5 Reconfigurações das representações políticas.....	263
6.3.6 A luta pelo reconhecimento da terra indígena	267
6.4 Perdendo a “vergonha” de ser indígena	272
Conclusão	
Espaços, recursos e identidades sociais.....	275
Referências	283
Caderno de imagens.....	299

PREFÁCIO

Conflitos, aparentemente intermináveis, sobre posse territorial no interior dos limites da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós) arrastam-se por mais de três décadas. Nesse livro a antropóloga Edviges Ioris nos reporta a esse extraordinário campo de disputas envolvendo burocratas governamentais, cientistas e pesquisadores nacionais e internacionais, grupos ambientalistas e de direitos humanos, além de dezenas de pessoas de diferentes comunidades rurais que foram diretamente afetados pela criação e implantação da Flona Tapajós em 1974. Sua pesquisa a levou a diversos sítios de investigação, dos remotos lugarejos ao longo de rios e igarapés, onde as pessoas reclamavam que estavam sendo chamadas de intrusas ou invasoras no território que habitavam por gerações, até as repartições públicas da capital federal, onde entrevistou aqueles envolvidos na conceituação das políticas iniciais de manejo florestal para a Amazônia, que foram parte de esforços estatais mais abrangentes na reordenação das pessoas e dos espaços para modernização da região.

Edviges não é novata na tarefa de compreender as complexas formas em que as políticas oficiais são formadas e contestadas através do tempo entre as paisagens sociais e naturais da região amazônica. Eu a conheci durante uma visita a Belém, em agosto de 1988, quando ela trabalhava como pesquisadora em um projeto no Museu Paraense Emilio Goeldi, coordenado pelo ecólogo Dr. Anthony Anderson. No ano seguinte ela participou de uma oficina internacional na Universidade da Flórida (UF) sobre os “Usos tradicionais de recursos nas florestas neotropicais”, na qual apresentou um texto (em coautoria com Anthony Anderson) sobre sistemas extrativistas de manejo florestal que investigava em uma ilha do estuário amazônico, que foi posteriormente publicado em uma coletânea organizada por K. Redford e C. Padoch (1992). Antes de retornar à UF para iniciar seu programa de doutorado, ela também trabalhou junto a entidades da sociedade civil, como a Fundação Ecológica Emas, uma organização não governamental sediada no estado de Goiás. Como parte desses trabalhos, coordenou o “Projeto Centro Comunitário de Plantas Medicinais da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Cedro”, cujas atividades visavam melhorias das condições de produção de fitoterápicos, potencializando-a como fonte de geração de renda e de tratamento de saúde. Este trabalho

lhe rendeu ainda a publicação de uma coletânea que organizou sobre usos e manejos de plantas medicinais entre populações que habitam em várias regiões do cerrado (IORIS, 1999).

Tive o privilégio de servir como orientadora principal da Edviges em seu programa de doutorado em Antropologia na Universidade da Flórida, durante o qual ela desenvolveu as pesquisas sobre as quais esse seu livro versa. Foi logo depois de terminar seu mestrado em Antropologia no Museu Nacional (UFRJ), em princípios de 1996, que ela teve seu primeiro contato com a Flona Tapajós, quando fora contratada no âmbito do Programa Piloto para a Floresta Amazônica (PPG-7) para realizar um levantamento socioeconômico entre as comunidades ribeirinhas que nela se encontravam, com o objetivo de ajudar a definir os limites dos seus direitos territoriais – limites que seriam sucessivamente contestados durante muito tempo. Nos anos seguintes, Edviges deu continuidade a essas pesquisas, seguindo aonde as perguntas a levavam, investigando, cada vez com mais profundidade, a complexidade da interação entre técnicos do governo, ambientalistas e cientistas, comunidades amazônicas diversas e seus múltiplos aliados (nacionais e internacionais) nas negociações sobre direitos territoriais. Assim, foi descobrindo neste percurso a estreita relação com a produção das identidades sociais dessas comunidades, que se revelavam amarradas à memória das conexões históricas às terras e aos recursos florestais.¹

Não obstante fundamentado sobre as vozes das comunidades locais do Tapajós, cada qual com visões únicas de sua história, seu território e sua identidade, o livro de Edviges, por outro lado, também investiga os arquivos, buscando as origens históricas e teóricas das noções de “manejo florestal racional” (que se inicia na Alemanha no século XVIII), e sua sucessiva evolução entrelaçada às políticas de desenvolvimento e conservação, primeiramente nos Estados Unidos, e, mais tarde, no Brasil, as quais acabaram por afetar diretamente os modos de vida das populações do Tapajós na década de 1970.

O fascinante estudo realizado pela Edviges sobre a economia política das florestas brasileiras analisa como o cambiante ambiente político – exemplificado pela passagem do Código Florestal de 1934 a 1967, e seu debate atual no Congresso – levou a diferentes resultados, sempre negociados, como parte da evolução das políticas do governo

¹ Para outro estudo importante para comparações, ver também de J. H. French, *Legalizing Identities: Becoming Black or Indian in Brazil's Northeast*, University of North Carolina Press, USA, 2009.

brasileiro e suas dinâmicas para controlar a distribuição das terras e as prioridades para o desenvolvimento da Amazônia. Peça central dos planos do projeto geopolítico para a Amazônia, a Flona Tapajós foi escolhida para iniciar no Brasil a aplicação das abordagens de “manejo florestal racional”, desenvolvidas durante décadas por diversos profissionais florestais de todo o mundo. O livro de James Scott (1998), *Seeing Like a State*, que fornece suporte teórico às investigações conduzidas por Edviges, explana como plantações florestais uniformizadas foram emblemáticas dos esforços do Estado moderno para simplificar espaços e relações sociais, produto e instrumento dos esquemas “altamente modernistas” de progresso técnico-científico. A vasta floresta Amazônica, sob o regime modernizante dos militares nos anos 1970, conformou-se em um campo ideal para tal experimentação. O entusiasmo para a modernização burocrático-autoritária naquele momento inibiu decisões técnicas iniciais mais sóbrias, o que, mais tarde, viria a minar as metas de manejo florestal no projeto.

A Flona Tapajós foi objeto de luta pelas comunidades locais, tanto durante um período inicial da ditadura nos anos 1970, como mais tarde, depois da abertura política em finais dos anos 1980, quando os movimentos sociais puderam aproveitar de muitas outras fontes de apoio regionais, nacionais, e internacionais. São histórias como as que aconteceram também nas regiões do Sul do Pará, que são analisadas em meu livro.² Durante os anos 1970 e 1980, essas lutas travadas por povos amazônicos locais, outrora invisíveis – notadamente os seringueiros liderados por Chico Mendes, no Acre –, surpreenderam muitos brasileiros para os quais a vasta Amazônia parecia-lhes antes um grande espaço vazio, apesar de milenarmente habitada por inúmeros grupos nativos. Entretanto, os grupos sociais amazônicos não eram necessariamente invisíveis às políticas de Estado, porém, historicamente contemplados com identidades distorcidas (como um anônimo “trabalhador rural”), dissociados de seus territórios.

A tenacidade e a criatividade destes habitantes locais, cada um vivendo suas próprias trajetórias históricas em relação ao Estado e ao resto do mundo, empurraram as lutas locais sobre terras e recursos para rumos inesperados. Na Flona Tapajós, o que começou como um esforço de técnicos de eliminar residentes locais a golpe de caneta

² Publicado em português, em coautoria de Charles H. Wood, *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*, Belém: EDUFPA, 2012, 496 p. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura.

acabou se arrastando durante décadas, enquanto as políticas mudavam, e os membros das comunidades adaptavam suas estratégias e alianças de luta para manter controle de seus territórios e, de fato, sobre suas identidades sociais.

Os ambiciosos esquemas do projeto geopolítico dos militares para desenvolver instituições modernas de conservação e desenvolvimento na Amazônia logo encontraram problemas no chão, onde as supostas vazias e uniformes terras mostraram ser densamente ocupadas por povos com histórias e trajetórias longas e diversas. Como em outras partes da Amazônia, inúmeras populações ao longo do vale do rio Tapajós, descendentes de grupos indígenas que o habitavam anteriormente, apresentavam antigas e difusas histórias de interações com a sociedade ocidental. Suas raízes e ocupações por essas terras refletem as transformações históricas que os afetaram diferentemente, e produziram identidades e formas de lutas distintas, na medida em que negociavam os significados de “indígena” ou de “povos tradicionais” – termo político que emergiu recentemente junto com as abordagens “participativas” para a conservação e o desenvolvimento.

O governo redemocratizante do Brasil dos anos 1990, anfitrião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO/Rio 92) e pioneiro em políticas socioambientais como as das reservas extrativistas, adotou novas abordagens sobre os conflitos com populações locais amazônicas. A legislação federal sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovada em 2000, começou a ser reformulada para permitir a permanência de *populações tradicionais* nas chamadas “unidades de conservação de uso sustentável”, como as reservas extrativistas e as florestais nacionais. Embora a nova legislação seja reconhecida como um avanço importante na conciliação entre populações e conservação ambiental, ela acabou subordinando os modos de vida das comunidades locais ao planejamento de instituições mais amplas, sofrendo inclusive intensa pressão para extração comercial de madeira. A recém-criada “tradicionalidade” com conotações ecológicas tem criado novas disputas e incertezas, instigando algumas comunidades no Tapajós e outros lugares a embarcaram em projetos de etnogênese, através dos quais buscam se distinguir étnica e culturalmente, não se identificando apenas como uma genérica “população tradicional”. Essas identidades sociais emergentes se baseiam nas lembranças e memórias de antepassados indígenas, do legado da revolta da Cabanagem nos anos

1830, o *boom* da borracha na virada do século XX, ou a organização das “comunidades” pela Igreja Católica nos anos 1960.

A diversidade de identidades sociais e seus cambiantes padrões na Amazônia, contestando os pressupostos homogeneizantes por trás das políticas públicas ou do mercado, revelam-se nos sucessivos conflitos sobre a Flona Tapajós. As lógicas do mercado, de uniformidade, preço e racionalidade fazem parte de um conjunto muito mais complexo de valores sociais amazônicos que também incluem memória, identidade e lugar.

Como pioneiro nas políticas de manejo florestal para a Amazônia, e agora nos mercados emergentes para carbono (com Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD), o Brasil continua a encarar os desafios de desenhar políticas e instrumentos do mercado que reconheçam e respeitem os direitos, os valores e as aspirações das populações locais, e que considerem suas formas de conhecimento e manejo dos recursos naturais oriundas de suas longas e complexas histórias de ocupação. Nesse estudo que tem a Flona Tapajós como foco de investigação, Edviges Ioris ilustra vividamente a incrível diversidade das formas de organizações das populações amazônicas e elucida as rápidas transformações a que foram submetidos em seus modos de viver, de uso e acesso aos recursos florestais, enquanto continuam sua luta histórica para assegurar formas próprias de identificação sociocultural e gerenciamento de seus territórios.

Marianne Schminck
Universidade da Flórida
Gainesville, Flórida

INTRODUÇÃO

AO ENCONTRO DO TEMA: ESPAÇOS E IDENTIDADES SOCIAIS

Este livro aborda os processos de transformação nas paisagens naturais e nas organizações sociais decorrentes das políticas oficiais do Estado, tendo como foco de análise a criação e o estabelecimento de reservas ambientais na Amazônia brasileira. Especificamente, a análise se debruça sobre a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), uma reserva florestal criada pelo governo federal em 1974, no município de Santarém, sudoeste do estado do Pará, na região do baixo rio Tapajós. A Flona Tapajós foi a primeira reserva florestal governamental criada e implantada na região amazônica, com o objetivo de promover a pesquisa e a exploração planejada dos recursos florestais madeireiros. A sua implantação, entretanto, gerou longos e intensos conflitos com as populações locais, os quais se estendem por toda a sua existência.

Meu interesse em desenvolver um estudo sobre este tema originou-se de um levantamento socioeconômico realizado no ano de 1996, entre 18 comunidades³ que se encontravam ao longo da margem direita do rio Tapajós, cujos territórios haviam sido sobrepostos pelos limites da Flona Tapajós. O levantamento tinha por objetivo proporcionar informações relativas à sua ocupação territorial, aos usos dos recursos naturais e às estratégias de produção e comercialização, para subsidiar a definição de uma área que seria designada para o uso dessas comunidades, o que, em tese, deveria solucionar os conflitos relativos à posse da terra e acesso aos recursos florestais que se arrastavam desde a criação da Flona. Os trabalhos para o levantamento destas informações foram realizados como parte das atividades do “Programa Piloto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia” (PROMANEJO PPG-7), um subprograma do Programa Piloto para a Conservação das Florestas

³ Naquele momento, as 18 comunidades eram: São Domingos, Maguarí, Jamaraquá, Acaratinga, Jaguarari, Pedreira, Piquiatuba, Marituba, Marai, Nazaré, Tauari, Pini, Taquara, Prainha, Itapaiuna, Paraíso, Itapuama e Jatoarana. Mais recentemente surgiram outras duas comunidades (Bragança e Prainha II), que se conformaram a partir de cisões internas, próprias das dinâmicas de suas organizações sociais. O termo “comunidade” aqui utilizado refere-se à definição adotada pelas pessoas tanto para as vilas quanto para suas organizações sociopolíticas e espaciais. A concepção e formação histórica desse termo e dessas “comunidades” serão discutidas mais detalhadamente no capítulo 2.

Tropicais (PPG-7), que foi lançado através da Rain Forest Trust Fund Resolution, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, pelos sete países mais desenvolvidos (o chamado G-7), cujos recursos foram administrados pelo Banco Mundial. A Flona Tapajós, como será discutido em detalhe no capítulo 6, foi uma das reservas escolhidas para a implementação das ações do referido Programa Piloto referentes às reservas denominadas Florestas Nacionais.

Em que pesem as diferenças nas configurações históricas e nas organizações sociopolíticas e culturais dessas comunidades, a maioria das pessoas que lá se encontram constituía-se de descendentes de indígenas, apresentando antiga e estreita relação com a sociedade ocidental. De forma geral, elas têm sido amplamente identificadas como *caboclo(a)*, ainda que em sua maioria não se reconheçam por tal denominação. Ao invés, quando da realização do levantamento em 1996, eu encontrei as pessoas se identificando de várias formas, dentre as quais “trabalhadores rurais”, “descendentes de indígenas”, “filho do Tapajós” (em referência a seu nascimento às margens do rio Tapajós); ou, mais frequentemente, como pertencentes a uma determinada comunidade: “*Sou da comunidade de Piquiatuba*”; “*Sou da comunidade de Taquara*”, “*Sou da comunidade de Acaratinga*”, e assim por diante. Em momento algum ouvi as pessoas se identificando como “*caboclo*” ou “*cabocla*”, exceto alguns líderes comunitários, enquanto participavam de reuniões para discutir sobre posse e regularização da terra. Nestes momentos eles reivindicavam direitos territoriais, justificando-os porque “*somos caboclos do Tapajós*”. No capítulo 2 veremos que na região amazônica o termo “caboclo” pertence a uma controversa e multifacetada categoria social, largamente aplicada às sociedades miscigenadas que se originaram de descendentes ameríndios de épocas pré-coloniais e de europeus pobres. Alguns antropólogos têm usado o termo “caboclo” para se referir à conformação de um campesinato tipicamente amazônico.⁴

O longo histórico de ocupação das 18 comunidades nos territórios que habitavam foi direta e prontamente ameaçado pela criação e implantação da Flona Tapajós, em decorrência da legislação que então vigorava em relação às Florestas Nacionais, a qual não

⁴ Cf. Harris (1998); Lins e Silva (1980); Nugent (1993); Parker (1985); Ross (1978); Wagley (1976).

permitia residentes permanentes no interior das áreas daquelas reservas. Assim, quando se iniciou a implantação e regularização da Flona Tapajós, os órgãos do governo federal responsáveis pela sua execução começaram a desenvolver ações para desapropriar e deslocar estas comunidades de suas terras. Alegando direitos territoriais, a maioria das pessoas daquelas comunidades se recusou a aceitar as medidas para desapropriação, e empreendeu forte resistência, o que acabou gerando uma sucessão de disputas e conflitos entre elas e a administração da reserva. Algumas tentativas por parte do governo federal para resolver a questão fundiária das terras das comunidades na área da Flona chegaram a ser empreendidas, mas nenhuma foi bem-sucedida em virtude de discordâncias de ambos os lados. Em 1996, o PROMANEJO envidava esforços adicionais no sentido de promover uma solução definitiva dos conflitos com as comunidades pela posse e manutenção de suas terras, considerados o principal obstáculo à implantação do Projeto Piloto (FATHEUER, 1997).

As atividades iniciais do PROMANEJO começaram a ser realizadas no momento em que os órgãos ambientais do governo também reavaliavam a questão da retirada compulsória das populações das áreas de Florestas Nacionais, para permitir a permanência no interior de seus limites daquelas cuja residência precedesse à criação das reservas. Após alguns anos de discussões, esta mudança foi efetivada na legislação em 2000, quando o Congresso Nacional finalmente aprovou a nova versão da lei que regulamenta as reservas ambientais no Brasil, as quais são denominadas “unidades de conservação”, e regulamentadas através de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000). Segundo esta nova versão, as Florestas Nacionais passaram a aceitar a presença de grupos humanos que fossem reconhecidos como “populações tradicionais”, e cuja ocupação precedesse à criação das reservas. Assim, na condição de serem reconhecidas como “populações tradicionais”, as comunidades na área da Flona Tapajós adquiriram o reconhecimento legal dos direitos de permanecer em suas terras, 26 anos depois da criação dessa reserva florestal. Com este reconhecimento, elas tiveram incorporadas suas áreas de uso e ocupação ao plano de manejo da reserva.

Observando este processo que ocorria na Flona Tapajós, desde as primeiras tentativas governamentais para remover pessoas de suas terras até as mudanças na legislação e a subsequente aceitação da sua permanência na área da reserva como “populações tradicionais”,

minha intenção inicial, ao desenvolver este estudo, era de apreender as diferentes racionalidades que fundamentaram as políticas relativas às reservas ambientais nas duas situações: na criação da reserva (1974) e na mudança da legislação (2000). Em particular, eu queria entender a importância do movimento de resistência das comunidades locais em induzir esta mudança nas políticas governamentais para as reservas florestais, e de que forma a categoria “populações tradicionais” teria chegado a desempenhar papel determinante na transformação da concepção e *design* inicial da Flona, para que permitissem a permanência daquelas pessoas no interior de seus limites. Indagava-me porque tal identificação, que nem ao menos era reivindicada ou autoatribuída previamente por estas pessoas, fora-lhes oficialmente designada. Quais foram os fatores e interesses (materiais e ideológicos) motivadores das políticas das reservas ambientais que convergiram no sentido de (re)modelar essas duas unidades florestal e social: *Floresta Nacional / população tradicional?*

A situação com a qual me deparei em 1996 logo se apresentou extremamente dinâmica e complexa, apontando para a necessidade de sólido instrumental teórico para se entender o curso daquelas mudanças. Contudo, a complexidade, que já era grande, revelou-se ainda maior quando cheguei novamente ao campo em 2002, para dar início às pesquisas que, naquele momento, eram direcionadas para o meu doutorado. Chegando lá, soube da constituição do movimento de reafirmação das identidades étnicas indígenas entre três comunidades na área da Flona Tapajós: Taquara, Bragança e Marituba. Iniciado pela comunidade Taquara, em 1998, estas três comunidades envidavam esforços para revitalizar suas tradições culturais indígenas, e começaram a se reconhecer como pertencentes à etnia Munduruku.

Neste movimento, reafirmando antigas tradições culturais indígenas e uma identidade étnica distinta, estas três comunidades passaram a demandar da Fundação Nacional do Índio (Funai) o reconhecimento de seus direitos sobre uma terra indígena, além do acesso à saúde e à educação diferenciada. Em resposta, em 2001 a Funai iniciou os procedimentos para demarcação e regularização de suas terras, e realizou em 2003 os estudos para identificação e delimitação, os quais propuseram a criação de duas terras indígenas: uma para Taquara, e outra para Bragança e Marituba. O resultado destes trabalhos promove assim uma nova definição dos limites da Flona Tapajós. Foi dessa forma que, no decurso daquela última tentativa governamental

de resolução dos conflitos fundiários com as comunidades na área da Flona Tapajós, o movimento de reafirmação das identidades indígenas, desencadeado por aquelas três comunidades, chegou para desafiar uma vez mais os objetivos das autoridades estatais em relação à consolidação daquela reserva florestal.

Porém, de fato, o movimento de reafirmação das identidades indígenas desafiou não apenas as definições governamentais que estavam em curso, mas também a minha forma de pensar e conduzir minha pesquisa, que buscava, precisamente, apreender as mudanças que estavam ocorrendo na Flona Tapajós. Este novo desafio levou-me a novos questionamentos, fazendo-me reavaliar a versão inicial de meu projeto de pesquisa. Era preciso entender, primeiramente, por que as três comunidades tomaram esta decisão no mesmo momento em que o governo envidava esforços para incorporar a categoria “populações tradicionais” às políticas para a reserva, permitindo-lhes, assim, a permanência em suas terras? Quais seriam as motivações subjacentes ao movimento pela reafirmação das identidades indígenas, e qual seria seu significado com relação à categoria “populações tradicionais” que estava sendo empregada pelas autoridades governamentais para defini-las? Por que as três comunidades, diferentemente das demais, não se acomodaram diante da nova categorização oficial e seus direitos relacionados?

Essas questões começaram a surgir em minha pesquisa no momento em que a preocupação principal ainda era entender o significado de “populações tradicionais” no novo contexto das políticas para as reservas florestais, e como esta categoria social teria sido forjada como condição para permitir a presença das comunidades no interior de seus limites. Diante destes novos questionamentos, a primeira impressão foi a de que o movimento indígena havia complicado de tal forma a primeira versão de meu projeto de pesquisa, que talvez o tivesse inviabilizado. Todavia, apreciações subseqüentes começaram a sugerir que a procura de respostas para essas questões poderia também lançar luz sobre a categoria social “populações tradicionais” que havia surgido no contexto das Florestas Nacionais. Foi observando a organização indígena no restabelecimento de uma identidade étnica diferenciada, e como esta articulação propiciou um meio pelo qual os indígenas redirecionaram o curso de suas lutas para reconhecimento e regularização de suas terras na Flona Tapajós, que eu comecei a perceber a estreita relação entre as identidades sociais das comunidades que lá se encontravam e as sucessivas definições dos espaços desta reserva florestal.

Mapeando as diferentes identidades sociais oficialmente atribuídas a estas comunidades na área da Flona Tapajós e o correspondente arranjo espacial na reserva, desde a sua criação, foi possível identificar três principais situações em que os espaços e as identidades sociais sobrepunham-se, indicando como estes dois domínios estavam fortemente imbricados. Nessa direção, desconstruindo suas tramas, pode-se perceber ainda que, desempenhando papel-chave na configuração espacial da Flona Tapajós, a produção das identidades sociais das comunidades locais apresentava-se constituída por um extraordinário campo de disputas, epítome dos principais conflitos entre as pessoas das comunidades e os órgãos governamentais responsáveis pela administração da reserva. Tal quadro evidenciava a importância daquela reserva florestal não apenas em termos de exploração de recursos florestais madeireiros, conforme seu objetivo primário, mas principalmente em termos das organizações sociais.

A análise apresentada nos próximos capítulos discute, portanto, a produção das identidades sociais das comunidades que se encontram na Flona Tapajós como ponto crítico na definição da composição espacial desta reserva florestal. No capítulo 1 discorro sobre as principais referências teóricas que me embasaram para examinar as mudanças de espaços e identidades sociais desencadeadas pela criação e implantação desta reserva florestal. Com fundamento na literatura existente, o capítulo 2 aborda os antecedentes históricos que moldaram a composição social e identitária das populações na região do baixo Tapajós e mais especificamente as que se encontram na área da Flona Tapajós, foco deste estudo. O capítulo tem dois objetivos centrais: 1) assinalar os principais eventos históricos que ocorreram na região desde os tempos coloniais, os quais causaram profundas mudanças nas organizações socioculturais e territoriais nativas, e ajudaram a moldar o padrão de organização sociopolítica e de ocupação territorial encontrado em meio a estas comunidades quando a Flona Tapajós foi criada; e, 2) discutir as formas de representações identitárias, presentes na literatura histórica e antropológica, que são atribuídas àquele padrão de organização social e territorial, caracterizado como *caboclo*.

No capítulo 3, eu retomo uma perspectiva histórica, traçando as principais direções no desenvolvimento das reservas florestais conhecidas como Florestas Nacionais, as quais foram adotadas pelo governo brasileiro no final dos anos 1960 e, logo depois, passaram a ser criadas e implantadas na Amazônia, iniciando com a Flona Tapajós,

em 1974. Ressaltando os antecedentes históricos pertinentes à categoria denominada “Florestas Nacionais”, esse capítulo começa focando o surgimento do manejo florestal científico, no final do século XVIII na Alemanha, o qual, um século mais tarde, influenciou de forma decisiva o movimento para a criação e implantação de reservas florestais nos Estados Unidos. O objetivo desse capítulo é mostrar que o surgimento da categoria Floresta Nacional deu início a um novo modelo de administração florestal, tornando-se o principal instrumento das políticas de Estado para o fomento e controle da produção madeireira que, posteriormente, se disseminou por todo o mundo. No Brasil, apesar de a categoria Floresta Nacional ter sido adotada somente no final dos anos 1960, considerações no que tange às reservas florestais já vinham se incorporando às políticas governamentais desde o início do século XX. A segunda parte desse capítulo explora o desenvolvimento das políticas florestais brasileiras desde o início do século XX até o início dos anos 1970, quando as primeiras reservas florestais começam a ser implantadas na região amazônica, com a finalidade de incentivar a exploração e a produção controlada de madeira.

O foco da análise no capítulo 4 situa-se na criação e implantação da Flona Tapajós e os confrontos subsequentes que emergiram em consequência das tentativas de desapropriação e remoção das pessoas das comunidades cujas terras foram sobrepostas aos limites da reserva. Primeiramente, esse capítulo trata da criação desta reserva florestal no contexto das políticas de expansão da fronteira geopolítica amazônica, implantadas pelos governos militares a partir de finais dos anos 1960. Deste modo, eu procuro examinar o posicionamento do governo em relação a esta reserva florestal e as tentativas de remoção forçada das pessoas que lá se encontravam. Em seguida, a análise centra-se no processo de resistência empreendido pelas comunidades contra tal projeto governamental e suas estratégias em termos de articulação política. Utilizando diferentes fontes de informação, esse capítulo ocupa-se em entender o surgimento desta reserva florestal num contexto sociopolítico mais amplo, e em explorar as divergentes posições entre órgãos governamentais e as comunidades, as quais deflagraram sucessivas disputas que ocorreram a propósito dos recursos, territórios e identidades sociais.

O capítulo 5 tem o foco nos esforços para a redefinição dos espaços e das identidades dos grupos sociais pertencentes às comunidades na área da Flona Tapajós, os quais coincidiram com a

mudança nas políticas da reserva, de modo a permitir a permanência das “populações tradicionais” em áreas de Florestas Nacionais. Como no capítulo anterior, este também lança um olhar sobre o contexto sociopolítico mais amplo, situado desta vez no final dos anos 1980, quando a Floresta Amazônica tornou-se o centro das preocupações ambientalistas internacionais. Primeiramente, procuro discutir as principais pressões políticas que determinaram o curso das políticas ambientais, e que influenciaram decisivamente no sentido de mudar a relação do governo com as pessoas das comunidades, especificamente no tocante à aceitação de sua permanência no interior da reserva e ao reconhecimento delas como “populações tradicionais”. Discuto também o desenvolvimento da categoria “população tradicional” e sua adoção oficial pelo Brasil nos anos 1990, originado do encontro entre o movimento pelos direitos sociais e o movimento ambientalista, que surgiu primeiramente na Amazônia em meados dos anos 1980. Prossigo com uma análise em torno da significância desta mudança na Flona Tapajós, tanto para as pessoas das comunidades quanto para as políticas governamentais para a reserva, a qual não apenas estabeleceu novos parâmetros e entendimentos sobre o território e os recursos florestais, mas também promoveu uma reconceituação das identidades sociais das populações das comunidades.

No capítulo 6 a atenção está direcionada ao movimento indígena que surgiu entre as comunidades Taquara, Marituba e Bragança, as quais passaram a reafirmar uma identidade étnica, alegando pertencimentos à etnia Munduruku. Apoiando-se nos dados coletados a partir de entrevistas e observação direta nestas comunidades, esse capítulo procura evidenciar as principais causas internas e externas que favoreceram o surgimento do movimento de reafirmação étnica, desafiando mais uma vez os esforços governamentais no sentido de admiti-los na área da Flona Tapajós na condição de “população tradicional”. O capítulo discute como a combinação destas duas formas de pressão levou aquelas comunidades a buscar antigas referências culturais e a reivindicar uma identidade étnica diferenciada, o que implicou numa nova forma de identificação social e de composição espacial da Flona.

Finalmente, concluo alinhavando os principais pontos discutidos, abordando as conquistas alcançadas pela implantação da Flona Tapajós, no sentido de disciplinar os espaços, a exploração madeireira e as relações sociais.

O TEXTO E A PESQUISA DESENVOLVIDA

A versão inicial deste livro foi apresentada como tese de doutoramento, defendida em dezembro de 2005, na Universidade da Flórida (EUA). Não obstante siga a estrutura narrativa da tese, esta versão traduzida sofreu reformulações, decorrentes tanto dos ajustes necessários ao se transpor para a formatação de um livro quanto das atualizações viabilizadas pelas investigações pós-doutorais que se seguiram. A pesquisa que subsidia este estudo foi efetuada em três diferentes momentos, iniciando-se em 1996, quando tive meu primeiro contato com as comunidades na Flona Tapajós e com a administração da reserva, visando a condução de um levantamento sobre a ocupação territorial, manejo e modos de uso de recursos florestais e as estratégias de produção e comercialização e inserção na economia política regional.

Como indicado, este primeiro levantamento fez parte das chamadas atividades de pré-vestimento do PROMANEJO PPG-7, que apoiava diretamente os esforços para a delimitação de uma área para as comunidades na Flona Tapajós. Estas atividades iniciais do programa PROMANEJO entre as comunidades na Flona foram conduzidas pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), uma organização não governamental (ONG) localizada em Piracicaba, no estado de São Paulo. Meu primeiro contato com pessoas das comunidades da Flona Tapajós ocorreu em fevereiro de 1996, quando o Imaflora organizou um *workshop* com vários representantes dessas comunidades e de organizações governamentais e não governamentais que mantinham vínculos com a reserva, com o objetivo de discutir a metodologia que seria aplicada no levantamento. No instante seguinte, o trabalho de campo foi desenvolvido junto às comunidades no período de março a abril de 1996, quando visitei a maior parte delas. Os resultados deste levantamento foram apresentados em um segundo *workshop* que ocorreu no mês de julho daquele ano.

Instigada por esta primeira experiência, decidi continuar pesquisando sobre os conflitos sociais em reservas ambientais na Amazônia. Neste ímpeto, engajei-me no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Universidade da Flórida, em 1999, quando comecei a definir e elaborar um projeto de pesquisa para minha tese de doutorado. Em junho de 2000 voltei a Santarém para uma breve visita às comunidades na Flona Tapajós para atualizar meus dados e dar prosseguimento à elaboração da proposta de pesquisa. O foco

desta visita ao campo era informar-me sobre o desfecho do processo de resolução dos conflitos pela posse da terra, desde 1996. Durante um mês e meio de visitas a cinco comunidades, foi possível entrevistar pessoas-chave, principalmente representantes de suas associações políticas e pessoas mais idosas, que vivenciaram o momento inicial de criação da Flona. Além disso, entrevistei funcionários do IBAMA em Santarém-PA e Brasília-DF e representantes de ONGs, assim como realizei pesquisa em arquivos documentais.

Em 2002 retornei por um ano para realizar trabalho de campo, o qual envolveu a coleta de diversos tipos de dados em diferentes campos de investigação. Neste sentido, na condução da pesquisa foram estabelecidos três áreas de conhecimento. Uma delas era relacionada às políticas de Estado para com as reservas florestais, seu desenvolvimento histórico no Brasil e os procedimentos oficiais realizados para definir e implantar a Flona Tapajós. Esta área de investigação envolveu o levantamento e o exame de documentos produzidos pelos órgãos estatais relativos à criação e manutenção de reservas florestais, incluindo-se leis, regulamentos, planos de manejo, processos administrativos, programas de cooperação técnica, mapas, relatórios, pesquisas e projetos econômicos. Os documentos foram coletados nos escritórios do governo federal em Brasília (onde se encontrava a maior parte dos documentos); nos escritórios regionais em Belém (capital do estado do Pará); e nos escritórios locais no município de Santarém. Além de extenso levantamento desses documentos, desenvolvi também uma série de entrevistas aprofundadas com representantes dos órgãos brasileiros responsáveis por áreas protegidas e políticas ambientais, bem como com especialistas em florestas no setor não governamental, envolvidos com a criação da Flona Tapajós. Na Flona também visitei a maioria dos projetos de pesquisa que estavam em desenvolvimento. Essas investigações foram conduzidas durante os meses de março, agosto e dezembro de 2002.

A segunda área de investigação centrou-se no posicionamento das comunidades, tendo por objetivo entender suas perspectivas quanto à criação daquela reserva florestal. Dediquei especial atenção ao processo de resistência das comunidades em relação à Flona, investigando as estratégias de ações políticas tomadas através das suas associações, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e de outras ONGs estabelecidas na região. Visando a compreensão histórica deste processo, trabalhei histórias orais com os representantes e agentes mais destacados nas

comunidades, especialmente aqueles que estavam na dianteira do movimento de resistência contra o seu deslocamento forçado para fora da área da Flona.

Também realizei um mapeamento das principais formas de uso da terra e dos recursos florestais e das atividades produtivas, além de entrevistar pessoas acerca das suas percepções sobre as mudanças no uso dos recursos, visando a comparação entre seus interesses e preocupações com os objetivos do governo e do plano de manejo para a reserva. Nesta direção, procurei delinear as formas como as comunidades haviam historicamente usado os recursos e as mudanças que tiveram de realizar pelo fato de estarem numa área de Floresta Nacional. Em relação às mudanças posteriores, no sentido de permitir a permanência das chamadas “populações tradicionais” nas áreas da reserva, dediquei atenção aos projetos de desenvolvimento comunitário, à sua importância para a organização social e as estratégias de subsistência comunitárias, e à reação das pessoas a estes projetos. Finalmente, realizei observações diretas e entrevistas aprofundadas com a finalidade de entender a identificação social das pessoas, com especial atenção à percepção de cada um sobre as diferentes formas de identificação social que haviam sido atribuídas a elas até então.

O trabalho de campo junto às pessoas das comunidades foi realizado de abril a dezembro de 2002, intercalado com rápidas visitas a Santarém e Brasília. Durante este tempo selecionei três comunidades (Piquiatuba, Maguari e Taquara) para observação mais intensa, com as quais passaria períodos maiores de tempo, visitando as demais por períodos menores. A escolha das três comunidades para estudos mais intensos deve-se à sua localização geográfica, importância em termos de resistência política, e por serem os locais onde se realizou a maioria dos encontros para resolver questões fundiárias de suas terras. Além destas características, a comunidade de Taquara também foi escolhida em virtude do surgimento ali do movimento indígena. Como as distâncias entre uma comunidade e outra são relativamente pequenas, era possível visitá-las simultaneamente, assim como acompanhar os encontros que ocorriam entre elas.

A terceira área de investigação relacionou-se com o movimento ambientalista, especialmente com os discursos e práticas que trouxeram suporte material e ideológico para as políticas relativas às reservas florestais e, mais especificamente, para a criação e implantação da Flona Tapajós. Analisei documentos das principais agências não

governamentais envolvidas diretamente com as questões relativas a esta reserva e realizei entrevistas com seus representantes, assim como com representantes de órgãos multilaterais, como o Banco Mundial, dialogando especificamente com os que trabalhavam no Projeto Piloto (PPG-7) na Flona Tapajós. Concomitantemente, examinei textos e documentos produzidos por pesquisadores de várias instituições de pesquisa que estavam direta ou indiretamente relacionadas com políticas florestais e que discutiam formulações, conceitos, métodos e programas relativos à criação e manutenção de reservas florestais.

Além de investigações diretamente relacionadas ao meu projeto de pesquisa, em 2003 também realizei dois estudos para a Funai sobre as três comunidades indígenas, localizadas na Flona Tapajós, cujas observações foram incorporadas à minha pesquisa. No primeiro levantamento eu atuei como “antropóloga convidada”, participando de um Grupo de Trabalho (GT), cujas atividades foram conduzidas no mês de maio, entre comunidades indígenas localizadas ao longo do rio Arapiuns, afluente da margem esquerda do Tapajós. O segundo estudo foi realizado nos meses de agosto e setembro, quando coordenei o GT que conduziu estudos para a identificação e delimitação das terras das três comunidades que passaram a se reconhecer como indígenas, na área da Flona Tapajós: Taquara, Bragança e Marituba. Como resultado desses trabalhos, em 29 de outubro de 2009 a Funai publicou no Diário Oficial da União o Despacho nº 51, com os resumos dos Relatórios de Identificação e Delimitação produzidos por aquele GT, reconhecendo as duas Terras Indígenas propostas como de “ocupação tribal”.

Depois da defesa do doutorado, novos projetos deram continuidade às pesquisas, porém, ampliando o foco de estudo para os demais processos de emergência étnica e cultural que também passaram a ocorrer na região. Nessa fase subsequente, as investigações foram conduzidas em dois momentos. Inicialmente, através de uma bolsa de Pós-Doutorado Júnior (CNPq), vinculada à Universidade de Brasília. Mais recentemente elas têm sido conduzidas através da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estas novas pesquisas visam ampliar a compreensão do fenômeno de emergência étnica para toda a região do baixo rio Tapajós, pensado a partir da perspectiva das representações indígenas sobre história e xamanismo (IORIS, 2010, 2011).

Capítulo 1

Remodelando os espaços florestais e as relações sociais

1.1 RESERVAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA E CONFLITOS SOCIAIS

1.1.1 O SURGIMENTO DE FLORESTAS NACIONAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Apesar de existir no Brasil um discurso sobre a conservação dos recursos florestais dentro de unidades categorizadas como Florestas Nacionais, estas têm uma conotação diferente daquela relativa aos Parques Nacionais, por exemplo, nos quais a totalidade da área destina-se à proteção integral, não podendo os recursos serem explorados. Nos dois casos as áreas são de controle do Estado, mas, como veremos ao longo deste livro, enquanto os parques nacionais objetivam a proteção de áreas sem uso humano, as Florestas Nacionais no Brasil objetivam o incentivo e a promoção do manejo florestal para a produção industrial madeireira.

A criação da Floresta Nacional do Tapajós e do Paque Nacional da Amazônia, em 19 de fevereiro de 1974, representou a emergência e o estabelecimento efetivo das duas primeiras reservas ambientais estatais⁵ na região amazônica (Mapa 1). Até aquela época, a única reserva florestal que havia sido criada na região, em 1961, a Floresta Nacional

⁵ O Paque Nacional da Amazônia e a Floresta Nacional do Tapajós foram criados no mesmo dia (19 de fevereiro de 1974), e pela sequência do número de seus decretos, em ato contínuo, respectivamente, nº 73.683 e nº 73.684. As duas reservas foram criadas no vale do rio Tapajós.

de Caxiuanã, não tinha sido implantada, e não havia qualquer outro tipo de reserva estatal na Amazônia. Destinada a promover a produção de madeira, a criação e a implantação da Flona Tapajós efetuaram-se no contexto das políticas de expansão das fronteiras amazônicas concebidas pelos governos militares nos anos 1970. Tais políticas promoveram o estabelecimento não só de reservas florestais para a produção de madeira, mas também de diversas outras reservas ambientais destinadas à proteção integral, inaugurando um amplo programa para criação de reservas, visando uma nova racionalidade em relação à exploração de recursos florestais e à conservação ambiental na Amazônia.

Ainda que no Sul do Brasil já houvesse reservas florestais implantadas com objetivos análogos, foi somente com o Código Florestal de 1965, que substituiu o Código anterior, de 1934, que a categoria “Floresta Nacional” foi pela primeira vez definida e aplicada na legislação brasileira. Segundo o Código Florestal de 1965, apesar do objetivo central de promover a produção de madeira, a categoria Floresta Nacional foi definida de forma mais abrangente, como área pública destinada pelo governo para “fins econômicos, técnicos ou sociais” (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965). O Código estabeleceu ainda que essa categoria de reserva florestal poderia ser implantada em nível nacional como Floresta Nacional, em nível estadual como Floresta Estadual ou em nível local como Floresta Municipal.

A mudança que ocorria na legislação florestal foi seguida por mudanças na estrutura executiva do Estado responsável pelas questões florestais e ambientais. Dois anos após a sanção do Código Florestal de 1965, o governo federal extinguiu as agências ambientais então existentes e criou em 1967 um novo órgão, denominado Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), subordinado ao Ministério da Agricultura, para ser responsável pela elaboração, implantação e administração dos programas relativos às políticas ambientais, incluindo as reservas florestais.⁶ Em 1979 o governo federal elaborou a primeira versão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), numa tentativa de redefinir e ampliar

⁶ Como veremos adiante, em 1989 o IBDF foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Em 2007, o IBAMA, por sua vez, sofreu forte reestruturação, sendo, então, criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011.

as categorias de reservas ambientais⁷ e criar um sistema único de administração e gerenciamento.

Mapa 1 – Floresta Nacional do Tapajós



Fonte: Oréades – Núcleo de Geoprocessamento, 2005.

Segundo esta primeira versão do SNUC, as diversas categorias de reservas ambientais denominar-se-iam “Unidades de Conservação”,

⁷ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como já indicado, somente foi sancionado na forma de lei no ano 2000. Mais detalhes no capítulo 4.

e estariam classificadas segundo dois grupos de reservas: aquelas destinadas ao “Uso Indireto”, que incluíam os Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas; e aquelas destinadas ao “Uso Direto”, que incluíam as Florestas Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental. O primeiro grupo de reservas era destinado à proteção integral, e nelas seriam proibidas quaisquer atividades que alterassem ou destruíssem os processos de preservação dos recursos naturais. O segundo grupo era destinado a conciliar conservação com atividades restritas de exploração econômica dos recursos. A configuração destas diferentes categorias de reserva implicava em objetivos e estratégias distintas em termos de conservação e exploração de recursos. O principal objetivo estabelecido para as Florestas Nacionais era o de promover a gestão dos recursos florestais, com ênfase na produção de madeira, juntamente com a pesquisa científica e a proteção de seus recursos e mananciais de água.

Essas políticas e programas governamentais deveriam criar as condições para uma expressiva expansão das reservas ambientais na Amazônia, iniciada em meados da década de 1970, de modo a promover a conservação, gestão e o manejo dos recursos florestais. A partir de 1974, com a criação da Flona Tapajós, no baixo rio Tapajós, e do Parque Nacional da Amazônia, no alto Tapajós, a região amazônica apresentaria, no transcorrer de dez anos, a criação e implantação de 24 reservas ambientais federais, dentre as quais cinco Parques Nacionais, cinco Reservas Biológicas, 12 Estações Ecológicas e duas Florestas Nacionais, cobrindo uma área de aproximadamente 12 milhões de hectares (RICARDO; CAPOBIANCO, 2001, p. 246-250).

Este amplo programa destinado a criar e a implantar as primeiras reservas ambientais na Amazônia foi formulado a partir das políticas de desenvolvimento instituídas pelos governos militares no final dos anos 1960, para a expansão das fronteiras econômicas amazônicas.⁸ Conforme veremos adiante, através destas políticas os militares implantaram um ambicioso e extenso programa governamental de desenvolvimento, visando à incorporação da Amazônia à economia política nacional.⁹

⁸ Cf. Barretto Filho (2001); Foresta (1991); Guimarães (1991), Schmink; Wood (1984, 1992).

⁹ Cf. Browder (1988); Bunker (1985); Goodland (1975); Hecht (1982); Mahar (1979); Moran (1983); Schmink; Wood (1984, 1992).

1.1.2 POLÍTICAS PARA EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS ECONÔMICAS NA AMAZÔNIA

Políticas de Estado destinadas a assegurar e promover a expansão das fronteiras amazônicas remonta aos tempos coloniais. As políticas da Coroa Portuguesa para tomar posse da região e estender as suas fronteiras no sentido oeste caracterizaram-se por fortes disputas, especialmente com a Coroa Espanhola. Mais tarde, logo após a Independência, o recém-formado Estado Brasileiro derrotou as intenções separatistas do movimento de revolta conhecido como *Cabanagem*, que chegou a propor a separação da região amazônica do domínio político e territorial brasileiro. O *boom* da borracha ocorrido no final do século XIX resultou tanto na expansão das fronteiras territoriais, com a criação do território do Acre (uma região desanexada da Bolívia no início do século XX), quanto na incorporação da economia amazônica à economia nacional, já que a borracha se tornara o segundo produto de exportação brasileiro, logo após o café.¹⁰

O rápido declínio econômico da borracha amazônica a partir da segunda década século XX, apesar de um breve *boom* durante a Segunda Guerra Mundial, desestruturou o processo de incorporação da região amazônica à economia política nacional que estava em curso. Todavia, a partir da década de 1950, com base nas políticas nacionais desenvolvimentistas que caracterizaram o período pós Segunda Guerra, o governo brasileiro começou a promover uma série de políticas destinadas à integração da região amazônica. Seu ápice se caracterizou pela construção da rodovia Belém-Brasília, concluída em 1960, no mesmo ano em que a nova capital, Brasília, era inaugurada.

Apesar desses esforços iniciais, foi somente no início da década de 1970, com as políticas de expansão das fronteiras econômicas da Amazônia conduzidas pelo regime militar autoritário, que a região chegou a ser efetivamente incorporada à economia nacional. Conforme destacou Becker, o discurso de integração nacional da Amazônia, esboçado ainda nos anos 1950, assumiu um formato mais elaborado na década de 1970, quando “foi elevado ao nível de prioridade máxima” (BECKER, 1992, p. 131-133). Em 1970 foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), destinado a promover um ambicioso programa de colonização e a implantação de uma extensa rede de

¹⁰ Cf. Oliveira (1983), Santos (1980).

estradas e portos com a finalidade de facilitar a ocupação dos espaços amazônicos considerados “vazios”. Conforme observaram Schmink e Wood (1992, p. 71), “o programa de colonização impressionava por sua abrangência e *design*”.¹¹ Em seus esforços para aliviar as pressões por reforma agrária nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, o PIN foi delineado para promover o desenvolvimento e a inserção de cem mil agricultores na região amazônica, através de projetos de colonização a serem administrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para promover este modelo de ocupação, o governo federal assumiu o controle sobre as terras localizadas numa faixa de cem quilômetros de largura, ao longo das duas margens das rodovias federais. Isto significava, por exemplo, que o governo federal controlaria mais de setenta por cento do estado do Pará e todo o estado do Acre.

O PIN também promoveu a melhoria da infraestrutura regional, através da construção de uma extensa malha viária, estrutura portuária e aeroportos. Durante este processo de ocupação da Amazônia, as rodovias federais, Transamazônica (BR-230) e Santarém-Cuiabá (BR-163), tiveram importância estratégica fundamental, interconectando o Brasil de leste a oeste (Transamazônica), e de norte a sul (Santarém-Cuiabá). Estas duas rodovias cruzam-se na área fronteira dos municípios de Itaituba e Santarém, no estado do Pará. Com controle sobre todas as terras localizadas numa faixa de cem quilômetros de cada lado destas duas rodovias, o governo federal efetuou nessas áreas a maioria de seus projetos de colonização. Não foi sem intento que exatamente no local em que se cruzam as rodovias (Transamazônica e Santarém-Cuiabá), para onde milhares de pessoas de diversas regiões do país convergiram para serem assentadas nos projetos governamentais de colonização, a Flona Tapajós foi estabelecida.

Em 1974 o Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDAM) substituiu o PIN, conferindo uma nova dimensão aos projetos governamentais na região. Dando continuidade e reforçando as políticas de expansão da fronteira amazônica, o II PDAM preconizava a implantação de 15 polos de crescimento econômico, denominados “Poloamazônia”. Gerido por uma estrutura burocrática nova e mais potente, e fornecendo infraestrutura e incentivos fiscais creditícios ao setor privado, os polos de crescimento baseavam-se numa nova racionalidade política e econômica, caracterizada pelo

¹¹ Todas as referências em língua estrangeira foram por mim traduzidas.

“redirecionamento do investimento público e privado para áreas consideradas com potencial econômico” (SCHMINK; WOOD, 1992, p. 78). Becker (1992, p. 133) observou que daquele momento em diante o governo tornara-se mais seletivo e, em vez de atuar numa escala macrorregional, passaria a agir numa escala sub-regional.

A implantação de todos estes grandes projetos exigiu considerável infraestrutura destinada a facilitar a instalação das áreas de prospecção mineral, a viabilização do transporte da produção e a geração de energia para as unidades de processamento mineral. Além da construção de estradas, o II PDAM também contemplou a construção e a modernização de portos e aeroportos, além da construção de represas hidroelétricas como Tucuruí e Balbina. O conjunto destes empreendimentos econômicos exerceu grande impacto na economia local e nas relações de poder. A economia tradicional, baseada na atividade extrativista florestal, foi substituída pelos empreendimentos capitalistas em grande escala, com interesses localizados fora da região, deslocando assim também a estrutura do poder local.

O setor madeireiro sofreu impacto similar. A produção regional de madeira, como se verá adiante, era considerada anacrônica, desorganizada e improdutivo. Com vistas à modernização da indústria madeireira regional, o setor foi contemplado no II PDAM através do *Polo Tapajós*, para implantação no vale do rio Tapajós, conforme encontra-se expresso no texto das “Políticas para o Desenvolvimento de Recursos Florestais e o Uso Racional dos Solos Amazônicos” (SUDAM, 1976). Em atendimento a uma antiga demanda por uma forte política florestal e dispondo de recursos que viessem favorecer a exportação madeireira, o II PDAM financiou um programa de desenvolvimento florestal abrangente, fornecendo não apenas incentivos fiscais e creditícios à indústria madeireira, mas também elaborando estudos e levantamentos florestais, assim como criando Florestas Nacionais para promover a exploração e produção madeireira, iniciado com a Flona Tapajós. A abertura de novas fronteiras econômicas, por onde os recursos naturais tornaram-se foco central para exploração acelerada, não apenas remodelou as relações sociais e econômicas, mas também reconceituou o ambiente natural, criando áreas de reservas e demais regulamentações destinadas a disciplinar o acesso e o controle dos recursos florestais.

Ao mesmo tempo que implantava reservas para a produção de madeira na região amazônica, o governo federal também estabelecia as primeiras reservas destinadas à proteção integral dos recursos

naturais. No mesmo ano em que a Flona Tapajós foi criada, o governo federal também criou o primeiro parque da região, o Parque Nacional da Amazônia, o qual igualmente se localiza no vale do rio Tapajós. Este duplo movimento na criação de reservas reflete o modo como o discurso e a prática ambiental do Estado brasileiro estiveram forte e intimamente associados aos programas de desenvolvimento que estavam sendo implantados através das políticas de expansão das fronteiras econômicas amazônicas.¹² Analisando esta estreita relação entre ecologia e desenvolvimento, Guimarães (1991, p. 130-31) ressaltou também que foi neste período que “a quase totalidade da estrutura institucional destinada a lidar com a gestão de recursos e a proteção ambiental foi posta em ação”, além de “promulgada a maior parte da legislação ambiental brasileira”.

1.1.3 RESERVAS FLORESTAIS E CONFLITOS SOCIAIS

Até 1974, quando a Floresta Nacional do Tapajós foi criada, as pessoas aqui tinham uma vida muito tranquila, trabalhando para a sobrevivência, plantando suas lavouras, pescando, caçando. De repente, alguém do IBDF apareceu dizendo que nós não poderíamos mais trabalhar, que não poderíamos mais plantar nossas lavouras, que não deveríamos mais derrubar as árvores. Ele disse que era proibido porque na área tinha sido criada uma Floresta Nacional que, de agora em diante, era de propriedade da nação... uma Floresta Nacional que não deveria ter família nenhuma morando dentro. (Residente da comunidade de Piquiatuba, Flona Tapajós, 1996).

Com algumas variações, eu ouvi versões como a acima em relação à criação da Floresta Nacional do Tapajós de praticamente todas as pessoas que entrevistei em cada comunidade que visitei em 1996, para conduzir meu primeiro estudo sobre as 18 comunidades cujos territórios foram sobrepostos por aquela reserva florestal.

Ouvindo as narrativas das pessoas acerca da criação da Flona Tapajós, tomei conhecimento dos sérios transtornos sofridos em decorrência da implantação desta reserva, no que diz respeito ao acesso aos recursos florestais e aos direitos de usos comuns da terra, direitos adquiridos por eles no decurso de uma longa história de ocupação.

¹² Cf. Barretto Filho (2001); Foresta (1991); Guimarães (1991).

Conforme me explicavam, quando a Flona começou a ser implantada, os esforços do governo para deslocar as pessoas de suas terras provocaram forte reação entre elas, e a maioria recusou-se a sair. Organizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as pessoas das comunidades haviam lutado destemidamente não apenas para permanecer em suas terras, mas também para manter o acesso e o controle sobre os recursos que consideravam adequados para suprir suas necessidades. Uma das ações comunitárias foi demarcar, em 1984, os limites da área que pleiteavam para seu uso exclusivo.

O governo tentou impor às comunidades não apenas um deslocamento forçado, mas também restrições ao acesso aos recursos florestais, fonte de sua subsistência e modos de vida. Entre estas restrições, elas foram proibidas de implantar lavouras nas áreas mais centrais da floresta, ou de desenvolver qualquer atividade de caça. Segundo várias pessoas, os funcionários do governo justificavam a criação da Flona Tapajós, os esforços para deslocar as pessoas, e a restrição sobre recursos, dizendo “que era para proteger a floresta”. Expressando forte ressentimento, as pessoas com frequência ponderavam: *“Por que eles criaram uma Floresta Nacional para proteger a floresta? Nós sempre temos vivido aqui, nossos avôs e bisavôs já viviam aqui, e nunca nenhum de nós destruiu a floresta. Essa floresta ainda existe porque nós temos protegido ela”*.

Conforme ia conduzindo este levantamento eu comecei a compreender, pela primeira vez, os conflitos sociais em torno da criação e implantação das reservas ambientais na região amazônica, iniciada a partir da década de 1970. Talvez por uma percepção ingênua, não imaginava até então que as áreas de proteção ambiental poderiam ser promotoras de tão abrangentes conflitos. Eu tendia a concebê-las simplesmente como áreas para a promoção da conservação da natureza, a serem protegidas da intervenção humana, e, como tal, era simpática a essa proposta. A partir do caso da Flona Tapajós, foi marcante perceber a extensão dos conflitos sociais que podem ter sido originados da implantação de reservas ambientais na região amazônica.

Logo se tornaria claro que os conflitos sociais na Flona Tapajós não se verificavam de forma isolada. Ao contrário, conflitos análogos surgiram na maioria das reservas criadas durante as décadas de 1970 e 1980 na Amazônia, as denominadas “unidades de conservação”. Apesar de estas reservas estarem sujeitas a uma regulamentação que proibia a presença de moradores no interior de suas fronteiras,

independentemente das diferenças nos objetivos relacionados à conservação e exploração de recursos, a maioria destas unidades de conservação sobrepôs-se aos territórios de um grande número de grupos sociais que, segundo a legislação, deveriam ser removidos das áreas destinadas às respectivas reservas. A despeito de a criação das reservas implicar no deslocamento forçado das pessoas do lugar, elas não tiveram qualquer participação na elaboração das propostas para as respectivas unidades de conservação (MOREIRA; RAMOS; ANDERSON, 1996, p. 12) e, como aconteceu no caso da Flona Tapajós, elas apenas souberam da sua criação no momento em que o governo iniciava os esforços para removê-las.

Um dos mais notórios processos de deslocamento forçado de populações com longo histórico de ocupação motivado pela sobreposição dos limites de uma reserva foi sofrido pelas comunidades afro-brasileiras, conhecidas como “Remanescentes de Comunidades de Quilombos”,¹³ cujos territórios foram sobrepostos pelos limites da Reserva Biológica Trombetas (Rebio Trombetas), criada em 1979 no estado do Pará (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Configurando o tipo de reserva mais restritiva em termos de conservação de recursos naturais, a Rebio Trombetas foi responsável pela remoção de diversas famílias de suas terras e pela proibição ao acesso e usos dos recursos naturais necessários às suas tradicionais formas de sustento. “A Reserva Biológica literalmente se apossou das fontes de recursos necessários às suas necessidades de subsistência: os peixes nos lagos, rios e tributários, as sementes e frutos coletados na floresta, cipós e palha para a cobertura de casas e o artesanato e a madeira para a construção de canoas” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 209).

O Parque Nacional do Jaú, criado em 1980, e a Estação Ecológica de Anavilhanas, criada em 1981, ambos no estado do Amazonas, também engendraram disputas com comunidades camponesas, conforme Barretto Filho (2001) demonstrou em sua tese sobre a criação e o estabelecimento daquelas duas reservas. Em tais situações, todavia, a remoção das pessoas não foi tão expressiva, embora este não fosse

¹³ *Remanescentes de Comunidades de Quilombos* refere-se a uma categoria histórica compreendendo os descendentes de escravos que fugiam para locais remotos onde fundavam os quilombos. Em 1988, a nova Constituição brasileira reconheceu o *status* legal das áreas de *Remanescentes de Comunidades de Quilombos* (Art. 68), outorgando direitos aos povos quilombolas sobre seus territórios. Sobre essa temática ver Almeida (1998, 2008); Arruti (1997, 2006); Leite (2005); O’Dwyer (2002).

o caso em relação às restrições ao acesso aos recursos. Mais tarde, na década de 1990, a despeito da legislação, a administração do Parque do Jaú modificou as relações com as pessoas residentes e, em vez de retirá-las da área, buscou envolvê-las no seu plano de manejo.

Apesar da escassez de registros documentais, a maioria das reservas ambientais na Amazônia, tanto as de proteção integral quanto as destinadas ao uso direto, depararam-se com o dilema da presença humana, como foi discutido no Seminário Internacional sobre a Presença de Populações Humanas em Áreas Protegidas, que ocorreu em Brasília, em novembro de 1996 (MOREIRA; RAMOS; ANDERSON, 1996).

A criação destas reservas trouxe uma nova realidade às pessoas destas regiões: elas não mais controlavam seus territórios segundo relações historicamente constituídas, pois, sob o *status* de reservas federais, era o Estado que passaria a definir as leis que regulamentariam a ocupação e o acesso e a exploração de recursos naturais. Tal intervenção direta do Estado nestas áreas, resultante da criação e implantação das reservas, redefiniu fronteiras territoriais, assim como direitos e meios para sua apropriação, com uma disposição evidentemente contrária aos interesses das comunidades e grupos locais. Neste sentido, como bem expressou uma liderança da comunidade de Pedreira, na área da Flona Tapajós: *de agora em diante ela era propriedade da nação... Uma Floresta Nacional onde não deveria ter nenhuma família residindo nela.*

1.2 CONTROLE ESTATAL SOBRE OS RECURSOS FLORESTAIS E AS RELAÇÕES SOCIAIS

1.2.1 O PLANEJAMENTO ESTATAL E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS GRUPOS SOCIAIS

Não obstante as áreas de reserva florestal sob o domínio e o controle do Estado só tenham sido implantadas recentemente na Amazônia, elas não são fenômeno novo no sentido do redirecionamento do acesso aos recursos florestais ou como fonte de conflitos sociais em áreas rurais. Na Europa moderna, desde muito cedo as florestas tornaram-se notáveis espaços de disputas entre concepções conflitantes em relação aos direitos de acesso aos recursos florestais, como bem demonstrou E. P. Thompson (1975) em sua análise sobre *The Origin of the Black Act* – lei sancionada na Inglaterra em 1723, para tornar

atos costumeiros, como caçar cervos sorrateiramente à noite ou cortar árvores de florestas reais, em transgressões sujeitas à pena de morte. Nesta análise, Thompson demonstra que sua emergência e aplicação eram produtos dos confrontos que a sociedade britânica do século XVIII enfrentava para redefinir o domínio e o controle das florestas, o que se revelava nas multifacetadas disputas sobre o acesso aos seus recursos que se seguiu aos cercamentos (*enclosures*). Ao converter algumas modalidades tradicionais de usos comuns dos recursos florestais e de caça em crime, a implantação da lei denominada *Black Act* constituía-se, na verdade, uma tentativa de impor uma nova economia florestal através da introdução de novos modos de apropriação dos recursos e valores econômicos, e, nesse processo, promover uma desestruturação dos antigos direitos comunais sobre as áreas de florestas.

Um século mais tarde a França vivenciou um processo similar, com a implantação do Código Florestal Nacional, de 1827, o qual, conforme destacou Sahlins (1994, p. x), “foi sistematicamente restringindo os direitos ao uso dos recursos florestais, essenciais às formas de vida relacionadas à agricultura e ao pastoreio”. Analisando o movimento de resistência campesina a tais restrições, cujos protagonistas desempenharam o drama que veio a ser conhecido como “a guerra das *demoiselles*” (*the war of the demoiselles*), Sahlins também nos revelava a sociedade francesa igualmente experienciando processos de mudanças nas concepções de direitos e acesso aos recursos florestais, remodelando uma nova economia florestal a expensas de antigos modos de usos comuns dos recursos. Em ambos os casos, tanto na Inglaterra como na França, “o conflito florestal era, desde sua origem, um conflito entre usuários e exploradores” (THOMPSON, 1975, p. 245); entre aqueles que tinham a floresta como fonte comum para reprodução de formas culturais e econômicas de vida, e aqueles que viam a floresta como fonte privativa para a acumulação econômica. Nas duas situações, a resistência camponesa tentava retomar o livre acesso às áreas florestais, o qual estava sendo minado pelas inexoráveis transformações que se impunham sobre antigos direitos comunais de uso e acesso aos recursos florestais, e pelas novas relações políticas e econômicas que se consolidavam e se ampliavam.

A criação e implantação de reservas ambientais na região amazônica, iniciada em meados da década de 1970, também significou a imposição de um novo modelo de ocupação e administração florestal, que afrontava diretamente as formas de usos comuns tradicionais

dos recursos florestais, o que acabou gerando uma série de conflitos sociais. Apesar da grande dimensão de tais conflitos, ainda é pequeno o conhecimento sobre estes processos e as dinâmicas das situações específicas. O pouco que se escreveu a respeito focalizou os conflitos em reservas de proteção integral, como os Parques Nacionais, Reservas Biológicas ou Estações Ecológicas.¹⁴ Não há praticamente nada escrito no tocante aos conflitos em Florestas Nacionais, apesar de os registros indicarem a intrusão dos limites de tal tipo de reserva em territórios de vários grupos sociais em praticamente todos os lugares em que foram implantadas (RICARDO; CAPOBIANCO, 2001). Estudos existentes sobre políticas para as Florestas Nacionais têm, de modo geral, desconsiderado as questões relativas aos conflitos sociais nestas reservas.

A despeito da ausência de estudos sobre estes casos, os conflitos sociais gerados pelas tentativas de expulsão de pessoas do interior das Florestas Nacionais, como no caso da Flona Tapajós, revelam a enorme dimensão das disputas travadas entre as esferas governamentais, responsáveis pelas políticas florestais, e as populações locais, especialmente as sociedades camponesas. Em entrevistas com funcionários do IBAMA em Brasília, eles geralmente comentavam que as medidas tomadas para a remoção de pessoas de áreas de Florestas Nacionais haviam sido equivocadas, resultantes de erros de concepção quanto à administração de reservas. Certa vez, quando perguntei a um funcionário do IBAMA sobre as primeiras tentativas do governo para remover pessoas da área da Flona Tapajós, ele simplesmente respondeu: *Foi um absurdo*. Em resposta ao mesmo questionamento, outro funcionário, que trabalhava no então IBDF na época em que a Flona Tapajós havia sido criada, disse: *Foi imprudente, mas foi consequência daquele momento político. Não sabíamos nada acerca da existência daquelas pessoas na Amazônia. Sabíamos apenas que a região era um lugar desabitado, vazio*.

A (falsa) projeção de que a região amazônica era um lugar desabitado, ocultando as formas locais de organização social, especialmente de grupos camponeses, encontra-se já bem analisada na literatura acadêmica. Em seu livro *Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy*, Nugent (1993) fez uma análise interessante sobre camponeses na Amazônia conhecidos como “caboclos”, destacando o processo histórico que encobriu as

¹⁴ Cf. Acevedo; Castro (1994); Barretto Filho (2001); Diegues (1998).

organizações sociopolíticas destes grupos sociais, os quais Nugent denominou de “neoamazônicos”. Como destacado pelo autor, “de forma geral, tais sociedades, originárias nos interstícios do aparato colonial, nunca obtiveram um *status* pleno como grupos sociais completos” (NUGENT, 1993, p. 21).

Com base em trabalho de campo desenvolvido no município de Santarém, no baixo Tapajós, mesma região que o presente estudo focaliza, Nugent (1993) discorreu sobre as percepções acerca dos camponeses conhecidos como “caboclos” na Amazônia, que podem ser observadas tanto no meio político quanto acadêmico. Segundo ele, estes grupos sociais têm sido sistematicamente representados de forma deturpada, através de estereótipos que descaracterizam suas organizações sociais e, como resultado, eles têm sido isolados dos benefícios das políticas de desenvolvimento local. O autor declarou que, apesar da atenção sem precedentes dedicada à região amazônica nos últimos anos, os camponeses na Amazônia

[...] não têm sido totalmente negligenciados, mas quando levados em consideração, são quase sempre deixados em segundo plano, à sombra de atributos naturais de maior expressão. Eles são visíveis, mas raramente vistos [...] Os neoamazônicos são normalmente descritos como “populações”, de tendências migratórias, ou simplesmente habitantes, em vez de membros integrais de sociedades reais. (NUGENT, 1993, p. 20).

O foco principal da análise de Nugent foi compreender as razões subjacentes ao que ele denominou “invisibilidades” virtuais projetadas sobre as sociedades rurais amazônicas, que se refletem tanto nas políticas de Estado quanto nas pesquisas acadêmicas sobre a Amazônia. Nugent (1993) apontou estas invisibilidades como estando profundamente enraizadas, primeiro, na imagem da Amazônia projetada como um espaço natural no qual a sociedade seria “intrusiva”, e, segundo, no tipo de patologia atribuída aos *caboclos*. Ele argumentou que os caboclos são geralmente vistos como constituindo uma espécie de *elo perdido* entre civilização e natureza, sem nenhum vínculo com as sociedades pré-coloniais, e incapazes de construir uma nova organização social. Tal visão seria resultado da forma como a Amazônia tem sido retratada pelo Ocidente, como um universo em que a sociedade se encontra continuamente subordinada à natureza, enquanto espera pela intervenção externa e decisiva para domesticá-

la e substituir as suas relações sociais consideradas *patológicas*. Neste sentido, afirma que “a criação da Amazônia moderna envolveu a erradicação das sociedades e a sua emergência como um espaço primeiramente natural” (NUGENT, 1993, p. 32).

Para Nugent (1993), as consequências de tal discurso sobre a Amazônia, que era repetidamente reforçado por imagens enfatizando o domínio da natureza sobre a sociedade, têm endossado “invisibilidades sociais”, especialmente no que diz respeito aos camponeses. Entendendo que tais invisibilidades se refletem em diversos interesses nacionais e internacionais, especialmente econômicos, o autor destacou a utilização de justificativas em torno da “escassez” de recursos e de “bens globais”. Como um repositório de bens naturais relativamente baratos, muitos dos quais já exauridos em outras áreas, a Amazônia teria se tornado centro da atenção de empreendimentos de larga escala, tanto quanto de setores ambientalistas, além de órgãos estatais e agências multilaterais, como o Banco Mundial, os quais Nugent elege como as vozes mais bem articuladas nestes processos. Contudo, segundo ele, tanto para os ambientalistas como para os doadores e/ou investidores, os camponeses amazônicos sempre foram objetos de interesse marginal, permanecendo, desta feita, fora das suas agendas. Da perspectiva dos ambientalistas, os camponeses têm sido considerados incapazes de gerir a floresta sem destruí-la. E, “da perspectiva das formas de exploração dos recursos em grande escala, os camponeses amazônicos são, quando muito, irrelevantes, e, por esta razão, não surpreende que eles sejam ignorados” (NUGENT, 1993, p. 36).

Realçando de que forma os grupos sociais identificados como caboclos têm sido desqualificados como beneficiários de programas ambientais e de desenvolvimento econômico, Nugent (1993) assinalou apropriadamente a necessidade de se repensar os modos pelos quais eles têm sido representados tanto na academia quanto nas esferas políticas. Sua análise representa, neste sentido, uma das abordagens mais inovadoras para a compreensão da construção da categoria denominada caboclo, chamando a atenção para os mecanismos de poder que suportam as contínuas representações equivocadas dos grupos camponeses da Amazônia, assim como para as implicações políticas e econômicas refletidas nas políticas oficiais. Muitos destes aspectos podem ser observados no caso das comunidades da Flona Tapajós, especialmente durante a fase inicial de implantação da reserva, quando o governo tentou forçar os deslocamentos das pessoas das comunidades locais para fora de seus territórios. Identificadas como *caboclos*, estas

peças eram também sistematicamente representadas de forma deturpada, como *invasores*, *ocupantes eventuais* ou até mesmo *intrusos*, categorias que ignoravam ou que retiravam qualquer conexão que as pessoas pudessem ter com a terra ou com uma forma de organização social mais complexa. Nos relatórios elaborados naquele período sobre a Flona Tapajós, as comunidades são frequentemente descritas como “desprovidas de conhecimento sobre solos” e de outras atividades relacionadas a recursos florestais.

Contudo, na medida em que a análise de Nugent lança luzes sobre os motivos subjacentes às persistentes e deturpadas representações desses grupos sociais da Amazônia, a noção de “invisibilidade” apresenta algumas limitações à análise dos conflitos sociais na Flona Tapajós. A noção de “invisíveis” nos levaria a entender os conflitos sociais causados pelas tentativas governamentais de deslocamento forçado das pessoas como consequência de um equívoco administrativo, que as teria desconsiderado no projeto desta reserva florestal. Consequentemente, a mudança na legislação, permitindo que “populações tradicionais” permanecessem nas Florestas Nacionais, e incorporando no planejamento da reserva a ocupação da terra pela comunidade, seria entendida como uma retificação de um erro inicial de construção pelo governo. No entanto, conforme o surgimento do movimento indígena por parte das três comunidades na Flona Tapajós nos mostra, tal explicação não elucidaria porque os conflitos sociais não foram solucionados, mesmo depois que essa mudança na legislação foi sancionada e implantada.

Como já assinalado, os três momentos nos quais os espaços e as identidades sociais na floresta foram redefinidos na Flona Tapajós apontam para um processo mais complexo, cujo entendimento não poderia ser alcançado através da noção de “invisibilidade”. Se estas comunidades tivessem sido “invisíveis” aos olhos do Estado ou negligenciadas no planejamento político-administrativo para esta reserva, o governo não teria se esforçado tanto para remover as pessoas da área, nem se delongado demasiadamente para reverter seu posicionamento ao constatar a existência delas ou enfrentar a forte resistência que empreenderam. Ao contrário, o governo procurou sistematicamente reprimir os movimentos de resistência que se configuraram, assim como se empenhou em aplicar diversas formas de coerção e restrição do acesso aos recursos florestais para, assim, inviabilizar a permanência das pessoas na área e forçar a sua remoção. Tais esforços governamentais para neutralizar as reivindicações das comunidades locais na Flona Tapajós eram indicativos de que, ao

longo deste processo, as pessoas das comunidades não eram “invisíveis” ou negligenciadas, mas, ao contrário, *elas e suas remoções forçadas* da área constituíam alvos precisos das políticas de planejamento do Estado para controle das relações sociais e dos espaços florestais. Como nos lembra Malkki (1995, p. 496), “movimentos involuntários ou forçados de pessoas são sempre apenas um aspecto de constelações bem maiores de processos e práticas sociopolíticas e culturais”.

Assim, eu analiso as tentativas de remoção compulsória das pessoas na Flona Tapajós como sendo uma estratégia governamental deliberada para o exercício de controle sobre elas e sobre os espaços, e não porque estivessem sendo “invisíveis”, ou negligenciadas aos olhos do Estado, como, talvez, argumentaria Nugent (1993). Assim, a posterior aceitação pelo governo da permanência das comunidades locais no interior desta reserva na condição de “populações tradicionais” não poderia ser compreendida simplesmente como refletindo um ajuste menor de um equívoco involuntário anterior. Em vez disso, diante da resistência comunitária, tal aceitação pelo governo federal foi compreendida como parte de novas estratégias que se tornaram necessárias para continuar a exercer controle sobre os espaços e as relações sociais. Da mesma forma, eu analiso o movimento indígena que emergiu entre as três comunidades na Flona Tapajós como também refletindo uma forma de resistência às novas modalidades de controle social e espacial que se revelariam através da então recém-criada categoria “populações tradicionais”, que lhes foi imposta oficialmente pelas instâncias governamentais.

1.2.2 A UTOPIA DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

Foi através da leitura do livro de James Scott (1998), denominado *Seeing like a State*, que comecei a refletir sobre a criação e a implantação da Floresta Nacional do Tapajós, entre outras reservas ambientais criadas na região amazônica a partir de meados da década de 1970, como um processo de reconfiguração dos cenários sociais e naturais induzido pelo planejamento estatal. Na análise sobre a implantação e os fracassos de vários programas governamentais de engenharia social que incorreram em significativos impactos sociais e ambientais – tais como a coletivização na Rússia, a construção de cidades modernas como Brasília-DF, no Brasil, ou a criação de vilas compulsórias na Tanzânia –, Scott (1998) examinou de que forma as relações sociais e as

paisagens naturais são transformadas pelas políticas de planejamento do Estado, destacando, como ele mesmo expressou, “quão profundamente a sociedade e o meio ambiente têm sido remodelados pelo exercício de legibilidade dos mapas estatais”.¹⁵

Ao aplicar a expressão *state map of legibility*, que traduzo como “exercício de legibilidade dos mapas estatais”, Scott tem em mente as práticas cartográficas que buscam reduzir as suas representações a elementos mínimos, de rápida e fácil leitura e apreensão. Assim, ele discute os processos pelos quais o Estado empenha-se para simplificar a natureza e a sociedade, de forma a enquadrá-las em categorias-padrão de classificação que melhor se ajustem ao seu mapa cadastral. Estas formas de simplificação, Scott ressalta, além de reduzirem realidades sociais a um formato mais legível e conveniente às ações administrativas,

[...] quando aliadas ao poder do Estado [...] possibilitam que se refaça grande parte da própria realidade retratada por elas. Assim, um mapa cadastral do Estado criado para caracterizar proprietários passíveis de taxaço não apenas descreve um sistema de títulos de posse de terra; ele cria tal sistema, e o faz utilizando-se de sua capacidade de dar força de lei às categorias por ele estabelecidas. (SCOTT, 1998, p. 3).

Explorando os fundamentos da moderna arte de governar, Scott ressaltou que o exercício de governança pelo Estado moderno depende de unidades simplificadas e padronizadas através das quais ele possa estar presente e administrar. Tal dependência advém da necessidade do Estado moderno de atuar com complexas e multifacetadas organizações sociais e modos de apropriação dos recursos e dos espaços, o que aos seus olhos se revelam como uma cacofonia: “O pesadelo não é vivido por aqueles cujas práticas particulares estão sendo representadas, mas pelos agentes do Estado que aspiram a um código administrativo nacional uniforme e homogêneo” (SCOTT, 1998, p. 35). Portanto, para potencializar a operacionalidade das ações administrativas e o exercício de controle, ou seja, para que possa governar, o Estado moderno recorre ao desmembramento das complexas relações sociais e espaciais, forjando a sua transformação em unidades simples e uniformes que mais facilmente possam ser manipuladas e controladas. “Quanto mais

¹⁵ No original: *how thoroughly society and the environment have been refashioned by the state map of legibility* (SCOTT, 1998, p. 3).

os objetos possam ser tratados como unidades padronizadas, maior será o poder das resoluções no exercício do planejamento estatal” (SCOTT, 1998, p. 346).

A perspectiva traçada por Scott foi elaborada a partir da invenção da moderna silvicultura científica (*scientific forestry*), no final do século XVIII na Alemanha, tema caro ao presente estudo, pois, como será visto no capítulo 3, fundamentou e motivou as várias escolas de silvicultura em todo o mundo, assim como a subseqüente criação e disseminação das reservas de Florestas Nacionais. Apesar de reconhecer sua importância em termos históricos, Scott, contudo, aborda a invenção da silvicultura científica como uma metáfora. Assim, colocando o surgimento da silvicultura científica no contexto das iniciativas centralizadas de construção do Estado daquele período, quando os agentes públicos começam a se conscientizar do risco de escassez e esgotamento dos recursos florestais e da necessidade de instrumentos mais eficientes de gestão e planejamento florestal, Scott apontou para os sucessivos e cada vez mais precisos métodos de mensuração das espécies florestais que começaram a ser desenvolvidos e que proporcionavam “legibilidade” à floresta. Tal legibilidade possibilitava aos agentes governamentais não apenas o controle sobre os recursos florestais, mas também a manipulação de espécies arbóreas que poderia ser feita em consonância com interesses econômicos ou outros.

Naquele contexto, as técnicas padronizadoras e uma visão utilitarista dominante favoreceram o desenvolvimento da gestão e do manejo de monoculturas florestais visando a sua produtividade econômica, desprezando, desta forma, as florestas naturais detentoras de maior diversidade, porém menos lucrativas em termos produtivos e monetários. Além disso, o desenvolvimento da silvicultura científica prometia consideráveis ganhos para a gestão e manejo centralizados das florestas. Como Scott (1998, p. 18) afirmava,

[...] este ambiente controlado de uma floresta redesenhada¹⁶ cientificamente prometia uma série de vantagens consideráveis. Ela poderia ser sinopticamente observada pelo silvicultor chefe; ela poderia ser mais facilmente supervisionada e sua madeira explorada segundo planejamentos centralizados e de longo prazo; ela promoveria uma *commodity* constante e uniforme,

¹⁶ Scott (1998, p. 36) informa em nota de rodapé que ele adotou o termo “*redesigned*” do livro de Maser (1988), *The Redesigned Forest*.

eliminando, desta forma, uma das principais causas de flutuação dos rendimentos; e ainda criaria um campo natural legível que facilitaria a manipulação e a experimentação.

Tratava-se, pois, do *sonho utópico* da nascente silvicultura científica que se projetava em busca de uma “floresta perfeitamente legível, plantada com árvores uniformes de uma mesma idade, e de uma única espécie” (SCOTT, 1998, p. 82).

Assim, aplicando a perspectiva desta floresta racionalizada e homogênea, composta por alinhamentos retilíneos de árvores uniformes cultivadas em grandes extensões de terra e livres de sub-bosques, Scott procura desvendar a racionalidade presente na moderna arte de governar, a qual se fundamenta na padronização e simplificação, do mesmo modo que as práticas do manejo florestal científico. De forma semelhante à silvicultura científica, que reduzia complexos *habitats* pela implantação de unidades uniformes e replicadas que poderiam ser abstraídas da realidade e expressas em categorias padronizadas, o projeto de modernização do Estado fundamenta-se na desconstrução de complexas relações sociais e espaciais, e no seu remodelamento em unidades simplificadas e padronizadas, que são “mais fáceis de monitorar, calcular, abordar e gerir” (SCOTT, 1998, p. 81-82). Como objeto e instrumento de planejamento do Estado moderno, a remodelagem das unidades sociais e da paisagem natural em formas mais simplificadas e padronizadas proporciona a legibilidade e adequabilidade requeridas pelos agentes do Estado.

Esta ótica sincronizada da moderna arte de governar discutida por Scott é evocativa da modalidade panóptica de poder apresentada por Foucault (1984) em seu livro intitulado *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Para explicar esta modalidade panóptica de poder, Foucault também utilizou como exemplo uma invenção moderna, que reproduziria igualmente uma racionalidade de homogeneização nas relações sociais e espaciais fundamentando as estruturas de poder na sociedade ocidental contemporânea. O exemplo foi o projeto *Panóptico* de prisão de Jeremy Bentham, cuja estrutura arquitetônica consistia de um grande edifício circular no qual os prisioneiros eram alojados em pequenas celas individuais distribuídas ao longo da sua circunferência, com uma torre de observação no centro do edifício, da qual todas as celas poderiam ser monitoradas simultaneamente. Da mesma forma que a moderna silvicultura científica, este arquétipo de prisão também visava maximizar a observação e o controle através de uma ótica sincronizada de longo alcance.

Do mesmo modo que a invenção da silvicultura científica, o projeto panóptico de prisão também foi usado como laboratório para a projeção das técnicas disciplinares que visavam à homogeneização e padronização dos espaços e dos comportamentos individuais. Foucault (1984, p. 218) definiu as “disciplinas” como “técnicas específicas para assegurar o ordenamento das multiplicidades humanas”, e aplicou sua concepção panóptica de poder à totalidade do corpo social, isto é, a todos os aparatos de poder da sociedade. Assim, tal conceito de poder não foi compreendido como uma entidade em separado, localizada em uma parte específica da estrutura social, ou que fosse apropriada por alguém em particular. Em vez disso, para Foucault, o poder encontra-se distribuído e aplicado nos vários níveis por toda a cadeia social, e não apenas naqueles concernentes ao Estado.

Scott, em contraste, traçou sua perspectiva de poder especificamente relacionada ao Estado, percebendo-o disseminado por todos os seus aparatos administrativos como uma maneira de assegurar a governança. Diferentemente de Foucault, que estava preocupado em desvendar os *efeitos de verdade que este poder produz*, Scott estava interessado em revelar os principais obstáculos que, na contemporaneidade, têm se interposto aos grandes planejamentos estatais modernos, que procuram de forma sistemática desconstruir complexas relações sociais e espaciais, e remodelá-las em unidades simplificadas e centralizadas.

Assim, a análise de Scott recai sobre a busca utópica do Estado moderno por um perfeito e efetivo controle sobre os espaços e as relações sociais. Segundo ele, esta busca utópica é movida por uma “ideologia altamente modernista”, a qual definiu como um conjunto de crenças no progresso técnico e científico e, “acima de tudo, no *design* racional da ordem social proporcionado pela compreensão científica das leis naturais. [...] Ela originou, obviamente, no Ocidente, como um subproduto de um progresso sem precedentes da ciência e da indústria” (SCOTT, 1998, p. 4). Enfatizando a necessidade de se distinguir uma ideologia altamente modernista da prática científica, o autor destacou que “a ideologia modernista é tanto uma questão de *interesses* quanto de *fé*” (SCOTT, 1998, p. 4, grifo do autor); trata-se, portanto, de utopia. Para Scott, a combinação de um forte estratagema de legibilidade cadastral com a motivação ideológica muito modernista teria moldado o *utópico sonho* de modernização do Estado para as intervenções administrativas e grandes aspirações de engenharia social.

1.2.3 PRÁTICAS DISCIPLINARES PARA ESPAÇOS FLORESTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A análise que Scott apresenta sobre o moderno planejamento estatal oferece-nos um instigante ponto de partida para o entendimento da introdução das reservas florestais na região amazônica, que se iniciou na década de 1970, e dos conflitos sociais advindos desses processos, do qual a Flona Tapajós é apenas uma parte. Como será visto nos próximos capítulos, a concepção e o planejamento destas reservas foram desenvolvidos dentro de um extenso programa fortemente embasado em rigorosos critérios científicos, efetivado através de cooperações técnicas internacionais, principalmente com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O programa reforçava as premissas científicas e tecnológicas que subsidiavam o projeto geopolítico militar brasileiro. Assim, em busca do *sonho utópico do projeto visionário de modernização do Estado*, como talvez expressasse Scott (1998), a conceituação e o planejamento das reservas florestais seguiam uma ideologia muito modernista que visava impor um “planejamento racional” de exploração dos recursos florestais.

Desse modo, constituindo-se objeto e instrumento do projeto de modernização do Estado para a região amazônica, a destinação de grandes áreas para estabelecimento de reservas ambientais, com características administrativas similares e centralizadas, refletia aqueles mecanismos simplificadores e homogeneizadores identificados por Scott nos esforços do Estado moderno para exercer o controle sobre os espaços e as relações sociais. Como parte das práticas disciplinares usadas para impor um novo ordenamento socioeconômico e ambiental, a introdução destas reservas ambientais na região amazônica remodelou os espaços florestais, transformando-os em categorias passíveis de serem geridas e controladas a partir dos escritórios governamentais centrais. Deste modo, compreendendo as estratégias que davam suporte ao projeto geopolítico para o controle territorial da Amazônia, a criação e a implantação de reservas florestais constituíram-se em um instrumento sofisticado para exercer, sinopticamente, o controle e a governança sobre vastas áreas de floresta por toda a região.

Aplicando-se a estrutura analítica de Scott nos é possível perceber os esforços iniciais do governo brasileiro para a remoção forçada de pessoas das áreas de reservas florestais, como no caso da Flona Tapajós, compondo parte das estratégias para impor o controle social

e espacial na nova ordem pretendida para a Amazônia. As complexas organizações sociais e as formas múltiplas de usos dos recursos florestais pelas comunidades locais desafiavam o projeto governamental de remodelar os espaços florestais e de transformá-los em categorias simplificadas de “reserva florestal”. Também desafiavam a proposta de promover a modernização e a especialização da produção industrial florestal. Portanto, para converter os espaços florestais em categorias de reserva e garantir ao governo federal o acesso exclusivo a vastas áreas de florestas era necessário não apenas a transformação destas florestas em unidades administrativas, mas também a retirada das pessoas locais, forçando, desta forma, o desmembramento de complexas formas de relações sociais e espaciais historicamente constituídas. Deste modo, o governo federal poderia libertar as áreas das reservas de complexas e entrelaçadas relações dos grupos sociais locais com a terra e com os recursos florestais. Como assinalou Scott (1998, p. 39), a imposição de “um sistema de propriedade alinhado com sua malha fiscal” é ponto crítico para o moderno planejamento estatal.

Assim, a abordagem da criação e implantação da Flona Tapajós como reflexo das práticas disciplinares para o controle territorial e social permite-nos também apreender os movimentos de resistência que emergiram entre os grupos sociais locais contra tal projeto governamental. Visualizando a resistência destes grupos como oponentes imediatos aos *utópicos sonhos dos projetos de modernização do Estado*, Scott (1998, p. 49) alerta-nos de que “precisamos ter em mente não apenas a capacidade das simplificações estatais em transformar o mundo, mas também a capacidade da sociedade de modificar, subverter, bloquear e mesmo derrubar as categorias impostas sobre ela”.

Conforme ressaltado anteriormente, na Flona Tapajós podem ser identificados pelo menos dois tipos de movimento de resistência às categorias que lhes foram impostas. No primeiro, encontramos a reação das pessoas locais contra as categorias de “invasores”, “ocupantes ocasionais” ou “intrusos”, atribuídas durante a implantação da reserva, quando a proposta inicial era forçar o seu deslocamento da área, liberando-a de residentes permanentes. Esta reação local levou à mudança na legislação federal, que permitiria então a presença na reserva como “populações tradicionais”. O segundo tipo de movimento de resistência que emergiu foi de rejeição a esta categoria de “populações tradicionais”, atribuída a eles como condição para a sua permanência no interior da Flona Tapajós, que se configurou no processo de

reconhecimento, por parte de três comunidades, de pertencimentos étnicos e de uma identidade indígena. Nas duas modalidades de movimento de resistência contra tais categorias – no primeiro caso, como *invasores* ou *ocupantes ocasionais* e, no segundo, como *populações tradicionais* – pode-se observar formas de reação contra as tentativas governamentais de reduzi-las a categorias que foram definidas pelo planejamento central.

Todavia, diferentemente de Scott, percebo estes movimentos de resistência que se observam na Flona Tapajós como mais do que simples contrarreações às deficiências no projeto de modernização do Estado, que os teria desconsiderado no planejamento inicial desta reserva florestal. Fazendo alusão à frustração que permeava o *sonho utópico da silvicultura científica* – a qual também desconsidera a relação simbiótica entre os vários elementos na natureza, vendo-a como entrave aos resultados prometidos, Scott (1998) assinalou como principais obstáculos aos alcances dos programas governamentais de engenharia social, as impropriedades administrativas que resultavam da excessiva simplificação, presente no visionário mapa do planejamento estatal, que tende a ignorar a diversidade das realidades sociais locais. Tal entendimento nos levaria a explicar os conflitos na Flona Tapajós, gerados pelas tentativas de remoção forçada dos residentes do interior da reserva, como resultantes da ausência de conhecimento, por parte dos agentes responsáveis pela então administração das reservas florestais, acerca das organizações sociais locais. Este entendimento, no entanto, não nos elucidava porque os conflitos continuaram, mesmo após a mudança na legislação, que passou a permitir a permanência das pessoas das comunidades na área da reserva.

Reduzindo o papel do Estado às suas ações administrativas, a análise de Scott lamentavelmente também tende a ofuscar a importância relativa de outras agências, além do aparato administrativo, que também teriam alguma influência nos objetivos e no *design* do projeto estatal. Além da resistência dos grupos sociais locais, o histórico recente da Flona Tapajós demonstra a importância da complexa interface que se estabeleceu entre as agências governamentais e não governamentais locais, nacionais e até internacionais, como no caso do Programa Piloto. Embora Scott afirme que o alto modernismo trata de “interesses”, ele não descreveu como estes múltiplos interesses convergem e interagem para (re)modelar as unidades sociais e florestais, como no caso da Flona Tapajós. Resenhando o livro de Scott, Mann (2001, p. 1814-1815)

também destacou que “Scott exagera sobre a relação de independência do Estado”, e ignora os interesses econômicos que concorrem no planejamento dos projetos estatais, além das múltiplas facetas que se fazem presente na composição do Estado, desconsiderando, dessa forma, o fato de que “até mesmo os opositores da ideologia modernista habitam o Estado”.

Ainda que os objetivos da moderna arte de governar do Estado sejam facilmente identificáveis no projeto da Flona Tapajós, a ênfase de Scott a um Estado moderador e coerente corre o risco de limitar a análise ao ignorar a dinâmica das relações de poder presentes por ocasião da criação e implantação da reserva e, em especial, com relação às identidades sociais das comunidades. Para evitar tais armadilhas conceituais, a análise sobre a mudança na legislação relativa às Florestas Nacionais, permitindo as “populações tradicionais” no interior destas reservas, e o movimento indígena reafirmando uma identidade étnica diferenciada, seguirá, assim, a sugestão que nos fez Foucault (1984, p. 308), de buscar compreendê-los como “efeito e instrumento de complexas relações de poder”, por onde diferentes sistemas culturais, organizações de movimentos sociais de base, discursos ambientalistas, interesses econômicos, ideologias e aparatos estatais e de agências multilaterais interagem.

Capítulo 2

Espaços e identidades sociais no baixo Tapajós

2.1 INTRODUÇÃO

2.1.1 DIAS DE ENCANTAMENTO

Foi no início de junho de 2002, quando eu visitava a comunidade de Maguari, que se começou a ouvir comentários sobre a aparição da *cobra-grande*. Falava-se que ela estava aparecendo para algumas pessoas nas proximidades da baía de Aramanáí, localizada cerca de duas horas de barco, descendo o rio Tapajós. Até aquele momento, eu já tinha ouvido muitas versões de pessoas que haviam visto a *cobra-grande* ou se envolvido de alguma forma com este ser *encantado*, que vive no fundo das águas. Porém, aquela era a primeira vez que as pessoas vivenciavam tal fenômeno enquanto eu me encontrava em campo. De modo geral, as pessoas da comunidade de Maguari demonstravam bastante apreensão quando falavam sobre a aparição da *cobra-grande* e a cada nova história que traziam, uma nova informação sobre a ocorrência era acrescida. Algumas pessoas, ainda, demonstravam receio de encontrar a *cobra-grande* no rio, como Maria e Madalena,¹⁷ que decidiram, então, caminhar por quatro horas até Belterra e em seguida tomar um ônibus para Santarém, evitando fazer o percurso de barco ao qual elas estavam habituadas.

¹⁷ Para proteger a privacidade, todos os nomes de pessoas das comunidades e de funcionários governamentais que não exerciam cargo de confiança são fictícios. Os únicos nomes verdadeiros são daqueles funcionários governamentais que, no exercício de sua função, encontravam-se em posição de autoridade e responsabilidade.

A *cobra-grande* era descrita como uma enorme serpente com olhos vermelhos e dois chifres na frente, e sua aparição naquela semana motivou recordações de muitos outros acontecimentos similares, os quais levavam pessoas incrédulas a duvidarem do próprio ceticismo sobre a existência dela. Pedro, o genro em minha família anfitriã, era uma dessas pessoas que tinham tais dúvidas. Entretanto, naquela semana, ele saiu com sua pequena embarcação (conhecida na região como rabeta), para trazer seu tio, que vinha de Santarém. Quando estavam no caminho de volta, já próximos de casa, a quilha do barco bateu em alguma coisa sob a água, a qual eles não conseguiram ver, levando o barco a quase afundar. Eles chegaram à casa de meus anfitriões muito aflitos; estavam certos de que a colisão havia sido contra a *cobra-grande*. Visivelmente assustado, o tio de Pedro estava pálido e, após relatar sobre o ocorrido, perguntou-me se eu poderia emprestar-lhe minha câmara para tirar uma foto da *cobra-grande*, caso ela aparecesse no rio naquela noite. Pedro, por sua vez, estava bastante quieto, e quando lhe perguntei sobre o incidente, ele respondeu dizendo que não queria falar sobre o assunto naquele momento. No dia seguinte, porém, ele veio me ver e disse: *Edviges, agora eu posso falar sobre o que aconteceu ontem. Olha, eu não estou dizendo que não acredito que a cobra-grande existe, mas eu não acho que nós batemos contra ela ontem à noite. Eu acho que nós batemos na copa de uma árvore* (entre as que permanecem submersas durante o período chuvoso, quando os rios sobem e encobrem parte da vegetação das suas margens). Pedro disse-me ainda que ele próprio tinha voltado ao local do incidente cedo pela manhã, para se assegurar do que realmente poderia ter ocorrido.

Tereza, uma mulher de 45 anos, entretanto, tinha muito mais convicção de que a *cobra-grande* existia. Quando conversei com ela sobre a sua aparição naqueles dias, ela disse estar segura de que essa *cobra-grande* era “*dona Ivardina*”. “Quem é *dona Ivardina*?” – perguntei-lhe, então. Ela respondeu informando que Ivardina era uma mulher que viveu em Aramanaí. Quando ela tinha cerca de 40 anos de idade, porém, passou a se comportar de uma forma estranha. Ivardina começou a andar de um lado para outro carregando uma pilha de lenha nos braços. Andava assim durante dias; dia após dia, até que desapareceu completamente; sua família a procurou durante semanas sem conseguir qualquer sinal. Tereza disse que esse acontecimento ocorrera há mais ou menos trinta anos, e que a família de Ivardina decidiu, então, visitar Saulo, um curandeiro famoso da comunidade Taquara, que morreu em 1998. Segundo Tereza, Saulo confirmou que Ivardina fora encantada e que ele instruíra a família dela

sobre os procedimentos para realizar o desencantamento. Saulo orientou que um membro da família de Ivardina fosse até uma nascente de água à meia-noite, e ficasse esperando até que um grande jacaré emergisse das suas águas. A pessoa ali não precisaria ter medo e, quando o jacaré emergisse, ela teria que bater com um pedaço de pau na sua testa. *Mas, sabe como é Edviges*, comentou Tereza, *ninguém da família de Ivardina teve coragem de fazer isso*. Saulo disse que este desencantamento deveria ser realizado em até oito anos [contados a partir do momento em que ela desapareceu], porque este era o tempo que ela ainda permaneceria viva se estivesse encantada. Após os oito anos, “Ivardina permaneceria encantada para sempre”. Ela concluiu a história dizendo:

Se fosse comigo, eu não teria medo e teria ido lá e golpeado o jacaré. Mas ninguém foi e Ivardina ficou encantada para sempre. É por isso que eu tenho certeza de que essa cobra-grande é a dona Ivardina. Saulo havia dito que se ela não fosse desencantada, muitas coisas iriam começar a acontecer, e Ivardina voltaria para pegar alguém de sua família para levar para a cidade onde ela vive desde então. No ano passado um grande jacaré apareceu por aqui, era tão grande que nem parecia um jacaré normal. Agora é essa cobra-grande. Eu tenho certeza de que é dona Ivardina. Ela está procurando alguém para levar com ela.

* * *

A comunidade de Maguari é a segunda vila na Flona Tapajós, na direção norte a sul, subindo o rio Tapajós. Situa-se em um local de grande beleza paisagística ao longo do rio, onde, no verão (de agosto a janeiro), quando termina a estação das chuvas, suas águas de cor azul-celeste contrastam de forma magnífica com as areias finas e brancas das praias, que emergem à medida que as águas fluem ao encontro das águas barrentas do rio Amazonas, em frente à cidade de Santarém. A uma distância de aproximadamente duas horas de barco a partir de Santarém, as águas pretas do rio Arapiuns deságuam no rio Tapajós, defronte à baía de Alter do Chão, ampliando o leito do rio a uma largura em torno de 13 quilômetros. A imensidão das águas que encobrem esta vasta área, cercada por densa floresta tropical,¹⁸ tem constituído

¹⁸ Apesar de a floresta tropical predominar na região, algumas áreas, especialmente no entorno de Alter do Chão, são cobertas pela vegetação típica de savana, no Brasil, denominada *cerrado*.

cenário não apenas de lugares encantados – habitados por seres sobrenaturais que interagem com os seres humanos, influenciando seus comportamentos –, mas também de sucessivos eventos sociopolíticos que, desde os tempos coloniais, foram alterando significativamente as organizações socioculturais nativas e suas bases territoriais. A história *cobra-grande e seus companheiros de fundo*, vivenciada na comunidade de Maguari, ilustra esta transformação na cultura nativa, que levou ao “ofuscamento das fronteiras étnicas em grande parte da atual cultura amazônica” (SLATER, 2002, p. 69).

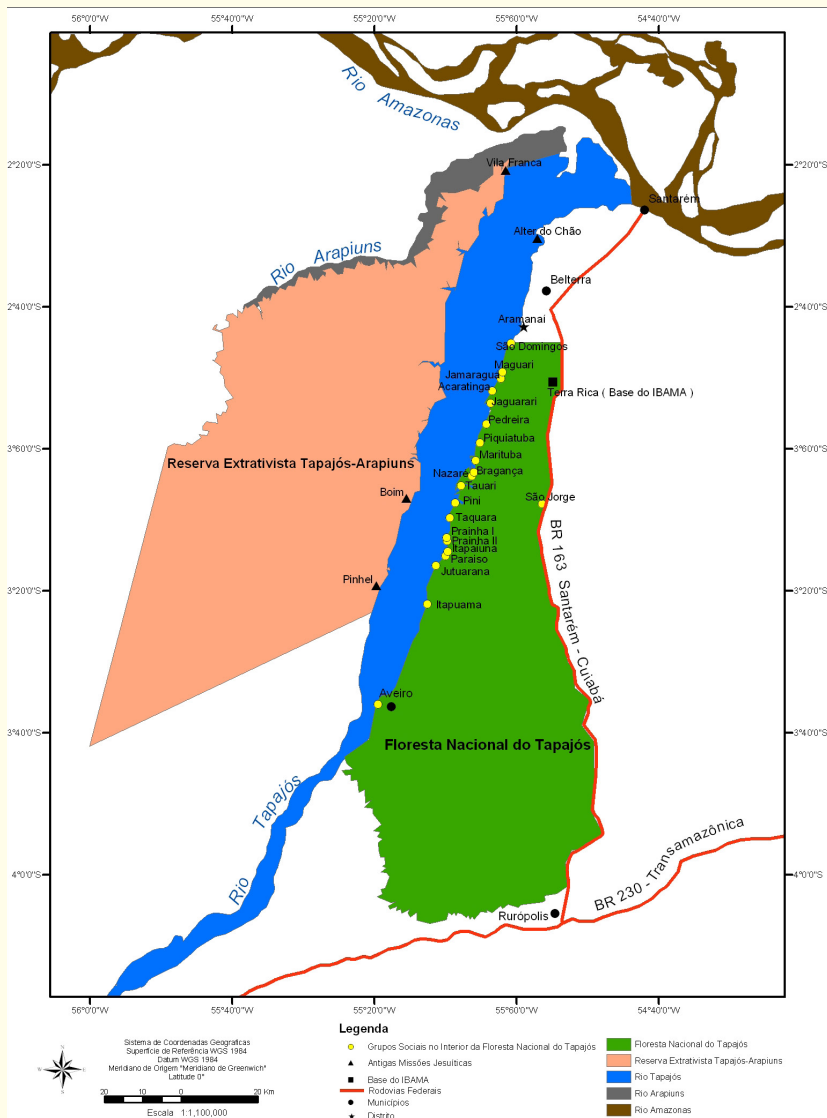
Este capítulo aborda brevemente os principais eventos históricos responsáveis pelas mudanças nas organizações socioculturais nativas na região do baixo Tapajós (Mapa 2). Ao proceder com esta perspectiva histórica, tenho em mente dois objetivos. Primeiro, destacar os eventos mais significativos que desde os tempos coloniais têm transformado as composições sociais e espaciais na região, e moldado o padrão de organização sociocultural e de ocupação da terra das comunidades cujos territórios foram sobrepostos pela criação e implantação da Flona Tapajós; e, segundo, apreender as principais representações na literatura sobre este padrão de organização sociocultural e territorial, o qual se tornou alvo a ser mais uma vez alterado com a implantação do projeto de reserva florestal, iniciado em meados da década de 1970.

2.1.2 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A REGIÃO DE SANTARÉM

O município de Santarém localiza-se na região sudoeste do estado do Pará, uma área categorizada pelo IBGE¹⁹ como uma microrregião do Médio Amazonas Paraense, mais comumente conhecida como baixo Amazonas. A extensão territorial do município abrangia originalmente 26.058 km². No entanto, em 1987, ele teve suas dimensões reduzidas com a criação do município de Rurópolis, localizado ao sul, ao longo da rodovia Transamazônica. A cidade de Santarém é uma das mais importantes do estado, e encontra-se precisamente a meio caminho entre Belém e Manaus. Estas três cidades, interligadas pelo rio Amazonas, foram fundadas simultaneamente durante a colonização portuguesa. Formado pelos rios Teles Pires e Juruema, originários no estado do Mato Grosso, o Tapajós constituía-se, no período colonial, na mais importante e cobiçada entrada para o Brasil central.

¹⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 2 – Floresta Nacional do Tapajós na Região do Baixo Rio Tapajós



Fonte: Oréades – Núcleo de Geoprocessamento, 2005.

Santarém foi fundada ao longo da foz do rio Tapajós, no local onde se situava uma grande aldeia indígena, cujo povo foi identificado como Tapajó. Devido à sua localização na confluência do Tapajós com o rio Amazonas, Santarém sempre se configurou como um importante

porto comercial entre as duas maiores cidades da Amazônia, Belém e Manaus, sendo também um importante centro político e econômico da região amazônica. Em seu livro versando sobre a história de Santarém, Arthur Reis²⁰ (1979, p. 158), renomado político e estudioso da história amazônica, destacou que “Santarém, como um ativo centro de atividade comercial às margens do Tapajós, se beneficiou muito de sua posição geográfica, apresentando, por esta razão, a melhor situação econômica de todo o vasto interior amazonense”. Quando o naturalista britânico Henry Walter Bates (1962, p. 208) visitou a região em 1848, ele descreveu Santarém como “o mais belo e importante entre os povoados às margens do principal rio desde o Peru até o Atlântico”, apesar de ele ter observado que lá não viviam mais do que 2.500 pessoas.

Naquela época, Santarém era geralmente descrita como composta de duas áreas: o núcleo urbano, onde as pessoas brancas, constituídas basicamente de comerciantes²¹ e representantes do governo, residiam; e, ao lado do núcleo urbano, a “Aldeia”, um povoado indígena, que atualmente é um dos bairros no centro da cidade. Apesar desta divisão da cidade haver sido descrita na maioria dos relatos dos cronistas que visitaram Santarém durante o século XIX, eles não identificaram as etnias dos indígenas que residiam na “Aldeia”. Bates (1979), que observou uma celebração indígena na Aldeia enquanto se encontrava em Santarém, documentou que algumas vestimentas usadas eram confeccionadas pelos Munduruku. Todavia, ele não identificou os indígenas da Aldeia como pertencentes ao grupo étnico Munduruku. Esta omissão ecoa na maioria das crônicas escritas naquela época, não apenas sobre Santarém, mas também sobre todo o vale do baixo Tapajós.

Em 2004, o município de Santarém contava com uma população de 262.672 habitantes, dos quais 186.518 viviam na cidade e 76.154 em áreas rurais (GT Interministerial da BR-163, 2004). Um significativo incremento demográfico ocorreu em meados da década de 1970, quando a população da cidade atingiu cerca de 100 mil habitantes, como resultado de uma onda migratória oriunda do Sul e do Nordeste

²⁰ Arthur César Ferreira Reis publicou diversos livros acerca da história amazonense. Foi professor na Universidade do Rio de Janeiro, na Universidade Fluminense (Rio de Janeiro) e na Fundação Getúlio Vargas. Foi também o primeiro Superintendente do Plano de Valorização Econômica para a Amazônia (SPVEA), criado em 1952. Também foi deputado pelo estado do Amazonas, e governador, logo após o golpe militar, em 1964.

²¹ Reis (1979, p. 160) registra a existência de trinta estabelecimentos comerciais em Santarém em 1868.

do país, promovida e incentivada pelos militares, visando à abertura das fronteiras econômicas amazônicas. Em 1970, dados do censo oficial (IBGE, 1973) indicaram um total de 132.456 habitantes no município, enquanto que uma década antes, em 1960, a população total era de 91.954 habitantes, 87,4% da qual era nascida no Pará. Estes dados contrastam fortemente com os obtidos um século antes, quando o censo realizado em 1862 indicou uma população de apenas 14.730 habitantes para todo o vale do Tapajós, sendo a grande maioria composta de pessoas originárias do próprio lugar (REIS, 1979).

2.2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A REGIÃO DO BAIXO TAPAJÓS

Pensar o atual movimento indígena que se configura no baixo Tapajós é, necessariamente, refletir sobre a conformação histórica dos indígenas na região, as mudanças que se processaram e os registros que dispomos. É dessa percepção – que transita entre fragmentos de história – que se busca compreender as continuidades que os indígenas reafirmam com o passado, contrapondo-se à historiografia oficial, a qual alardeava a extinção de grupos etnicamente organizados na região, desde meados do século XIX. Esse olhar na história visa também fornecer subsídios para apreender a conformação e o sentido das representações identitárias que se verificam nesses processos.

2.2.1 ENTRE A CRUZ E A ESPADA: A OCUPAÇÃO COLONIAL

Durante o período colonial destacam-se três importantes configurações históricas extremamente críticas para o baixo Tapajós: a chegada das missões religiosas jesuíticas; a implantação das políticas do Diretório dos Índios; e a chegada dos índios Munduruku, oriundos do alto Tapajós.

As missões religiosas: arrebanhando almas e expandindo fronteiras

Quando a ocupação colonial se iniciou no século XVI, a região do baixo rio Tapajós abrigava uma enorme e diversificada população, a qual incluía: Tapajó, Arapiuns, Tupinambá, Corariense, Iruri, Borari,

Matayus e Mawe, apenas para citar alguns dos registros existentes.²² Os primeiros relatos escritos acerca da região foram produzidos pelo explorador português Pedro Teixeira, em 1626, quando, sob o patrocínio da Coroa Portuguesa, navegou o rio Tapajós por uma distância de 12 léguas, presumindo-se ter ele alcançado a baía de Alter do Chão. Lá, Pedro Teixeira negociou com os nativos locais, identificados por ele como “Tapajó”, com quem trocou mercadorias por quarenta homens que foram levados a Belém como escravos. Dois anos mais tarde, Pedro Teixeira, juntamente com Bento Rodrigues de Oliveira, novamente navegou ao longo do rio Tapajós. O objetivo desta segunda viagem era capturar mais indígenas e incrementar a presença colonial na área. Em seu panorama etnográfico da região em torno dos rios Tapajós e Madeira, Menéndez (1981) destacou que na época da chegada dos colonizadores, em meados do século XVII, os Tapajó e Tupinambá predominavam numérica e militarmente sobre os demais grupos indígenas.

Com numeroso contingente populacional nativo e uma extraordinária e estratégica posição geográfica para o controle da entrada para as regiões centrais da Amazônia, a confluência dos rios Tapajós e Amazonas era posição crítica para a ocupação portuguesa, área cujo domínio ainda estava em disputa com a Coroa Espanhola. Assim, o movimento inicial para assegurar à Coroa Portuguesa o domínio sobre esta parte da região amazônica foi levado a cabo pelas missões religiosas, mais notavelmente pela Ordem dos Jesuítas. Neste ímpeto, os Jesuítas fundaram em 1661 a “Missão dos Tapajó”, onde hoje se localiza a cidade de Santarém. Quatro anos mais tarde, a Missão dos Tapajó já era considerada a mais importante da Província do Grão-Pará e Maranhão.^{23, 24} Além dos Tapajó, esta Missão também congregava índios de diversas outras etnias, como os Tupinambá, Arapium, Corarienses e Comandys. No entanto, segundo Menéndez (1992, p. 282), como resultado do intenso contato com o branco, “em 1690, trinta anos depois de iniciada a catequese na região, pouco restava da populosa aldeia situada na foz do Tapajós, e naquele tempo já não se falava mais dos Tupinambá como etnia”.

²² Cf. Menéndez (1981, 1992); Nimuendajú (1949); Reis (1979); Santos (1999); Vaz Filho (2010).

²³ A província do norte denominada Província do Grão-Pará e Maranhão englobava a região partindo do atual estado do Maranhão até o estado do Amazonas.

²⁴ Cf. Menéndez (1981); Santos (1999).

As ações dos jesuítas foram reforçadas no baixo Tapajós com a concessão real dada em 1693, outorgando-lhes a catequização dos indígenas que se encontravam em toda a extensão de terras a partir da margem direita do rio Amazonas, em direção ao sul. Contudo, o controle que os jesuítas exerciam sobre os indígenas era causa de conflitos constantes entre missionários e colonos seculares. Entre outros, tais conflitos forçaram a transferência, em 1723, da Missão Tapajó para a região do rio Arapiuns, afluente do Tapajós (local onde atualmente se localiza o povoado de Vila Franca), sob a denominação de “Missão de Nossa Senhora da Assunção dos Arapiuns”. Nimuendajú (1949, p. 55) ressaltou que nesta mudança foram levados “os remanescentes da tribo dos Tapajó juntamente com os Comandys, Goanacuas, Marxgoaras, Arpuaia, Arapucús, Andiráguaris (Mawes do Andirá?) e outros grupos. Assim, parece que os Tapajó e os Urucucús passaram a não mais existirem como tribos”.

Expandindo as ações missionárias ao longo do rio Tapajós, os jesuítas fundaram ainda três outras Missões no período de 1722 a 1740. Em 1722 foi fundada a “Missão de São José dos Maitapu”, cerca de duzentas milhas ao sul de Santarém, onde atualmente se localiza a vila de Pinhel, na margem esquerda do Tapajós. No ano seguinte, em 1723, foi fundada a “Missão dos Borary”, onde atualmente se localiza Alter do Chão, na margem direita do Tapajós. E, finalmente, em 1740, a “Missão de Santo Inácio”, também denominada “Missão dos Tupinambaranas”, foi estabelecida onde atualmente se localiza Vila Boim, na margem esquerda do Tapajós. Através destas missões, os jesuítas exerceram por quase um século o controle sobre toda a região que engloba as bacias dos rios Tapajós e Madeira, e desempenharam “um papel fundamental na ocupação da área, bem como no processo de deslocamento sofrido pelos índios” (MENÉNDEZ, 1992, p. 301).

Em seu estudo sobre a transformação dos indígenas na Amazônia pelos jesuítas, Parker (1985, p. 11-12) destacou que

[...] o estabelecimento das sedes dessas missões não foram arbitrarias, mas refletiu um planejamento meticuloso por parte dos jesuítas. Elas foram localizadas em pontos estratégicos ao longo dos principais cursos dos rios e seus tributários mais importantes. O controle sobre os indígenas nas missões era absoluto: aos colonos era proibido o acesso aos bens comuns da vila e eles eram obrigados a apresentar requerimentos formais para o trabalho ameríndio diretamente aos jesuítas.

Por meio da transferência de indígenas de diversas etnias e diferentes lugares, não apenas na bacia do rio Tapajós, mas também na bacia do rio Madeira, as Missões jesuítas foram responsáveis pelos principais rearranjos territoriais e organizações sociopolíticas entre os indígenas da região, durante este primeiro momento do encontro colonial. Ajuntando diversos grupos étnicos sob o mesmo regime linguístico, através da Língua Geral Amazônica (LGA) ou *Nhengatu*,²⁵ um mesmo regime de trabalho e um mesmo sistema religioso (catolicismo), a Missão jesuíta promoveu o abandono da língua nativa e das formas específicas de organização sociocultural, bem como o reordenamento das relações interétnicas. Como Menéndez (1981) ressaltou, com o fim do domínio dos Tapajós e Tupinambás abriram-se novos espaços políticos para outros grupos que até então haviam sido dominados por eles. A mobilidade dos grupos indígenas que existiam previamente foi profundamente acelerada, levando a deslocamentos em massa e a significativas perdas territoriais, bem como ao desaparecimento de diversos outros grupos étnicos. Esta mobilidade foi também reforçada pelas fugas das Missões daqueles indígenas que não se acomodavam ao seu regime disciplinar.

Deste modo os jesuítas não apenas ajudaram a Coroa Portuguesa a garantir a expansão das fronteiras para o oeste, ação regulamentada pelo Tratado de Madri em 1750, mas também foram responsáveis pela drástica redução da população nativa e pela forte desestruturação de suas organizações socioculturais e políticas. Ainda que as Missões jesuítas e sua relação com os índios na região do baixo Tapajós demandem estudos subsequentes para uma avaliação mais exata dos efeitos desse processo sobre os povos nativos, os estudos já disponíveis permitem-nos declarar que os padrões de ocupação sociocultural e territorial atuais estão profundamente enraizados naquele momento inicial da colonização, no qual as Missões jesuítas desempenharam papel de destaque. As celebrações religiosas, especialmente aquelas em homenagem a Santo Ignácio de Loyola na Vila Boim, que reúnem pessoas de todos os lugares do rio Tapajós, expressam a forte influência exercida pelos jesuítas sobre o sistema religioso regional. A *Língua Geral Amazônica* ainda é uma referência linguística importante para a maioria das pessoas das comunidades do baixo Tapajós, a qual é denominada por elas como “língua indígena” e como “falar feio”. Apesar de a *Língua Geral* não ser

²⁵ Língua Geral Amazônica (LGA) é a forma simplificada do Tupi-Guarani, amplamente falada na região no início da colonização, e que foi largamente promovida pelos jesuítas nas sedes de suas Missões. Ver Freire (2003).

mais falada atualmente, é comum as pessoas informarem que “meus avós falavam essa língua”. Quando Nimuendajú visitou a região do baixo Tapajós na década de 1920, ele observou que “a maioria dos nomes locais da região pertencem à *Língua Geral*, que não está ainda completamente extinta” (NIMUENDAJÚ, 1949, p. 98).

Após terem desempenhado papel crucial na garantia da expansão da fronteira oeste em favor da Coroa Portuguesa, e uma vez que não era mais do interesse desta que continuassem com o domínio sobre os índios, os jesuítas perderam a autoridade que possuíam sobre os nativos em 1750, e logo depois foram expulsos das Américas, rumo ao exílio forçado. Sem as Missões jesuítas, iniciou-se uma nova fase para os índios do baixo Tapajós. Tratava-se, a partir de então, das políticas do Diretório dos Índios, delineadas e implantadas pelo primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal.

Diretório dos índios: domínio secular sobre índios e fronteiras

Apesar de os jesuítas terem dominado toda a região do baixo Tapajós por quase um século, a Coroa Portuguesa já havia também executado algumas ações diretas. No mesmo ano em que a Missão Tapajó foi fundada, em 1661, o rei João V autorizou a construção de uma fortaleza no mesmo local, concluída em 1694. O objetivo era promover o acesso ao alto rio Tapajós que, naquele momento, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertencia à Coroa Espanhola. Assim, entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, os esforços da Coroa Portuguesa concentraram-se nesta região sobre o controle da navegação, visando a ampliação das fronteiras, deixando para as missões jesuítas o controle sobre as populações nativas. Esse controle, no entanto, como mencionado, era frequente fonte de conflito com os interesses coloniais seculares, que buscavam indígenas para a execução de trabalhos. Registros de vários incidentes envolvendo missionários e colonizadores seculares, bem como o da transferência em 1723 da Missão Tapajó para a foz do rio Arapiuns, atestam a permanente tensão entre eles pelo controle sobre os indígenas.

A partir da segunda metade da década de 1750, mudanças nas políticas de Portugal em relação à colônia resultaram em modificações no controle sobre as populações indígenas, as quais foram inseridas em um conjunto de políticas conhecidas como Diretório dos Índios. E foi com base nas políticas do Diretório dos Índios que a Coroa Portuguesa, em 1755, extinguiu as missões religiosas dos jesuítas, expulsando-os

das Américas, e começando a exercer diretamente o domínio sobre as populações nativas. O foco central era incorporar os nativos como força de trabalho à economia regional, da qual padecia de crônica escassez. Parker (1985, p. 28) destacou que,

[...] levando em consideração a relevância de conciliar as necessidades imediatas dos colonizadores e dos Ameríndios, o Diretório teve como principal objetivo, a longo prazo, a criação de uma economia agrícola na Amazônia, nos mesmos moldes da economia das grandes fazendas do Nordeste.

Concomitante ao fechamento das Missões jesuítas, as políticas do Diretório dos Índios também proibiram o uso da *Língua Geral* e determinaram que o Português fosse a língua oficial. Com o fim das Missões, os locais onde elas haviam sido fundadas foram transformados em vilas e seu controle transferido às autoridades seculares. Designado pela Coroa, o Diretor dos Índios detinha o controle direto sobre toda a vila. Nelas, segundo Parker (1985, p. 26),

[...] a política anterior de separar ameríndios de europeus foi apagada. Os colonos portugueses não eram mais proibidos de residir em vilas ameríndias, porém deveriam ser submetidos ao escrutínio do Diretor, antes da aceitação da petição para residência. Da mesma forma, casamentos entre portugueses e ameríndios, vistos anteriormente como desfavoráveis, eram agora fortemente encorajados pelas autoridades coloniais.

Na região do baixo Tapajós tais procedimentos iniciaram-se em 1758, quando o novo governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do Marquês de Pombal, visitou a região numa expedição para demarcar as fronteiras lusitanas, fundar oficialmente as novas vilas, e designar seus Diretores. Ao chegar ao rio Tapajós, o governador foi inicialmente a Alter do Chão, onde a Missão Bonary havia sido fundada, e lá instalou a “Vila de Alter do Chão”, no dia 6 de março de 1758. Três dias mais tarde, em 9 de março, o governador fundou a “Vila de Boim” no lugar da Missão de Santo Inácio; no dia seguinte foi fundado o “Lugar²⁶ de Pinhel”, na região onde

²⁶ Lugar era a denominação dada a localidades habitadas por número menor de pessoas, em contraste com a vila.

a Missão de São José dos Maitapu havia sido fundada. Retornando à foz do Tapajós, o governador fundou ainda a Vila Franca, no lugar da Missão de Nossa Senhora da Assunção dos Arapiuns, e, finalmente, em 14 de março, a Vila de Santarém (SANTOS, 1992). A administração da vila era composta por um diretor, um Senado supervisionado por um juiz, e três ou quatro vereadores.

Nesta nova condição histórica os nativos tornam-se mais suscetíveis às ações dos colonizadores. As consequências das políticas do Diretório dos Índios acentuaram o curso da desintegração das organizações socioculturais nativas, que já enfrentavam desde as “guerras de captura” e as missões religiosas. Parker (1985) estimou que durante o período do Diretório ocorreu um declínio de 39% na população nativa amazônica. Em relação ao baixo Tapajós, o enfraquecimento dos grupos nativos locais permitiu também que se processasse o avanço dos índios Munduruku, cujo território original era localizado no alto rio Tapajós.

A chegada dos Munduruku no baixo rio Tapajós

Enquanto os índios do baixo Tapajós continuavam a sofrer os efeitos das políticas do Diretório, que fracassou em seus objetivos de expandir a economia agrícola da Amazônia, o último quartel do século XVIII trouxe ainda novos movimentos nas relações sociais locais, como resultado da expansão da base territorial dos índios Munduruku em direção ao vale do rio Amazonas. A primeira informação acerca desses indígenas na região do baixo Tapajós foi registrada em 1773, quando eles atacaram a fortaleza de Santarém.²⁷ Tal ataque é tomado pela literatura etno-histórica como início da expansão territorial Munduruku em direção ao norte, ao baixo Amazonas.

O território original Munduruku localizava-se nas áreas centrais do alto rio Tapajós, uma região conhecida como campos altos, que marca a transição entre a floresta amazônica e as savanas centrais do Brasil. Ao final do século XVIII, no entanto, os Munduruku já haviam expandido seu território por uma vasta área, que compreendia a região entre as bacias dos rios Tapajós e Madeira até o baixo rio Amazonas. Em 1817, Aires de Casal (1947) denominou esta área “Mundurucânia”, em razão da predominância dos Munduruku por esta vasta região. Conhecidos

²⁷ Cf. Menéndez (1981); Murphy; Murphy (1954); Nimuendajú (1949); Ramos (2000); Rodrigues (1993).

por sua propensão bélica, os Munduruku atemorizavam não apenas a população branca, mas também outros grupos nativos regionais, e chegaram a “dominar militar e culturalmente todo o vale do rio Tapajós durante o século XIX” (RAMOS, 2000, p. 27).

A principal motivação subjacente a esta vasta expansão do território Munduruku tem sido atribuída às suas expedições guerreiras anuais, em busca de cabeças dos inimigos, as quais eram mumificadas e exibidas como poderosos troféus. Analisando a significância destas práticas para o sistema de valores e representações culturais dos Munduruku, os antropólogos Murphy e Murphy, pioneiros no estudo do sistema religioso daquele grupo, no início da década de 1950, afirmaram que para os caçadores de cabeças, conhecidos como *Dajeboisi*, este troféu era uma fonte de poder mágico, que garantia abundância nos rituais de caça e conferia prestígio dentro do grupo. Os caçadores de cabeça, com seus troféus de cabeça, participavam nas expedições de caça como convidados especiais porque sua mera presença era considerada suficiente para agradar a “mãe da caça”. Além do prestígio, o guerreiro que obtinha o troféu se tornava responsável pela organização das cerimônias relacionadas a ele, as quais ocorriam durante o período de três estações chuvosas sucessivas, ocorridas após uma expedição de guerra.²⁸

Assim, durante estas expedições de guerra os Munduruku foram expandindo seu território, chegando, na virada do século XVIII, a alcançar as regiões dos campos centrais do alto Tapajós até o baixo Amazonas, entre os rios Tapajós e Madeira. Foi precisamente durante estas expedições dos Munduruku rio abaixo que as primeiras informações acerca desta sociedade começaram a ser registradas. Encorajados pela busca por troféus de cabeça, os Munduruku expandiam seu território em direção aos cursos mais baixos dos rios, ao mesmo tempo que grupos nativos locais estavam sendo minados e já se encontravam bastante enfraquecidos pelo avanço do poder colonial no baixo Tapajós. Em sua expansão rumo a esta região, os Munduruku encontraram um território devastado, que fora invadido por mais de um século, tendo os grupos nativos sofridos fortes impactos em suas organizações sociopolíticas e composição demográfica, como havia ocorrido com os Tapajó e os Tupinambá, os quais dominavam numérica e militarmente a região no começo do período colonial.

²⁸ Cf. Murphy (1960); Murphy; Murphy (1954).

Segundo Menéndez (1981), a expansão Munduruku representou o mais importante evento no realinhamento das relações interétnicas na região do baixo Tapajós. Tal fato foi reforçado pela aliança feita entre os Munduruku e a administração colonial portuguesa, em 1795, quando estes indígenas começam a ser usados na linha de frente nas batalhas contra grupos indígenas hostis aos colonizadores. Infelizmente ainda temos muita pouca informação de como esta aliança foi alcançada. Murphy e Murphy (1954) explicaram que teria sido motivada pelos próprios indígenas, aparentemente, instigados pelo desejo de obtenção de bens manufaturados, especialmente aqueles produzidos com ferro. Seja como for, a literatura enfatiza que, em resultado desta aliança, os Munduruku foram usados pelas forças coloniais contra outros grupos nativos que se opunham ao avanço sobre seus territórios.

Deste modo, através desta aliança com o aparato colonial, e aproveitando o antagonismo intertribal existente, os Munduruku deslocaram diversos outros grupos nativos, chegando a dominar todo o vale do rio Tapajós durante o século XIX. Para os brancos colonizadores, esta aliança com os Munduruku ajudava-os não apenas a resguardar a região do baixo Tapajós contra grupos indígenas hostis, mas também a expandir a ocupação em direção ao sul dos rios Tapajós e Madeira. Tal aliança foi mais uma vez reforçada quando os Munduruku cooperaram com o incipiente governo brasileiro independente (governo imperial) contra o movimento de revolta dos “*Cabanos*”, ocorrido na década de 1830 na região amazônica.

2.2.2 BRASIL INDEPENDENTE: REVOLTAS POPULARES E O *BOOM* DA BARRACA

Cabanagem: o levante nativo

Como bem conhecemos, em 1822 o Brasil tornou-se independente de Portugal, quando D. Pedro I, filho do rei de Portugal, D. João VI, cortou relações com a Corte Portuguesa e se tornou Imperador do Brasil. Seus esforços iniciais para moldar o novo Estado nacional brasileiro foram desafiados não só na esfera internacional, mas também, e em especial, no âmbito interno. Dificuldades em superar tais desafios levaram D. Pedro I a abdicar da coroa nove anos mais tarde, em favor de seu filho, D. Pedro II, então com cinco anos. D. Pedro II assumiu o posto, de fato nove anos depois, tornando-se o segundo imperador brasileiro. Se os problemas foram difíceis para D. Pedro I, para o jovem imperador a

situação durante a fase inicial de seu reinado foi ainda mais complicada, uma vez que, em seguida, teve de lidar com diversos movimentos de insurreição em várias partes do país, muitos dos quais terminaram por assumir posições separatistas, ameaçando a integridade da nova nação.

Um dos mais importantes destes movimentos ocorreu na região amazônica, nos estados do Pará e Amazonas, o qual veio a ser conhecido como “*Cabanagem*”. Reconhecido como o mais popular dentre os movimentos sociais que se rebelaram contra as forças imperiais nacionais daquele período, a *Cabanagem* foi conduzida, sobretudo, por populações indígenas, negras e mestiças (DI PAOLO, 1990), as quais foram denominadas *cabanos*. Numa tentativa de estabelecer um regime revolucionário no Norte do país, especialmente entre 1835 e 1836, os *cabanos* conseguiram depor representantes do governo imperial e assumir o controle sobre Belém. O mesmo ocorreu em Santarém, onde o movimento dos *cabanos* constituiu um dos principais centros de resistência, chegando a ser um centro político autônomo por curto período, em 1836.

Com ampla participação de grupos indígenas e de populações negras, os *cabanos* em Santarém enfrentaram e removeram o governo imperial entre 1836 e 1837 e, durante esse processo, impuseram o estabelecimento de um governo revolucionário mesmo depois das forças leais à Coroa já terem reassumido o controle sobre Belém. Além de Santarém, as redondezas de Vila Franca, Alter do Chão e Ecuipiranga também constituíram núcleos importantes da resistência dos *cabanos* na região do baixo Tapajós. Ecuipiranga, estrategicamente localizada na margem direita do rio Amazonas, em local provido de acesso ao Tapajós por via terrestre, foi o principal quartel general das milícias dos *cabanos*. Todavia, após um breve período vitorioso, as forças leais derrotaram os *cabanos* em 1837, inicialmente reassumindo o controle sobre Santarém e, subsequentemente, sobre o restante das áreas ocupadas pela resistência.

Registros indicam que os índios Munduruku, que naquele período já haviam expandido seus territórios no sentido do baixo rio Amazonas e se antagonizado com a maioria dos grupos indígenas na região, tiveram uma participação ambígua neste movimento; alguns apoiando os *cabanos* e outros apoiando as forças leais, como mercenários (MENÉNDEZ, 1992). O reconhecimento de índios Munduruku como forças leais foi registrado por Henry Bates em sua viagem pelo Tapajós em 1850, na qual ele afirmou que

o principal tuxaua de toda a nação dos Mundurucus, chamado Joaquim, foi recompensado com uma patente do exército brasileiro, em reconhecimento pelo apoio dado por ele às forças legalistas durante a rebelião de 1835-1836 (BATES, 1979, p. 181).

Após retomar o controle sobre Santarém, as forças leais reprimiram violentamente os rebeldes, perseguindo-os e aniquilando-os, contribuindo deste modo a promover forte decréscimo populacional entre os grupos locais.

Apesar dos escassos registros acerca do número de mortes ocorridas durante o período da *Cabanagem*, estima-se que 30% da população amazônica tenha perecido nos combates e na repressão subsequente. Durante sua visita à região do baixo Tapajós, pouco mais de uma década depois, Bates registrou diversas situações que remetiam aos efeitos daquela repressão. Em Alter do Chão ele observou que os indígenas,

durante as rebeliões de 1835-1836 se juntaram aos revoltosos no ataque a Santarém. Poucos deles escaparam do massacre subsequente, e por esta razão praticamente não se veem homens idosos ou de meia-idade no vilarejo (BATES, 1979, p. 161).

A fuga dos nativos para escapar da repressão perpetrada pelas forças leais constituiu-se num outro fator no contínuo deslocamento dos indígenas de seus territórios, em adição àqueles causados pelas missões religiosas ou pelas políticas do Diretório dos Índios. Ainda é frequente, hoje em dia, ouvir entre as comunidades da Flona Tapajós histórias de vida que remontam ao deslocamento e fuga de seus ancestrais em virtude dos embates da *Cabanagem*, como no caso de Antônio, homem de 95 anos que vivia na comunidade de Piquiatuba. Segundo Antônio, sua avó residia em Alter do Chão, onde ela e seus parentes tinham uma casa e uma terra onde plantavam e colhiam. Porém, ele contava que,

[...] quando a guerra da Cabanagem foi declarada, que foi uma guerra dos brasileiros que pegaram os cabanos para lutarem contra o povo português, minha avó e a família dela se foram embora, fugiram. Minha avó disse que eles fugiram para se livrarem, porque minha tia era casada com um português. O primeiro lugar aonde eles chegaram foi ali, no igarapé Bararoara, mas lá não era muito bom, e eles decidiram se mudar de novo, para o Marai. Depois, a guerra terminou e eles ficaram livres de novo. As pessoas que vieram de Alter do Chão se espalharam por aí; algumas foram

para Tauari, outras para Marai, outras para Pini, cada um procurando terras melhores para trabalhar. E nós ficamos por aqui mesmo.

Todas as localidades citadas por Antônio – Marai, Tauari, Pini – são atualmente comunidades localizadas na área da Flona Tapajós, as quais fazem lembrar a antiga ocupação daquelas populações nestes locais. Bates também fez referência a tais localidades, bem como a Acaratinga, Jaguarari e Tapaiuna. Em geral, as consequências do movimento da *Cabanagem* para os grupos nativos do baixo Tapajós permanecem pouco estudadas, o que não nos permite, no momento, tecer inferências mais aprofundadas (da mesma forma no que concerne à maioria dos eventos históricos que se sucederam na região). Entretanto, pode-se afirmar com segurança que o movimento da *Cabanagem* foi um dos fatores mais importante na dispersão de indígenas de seus territórios e na reconfiguração de relações interétnicas no período pós-Independência, que é ainda muito pouco conhecido. Enquanto alguns grupos tiveram que abandonar suas áreas e fugir da repressão policial, os índios Munduruku mantiveram-se firmes em seu controle territorial na região.

Ainda que a aliança dos Munduruku com os antigos colonizadores os tenha beneficiado no sentido de possibilitar seu estabelecimento por todo o vale do Tapajós, até o baixo Amazonas, o sistemático contato com os comerciantes, que passa a ocorrer em meados do século XIX, e, especialmente depois, durante o período auge da economia da borracha, transformou profundamente as organizações socioculturais destes indígenas. A economia da borracha foi incorporando de forma decisiva os Munduruku como força de trabalho, bem como os demais remanescentes dos grupos indígenas da região do baixo Tapajós, intensificando dessa forma sua relação com uma economia de mercado.

O desenvolvimento da economia da borracha

O desenvolvimento da indústria da borracha no último quartel do século XIX produziu o cenário político e econômico e a ocupação espacial que predominariam por mais de um século no baixo Tapajós. Escrevendo sobre o desenvolvimento da economia da borracha na região, Reis (1979, p. 167) destacou que “antes da corrida que despontou o estado do Acre e promoveu a ocupação dos vales dos rios Purus e Juruá, o Tapajós era a principal fronteira na conquista da floresta para a extração do leite da seringueira”. A descoberta de vastas áreas com árvores

de seringueiras nativas no alto Tapajós levou a uma intensificação de estabelecimentos comerciais em Santarém, que se tornou o centro que comandava o comércio e o despacho aos seringais do Tapajós e do baixo Amazonas. Este processo levou também a um incremento populacional. Enquanto os dados de 1883 indicavam uma população de 8.745 pessoas no município de Santarém, um censo realizado quarenta anos mais tarde, em 1920, indicava um grande aumento, chegando a população do município a 41.546 habitantes (REIS, 1979).

Todavia, a economia da borracha na região do baixo Tapajós não se baseava na extração da borracha de plantas nativas (*Hevea brasiliensis*), como era o caso do alto Tapajós ou do estado do Acre, mas sim de árvores plantadas. O cultivo da seringueira já era uma prática antiga, executada pelos indígenas locais, a qual foi intensificada pelo aumento na demanda por látex. Foi desta região, mais precisamente nas cercanias da Vila de Boim, onde em 1740 havia sido fundada a “Missão de Santo Inácio”, que se afirma que o explorador inglês Henry Wickham²⁹ teria levado, na década de 1870, sementes de seringueira para as estufas de Kew Garden, em Londres, de onde elas teriam seguido depois para a Malásia, para serem replantadas e, então, causar o declínio da economia da borracha na Amazônia, quatro décadas mais tarde.

Enquanto isto, com o aumento na demanda pela produção de borracha da Amazônia, o cultivo de seringais foi intensificado no baixo Tapajós, encorajado por comerciantes estabelecidos em Santarém ou ao longo do rio Tapajós, incluindo-se aí muitos estrangeiros. Este foi, por exemplo, o caso da família de Moisés Abraham Cohen, na Vila de Boim. Moisés Abraham Cohen era um comerciante judeu vindo da Espanha, que chegou à Vila de Boim em 1870, instalando em seguida um estabelecimento comercial que prosperou significativamente com o desenvolvimento da economia da borracha. Através do sistema de prover suprimentos de mercadoria em troca do látex extraído, o qual na Amazônia ficou conhecido como sistema de aviamento, o senhor Moisés Cohen conseguiu fazer com que a maioria dos nativos gradualmente

²⁹ Em *Brazil and the Struggle for Rubber*, W. Dean (1987, p. 7) afirma: “este é o mito de Henry Wickham, o herói inglês que se apropriou das sementes de seringueira. Este é o mito de Henry Wickham, o patife inglês, ladrão de sementes de seringueira”. Se verdade ou não, tal informação não deixou de criar ressentimentos entre as pessoas de Santarém, como em Paulo Rodrigues dos Santos (1890-1974), jornalista e intelectual local. Em uma de suas crônicas, ele relata como teria acontecido o “roubo das sementes de seringueiras”, que ele interpretou como “a sórdida e brutal história da borracha que outorgou a Santarém uma condição de triste celebridade” (SANTOS, 1999, p. 400).

se tornasse seus devedores. Na impossibilidade de pagamento de seus débitos, o senhor Cohen exigia que lhe fosse transferida uma parte das suas árvores de seringas (que localmente é chamada de “ponta de seringa”, que computa um determinado número de árvores).

Nesta dinâmica, a família Cohen gradualmente se apossou de grande parte dos seringais de cultivo ao longo das margens direita e esquerda do rio Tapajós, assim como assumiu o controle de grande parte da produção de borracha no baixo Tapajós. Em muitos casos, famílias que perderam o seringal para os Cohen, não tendo para onde ir, tornaram-se, então, seus empregados para continuar a coleta da seringa.

Esta apropriação de seringais ocorreu entre famílias de várias comunidades que hoje se localizam na área da Flona Tapajós, como a dos índios Munduruku de Bragança e de Marituba, ou nas comunidades não indígenas de Nazaré, Marai, Pini e Prainha. Com o declínio da economia da borracha, a maioria destes seringais foi posteriormente vendida a outros proprietários. Neste movimento de revenda, que se acentuou no início da década de 1970, muitos dos seringais foram comprados de volta pelas próprias famílias que os haviam perdido anteriormente para Moisés Cohen, incluindo-se aí os indígenas Munduruku das comunidades de Bragança e Marituba.

A produção de borracha a partir destes seringais cultivados seguiu os mesmos passos das mudanças mais gerais ocorridas com o declínio da economia da borracha da Amazônia, na segunda década do século XX. A partir de 1912 a produção de borracha da Amazônia começa a perder mercado para a produção asiática, movimento gradativamente descendente até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando a produção amazônica aumentou novamente, motivada por um incremento na demanda do mercado norte-americano e europeu, que havia perdido o acesso à produção asiática. Entretanto, antes desta revitalização da economia da borracha amazônica, na década de 1940, a região do baixo Tapajós vivenciou um breve momento de incremento na produção de borracha com a chegada, em 1927, da Companhia Ford Industrial do Brasil, subsidiária brasileira da Ford Motor Company, a qual veio estabelecer uma plantação de seringueiras nos mesmos moldes das florestas asiáticas.

A Companhia Ford recebeu do governo brasileiro uma concessão de cerca de um milhão de hectares ao longo do rio Tapajós, para a implantação de um vasto e intensivo cultivo de seringueiras para a produção de borracha. O empreendimento proporcionou um novo

impulso à economia regional, e um crescimento demográfico. Em seu estudo sobre a experiência da Companhia Ford no Tapajós, Costa (1993, p. 38) nos indica que

[...] milhares de trabalhadores foram mobilizados, vastas áreas foram desmatadas e plantadas, maquinismos avançados foram instalados e dois equipados centros urbanos, Fordlândia e Belterra, foram erguidos em função das necessidades dos empreendimentos. Vários milhões de dólares foram gastos. Em 1945, após 18 anos de atividades, a Companhia foi extinta e todo o seu acervo transferido, a preço simbólico, para o governo brasileiro.

Apesar do curto tempo de duração do empreendimento da Companhia Ford,³⁰ ela, contudo, foi fundamental para reativar o cultivo dos seringais na região, e para incrementar a economia local e a sua densidade demográfica.

Existem duas principais teses explicando a derrocada do empreendimento da Companhia Ford. Uma delas foi desenvolvida por Dean (1987), na qual destacou problemas técnicos, sustentando que a proliferação de doenças impossibilitou a produção da borracha. A segunda tese foi desenvolvida por Costa (1993), que atribuiu os principais problemas da Companhia Ford à escassez e dificuldade de obtenção de mão de obra. Segundo Costa, apesar de a Companhia Ford haver se esforçado consideravelmente para atrair trabalhadores, como, por exemplo, através do pagamento de salários mais elevados do que os oferecidos na região e em muitas outras partes do Brasil, ela não obteve êxito na manutenção dos trabalhadores da maneira sistemática como requerida a produção da borracha. A mão de obra local, a maioria dela descendentes de indígenas, preferia assegurar sua autonomia, mantendo uma estrutura tradicional de produção camponesa, a tornar-se trabalhador assalariado, compondo os quadros da folha de pagamento da empresa. Ainda encontrei diversos homens das comunidades localizadas na Flona Tapajós que trabalharam para a Companhia Ford, que relataram que naqueles momentos empregavam-se apenas por períodos curtos de tempo durante o ano, e que depois voltavam para casa para “fazer um roçado, pegar um peixinho”.

³⁰ Com o colapso da Companhia Ford, as terras que haviam sido adquiridas foram devolvidas ao governo brasileiro, e, assim, Belterra tornou-se uma área sob a jurisdição do Ministério da Agricultura. Em 1996 Belterra tornou-se um município, no qual a Flona Tapajós está inserida, ocupando cerca de 60% de sua extensão territorial.

Com a derrocada da Companhia em 1945, e também com o segundo declínio da economia da borracha da Amazônia, em função da retomada do predomínio da borracha asiática no mercado internacional, a economia do baixo Tapajós entrou em um novo período de arrefecimento. A crescente desvalorização da borracha da Amazônia levou ao colapso de diversos seringais e de estabelecimentos comerciais que existiam ao longo do rio Tapajós. De certa forma, este realinhamento econômico possibilitou que muitas pessoas das comunidades locais readquirissem áreas de seringais cujo controle havia sido perdido para comerciantes locais, e recuperassem relativa autonomia sobre suas organizações sociopolíticas e produtivas, reajustando e revigorando um padrão de ocupação da terra que se constituía desde fins do período colonial. Foi esse padrão camponês de organização sociopolítica e territorial que se encontrava no baixo Tapajós no início da década de 1970, quando se tornará novamente alvo a ser transformado, então, pelas políticas de expansão da fronteira amazônica que começarão a ser implantadas na região. O efeito mais imediato destas políticas para as pessoas das comunidades, sujeitos da presente análise traduz-se na criação e estabelecimento da Floresta Nacional do Tapajós, que será examinada de forma detalhada no capítulo 5. Por ora é importante entender como estas comunidades, que apresentam um longo histórico de ocupação sobre territórios que sofreram sucessivas formas de incursões, têm sido representadas na literatura.

2.2.3 REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE SOCIAL DO *CABOCLLO*

Movimentamo-nos até aqui, traçando fragmentos de história que auxiliassem a situar os percursos que as populações do baixo Tapajós percorreram até que, em meados da década de 1970, se defrontassem com políticas de Estado que chegavam para marcar mudanças profundas em suas formas de vida, cujas consequências estendem-se aos dias atuais. Dentre essas mudanças, as suas formas de representação identitárias tornaram-se, juntamente com os seus territórios, um campo tenso de contestações e disputas. Importante, portanto, perceber a conformação desse campo de disputas identitárias, de implicações tanto políticas quanto acadêmicas, e a sua desconstrução como uma necessidade para dessubstantivar qualquer uma das atribuições dadas, inclusive aquelas da antropóloga.

Removendo os indígenas das páginas da história

Quando comecei a desenvolver um estudo sobre as comunidades localizadas na Flona Tapajós, as pessoas em geral me foram apresentadas como “caboclo”, ou “caboclo do Tapajós”. Mas, por outro lado, eu não ouvia as pessoas das comunidades identificando-se como “caboclo” ou “cabocla”, exceto, como já mencionado, durante alguns encontros para discutir questões relativas à posse de terras, quando parecia claro que tentavam estabelecer uma posição sobre direitos à terra em função da sua longa ocupação: “Nós somos caboclos do Tapajós, que temos vivido aqui desde sempre”. Não se tratava de uma identidade que eles reclamavam no dia a dia, e não raro se recusaram a se identificar como tal, expressando inclusive repulsa ou desprezo ao termo. Individualmente, em especial entre os homens, eles costumavam se apresentar como “trabalhadores rurais”. Como parte de uma coletividade, era mais comum que eles se identificassem como pertencentes a uma ou outra comunidade: “Eu sou da comunidade de Piquiatuba”; “Eu sou da comunidade de Taquara”, e assim por diante.

A ascendência das pessoas das comunidades foi atribuída a várias origens. A maioria se reconhecia como descendentes de indígenas, apesar de, em geral, não especificarem nenhum grupo étnico, apenas mencionando que “meu avô” ou “minha avó era índio”. Por vezes eles mencionavam o local de origem de seus ancestrais, quando se tratava de um local diferente daquele em que viviam no momento: “meu pai era um índio do rio Arapiuns”, “índio de Alter do Chão”, e assim por diante. Algumas vezes eles expressavam sua origem indígena dizendo: “minha avó só falava a língua indígena”. Era muito comum, também, eles se atribuírem origens mistas: “meu avô era filho de índio com português”; “índio com cearense”. Maria, da comunidade Piquiatuba, explicou-me: “na minha família nós temos de tudo: tem índio, português, cearense, paraense, é tudo misturado”. Há, além dessas, pessoas que se reconhecem como de origem indígena, mas não se veem mais como um índio. “É verdade que todos nós somos descendentes de indígenas, mas já não está mais em nosso sangue”. O processo de reafirmação de uma identidade étnica indígena diferenciada iniciou-se em 1998, quando as pessoas das comunidades de Taquara, Marituba e Bragança começaram a se identificar como Munduruku. Entre as comunidades da Flona Tapajós, são estas três que reconhecem plenamente seus pertencimentos a uma etnia indígena.

Apesar destas fortes e frequentemente ambíguas referências a um legado indígena, atualmente revigorado pelo movimento de reafirmação das tradições indígenas entre as três comunidades, há um silêncio quase absoluto na literatura relacionada à região do baixo Tapajós, desde meados do século XIX, acerca dos indígenas enquanto grupos etnicamente diferenciados, exceto com relação a um pequeno número de agrupamentos Munduruku. Mesmo assim, no final do século XIX, também estes índios já não eram mais citados como um grupo etnicamente distinto. As informações existentes apenas fazem referência aos Munduruku que habitavam a região do alto rio Tapajós.

O naturalista britânico H. W. Bates,³¹ que chegou a Santarém em novembro de 1851, produziu os registros mais detalhados e extensos acerca da composição social e dos estilos de vida dos agrupamentos humanos ao longo do Tapajós durante meados do século XIX. Ele, no entanto, não distinguiu qualquer grupo etnicamente articulado entre os diversos indígenas que encontrou em seu percurso, nem mesmo aqueles que trabalharam para ele, sobre os quais se referia apenas como “índios”. As exceções foram os Munduruku visitados por Bates no rio Cupari, um tributário do Tapajós que atualmente configura o limite sul da Flona Tapajós, bem como os Munduruku do alto Tapajós. Em relação à Alter do Chão, Bates informou que o local “era originalmente um povoado indígena chamado Burari” e que, naquele momento, era habitado por “índios semicivilizados” vivendo em “profunda miséria” (BATES, 1976, p. 161). Apesar de se referir à maioria dos locais onde atualmente vivem as pessoas das comunidades da Flona Tapajós, Bates, todavia, não registra qualquer informação sobre pessoas que eventualmente pudessem estar por lá.

No final do século XIX, quando o explorador francês Henry Coudreau navegou pelo Tapajós de julho de 1895 a janeiro de 1896, executando uma “expedição científica” patrocinada pelo governador do Pará, ele também não mencionou qualquer grupo indígena no baixo Tapajós. O primeiro povoado após Santarém, subindo o rio Tapajós, ao qual Coudreau fez referência foi Vila de Boim, onde fora fundada a Missão Santo Inácio. Sobre ela observou que “dentre estes povoados que aparecem e desaparecem após uma relativamente breve e feliz existência, o primeiro deles rio acima, a partir do desaguadouro, é Boim, localizado

³¹ Em seu livro *The Naturalist on the River Amazon*, publicado originalmente em 1876, Bates (1976) relatou sobre sua expedição ao Tapajós realizada em 1852. Ele permaneceu dez anos na Amazônia, tendo realizado várias incursões em direção ao alto Tapajós.

na margem esquerda” (COUDREAU, 1977, p. 16). Coudreau destacou que a localidade já existia há um século, sob o nome de “Santo Inácio”, mas que um processo de decadência sofrido subsequentemente teria feito Boim quase desaparecer. Ele estimou que Boim constituía-se de “no máximo cinquenta casas”, mas não tinha certeza de que elas eram habitadas. Com relação à Pinhel, onde a Missão de São José dos Maitapu havia sido fundada, ele apenas mencionou a existência de “vestígios de uma aldeia antiga”. Por outro lado, Coudreau forneceu informações ricas e detalhadas sobre a cultura indígena Munduruku que encontrou no alto Tapajós.

Na década de 1920, quando o arqueólogo alemão Curt Unkel Nimuendajú realizou levantamentos no entorno da região de Santarém, ele escreveu apenas sobre os índios Tapajós. Seu texto descreve alguns aspectos da organização social desse grupo e ressalta a sua extinção como resultante dos efeitos da colonização europeia (NIMUENDAJÚ, 1949). Estudos arqueológicos subsequentes, tais como aqueles desenvolvidos por B. Meggers também constatou o extermínio de grupos indígenas na região do Tapajós. Em *Amazônia: a ilusão de um paraíso*, a arqueóloga afirmava que

[...] quando a Amazônia foi descoberta, a região do Tapajós era densamente povoada [...] no início do século XVIII, todavia, apenas alguns dispersos remanescentes da população indígena sobreviveram, a maioria tendo sucumbido às incursões escravagistas, ações missionárias, doenças e outras interferências da civilização europeia. A deculturação ocorreu de forma tão rápida que a filiação linguística dos índios Tapajós ficou desconhecida, exceto de que a mesma não era Tupi. (MEGGERS, 1996, p. 131-132).

Um ponto de vista similar foi apresentado pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1979), em seu trabalho *Os índios e a civilização*, publicado pela primeira vez em 1970, composto por uma série de artigos inicialmente publicados na década de 1950, no qual discute o problema do extermínio étnico e a sobrevivência dos índios brasileiros no século XX. Com relação aos índios do rio Tapajós, o autor salientou os sérios impactos sobre a organização demográfica e sociocultural nativa, desde os tempos coloniais e afirmou: “De todas as tribos, alguns corajosos grupos permaneceram nos trechos altos dos rios, preferindo enfrentar lá o ataque de tribos hostis a serem subjugados.

A maioria, todavia, engajou-se na nova sociedade” (RIBEIRO, 1979, p. 41). Empenhado em traçar uma perspectiva sociológica sobre a situação dos grupos indígenas brasileiros contemporâneos, Ribeiro desenvolveu neste livro o conceito de “transfiguração étnica” para explicar os processos de transformação e aculturação sofridos pelos grupos indígenas que tiveram contato com culturas mais poderosas sem, todavia, perderem suas características étnicas centrais. As barreiras apontadas por ele para a completa assimilação dos índios à sociedade regional seriam atribuídas aos preconceitos que perpassam as relações entre aqueles aos quais chamou de “índios transfigurados” e os não índios.

Os estudos antropológicos iniciados no final da década de 1940 buscaram elucidar as condições dos descendentes indígenas cujas organizações sociais e culturais haviam sido severamente impactadas pelo avanço das forças coloniais, mas que ainda assim mantinham elementos das culturas indígenas em processo de desaparecimento. Seguindo esta mesma visão, os antropólogos americanos Robert Murphy e Yolanda Murphy (1954) desenvolveram os primeiros estudos antropológicos sobre os índios Munduruku, tendo realizado trabalho de campo no início da década de 1950. O primeiro artigo publicado pelos autores foi em língua portuguesa, no qual apresentaram a versão inicial da análise que desenvolveriam subsequentemente, acerca do processo de aculturação que, segundo compreendiam, estaria sendo vivenciado pelos Munduruku. Contrastando as condições dos Munduruku na década de 1950 com aquelas em períodos anteriores, de gloriosos guerreiros que se lançavam à caça das cabeças dos inimigos, cujas guerras serviram de base para as suas principais instituições culturais, os antropólogos afirmaram que ‘lamentavelmente’ entre os Munduruku “a perda de cultura foi generalizada, entretanto, os mais afetados têm sido aqueles residentes às margens do Tapajós” (MURPHY; MURPHY, 1954, p. 16).

Murphy e Murphy (1954, p. 13) distinguiram três grupos de condições vividas naquele momento pelos Munduruku: 1) os habitantes dos campos altos do alto rio Tapajós, chamados de “campineiros”, 2) os habitantes das margens do rio Cururu, do médio Tapajós, uma região do rio onde existem três cachoeiras, e 3) os que vivem em meio à “população brasileira do Tapajós”. Os antropólogos descreveram a organização cultural e socioeconômica dos dois primeiros grupos. Quanto ao terceiro, eles declararam em apenas um parágrafo que

[...] há pouco a ser dito sobre os 200 Mundurucu remanescentes que vivem entre a população brasileira do Tapajós [...] Estes Mundurucu estão gradualmente perdendo a sua identidade e começando a se integrar àquela amorfa população brasileira rural, conhecida de modo geral sob a denominação de *caboclos*. (MURPHY; MURPHY, 1954, p. 43).

A perspectiva da assimilação dos Mundurucu e sua categorização como um postulante a *caboclo* refletiam as concepções das teorias sobre aculturação que predominaram na literatura antropológica americana nas décadas de 1940-1950. Priorizando o foco sobre as perdas culturais e a absorção dos traços culturais ocidentais pelos grupos étnicos em contato com populações não indígenas, estes estudos na região amazônica apontavam para processos inexoráveis de obliteração da cultura nativa, e a sua transformação na cultura regional *cabocla*, concebida como uma forma de campesinato tipicamente amazônica.³²

Companheiros do fundo: emergindo do indígena ao caboclo

Não há consenso acerca da etimologia da palavra *caboclo*. Enquanto Costa Pereira (1975) afirma que *caboclo* deriva do tupi *caa-boc*, que significa “aquele que vem da floresta”, o dicionário da língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2000) sugere que a palavra deriva do termo tupi *kari'boka*, que significa “filho de homem branco”. O dicionário também menciona como significados para *caboclo*: “mestiço de branco com índio”, “antiga denominação para os índios” e, em termos figurativos, pessoa “desconfiada” ou “traíçoeira”. Coloquialmente, na região amazônica, o termo *caboclo* tem sido amplamente empregado com referência aos grupos sociais rurais, descendentes de povos indígenas que sofreram fortemente os impactos do encontro colonial, e que, em geral, reconhecem várias origens misturadas.

Conforme a maioria dos estudiosos sobre o tema tem destacado, coloquialmente *caboclo* não é um termo utilizado para autoidentificação, mas sim de atribuição, geralmente para se referir às pessoas que são percebidas como inferiores.³³ Por exemplo, as pessoas urbanas

³² Cf. Anderson (1985); Faulhaber (1987); Galvão (1952); Harris (1998); Lima (1999); Lins e Silva (1980); Nugent (1993); Oliveira (1979); Parker (1985); Ross (1978); Wagley (1976, 1985); Wagley e Galvão (1961); Weinstein (1985).

³³ Cf. Harris (1998); Lima (1999); Lins e Silva (1980); Nugent (1993); Wagley (1976, 1985).

são inclinadas a se referir às pessoas do meio rural como *caboclas*; enquanto pessoas das grandes cidades também identificavam pessoas de pequenas cidades como *caboclos*. No meio rural, a diferenciação de classe também pode ser um critério para inclusão na categoria *caboclo*; neste caso, a classe economicamente mais alta denomina a classe economicamente mais baixa como sendo *cabocla*.³⁴ Com uma conotação fortemente pejorativa, o termo tem sido normalmente associado a adjetivos relacionados ao rural, ao indígena, ao rústico, ao ignorante ou ao não civilizado, em contraste com o urbano, branco, letrado e civilizado, razão pela qual as pessoas se inclinavam a rejeitar a identificação como *caboclos*, como frequentemente eu observava entre as pessoas na Flona Tapajós.

³⁴ O termo *caboclo* é encontrado também em alguns contextos indígenas, especialmente no que concerne às relações de trabalho desenvolvidas a partir da economia da borracha, para diferenciar as populações indígenas já contatadas e mantendo relações com grupos não indígenas dos grupos indígenas isolados vivendo no interior da floresta. Em muitos destes contextos, como observou Lima (1999), o termo *caboclo* é usado como autoidentificação, conforme encontrado no estado do Acre, onde seu emprego por grupos indígenas significava uma tentativa de esconder as origens étnicas, devido ao preconceito contra eles (AQUINO, 1981). Um processo similar foi também estudado por Oliveira (1972) entre os índios Ticuna no estado do Amazonas. O espectro de aplicação da categoria denominada *caboclo* na região amazônica e em outras partes do Brasil é amplo. É importante levar em consideração as múltiplas formas de uso e significados da categoria *caboclo*, o que transcende o escopo deste estudo. No entanto, gostaria de ressaltar que os diferentes modos em que a economia da borracha desenvolveu-se nas várias regiões da Amazônia teve importância distinta para as formas diversas de atribuição e apropriação do termo *caboclo*. No alto rio Solimões ou no estado do Acre, por exemplo, onde a exploração das seringueiras se dá sobre plantas nativas, impuseram-se relações de patronagem que subordinavam verticalmente a força de trabalho através do sistema constituinte da cadeia de aviação. Nestes casos, com os indígenas fortemente engajados como mão de obra em meio a relações de dominação muito mais acentuadas, a afirmação de uma identidade “cabocla” era questão estratégica para diminuir a discriminação e a exploração sofrida em suas relações de trabalho. Esse fenômeno foi foco de estudo dos primeiros trabalhos de Cardoso de Oliveira, como *O índio e o mundo dos brancos* (1964, 1972), em que assinalava que a identificação do indígena como “caboclo” conformava a triste situação de “ver-se através dos olhos do branco”. No estado do Acre, Aquino (1981) encontrou situação semelhante, com os indígenas negando suas origens étnicas para se identificar como caboclos. No baixo Tapajós, de contexto muito diferente, com a economia da borracha assentada nas seringueiras de cultivo (de baixa produção e, portanto, de pouco interesse aos comerciantes da borracha), o “caboclo” foi sempre entendido como uma forma de ofensa, e, usualmente, as pessoas renegam esta forma de atribuição. Negar essa identidade “cabocla” sempre foi parte das mobilizações desses grupos em defesa dos seus territórios e autonomia sobre eles. Como demonstro neste livro, essa negação é apenas parte das disputas que enfrentam a respeito das suas identidades e dos seus espaços territoriais.

Diferentemente da perspectiva relacional no uso coloquial do termo *caboclo*, Lima (1999) observa que entre os estudos antropológicos o conceito aponta para uma categoria social fixa: camponeses amazônicos históricos que surgiram nos interstícios das políticas coloniais. Pioneiro nos estudos antropológicos acerca da formação do *caboclo*, o antropólogo brasileiro Eduardo Galvão, aluno e colega de Charles Wagley, desenvolveu o primeiro estudo sobre a organização social do *caboclo*, em sua tese de doutorado,³⁵ defendida em 1952, na Universidade de Columbia (EUA). Com foco no sistema religioso do *caboclo*, o principal interesse de Galvão era compreender as transformações que ocorriam nos sistemas culturais nativos, os quais estariam sofrendo um processo de assimilação pela sociedade camponesa regional como decorrência do avanço da colonização ocidental.

Apresentando uma perspectiva histórica acerca das “principais forças atuantes no processo de formação da cultura do *caboclo* contemporâneo”, Galvão (1955, p. 150) assinalou o seu surgimento como resultante da assimilação dos indígenas na sociedade regional. Ele estabelecia que

[...] A etapa inicial foi de aculturação seletiva da sociedade mista de colonos portugueses e índios, condicionada pela configuração e pelos padrões peculiares a essas duas culturas que entraram em contato, e à situação de dominância da primeira. O índio não teve um papel simplesmente passivo de continuar em suas sociedades nativas ou de adotar traços da cultura lusa para somar aos seus já tradicionais. O aborígine foi destribalizado e forçado a aceitar os padrões e instituições europeias dado sua situação de inferioridade como escravo ou sob as contingências de uma população dominada. (GALVÃO, 1955, p. 156-157).

Subsequentemente, o movimento da *Cabanagem* e, em especial, a economia da borracha, que incorporou os nativos ao sistema de mercado de forma mais ostensiva, teriam acentuado este processo de assimilação, levando à formação de um campesinato amazônico, denominado de *caboclo*: “O indígena, desde então, torna-se definitivamente um camponês brasileiro, o *caboclo*” (GALVÃO, 1952, p. 149, grifo do autor).

³⁵ Publicada no Brasil com o título *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá* (GALVÃO, 1955).

Enfatizando o poder coercitivo que forçou mudanças profundas nos padrões culturais nativos e a incorporação dos indígenas na sociedade regional como *caboclos*, Galvão, todavia, enfatizou também os vestígios culturais indígenas que permeavam esta cultura regional mista do *caboclo*, expressa principalmente em seu sistema religioso de crenças e no conhecimento ecológico local. O autor explorou um amplo espectro das crenças folclóricas provenientes da cultura indígena que existe em paralelo com o catolicismo como parte integral do sistema religioso do *caboclo*. Este sistema responderia “pelas necessidades emocionais condicionadas pelo ambiente e pelo grupamento” (GALVÃO, 1955, p. 158). Deste modo, examinando as crenças e as práticas populares que incluem seres sobrenaturais, tais como a *cobra-grande*, análogas àquelas que acompanhamos na comunidade Maguari, Galvão apontou no sentido da persistência de vários elementos das crenças indígenas.

As crenças religiosas sobreviveram, porém fora de seu contexto original. Foram incluídas e absorvidas em um sistema amplo e complexo, ou a ele subordinadas, o catolicismo ibérico. A superestrutura católica não foi modificada em seus fundamentos, apenas enriquecida. (GALVÃO, 1955, p. 157).

A crença na *cobra-grande* e em botos encantados foi analisada por Galvão como parte do complexo de seres sobrenaturais que habitam o fundo das águas dos rios e riachos, em um “reino encantado”. Circunscrito ao sistema xamânico, estes seres sobrenaturais que vivem sob as águas são denominados “companheiros do fundo”, e compreendiam os espíritos auxiliares que os xamãs invocavam “durante suas sessões. O poder de um pajé depende proporcionalmente do número de companheiros que é capaz de mobilizar” (GALVÃO, 1955, p. 129). Um xamã poderoso destaca-se por sua capacidade de viajar sob as águas, sendo por isso chamado *sacaca*, o qual se reveste da pele (capa) da *cobra-grande* para viajar ao fundo das águas. “Os *sacacas* não morrem como a gente comum, desaparecem para viver no ‘reino encantado’ do fundo das águas profundas” (GALVÃO, 1955, p. 130, grifo do autor).

Ao lado do sistema simbólico religioso constituído por seres encantados, Galvão (1955) também sublinhou a contribuição do conhecimento indígena acerca do meio ambiente na configuração da cultura do *caboclo*. Para ele, a contribuição do indígena à cultura da sociedade que então se formava foi importante por oferecer, sobretudo,

conhecimento sobre os meios e técnicas de controle do ambiente físico, sobre a agricultura, alimentação, meios de transporte, materiais para construção de habitação, que significavam os métodos essenciais para a adaptação àquele ambiente geográfico amazônico, desconhecido do colonizador (GALVÃO, 1955, p. 157).

Embora ressaltando a abrangente influência indígena na nova cultura emergente, Galvão não deixa de sublinhar que a mesma teria se dado conforme os padrões ibéricos, mudando o sistema indígena de produção, direcionando-o ao mercado de bens e consumo.

Identidade cabocla: sem *script* e sem história

A abordagem de Galvão sobre a cultura do *caboclo*, juntamente com a análise apresentada por Wagley (1976) em seu trabalho intitulado *Amazon Town, A Study of Man in the Tropics*, publicado pela primeira vez em 1953 e que foi baseado no trabalho de campo desenvolvido em parceria com Galvão, configuraram-se nas pioneiras e mais importantes referências para os estudos sobre o *caboclo* na Amazônia. Apesar deste esforço inicial para entender a natureza dinâmica da organização social do *caboclo*, poucos estudos posteriores foram dedicados ao tema. Uma exceção é a compilação coordenada por Eugene P. Parker (1985), e intitulada *Caboclistization: Transformation of the Amerindian in Amazonia (1615-1800)*. Charles Wagley escreveu o prefácio do livro, no qual chama a atenção sobre a negligência de estudos sobre o *caboclo* na etnologia e na sociologia da Amazônia, em contraste com uma série de estudos sobre grupos indígenas, isto apesar de a população de caboclos “ser muitas vezes maior do que a das tribos indígenas”. Ressaltando a “natureza problemática do termo *caboclo*”, Wagley destaca ainda que o livro ajudaria não apenas a “clarificar nossa imagem acerca da vida na Amazônia; mas também lançar luz sobre muitos dos mal concebidos estereótipos que têm sido atribuídos aos camponeses da Amazônia” (WAGLEY, 1985, p. VII).

A despeito da intenção em retratar os camponeses da Amazônia de uma perspectiva mais positiva, os textos reunidos naquela compilação tendem a reproduzir a perspectiva dos estudos de aculturação, nos quais as organizações socioculturais do *caboclo* são caracterizadas por faltas ou perdas culturais, como resíduos de sociedades que sucumbiram sob os efeitos da colonização. Abordando a emergência da categoria social do *caboclo* na Amazônia como resultante da miscigenação de populações indígenas com descendentes de portugueses pobres, Parker (1985, p. 35, grifo do autor) declarou que

[...] o que surgiu como resultado deste período destrutivo foram os *caboclos*: um mistura de ameríndios desprivilegiados e culturalmente desprovidos com descendentes de sangue mestiço, engajados em errantes atividades de subsistência e no extrativismo de produtos florestais. (NUGENT, 1993, p. 21).

Neste sentido, Nugent (1993, p. 21) destaca com pertinência as distorções projetadas sobre estes grupos sociais da Amazônia, assinalando que eles têm sido

[...] tratados como uma mescla contingente, incompleta, casual dos detritos de formações sociais aborígenes e dos remanescentes dos experimentos comerciais europeus. Eles são mais propriamente definidos em termos do que não são (aborígenes, nacionais), ao invés de serem definidos em termos de sua positividade.

Como um fenômeno histórico, a configuração do *caboclo* ou, como se referiu Parker, a *cabocliização*, foi apresentada na maioria dos textos da compilação como uma efetiva adaptação cultural ao ambiente ecológico e às condições produzidas pela colonização, conciliando a tecnologia e o conhecimento indígena para explorar recursos com as organizações sociais e religiosas impostas pela colonização ibérico-católica. Como resultado, o *caboclo* foi caracterizado como apresentando um padrão de organização fundamentado em famílias nucleares, que vivem isoladamente ao longo de rios e tributários, onde desenvolvem atividades de sobrevivência e coletam produtos florestais, com eventual produção para o mercado. A espiritualidade apresenta-se exercitada através das celebrações católicas, apesar de as crenças nativas ainda fazerem parte do universo simbólico, representativo da herança de um passado que se encerrou. “Este Ameríndio transformado é agora o *caboclo* da Amazônia: um ator solitário lutando para se adaptar sem o benefício do *script* ou da história” (PARKER, 1985, p. 39, grifo do autor).

Esta representação do *caboclo* como um “índio culturalmente espoliado” também se faz presente de maneira similar nos textos de Anderson (1985) e Weinstein (1985), os quais enfatizaram a importância da revolta da *Cabanagem* e do desenvolvimento da economia da borracha na conformação dessa categoria social. Anderson (1985, p. 53) afirma que foram precisamente “essas populações, uma vez despojadas de suas identidades culturais e forçadas a aceitar as determinações

de uma cultura e religião estrangeira, que se tornaram a fundação da sociedade *cabocla*”.

Apesar da contribuição destes estudos para o entendimento da transformação nas organizações socioculturais nativas, a construção do *caboclo* como um “índio desprovido de cultura” tendeu a decretar, de forma equivocada, a completa extinção de qualquer identidade étnica indígena diferenciada, conforme ocorreu na região do baixo Tapajós. A aplicação generalizada da categoria *caboclo* a várias e distintas populações rurais descendentes de povos indígenas na Amazônia, como as encontradas na Flona Tapajós, tem obscurecido as diversas dinâmicas que surgiram no cenário social pós-colonial. Funcionando como um modelo referencial, um *template*, nos termos colocados por Harris (1998), tal categoria caracteriza uma grande população como um produto histórico que, contraditoriamente, afasta-a dos “benefícios” da história. Desprovida de antecedentes, a cultura do *caboclo* somente pode ser descrita a partir de meados do século XIX; antes disso, existe apenas um rastro de destruição e extermínio de indígenas. “Quaisquer possibilidades, se alguma, que se apresentassem para que eles recriassem sua existência sociocultural primeira foram perdidas para sempre” (PARKER, 1985, p. 37). Contudo, como será visto no capítulo 7, o ressurgimento das identidades indígenas nas comunidades de Taquara, Marituba e Bragança parece demonstrar que as possibilidades ainda não haviam se esgotado.

O ponto relevante a ser enfatizado é que as implicações desta construção do *caboclo* não são apenas de efeito teórico, mas se refletem em muitas instâncias, especialmente nas políticas de Estado. Foram exatamente estas pessoas denominadas *caboclos* – *consideradas como sem história, sem identidade* – que se tornaram foco dos principais deslocamentos forçados promovidos pelas políticas de expansão das fronteiras amazônicas implantadas na região a partir do final da década de 1960. A criação e a implantação da Flona Tapajós, e os deslocamentos forçados que projetou, constituíram apenas uma parte deste movimento maior, parte de uma constelação maior, como diria Malkki (1995), tema a ser discutido adiante com mais detalhes.

2.2.4 PADRÃO DE USO DA TERRA E FORMAS IDENTITÁRIAS

Esta breve visualização sobre os principais eventos históricos que sucessivamente alteraram as formas nativas de organização

sociocultural no baixo Tapajós e suas subsequentes representações fornecem um pano de fundo sobre o qual se assenta as organizações socioculturais da maioria dos grupos sociais que atualmente são encontrados na região, incluindo as comunidades localizadas na Flona Tapajós. Do período colonial visualizamos sucessivos impactos, advindos tanto das Missões jesuíticas quanto das políticas do Diretório dos Índios, responsáveis, independentemente dos seus respectivos objetivos e metas, por severa desestruturação dos grupos indígenas que primeiramente ocupavam a região. Tal desestruturação favoreceu, posteriormente, a expansão Munduruku e o seu domínio sobre todo o vale do Tapajós, e sobre os grupos indígenas remanescentes. Logo após a Independência, o movimento da *Cabanagem* e o *boom* da economia da borracha, no último quartel do século XIX, por sua vez, alteraram significativamente o panorama regional das relações socioeconômicas e políticas que haviam sido forjadas pelo aparato colonial. O desenvolvimento da economia da borracha, de alta significância para o baixo Tapajós em função dos investimentos para implantação de vastos seringais de cultivo, propiciou um processo intenso de ocupação da região e o aumento da produção econômica, moldando não só as relações sociais e econômicas, mas também as formas de ocupação da terra que predominariam até os finais dos anos 1960, quando as políticas de expansão da fronteira amazônica começaram a ser implantadas.

Para concluir este capítulo, eu gostaria de destacar, primeiro, as principais características do padrão de ocupação da terra resultante daquele processo histórico e que se tornou predominante entre as 18 comunidades localizadas na Flona Tapajós; e, em seguida, esclarecer a forma pela qual estou identificando as pessoas dessas comunidades.

Padrão de ocupação da terra

O padrão de ocupação da terra encontrado entre aquelas 18 comunidades localizadas na Flona Tapajós reproduz o padrão desenvolvido pelos grupos nativos regionais, no período pós-colonial, depois da transformação de suas formas primeiras de ocupação territorial. Moldado, assim, por um processo histórico mais amplo, tal padrão assenta-se sobre um sistema comum de uso da terra, semelhante ao assinalado por Almeida (1988), cujo apossamento é derivado diretamente do trabalho desenvolvido por núcleos domésticos, a partir de regras que são consensualmente estabelecidas.

Identificando esse sistema entre o campesinato amazônico, Almeida (1988, p. 183) ressalta que a terra não é vista como uma possessão individual permanente. Segundo ele, esta percepção da terra reflete regras de direito camponês que

[...] prescrevem métodos de cultivo em extensões que podem ser utilizadas consoante a vontade de cada grupo familiar, sem exigência de áreas contíguas e permanentes, ou de ter um conjunto de atividades produtivas confinadas numa parcela determinada. Não há contiguidade entre as áreas de cultivo de um mesmo grupo familiar. Os seus roçados distribuem-se, segundo uma certa dispersão, pelas várias áreas destinadas, consensualmente, aos cultivos.

Dentre estas áreas de cultivo, cuja produção é apropriada individualmente pelos núcleos familiares, também são destinadas áreas de uso comum, que não pertencem a nenhuma família em particular, mas que são de uso conjunto de todas elas. Desta forma, este sistema de uso da terra combina áreas de usos comuns com regras para a posse individual. “A casa e seu quintal adjacente são apropriados individualmente pela respectiva família, da mesma forma como os produtos da colheita e demais frutos do pomar” (ALMEIDA, 1988, p. 183).

Assim, configurado a partir de meados do século XIX, e disseminado entre os diversos grupos sociais na Amazônia, este sistema de ocupação da terra é encontrado na região do baixo Tapajós não apenas entre as comunidades da Flona Tapajós, mas também entre outros grupos camponeses regionais. Estes grupos sociais regionais apresentam ainda a configuração da unidade sociopolítica e espacial chamada “comunidade”. Esta noção de “comunidade” denota um conjunto de direitos comuns de uso de recursos e de residência numa área definida, bem como em relação às suas organizações sociopolíticas, desta forma, outorgando autonomia às suas decisões internas e no que diz respeito a um espaço territorial. A introdução do termo “comunidade” foi atribuída ao trabalho de organização social, promovido na década de 1960 pela Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).³⁶

Como explicou Lins e Silva (1980), os trabalhos desenvolvidos através das CEBs refletiam uma nova postura da Igreja Católica para

³⁶ Cf. Lima (1999); Lins e Silva (1980).

com os grupos sociais rurais. A Igreja visava o envolvimento direto dos moradores das vilas no proselitismo e no desenvolvimento de atividades como alfabetização, atenção à saúde e projetos econômicos. Tais atividades foram desenvolvidas através de “conselhos comunitários”, que deveriam representar os interesses da “comunidade” e promover projetos sociais e funções religiosas. O alcance destes trabalhos, dotados inicialmente de um caráter eminentemente religioso, fez com que as populações rurais incorporassem o ideal de “comunidade” como um grupo socialmente organizado, integrando gradualmente também as instâncias político-administrativas e territoriais.

Cada “comunidade”, constituída por um ou mais núcleos familiares, começou por ter uma representação oficial composta de um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um conselho fiscal. Como uma organização sociopolítica, a “comunidade” começou a ter controle sobre um espaço territorial, cujos limites entre “comunidades” devem ser definidos consensualmente entre elas, e materializados através da abertura de trilhas que interligavam uma à outra. Uma vez por ano, cada comunidade deve limpar a parte da trilha que lhe pertence.

Apesar das variações que podem ser observadas entre elas, estas comunidades desenvolveram um sistema complexo de uso de recursos dotado de diferentes níveis de apropriação e domínio. Este sistema designa áreas que são de domínio comum, acordados internamente pela comunidade, que incluem entre elas as áreas de caça, de pesca, de extração de óleos, frutos, madeira, palha, etc. Outras áreas eram demarcadas para serem usadas individualmente, pelos núcleos familiares em particular. Estas áreas incluíam os roçados e os seringais. Enquanto as áreas de florestas e dos recursos aquáticos tendiam a ser compartilhadas entre as comunidades, especialmente entre aquelas localizadas mais próximas uma da outra, as áreas onde se encontravam as residências, os roçados e os seringais eram compreendidas como de domínio de uma comunidade específica, e para tais áreas eram estabelecidos limites entre comunidades. Em muitos casos, os limites entre uma comunidade e outra tendiam a se constituir em objeto de fortes disputas, especialmente quando uma nova comunidade se configura, geralmente, a partir do rompimento de outra.

Portanto, apesar de compartilharem um padrão de ocupação semelhante, cada “comunidade” goza de relativa autonomia sobre a sua organização sociopolítica interna e sobre os espaços e recursos entendidos como sendo de seu domínio. Todavia, o domínio de uma

comunidade sobre tais espaços e recursos não impedia que membros de outra comunidade também fizessem uso deles, considerados como de uso comum. Assim, por exemplo, mesmo reconhecendo que certo lago pertence a uma comunidade específica, membros de outras comunidades também podem fazer uso dele. Nestes casos, geralmente são estabelecidas regras, no sentido de não se permitir a pesca comercial ou o emprego de técnicas predatórias. Da mesma forma, também se estabelecem regras relativas aos demais recursos florestais. O desrespeito a elas constitui motivo de conflito entre as comunidades.

Em suma, emergindo de um processo histórico mais amplo que envolveu a maioria dos grupos nativos na região do baixo rio Tapajós, este era, em linhas gerais, o padrão predominante de uso da terra encontrado entre as comunidades localizadas na área da Flona Tapajós na época em que esta reserva florestal foi criada. Como se verá adiante, a superposição dos seus limites sobre os territórios pertencentes às comunidades impôs uma nova forma de ocupação da terra e de uso de recursos, que colidia diretamente com aqueles padrões comunais.

Identificando as pessoas da comunidade

Apesar de compartilharem um processo histórico e um padrão de uso comum da terra, as 20 comunidades que atualmente se encontram na área da Flona Tapajós não podem ser entendidas como uma unidade homogênea. Existem diferenças entre elas, as quais se originaram das configurações históricas e sociais específicas de cada uma. Havia comunidades, como as de Marai, Jaguari e Pini, que apresentavam longo histórico de ocupação de suas terras, ultrapassando dois séculos, e cujas origens apontavam para antigas aldeias indígenas. A comunidade de Marai chegou a ser dominada pelos empresários da borracha desde o final do século XIX até a década de 1960, quando novas forças políticas e econômicas começaram a se estabelecer na região. Na comunidade de Piquiatuba as pessoas informavam que o seu estabelecimento datava do início do século XX. Por outro lado, havia também comunidades que se formaram mais recentemente, como a de Jamaraquá, fundada no início da década de 1990, quando ocorreu uma cisão na comunidade de Maguari, em função de disputas internas entre os núcleos familiares. O mesmo ocorreu com as comunidades de Bragança e Marituba, que se formaram de uma dissidência entre grupos domésticos pertencentes à comunidade de Marai.

As origens das pessoas de algumas destas comunidades também eram bastante diversificadas. A comunidade de Tauri, por exemplo, embora identificada como local de uma antiga aldeia indígena, atualmente encontra-se habitada por uma variada composição de pessoas oriundas de diversos locais, resultado, entre outros fatores, de um intenso processo migratório ocorrido nas últimas duas décadas. As comunidades de Maguari e São Domingos também apresentavam composição populacional diversificada. Em contraste, comunidades como as de Taquara, Jaguarari ou Pini eram relativamente mais homogêneas em suas origens. Diferenças entre comunidades também se refletiam em suas organizações religiosas. Enquanto em algumas comunidades todos os habitantes se consideravam católicos, havia outras onde as pessoas que professavam diferentes religiões cristãs pentecostais, como a Assembleia de Deus e a Igreja da Paz.

Estas e outras diferenças encontradas entre as comunidades localizadas na Flona Tapajós apontam para a necessidade de cautela ao retratá-las. Apesar de compartilharem muitas características em comum, produto de um mesmo processo histórico, cada comunidade conforma histórias e organizações sociopolíticas internas particulares. Além disso, antes da criação da Flona Tapajós, as 18 comunidades tinham poucas e dispersas relações entre si, as quais se deviam basicamente a laços de parentesco, participações em festividades religiosas comunitárias, e a outras atividades de entretenimento. O processo de criação e implantação desta reserva florestal e as tentativas de remoção forçada da população que lá vivia promoveram uma relação mais forte e politicamente articulada entre estas comunidades. Neste processo, as comunidades vieram a constituir uma unidade social que foi identificada, de uma forma geral, pela administração da reserva como *comunidades ribeirinhas da Flona Tapajós* e, mais recentemente, como *populações tradicionais*.

Conforme discutido anteriormente, apesar de as pessoas das comunidades serem geralmente categorizadas como *caboclos*, elas, além de não se identificarem como tal, também se negavam a aceitar tal categorização. Por esta razão eu não me refiro a elas por este termo. Além disso, três comunidades começaram a reivindicar a identidade indígena Munduruku, distinguindo-se desta forma das demais, mesmo com relação à categoria das “populações tradicionais”. Portanto, para abordar o engajamento destas comunidades no processo de criação e

implantação da Flona Tapajós, escolhi identificá-las simplesmente como “comunidades de resistência”.

Esta escolha teve em mente dois objetivos: primeiro, distanciar-me das categorias usadas pelo órgão ambiental oficial; e, segundo, enfatizar o processo comum de resistência levado adiante por estas comunidades para garantir a permanência em seus territórios e o acesso aos recursos. Este movimento de resistência uniu essas comunidades em um primeiro momento, quando todas estavam ameaçadas de remoção de suas terras; porém, no momento seguinte, quando essa ameaça já estava afastada, suas mobilizações foram conduzidas separadamente, por dois grupos distintos que se formaram. No início, quando as “comunidades de resistência” lutavam para evitar serem removidas, elas constituíam uma única articulação politicamente organizada. Entretanto, mais tarde, quando conquistaram o direito de permanecer em suas terras na área da reserva, três comunidades começaram a se identificar como indígenas Munduruku. Tal movimento levou à configuração de dois grupos distintos: a dos indígenas e a dos não indígenas. Assim, o termo “comunidade de resistência” é aplicado para identificar as comunidades no processo de resistência contra a desapropriação de suas terras e para enfatizar o momento de ruptura, que as separou em arenas distintas na luta pela terra e por suas identidades sociais.

Capítulo 3

Transformando florestas de fronteiras em florestas nacionais

3.1 INTRODUÇÃO

No início do século XX já havia no Brasil várias propostas de políticas para criação de reservas florestais que promovessem uma exploração controlada dos recursos, com base nos modernos princípios da silvicultura científica. Contudo, foi apenas no final da década de 1960 que o país incluiu as Florestas Nacionais como parte de suas políticas florestais. Inseridas nas políticas de expansão das fronteiras econômicas amazônicas, que começam a ser implementadas pelos governos militares no final da década de 1960, a silvicultura na Amazônia tornou-se um setor importante para a valorização econômica da região, assim como para a sua integração à economia política nacional.

Entretanto, para compreender a importância daquelas políticas, o presente capítulo inicia focalizando os passos que se sucederam para a criação e implantação das primeiras reservas florestais conhecidas como Florestas Nacionais (Flonas), as quais foram concebidas e implantadas nos Estados Unidos, no final do século XIX. As Florestas Nacionais seguiam os tradicionais procedimentos teóricos e metodológicos do manejo florestal científico originado na Alemanha, no século XVIII, com o objetivo de assegurar ao Estado o controle direto dos recursos florestais. Desde então elas se tornaram o principal instrumento das políticas florestais de Estado em praticamente todo o mundo. Na segunda parte do capítulo explora-se como este movimento para a criação de Florestas Nacionais se refletiu e se implantou no Brasil, abordando o desenvolvimento das políticas florestais brasileiras desde o

início do século XX até o começo da década de 1970, quando foi criada e implantada a primeira reserva florestal na Amazônia, a qual se destinava à promoção da produção sistematizada e planejada de madeira.

3.2 O MANEJO FLORESTAL CIENTÍFICO E FLORESTAS NACIONAIS

Quando fui à busca das fontes iniciais que moldaram o *design* e os objetivos das Florestas Nacionais foi surpreendente me deparar com a longa travessia que se configurou até chegar à sua versão atual. O extenso percurso que se inicia na Alemanha, em fins do século XVIII, mostrou também a importância das florestas para o avanço do capital, e a estreita relação do Estado com a ciência para o controle dos seus recursos e de seus modos de uso e apropriação.

3.2.1 REDEFININDO AS FLORESTAS E OS MODOS DE APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS

O surgimento do manejo florestal científico

A categoria Florestas Nacionais – denominando reservas florestais estatais destinadas à produção de madeira, com base nos princípios científicos de manejo – foi criada no início do século XX nos Estados Unidos. A sua criação, e subsequente implantação, ajudou a consolidar um movimento iniciado algumas décadas antes, em defesa da destinação de terras públicas para o estabelecimento de reservas para proteção dos recursos naturais.³⁷ O movimento para a criação de reservas florestais sob o controle do Estado visando à promoção da produção madeireira, entretanto, remonta ao final do século XVIII, com o surgimento da silvicultura científica na Alemanha, motivado pela necessidade de o Estado garantir o suprimento de madeira, cuja procura aumentava, assim como os riscos de esgotamento (LOWOOD, 1991; WATKINS, 1998). A crescente demanda por madeira, causada pelo acelerado crescimento populacional e incipiente industrialização que então se vivenciava, levou o Estado a desenvolver modos de controle mais direto sobre os recursos florestais. Assim, passou a destinar áreas à exploração daqueles recursos, para que fossem realizadas com base

³⁷ Cf. Steen (1992); Worster (1987).

em princípios técnicos e científicos, e que transformassem a exploração madeireira numa atividade econômica sustentável e lucrativa.

Em sua análise sobre o surgimento do manejo florestal científico na Alemanha na segunda metade do século XVIII, Lowood (1991, p. 315-316) creditou o estabelecimento inicial de uma *Ciência Florestal* às chamadas “Câmaras das Ciências” (*Cameral Science*), um termo “derivado de *kammer* (câmara), que era o local onde os conselheiros do príncipe tradicionalmente deliberavam”. Segundo Lowood, as “Câmaras das Ciências”, as *Staatswissenschaften*, que foram introduzidas na Prússia no ano de 1727 – inicialmente nas universidades de Halle e Frankfurt, mas tornando-se em seguida parte da maioria dos currículos universitários da Alemanha – deram origem ao manejo florestal científico e determinaram um modo de exploração florestal que passou a vigorar em todo o mundo. Lowood também atribuiu a estas “Câmaras das Ciências” a aplicação de um substrato científico a uma variedade de práticas governamentais para atuação em questões sociais, econômicas ou administrativas, pois era nelas que os profissionais que assessoravam os monarcas recebiam treinamento, o qual se embasava em um “corpo de teorias e técnicas necessárias para a administração do Estado e de seus domínios” (LOWOOD, 1991, p. 316).

Neste contexto, as florestas, que constituíam uma das maiores fontes de receita para a economia do Estado na Europa Central, representavam um setor fundamental da administração estatal, e requeriam, portanto, atenção especial das “Câmaras das Ciências”. Assim, em consonância com as preocupações do Estado e tendo que enfrentar a crescente demanda por madeira e os riscos de escassez, em virtude da acelerada deterioração das florestas, os agentes das “Câmaras das Ciências” começam a desenvolver novas formas de gerir e controlar mais eficientemente os recursos florestais, buscando tornar as florestas passíveis de aprimorada produção. Aludindo às publicações iniciais sobre o tema, Lowood (1991, p. 320) destacou que

[...] os primeiros escritores sobre as Ciências Florestais foram influenciados pelos agentes oficiais das finanças treinados nas Câmaras das Ciências e por chefes florestais, os quais previam um desastre econômico, caso as condições de sustentabilidade das florestas continuassem a seguir uma linha declinante.

Contudo, os passos iniciais rumo à configuração de uma ciência florestal esbarravam no próprio conceito de “floresta”, que em meados

do século XVIII ainda era definida de forma muito ambígua, podendo ter vários sentidos.³⁸ Discorrendo sobre esta ambiguidade, Watkins (1998) destacou a variedade de formas empregadas para o termo floresta ao longo dos tempos, e de um país a outro. Exemplificando com o caso inglês, o autor destacou as diferentes conotações para o termo floresta que podem ser encontradas desde os tempos medievais até a modernidade. As Florestas Reais (*Royal Forests*) medievais, explica, eram áreas destinadas aos direitos especiais da monarquia para a prática da caça. Algumas delas, como a Floresta Exmoor (*Exmoor Forest*), eram compostas de apenas algumas árvores: “a maioria delas era composta por extensões de terra que poderiam conter vilas, espécies vegetais arbustivas, pastagens aráveis e bosques” (WATKINS, 1998, p. 1). A *Sherwood Forest*, por sua vez, incluía toda a cidade de Nottingham, sendo a maioria de sua área composta de terras agrícolas e espécies vegetais arbustivas. Watkins comentava que naquela época

[...] não havia conexão direta entre a ideia de floresta e o conceito de bosque: as florestas medievais eram unidades administrativas mais relacionadas aos modernos parques nacionais do que a uma área abrigoando um conjunto arbóreo. Com o declínio da influência da monarquia, especialmente a partir do século XVIII, o termo floresta passou a ser cada vez mais associado a estas áreas arborizadas, tais como a *New Forest* e a *Forest of Dean*. (WATKINS, 1998, p. 2).

De forma semelhante, Kiess (1998, p. 13) observou que na Alemanha a aplicação da palavra *Forst* teria surgido pela primeira vez em meados do século VII, em uma variedade de contextos diferenciados: “bosques menores, como também extensões de campos abertos eram chamados de *Forst*”. Discutindo as possessões do Mosteiro de Weissenburg, o autor chama a atenção para a “diferença entre bosques ordinários”, denominados *silva*, e a floresta denominada *forastis*, que significava “uma mata sujeita a direitos especiais”, e cujo tamanho era calculado “pelo número de porcos que podiam ser alimentados nesta área de floresta em particular” (KIESS, 1998, p. 15). Estas diferentes conotações do termo “floresta” ainda empregadas em meados do século XVIII não permitiam uma definição mais precisa do conceito para que pudesse objetivar um campo de estudo específico. “Contudo, iniciando na

³⁸ Cf. Kiess (1998); Lowood (1991); Watkins (1998).

década de 1760, funcionários bem treinados, munidos com publicações para suporte de novas ideias, promoveram a noção de que a floresta poderia ser definida de forma precisa e estudada de forma objetiva” (LOWOOD, 1991, p. 320). Foi neste ímpeto também que na década de 1760 a Alemanha fundou a primeira escola dedicada aos estudos e conhecimento sobre as florestas, através da qual se consolidaram os princípios e práticas para um vantajoso manejo e gestão das florestas, os quais propiciariam um suprimento constante de madeira.

Surgindo, assim, a partir das “Câmaras das Ciências”, a nova ciência florestal modelava seus contornos como disciplina independente através da disseminação de regras e procedimentos específicos para lidar com as questões relativas ao manejo florestal, os quais deveriam promover melhores resultados para a malha fiscal do Estado. Observando a ênfase à matemática florestal quantitativa em tais procedimentos, a qual visava calcular a produção de madeira das florestas, Lowood (1991, p. 317) atribuiu tal destaque ao “*espírito de quantificação*” que permeava o planejamento fiscal do Estado, que estabelecia “uma tradição de manejo e gestão quantitativa dos recursos”. Determinados por este espírito de quantificação, os especialistas em florestas começaram a desenvolver técnicas especiais para a sistematização de mensurações florestais seguras, que melhor se acomodariam às práticas administrativas do Estado e que fundamentariam as bases para o surgimento de uma nova ciência voltada para as florestas como objeto de produção de conhecimento.

Examinando a progressão destas técnicas, Lowood (1991) chamou a atenção para a transição de uma abordagem a partir do que se chamava de “sistemas de áreas-base” (*area-based systems*), para uma abordagem fundamentada sobre a quantidade de massa de madeira (*wood mass*) como um passo decisivo para a conformação do manejo florestal sob bases quantitativas. Esta abordagem centrada na quantidade de massa de madeira foi desenvolvida por J. G. Beckman, um inspetor florestal da Saxônia, cujo “profundo interesse na preservação dos suprimentos de madeira levou-o a construir um sistema de economia florestal que se assentava em uma bem-sucedida técnica para a mensuração da quantidade de madeira em pé que estaria disponível na floresta” (LOWOOD, 1991, p. 325). Diferenciando árvores segundo categorias de tamanho encontradas em intervalos de algumas parcelas selecionadas, Beckman desenvolveu um método para determinar a quantidade de massa de madeira que permitia uma avaliação mais precisa da floresta no planejamento oficial do Estado.

Especialistas florestais orientados segundo tais princípios matemáticos – como C. C. Oettelt, que utilizou a geometria para estimar o volume ou a massa de madeira – foram gradualmente aprimorando o método de Beckman através de medições dotadas de tal precisão, que permitiam não apenas determinar a quantidade de massa de madeira, mas também planejá-la, e controlá-la. Lançando luz sobre a racionalidade matemática que estabeleceu a base dos métodos destinados à gestão e ao manejo florestal, elaborados para satisfazer as preocupações com a grade fiscal na Alemanha, Lowood (1991) mostra como foram forjados os elos entre a administração estatal e a ciência, os quais possibilitaram a formação de uma floresta regulamentada e padronizada, que pudesse ser facilmente abstraída e mais eficientemente controlada a partir de tabelas e gráficos então dispostos sobre as mesas de trabalho dos oficiais do Estado. De acordo com Lowood, tal abordagem sobre a floresta, que creditou ser inteiramente desenvolvida na Alemanha, foi elaborada com base nos três princípios quantitativos que moldaram o campo da ciência florestal na Alemanha: diversidade mínima, cálculo fiscal e rentabilidade assegurada. “O resultado foi uma quantificação e uma racionalização aplicadas tanto para a descrição da natureza como para a regulamentação das práticas econômicas” (LOWOOD, 1991, p. 316).

Esta perspectiva alemã de gestão florestal científica levou à produção de florestas monocultoras, cultivadas com espécies de uma mesma idade, as quais se tornaram “um arquétipo para impor sobre a natureza desprovida de ordenamento os depurados e retílineos constructos da ciência” (LOWOOD, 1991, p. 340). Em termos históricos tal perspectiva representou a criação de uma nova conceituação de florestas e de modos de apropriação de recursos, os quais foram posteriormente adotados por outros países, influenciando as políticas florestais em todo o mundo: “Teorias, práticas e modelos educacionais originários na Alemanha forneceram o ponto de partida para todos os demais esforços nacionais relacionados a uma ciência florestal e ao manejo florestal até o final do século XIX” (LOWOOD, 1991, p. 317). Liderando estes esforços, a França importou os princípios técnicos e teóricos do manejo florestal científico em 1820, sete anos antes de implantar seu primeiro Código Florestal Nacional. Emigrando para a América do Norte, os princípios de manejo florestal científico influenciaram de forma decisiva o movimento pela conservação ambiental e por políticas florestais nos Estados Unidos, no último quartel do século XIX. Movimento que foi liderado por profissionais

que haviam sido treinados nas escolas florestais alemãs e francesas, e que criaram o conceito de Florestas Nacionais para designar as reservas florestais públicas para produção planejada e sustentada de madeira.

Reservas Florestais nos Estados Unidos

A expansão da fronteira ocidental norte-americana combinada com as mudanças na estrutura da posse de terra e as regulamentações para disciplinar o acesso e o controle dos recursos florestais promoveram a criação das primeiras reservas florestais no Oeste dos Estados Unidos no final do século XIX, as quais precederam a consolidação do Sistema Florestal Nacional na primeira década do século XX. Observando as origens do Sistema de Florestas Nacionais, Steen (1992, p. 4) declarou que

[...] a história das Florestas Nacionais é uma história sobre a terra. [...] Durante o século XIX, toda a metade da nação foi transferida da condição de propriedade federal para a de propriedade estadual e privada – incontáveis transações de frações de alqueires de terra, alqueires inteiros, entre outras. Funcionários federais das agências agrárias mergulhavam em tinteiros os bicos de suas penas para registrar manualmente o produto de três mil concessões de terra que o Congresso aprovou até 1880, dispendo-a ao domínio privado.

Para o referido autor, a criação das primeiras reservas florestais no final do século XIX reverteu a tendência de privatização da terra, forjada no contexto dos programas *Homestead*, e constituiu “uma significativa exceção à regra” por conceder ao Estado grandes extensões de terra que seriam mantidas para a cobertura florestal, ao invés de destiná-las ao uso agrícola.

O aparecimento destas reservas florestais estava também associado ao movimento pela conservação da natureza que surgiu em meados do século XIX, o qual culminou com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, e da primeira Floresta Nacional nove anos depois. Chamando a atenção para o que entende como um “legado” das reservas florestais norte-americanas “para a conservação ambiental”, Steen (1992, p. 3) mencionou que “os arquitetos do movimento pela conservação da natureza estavam invariavelmente envolvidos com as Florestas Nacionais”. Similarmente, o historiador Worster (1993)

atribuiu o surgimento do movimento pela conservação da natureza a uma reação contra o que era considerada uma obstinada apropriação privada de terra. Fazendo uma relação direta entre a deterioração florestal e a criação das primeiras reservas florestais, Worster (1993, p. 103) enfatizou que

[...] iniciando há cerca de cem anos, o movimento pela conservação da natureza começou a tomar forma nos Estados Unidos, focando inicialmente no estabelecimento de uma comunidade de interesse sobre as terras que abrigavam florestas, particularmente nos estados e territórios do Oeste norte-americano. Sob a exploração privada, beneficiada por antigas políticas federais de posse da terra, as florestas norte-americanas estavam desaparecendo a uma taxa alarmante, ameaçando a segurança da nação.

Estudiosos como Limerick (1992, p. 14-15), no entanto, questionaram tal suposição. O autor observou que apesar de muitas pessoas terem usado a expressão “carência de madeira”, entre as décadas de 1870 e 1880, para expressar a preocupação com a possibilidade de escassez e defender o reflorestamento como uma solução, “as origens desta mudança de pensamento surpreendentemente teve pouco a ver com o que se passava no Oeste”. Ela ressalta que naquela época, no Oeste dos Estados Unidos, a exploração de madeira existia somente “para dar suporte às minas, ou, acima do solo, para a construção e o aquecimento de casas; o comércio de madeira por parte das empresas *Pacific Northwest* e da *Rockies* havia apenas começado” (LIMERICK, 1992, p. 15). A exaustão de florestas, como a que ocorria na região dos Grandes Lagos, era um fenômeno que ainda não se verificava no Oeste norte-americano. Neste sentido, Limerick discorda da tese de que a fronteira teria se encerrado em 1890, defendida pelo historiador Frederick J. Turner em 1893 em um ensaio seminal, apresentado em 1893, em que analisava as fortes ondas de migrações para o Oeste no século XIX como tendo eliminado as últimas fronteiras do país, onde não havia mais o que ocupar. Nesta linha de raciocínio, Turner proclamava o fechamento do “primeiro período da história dos Estados Unidos” (TURNER, 1920, p. 37-38), cuja tese influenciou fortemente as bases ideológicas do movimento pela conservação da natureza naquele país, e contribuir para moldar o que Cronon (1995, p. 76) chamou de o “mito da fronteira desaparecida”.

Assim, contraargumentando a tese de que “a fronteira havia terminado”, Limerick (1992, p. 13-14) afirma que a “fronteira Oeste” ainda não havia se encerrado naquele momento, assinalando que

[...] o movimento em direção do Ocidente não parou em 1890; milhões de outras pessoas continuaram migrando para o Oeste no século XX. Considerando as referências numéricas, dever-se-ia chamar o movimento que ocorreu no século XIX em direção ao oeste como um mero prelúdio do muito mais significativo movimento que ocorreu adiante, no século XX.

Neste sentido, segundo o autor, as reservas florestais criadas no Oeste no final do século XIX não teriam sido originadas em resposta à rápida deterioração das florestas, que supostamente ocorria devido a uma excessiva exploração, mas, sim, teriam emanado “de uma genuína mudança na disposição, orientação e senso de futuro de algumas pessoas” (LIMERICK, 1992, p. 15).

Esta “genuína mudança” talvez refletisse também as preocupações acerca da crescente demanda por madeira e da necessidade de um controle sobre o seu mercado. Realizando um levantamento acerca da indústria de beneficiamento madeireiro no Leste, Shands (1992, p. 23) destacou que

[...] o beneficiamento madeireiro comercial em grande escala chegou a Michigan na década de 1860 e logo depois a Wisconsin e Minnesota. Os magníficos pinheiros-brancos (*white pine*) foram os primeiros a serem cortados, cuja madeira foi enviada para a construção da cidade de Chicago e de outras do Meio-Oeste. Em 1892, cerca de 9 bilhões de pranchas de madeira de *white pine* foram produzidos nos três estados. Foi o apogeu da era do *white pine* nos estados localizados na região dos Grandes Lagos; a partir daí, o suprimento de *white pine* caiu vertiginosamente, levando os madeireiros a se direcionarem para outras espécies – bordo, carvalho, cedro, álamo e *jackpine* – na busca por maiores oportunidades de mercados.

O crescente e acelerado desenvolvimento da indústria madeireira motivou em seguida a criação da Associação Florestal Americana (American Forestry Association – AFA), uma organização civil fundada em 1875, cuja importância logo se refletiu na incorporação das atividades

de base florestal pelo *Executive Branch* do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, um ano mais tarde, em 1876. A importância dos dois setores no delineamento das políticas florestais americanas foi destacada por Steen (1992, p. 5), que notou que, por volta de 1890, “a Divisão de Florestas dos Estados Unidos (U. S. Division of Forestry) rapidamente alcançou uma estrutura suficiente para tornar-se protagonista-chave, juntamente com a Associação Florestal Americana”. Juntas, estas duas instituições, ambas representando interesses da indústria madeireira, envidaram os principais esforços para a criação das primeiras reservas florestais no Oeste dos Estados Unidos, e para o estabelecimento de regulamentações para a exploração de madeira. Como Steen (1992, p. 5) observou, “não foi por acaso que a força propulsora em ambas as instituições tenha sido Bernhard Eduard Fernow, um engenheiro florestal alemão que havia imigrado para os Estados Unidos em 1876”, onde se tornaria o terceiro diretor da Divisão de Florestas, em 1886.

Em sua análise sobre a importância de Fernow para uma política florestal nacional nos Estados Unidos, Miller (1992, p. 289) informa que

[...] ele iniciou seu aprendizado no Departamento de Silvicultura da Prússia, e logo depois recebeu treinamento avançado por dois anos e meio no departamento da afamada academia de Muenden, onde estudou sob a orientação de G. Heyer, entre outros, e trabalhou em diversas unidades de florestas pertencentes ao Departamento.

Acompanhando sua esposa americana, Fernow chegou aos Estados Unidos em 1876. Na década anterior à sua nomeação como diretor da Divisão Florestal, Fernow teve poucos trabalhos dentro de sua profissão, uma vez que “a silvicultura, na forma como estava sendo praticada na maior parte da Europa, era de modo geral desconhecida nos Estados Unidos” (MILLER, 1992, p. 289). Todavia, os estudos desenvolvidos por Fernow sobre as florestas da América do Norte e as condições econômicas das indústrias de base madeireira o proclamaram como “uma força propulsora no incipiente Congresso Florestal norte-americano”, e o levaram a suceder Nathaniel Eggleston, em 1886, na Divisão de Florestas. Nessa Divisão, Fernow encontrou um escritório precário e mal organizado, sem equipe de auxílio, e “nenhum delineamento de um sistema florestal federal, nem terras públicas destinadas à prática de sua profissão” (MILLER, 1992, p. 290). Entretanto, assumindo a tarefa de mudar esta condição, Fernow engajou-se ativamente na defesa do

estabelecimento de regulamentações para as florestas e na adoção de um conjunto de princípios para a gestão e manejo florestal que deveriam ser elaborados e implantados sob os auspícios do governo federal.

Fernow influenciou fortemente a Associação Florestal Americana (AFA) por disseminar as ideias das escolas florestais alemãs de que “o desenvolvimento das florestas deve ser tratado como um cultivo a ser reproduzido tão logo seja colhido”, e as terras dotadas de madeira deveriam ser concebidas como “capital investido de forma permanente, do qual apenas os juros são utilizados” (FERNOW, 1891 apud MILLER, 1992, p. 291). Com base nesta percepção de floresta, a AFA começou a disseminar a “filosofia de que a madeira e outros recursos naturais deveriam ser disponibilizados de uma maneira racional e econômica”, e a defender tanto a criação de reservas florestais quanto as regulamentações para o uso dos recursos florestais (MUHN, 1992, p. 262). Estudiosos têm atribuído às iniciativas como essas da Associação Florestal Americana a inclusão da famosa Seção 24 da legislação sobre as Reservas Florestais (*Forest Reserve Act; Section 24*) de 1891, a qual permitiu ao Presidente da República “separar e preservar [...] terras públicas contendo florestas [...] sendo ou não de valor comercial, como reservas públicas”. Sobre esta *Section 24*, Gifford Pinchot, que se tornaria logo adiante o primeiro diretor do Serviço Florestal dos Estados Unidos (*U.S. Forest Service*), comentava em sua autobiografia *Breaking New Ground*, que ela era “a mais importante legislação na história da silvicultura nos Estados Unidos [...] o princípio e a base de todo o nosso sistema de Florestas Nacionais” (PINCHOT, 1947, p. 85).

Apesar de a legislação sobre reservas florestais autorizar o Presidente da República a criar reservas, não havia qualquer definição, regulamentação ou especificação clara acerca das autoridades e competências administrativas para a sua implantação e gestão. Arnold (1992, p. 309) chama atenção de que naquele momento

[...] as reservas florestais não tinham nenhum propósito primário original. [...] A intenção inicial das reservas florestais era tanto a de preservar os divisores de águas quanto dar providências para o corte controlado de madeira no âmbito das reservas, ou prevenir fraudes, monopólio. [...] O propósito original das reservas era simultaneamente de uso e preservação.

A ambiguidade na definição das reservas florestais refletiu-se na criação da Reserva Madeireira do Parque Yellowstone (Yellowstone Park

Timberland Reserve), ocorrida três semanas após a votação da Lei das Reservas Florestais. Esta Reserva foi criada em uma área circundante aos limites sul e leste do Parque Nacional de Yellowstone (Yellowstone National Park), a qual havia sido requerida para a expansão dos limites do Parque. Em vez de ser destinada para a expansão do Parque, a área tornou-se a primeira Floresta Nacional dos Estados Unidos (STEEN, 1992). O atual Parque Nacional do Grand Canyon (Grand Canyon National Park) também foi originalmente criado como uma reserva florestal, no ano de 1893, denominada Grand Canyon Forest Reserve.³⁹

A ausência de uma autoridade administrativa específica para gerir as reservas florestais causou dificuldades ao Departamento do Interior e ao seu General Land Office, responsável pelas reservas florestais, para o avanço das ações além da mera demarcação das áreas. Conforme Steen (1992, p. 7) destacou,

[...] em 1891 apenas a metade do trabalho havia sido realizado; ainda faltava a autorização para a gestão das reservas e a definição acerca dos propósitos mediante os quais elas poderiam ser implantadas. Prontamente, em 1892, o Congresso iniciou os esforços que durariam seis anos, para cumprir uma intensa agenda relativa ao tema das reservas florestais.

A legislação sobre gestão florestal, outorgada em 1897, fornecia o marco legal para que se implantasse a primeira gestão de reservas florestais; autorizava fundos para a sua administração; e permitia o corte de madeira, a mineração e o pastoreio em seu interior. Contudo, ainda assim, tratava-se apenas de um primeiro passo de uma longa jornada até que o Sistema de Florestas Nacionais se estabelecesse, uma década mais tarde, com uma clara conceituação e definição de regras para a gestão de reservas. Neste processo, Gifford Pinchot surgiu como o mais proeminente personagem, a quem Woster (1987, p. 266) denominou de “o maior arquiteto da ideologia progressista da conservação”.

As Florestas Nacionais e a economia da nação

Gifford Pinchot estudou na Escola Florestal Francesa em Nancy, onde adquiriu seus principais conhecimentos acerca dos modelos de

³⁹ Em 1919 o presidente Woodrow Wilson assinou decreto redefinindo-o como Grand Canyon National Park.

floresta, mas também buscou aprimorá-los na Alemanha e na Suíça. De volta aos Estados Unidos no início da década de 1890, Pinchot teve seu primeiro emprego em Biltmore (no estado da Carolina do Norte), para trabalhar em um plano de gestão do projeto que implantaria o primeiro experimento norte-americano de silvicultura em grande escala, empreendido por George Vanderbilt. O projeto havia sido proposto a Vanderbilt por Frederick L. Olmsted, o famoso arquiteto paisagístico que elaborou o *design* do Central Park, dos Pântanos de Boston, e das Cataratas de Niágara, entre vários outros trabalhos (SPIRN, 1995). Em Biltmore, ressalta Spirn, Olmsted percebeu que teria “uma oportunidade para demonstrar o potencial das técnicas florestais para o manejo de áreas destinadas ao lazer” (SPIRN, 1995, p. 100). Mas tratava-se também de uma oportunidade para Pinchot, que estava ávido por aplicar os conhecimentos sobre manejo e gestão florestal que havia adquirido na Europa, conforme ele mesmo registrou em sua biografia: “aqui estava a minha chance. Biltmore poderia dar provas do que a América ainda não compreendia, de que as árvores poderiam ser cortadas e a floresta preservada a um só movimento” (PINCHOT, 1947, p. 48). Trabalhando sob a supervisão de Olmsted, em Biltmore, e também como consultor florestal em outros empregos, Pinchot alcançou notoriedade nos círculos florestais advogando, juntamente com Fernow, os princípios de manejo florestal que asseguravam rentabilidade econômica e produção sustentada de madeira. Worster (1993, p. 145) observou que “para os dois homens, a natureza era um pouco mais do que uma *commodity* utilitária a ser gerida e colhida para o bem comum”.

A habilidade política de Pinchot o ajudou a ascender às estruturas do poder. Em 1896 ele se tornou Secretário da Comissão Nacional de Florestas, do Congresso Nacional, a qual havia sido articulada pela Academia Nacional de Ciências, a pedido da Secretaria do Interior. Esta Comissão tinha por objetivo investigar a situação das reservas florestais que haviam sido implantadas nos estados do Oeste do país, e elaborar um parecer sobre as suas condições. Tal requisição foi elaborada durante uma reunião da Associação Florestal Americana em 1895 (MILLER, 1992), a partir das preocupações manifestadas em relação aos precários resultados alcançados até aquele momento com as políticas então voltadas para as reservas florestais. Além de Pinchot, a Comissão da Academia Nacional de Ciências era composta por Arnold Hague, William Brewer, Alexander Agassiz, Wolcott Gibbs e John Muir, sendo este último um membro não oficial. A Comissão foi incumbida da

elaboração de um relatório a ser apresentado ao presidente Cleveland, no dia do aniversário de Washington, em 1897.

Ao término dos trabalhos, a Comissão recomendou, em seu relatório final, que as terras públicas norte-americanas não deveriam ser excluídas de exploração futura, advogando que “elas devem exercer seu papel na economia da Nação. A menos que as terras mantidas sob o domínio público, na forma de reservas, contribuam para o bem-estar e a prosperidade do país, elas devem ser abertas aos assentamentos agrários e todo o sistema de terras sob a forma de reservas deveria ser abandonado” (apud WORSTER, 1987, p. 266). Com tal ênfase na “economia da nação”, o relatório não apenas levou à promulgação da Lei de Gestão Florestal, sancionada no ano seguinte, como também contribuiu para que o Presidente da República separasse cerca de vinte milhões de acres de reservas florestais para a prática da moderna silvicultura científica.

Em meio a esse processo, Pinchot acabou por substituir Fernow na Divisão de Florestas (U.S. Division of Forestry), em 1898. Ao renunciar ao posto no verão daquele mesmo ano, Fernow se dirigiu para o New York State College of Forestry da Universidade de Cornell, onde assumiu a chefia da recém-formada faculdade estadual de Ciências Florestais, a primeira em nível de graduação nos Estados Unidos. Em Biltmore, no mesmo ano, Pinchot foi sucedido por Carl A. Schenck, um engenheiro florestal também de origem alemã que, além de assumir a gestão do experimento florestal de Vanderbilt, fundou uma escola técnica de formação em Ciências Florestais, porém de nível médio (SCHENCK, 1974). Assim, com a chegada de Schenck aos Estados Unidos, o país passou a contar com três engenheiros florestais, cada um dos quais dando a sua contribuição para a implantação da gestão e manejo florestal em bases científicas, tanto nas instituições acadêmicas quanto nos órgãos governamentais (BUTLER, 1974).

Em Washington, na U.S. Division of Forestry, Pinchot envidava esforços para a aplicação, em escala nacional, das noções de silvicultura científica que ele havia aprendido na Europa. Seguindo as ideias disseminadas por Fernow, Pinchot (1907, p. 16) defendia que as reservas florestais, como nos casos das terras agrícolas, também “deveriam ser geridas para produzir sucessivamente, ano após ano, sem interrupção, as mais valiosas e rentáveis colheitas de madeira e espécies florestais”. Analisando as conquistas de Pinchot, Worster (1987, p. 267) observou que “por trás da filosofia conservacionista de Pinchot repousava toda

uma tradição ambiental que remontava ao século XVIII: a de uma agricultura científica progressista”. Pinchot também proclamava a necessidade de profissionais treinados e capacitados nos assuntos da moderna silvicultura científica. A ausência destes profissionais nos Estados Unidos o levou a efetuar, junto com sua família, a doação de 150 mil dólares à Universidade de Yale, em 1900, para que fosse aberta a primeira escola de pós-graduação em Ciências Florestais, oferecendo um curso de mestrado de dois anos em Silvicultura (BUTLER, 1974). O objetivo da Escola de Ciências Florestais de Yale era formar profissionais florestais para trabalharem na Divisão de Florestas do governo federal, que estava sendo administrada por Pinchot.

No plano governamental, para assegurar apoio ao seu plano de implantação de uma moderna silvicultura científica em grandes reservas florestais, Pinchot buscou trabalhar junto aos setores ligados à indústria da mineração, a qual dependia grandemente de recursos florestais, mas que, segundo Dempsey (1992), opunha-se à sua proposta de reservas florestais, pois temiam não ter permissão para explorá-las. Para reverter esta posição, Pinchot trabalhou ativamente com o American Institute of Mining Engineers – AIME (Instituto Americano de Engenheiros de Minas), que havia sido fundado em 1871, para divulgar seu plano para um “manejo e gestão racional das florestas”. No encontro de 1898 da AIME, Pinchot assegurou que a atividade de mineração não seria proibida nas áreas das reservas florestais. Esta também havia sido a política de Fernow, o administrador que o precedeu na Divisão de Florestas. Fernow dedicou parte de sua carreira às atividades de mineração e, por quase toda a sua vida, esteve ativamente associado ao *American Institute of Mining Engineers*. Nesta direção, Dempsey (1992, p. 102) observava que Pinchot pautava-se “na relação prévia de Fernow com a indústria de mineração e usou todas as táticas de relações públicas possíveis para manter o apoio dos mineradores e de outros grupos de usuários”. Em suas articulações, Pinchot reafirmava aos mineradores que “a prospecção e a mineração não são objetos de inibição. Os recursos das Florestas Nacionais devem ser usados e os espaços abertos a investimentos. Portanto, tanto melhor será quanto mais mineração e prospecção houver” (PINCHOT, 1907, p. 11).

Assim, contando com o apoio da indústria mineradora à silvicultura, Pinchot foi capaz de criar uma efetiva agência governamental para administrar as reservas florestais. Sob a presidência de Theodore Roosevelt, aclamado por suas realizações na expansão dos parques

nacionais e reservas florestais nos Estados Unidos, Pinchot trabalhou para transferir os órgãos florestais do Departamento do Interior para o Departamento de Agricultura, e, em 1905, implantou o *Bureau* de Silvicultura (*Bureau of Forestry*). Porém, dois anos mais tarde, em 1907, o *Bureau* de Silvicultura novamente sofreu mudança e passou a ser denominado Serviço Florestal dos Estados Unidos (U.S. Forest Service), assumindo a jurisdição sobre todas as reservas florestais, que passaram a ser denominadas Florestas Nacionais. Naquele mesmo ano, o Serviço Florestal dos Estados Unidos já contava com 150 Florestas Nacionais implantadas no Oeste, sendo que 134 destas reservas foram criadas somente entre 1905 e 1907, totalizando mais de 140 milhões de acres. Com estas extensas áreas de florestas disponibilizadas para o manejo florestal, Pinchot (1907) podia finalmente aplicar seu visionário plano “de provar que as árvores poderiam ser cortadas e as florestas preservadas a um só tempo”.

Em consonância com a tradição originada na Alemanha, de conferir ao Estado o controle direto sobre os recursos florestais, o Serviço Florestal dos Estados Unidos, sob a administração de Pinchot, consolidou naquele país os princípios da gestão florestal científica, e inaugurou um novo modelo de exploração e administração florestal, que logo se expandiu para o Canadá e a América Central. Após a Segunda Guerra Mundial, as Florestas Nacionais expandiram-se também para a América do Sul, como no Brasil, onde foram adotadas no final da década de 1960 para, logo em seguida, serem implantadas na Amazônia. Da mesma forma que no Oeste norte-americano, na região amazônica a criação e o estabelecimento das Florestas Nacionais estiveram diretamente relacionados às políticas de Estado direcionadas à expansão das fronteiras econômicas.

3.3 A ECONOMIA POLÍTICA DAS FLORESTAS BRASILEIRAS

Se procurarmos compreender o significado e a importância da introdução de um Programa de Florestas Nacionais na Amazônia, na década de 1970, é crucial ter presente as iniciativas precedentes que defendiam e promoviam a adoção de reservas florestais sob a égide do Estado, como forma de regular e controlar a exploração dos recursos florestais. No Brasil, vozes e ações em sua defesa já se faziam presentes desde o início do século XX, e são encontradas em todas as décadas seguintes, com diferentes níveis de alcance, não obstante a maioria dos argumentos se reproduza sucessivamente. Entretanto, foi somente na

década de 1970, com o projeto de expansão das fronteiras econômicas na direção da Amazônia, que elas encontram a sua feição mais elaborada e um terreno fértil para a sua efetivação. Procura-se traçar aqui os contornos do movimento em defesa da criação de reservas florestais no Brasil, ao longo do século XX até o momento em que começaram a ser introduzidas na Amazônia, na década de 1970. O objetivo é pensar esse movimento do ponto de vista de uma economia política das florestas brasileiras. Desta forma, procura-se destacar as particularidades encontradas no projeto geopolítico dos militares, que possibilitou tornar efetiva a criação e a implantação da primeira reserva florestal para exploração madeireira na Amazônia.

3.3.1 AS PROPOSTAS INICIAIS PARA A CRIAÇÃO DE FLORESTAS NACIONAIS

As mais efetivas vozes que no começo do século XX chamaram a atenção para o problema da destruição de florestas e para a necessidade da regulação pelo Estado para a proteção de florestas brasileiras são atribuídas aos cientistas empregados nas diversas instituições de pesquisa que foram criadas no último quartel do século passado.⁴⁰ Muitos destes cientistas eram europeus, familiarizados com os experimentos sobre gestão e manejo florestal em seus países de origem, e cientes do movimento pela criação de reservas florestais nos Estados Unidos. Seus apelos em defesa da proteção dos recursos naturais os colocavam diante do que Dean (1996, p. 232) descreveu como uma “contradição estrutural”, em virtude de serem funcionários de órgãos governamentais dominados por grandes latifundiários, os quais se opunham a qualquer restrição aos direitos de propriedade ou ao acesso aos recursos naturais resultantes de medidas conservacionistas.

Dentre estes cientistas, Alberto Loefgren foi uma força pioneira impulsionando uma campanha no Brasil pela implantação de um código florestal nacional, de parques nacionais, e de um serviço florestal nacional. Oriundo da Suécia, Loefgren era botânico e chegou ao Brasil como membro de uma expedição científica. Logo em seguida ele foi contratado para dirigir os setores de meteorologia e botânica da Comissão Geológica e Geográfica do estado de São Paulo. Dean (1996, p. 233) creditou a ele o título de “o mais eficiente da primeira geração

⁴⁰ Cf. Barretto Filho (2001); Dean (1996).

de cientistas paulistas”. Destacou que, “através do poder dos argumentos de Loefgren e de suas ligações com a elite proprietária de terras, o seu Setor de Botânica foi redefinido em 1899 e passou a ser denominado de Serviço Botânico e Florestal. Nesta redefinição, o Serviço foi elevado ao *status* de Comissão”, tornando-se responsável pela promoção da “conservação, melhor exploração e pelo reflorestamento das florestas”. Durante sua gestão, Loefgren desenvolveu diversos experimentos destinados a testar a domesticação de plantas importadas e examinou um grande número de variedades de plantas nativas quanto ao seu potencial nutricional e medicinal e como fontes de matéria-prima industrial. Ele também advogava por uma exploração conservacionista das florestas, que deveria ser feita através de um manejo racional dos recursos com base em princípios científicos, e a implantação de Florestas Nacionais, similares àquelas reservas que estavam sendo implantadas nos Estados Unidos.

Outro importante cientista daquela época foi o botânico Hermann von Hering, de origem alemã, que chegou no Brasil em 1880 a convite do diretor do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, Landislau de Souza Mello Neto, também botânico, porém treinado na França. Em 1895, Hermann von Hering foi designado diretor do recém-criado Museu Paulista, em São Paulo. Como parte de suas atividades de pesquisa, ele fundou em 1910, com recursos próprios, a Estação Biológica Alto da Serra, que abrangia uma área de 500 hectares. Posteriormente, antes de deixar o Brasil, doou esta Estação Ecológica ao estado de São Paulo, que se tornou o mais antigo parque estadual do Brasil. Além destes feitos, durante o período em que permaneceu no Brasil, Hering efetuou diversos estudos sobre florestas tropicais e engajou-se intensamente na defesa de programas governamentais promotores da conservação da floresta e da fauna. Em um artigo publicado em 1911 sobre “devastação e conservação das florestas”, ele chamava a atenção para o fato de que a conservação da floresta dependia da solução de três problemas centrais, que estavam relacionados: a produção de lenha; a exploração de recursos madeireiros; e a proteção das bacias hidrográficas e cursos d’água. Em seu artigo, ele também defendia a importância da disseminação da silvicultura, e a proposta de um programa destinado a organizar um serviço florestal no Brasil (HERING, 1911).

As autoridades governamentais, por sua vez, não estavam de todo insensíveis à deterioração florestal, a despeito dos tímidos esforços para proteger seus recursos. Em 1911, o Horto Florestal do Rio de Janeiro

foi separado do Jardim Botânico, voltando-se, porém, à produção e distribuição de mudas de espécies florestais e frutíferas. Na década de 1920, o Horto Florestal foi finalmente transformado em Serviço Florestal Federal pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa. Em sua mensagem ao Congresso, propondo ao legislativo o estabelecimento de um Serviço Florestal, declarou que

[...] dentre os países civilizados dotados de grandes extensões de florestas e terras férteis, o Brasil é provavelmente o único que ainda não tem um código florestal. [...] A necessidade de preservar e restaurar a cobertura florestal do país deve ser uma de nossas maiores preocupações. (PESSOA apud PEREIRA, 1950, p. 14).

Assim, o Serviço Florestal foi criado como uma “repartição especial” do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, porém, como ocorreu nos Estados Unidos, também não possuía dotação financeira oficial, nem um código direcionado à implantação de uma política florestal. Nestas condições, uma década mais tarde suas atividades continuavam limitadas à produção e distribuição de mudas, a maioria para o embelezamento de ruas. Em relação às reservas florestais, o Serviço Florestal foi incumbido de gerir as áreas de florestas que protegiam os recursos de água que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro, e de requerer aos estados da união que doassem áreas de florestas para a implantação de reservas florestais.

No início da década de 1920 o Brasil também efetuou contatos esporádicos com o Serviço Florestal dos Estados Unidos, o qual havia começado a demonstrar interesse sobre os recursos florestais da América Latina e, por vezes, colaborava com o governo brasileiro. Com foco nestes contatos iniciais, Dean (1996, p. 284-285) atribuiu tal interesse ao fato de que

[...] pouco depois da Primeira Guerra Mundial, a qual havia consumido prodigamente as reservas de madeiras mais duras e resistentes, o Serviço Florestal dos Estados Unidos acreditava que os países industrializados logo vivenciariam uma crítica carência de madeiras pesadas e que os Estados Unidos aumentariam muito suas importações da América Latina.

Com olhos no futuro, estes contatos iniciais, no entanto, não parecem ter surtido efeito muito além do estabelecimento de relações diplomáticas. Alguns engenheiros florestais americanos foram enviados pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos para o Brasil, onde alertaram os agentes governamentais acerca da necessidade de especialização no manejo e gestão florestal, como o fez Roy Nash (1926, p. 381), que sugeriu que técnicos brasileiros “fossem enviados a Nancy, Oxford ou Yale, para serem capacitados como especialistas em florestas tropicais”. Alguns florestais também foram contratados para ajudar na organização do recém-criado Serviço Florestal (DEAN, 1996). Assim, destaca-se, que o maior experimento florestal americano no Brasil, no final da década de 1920, não focou a gestão e produção madeireira, mas, como visto no capítulo anterior, o cultivo de seringais em grande escala, o qual foi desenvolvido pela Ford Motor Company na região amazônica, mais precisamente no vale do rio Tapajós.

3.3.2 O PRIMEIRO CÓDIGO FLORESTAL E AS PRIMEIRAS RESERVAS FLORESTAIS

Na década de 1930 o Brasil vivencia pela primeira vez a criação e implantação de reservas florestais, e o desenvolvimento das regulamentações sobre a exploração de recursos, o que se concretizou com a definição do primeiro Código Florestal, promulgado em 1934. Diversas mudanças no âmbito político e econômico, que ocorriam em nível nacional e internacional, precipitaram também mudanças na estrutura de poder do Estado durante o período que se tornou conhecido como “Segunda República”. No início do século XX a economia do café evidenciava os sinais da crise crônica que sofria desde a abolição da escravatura, em 1888. A crise intensificava-se com a expansão da economia do café em outros países, aumentando a competição por mercados, e com uma crise internacional que alcançou seu ápice durante a Primeira Guerra Mundial. Não obstante a adoção de diversas medidas governamentais para proteger os preços do café nacional, como o provimento de subsídios e a proibição do plantio de novos cafezais em 1903, elas foram ineficazes para neutralizar os efeitos causados mais tarde pela crise financeira de 1929, que levou vários dos grandes cafeicultores à falência.

Os setores ligados à emergente classe média urbana industrial e as classes trabalhadoras associadas às elites regionais descontentes

com os privilegiados proprietários de cafezais de São Paulo e do Rio de Janeiro, que dominavam o governo àquela época, colocaram em marcha a chamada “Revolução de 1930”, responsável pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, um líder político gaúcho que liderava uma aliança populista. As aspirações destas classes no sentido de liberalização econômica e democratização do Estado demandavam uma nova constituição, a qual foi promulgada em 1934. Para interesse de nosso tema, as questões relativas aos recursos florestais, que haviam sido objeto de intenso debate durante as duas décadas anteriores, foram atendidas com a criação do Primeiro Código Florestal Nacional. No mesmo ano, em 1934, o governo de Getúlio Vargas criou também o Conselho Florestal Federal, além de diversos outros códigos reguladores de expedições científicas, uso da água, mineração e, mais tarde, em 1938, da caça e, em 1943, da pesca.

Transformado em lei em 23 de janeiro, através do Decreto nº 23.793, o Código Florestal de 1934 inovava ao declarar em seu primeiro artigo que

[...] as florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem um bem de interesse comum a todos os habitantes do país, cujos direitos de propriedade são reconhecidos, *exceto pelas limitações estabelecidas por lei, especialmente por este Código*. (Decreto nº 23.793, de 23/1/1934, grifo meu).

Reconhecendo as florestas como de domínio de interesse público, o Código Florestal de 1934 deu ao Estado a responsabilidade de gerir e proteger os recursos florestais, e negou, pela primeira vez, o direito absoluto de propriedade, ao impor diversas regulamentações que proibiam, mesmo em terras privadas, a destruição de florestas ao longo de cursos de água e o corte de árvores protetoras de espécies raras e daquelas protetoras de divisores e nascentes de águas.⁴¹

O Código Florestal de 1934 classificava as florestas em quatro categorias, definidas de acordo com a função a elas atribuída. A primeira categoria era denominada *Floresta Protetora*, que incluía as florestas localizadas em divisores de águas e ao longo de cursos de água, as que contribuíam para a redução da erosão do solo, fixação de dunas, proteção de sítios de excepcional beleza natural e/ou que abrigassem

⁴¹ Cf. Dean (1996); Volpato (1985).

espécies raras da fauna nativa e defendessem as fronteiras da nação. A segunda categoria, denominada *Floresta Remanescente*, incluía as florestas nativas remanescentes consideradas necessárias à preservação pelo valor biológico e estético. Estas florestas compreendiam os parques municipais, estaduais e nacionais. A terceira categoria, *Floresta Modelo*, incluía as florestas cultivadas pela iniciativa privada para fins econômicos. Finalmente, a quarta categoria, *Floresta de Rendimento*, apenas incluía todas as florestas que não se enquadravam nas três categorias anteriores.

O Código de 1934 colocava as Florestas Protetoras e Remanescentes sob o controle direto do Estado, o que significava que qualquer propriedade privada localizada nestes tipos de floresta passaria a pertencer ao Estado, e seus proprietários seriam indenizados. O Serviço Florestal Federal, localizado no Ministério da Agricultura, ficou incumbido de classificar e determinar as categorias de florestas, além de criar parques nacionais e estabelecer florestas-modelo. O mesmo era também responsável pela inspeção do cumprimento da nova legislação florestal e pela implantação de escritórios regionais e municipais, o que seria feito gradualmente. Enquanto os escritórios eram implantados, a responsabilidade pelo cumprimento da legislação florestal recaía sobre as autoridades locais (municipais). Assim ocorreu, na maior parte do tempo, até o final da década de 1960, quando foi criado um novo Código Florestal. O amplo espectro de responsabilidades do Serviço Florestal e a imprecisão das categorias de florestas levaram a sucessivas redefinições e reestruturações dos aparatos governamentais, os quais foram postos em vigor na segunda metade da década de 1930, após o golpe de Estado impetrado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937.

Com o apoio das forças armadas, Getúlio Vargas fechou o Congresso e estabeleceu uma ditadura corporativista, frustrando as aspirações democráticas de alguns setores que o auxiliaram na ascensão ao poder, aumentando o intervencionismo do Estado. Através da reorganização do Ministério da Agricultura em 1938, pelo Decreto no 982, Getúlio Vargas criou novas repartições e reestruturou as que então existiam. Foco de atenção, o Serviço Florestal ficou diretamente subordinado ao Ministério da Agricultura, que assumiu a incumbência de promover a proteção das florestas do país, sua inspeção e conservação, a silvicultura e a organização dos parques nacionais e reservas florestais. O Serviço Florestal foi incorporado à Segunda Seção do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, o qual fazia parte do Departamento Nacional de Produção Vegetal. Em 1939, o mesmo

governo criou também o Setor de Parques Nacionais, responsável pela criação dos três primeiros parques no país: o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ambos em 1939, todos eles localizados na região Sudeste.

Essas mudanças estruturais no Ministério da Agricultura refletiam, em parte, as preocupações governamentais com a escassez de combustível que ocorria no período pré-guerra, e levaram à promoção de programas de reflorestamento ao longo das linhas do sistema ferroviário (DEAN, 1996, p. 263). Porém, além disso, é possível encontrar uma boa razão por trás da intervenção direta do governo na produção madeireira, a qual não estava relacionada com o medo da escassez, mas sim com o excedente de madeira e a necessidade de regular o mercado madeireiro. Na década de 1940 a indústria madeireira, cujo início data da década de 1910, com a companhia Southern Brazil Lumber and Colonization Company,⁴² expandindo-se ao longo das duas décadas subsequentes, começou a ressentir-se do grande estoque de madeira, que não conseguia escoar para o mercado. As dificuldades de escoamento decorriam, especialmente, pelas péssimas condições de transporte, que causavam a deterioração de dois terços da produção. Outro problema estava relacionado ao contínuo declínio nos preços da madeira em Buenos Aires, o único mercado importador naquela época, em virtude da grande oferta disponibilizada.⁴³ Estas demandas foram levadas ao governo federal, o qual determinou restrições à produção madeireira, à implantação de serrarias e à quantidade de madeira para exportação. Além disso, em 1941 o governo federal criou também o Instituto

⁴² A companhia norte-americana Brazil Railway Company, fundada em 1906 pelo empresário Percival Farquhar, assumiu a construção da ferrovia que ligaria São Paulo à cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Esse empresário, que também foi responsável pela construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, a primeira ferrovia construída na região amazônica, entre os anos de 1907 e 1912, conectando o porto de Santo Antônio (Porto Velho), no rio Madeira, a Guajará-Mirim, no rio Mamoré, na fronteira com a Bolívia ampliava, assim, seu controle sobre as linhas férreas que se implantavam no país e de suas terras adjacentes. Como parte do acordo para a finalização da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, o governo brasileiro concedeu à Brazil Railway Company faixas de 15 quilômetros de terras ao longo dos dois lados da ferrovia. Em 1909, a Brazil Railway Company criou a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, da América do Sul, um consórcio com capital canadense e americano para desenvolver programas de colonização e montar o maior empreendimento madeireiro, especialmente voltado para a exploração do pinheiro *Araucaria angustifolia*.

⁴³ Cf. Guadalberto (1949); Volpato (1985).

Nacional do Pinho (INP), que veio a constituir a base operacional das políticas florestais brasileiras, até fins da década de 1960.

Inicialmente, o INP foi criado como Serviço do Pinho, subordinado à Comissão de Defesa da Economia Nacional. Todavia, um ano mais tarde, em 8 de outubro de 1942, ele foi reestruturado como um Instituto, por meio do Decreto nº 4.813. Ato contínuo naquele mesmo mês, no dia 28 de outubro, através do Decreto nº 10.744, o governo federal também legalizou o Instituto Nacional do Mate (INM), ligado à indústria da erva-mate (*Illex paraguariensis*), que fora criado em 1938. Os dois institutos estavam subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o seu principal objetivo era defender os interesses da classe dos empresários, ligados, respectivamente, à economia da araucária e da erva-mate. Apesar da inserção do termo “nacional” em seus títulos, estes dois institutos atuavam efetivamente apenas nos quatro estados mais ao sul do Brasil, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a economia industrial dos dois setores florestais estava em operação. Por essa época, a indústria de celulose para a produção de papel também estava se desenvolvendo, incluindo-se as bem conhecidas Companhia Melhoramentos e Companhia Paranaense Klabin (RODRIGUES, 1999).

Como constituía o principal instrumento político da classe empresarial madeireira, o presidente do INP era escolhido pelo Presidente da República, mas as suas políticas eram definidas por uma Junta Deliberativa, composta por oito representantes da classe empresarial (produtores e exportadores) e do governo dos quatro estados sulistas, responsáveis por 80% da produção nacional de madeira. Os empresários da indústria madeireira também forneciam recursos para as despesas de manutenção do INP, recursos esses obtidos através da taxação em 1% sobre a madeira produzida. Esta independência financeira do Estado possivelmente viabilizou ao INP um melhor desempenho nas atividades desenvolvidas e deu maior poder de articulação e negociação à classe empresarial, particularmente no tocante ao controle dos preços da madeira.

Defendendo a regulação dos preços estabelecida pelo INP, seu presidente, Virgílio Guadalberto, expressava no final da década de 1940:

Com relação a preços, o bom desempenho obtido através do controle estabelecido pelo INP assegurou ao comércio e à indústria madeireira tamanha prosperidade, que esta se tornou um dos principais produtos de exportação (4º lugar). (GUADALBERTO, 1949, p. 11).

Contudo, no mesmo artigo, o presidente do INP destacava o bom desempenho das medidas de racionalização impostas à produção das serrarias, desde o início de 1940, que teria reduzido a produção de madeira a dois terços de sua capacidade: de 45.000 vagões de madeira cortada para 15.000, o que representava um “equivalente, em volume, ao estoque normal requerido para manter o suprimento normal do mercado” (GUADALBERTO, 1949, p. 14). Em outras palavras, para a regulação dos preços, a produção madeireira operava em uma escala bem menor do que a sua real capacidade de oferta. Não era a carência, mas o excesso o que preocupava.

Ainda assim, a força do INP não advinha apenas da sua capacidade de regular os preços da madeira, mas também do apoio técnico e institucional que promovia ao empreendimento madeireiro. Logo após ser criado, além da sede no Rio de Janeiro, capital do Brasil àquela época, o INP implantou quatro escritórios regionais, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como 27 escritórios distritais. Segundo Guadalberto (1949), em 1949 a Junta Deliberativa determinou que metade de sua renda fosse aplicada nos programas de silvicultura, o que levou o Instituto a implantar, ao longo de um período de cinco anos, oito estações florestais experimentais, nos quatro estados do Sul, e uma no estado de Minas Gerais, onde uma plantação de cerca de 14 milhões de pinheiros (*Araucaria angustifolia*) havia sido implantada, e muitas outras espécies nativas e exóticas estavam sendo testadas. Inicialmente o INP tinha requerido áreas de terras dos estados para a implantação dessas estações florestais, porém, a maioria das que conseguiu adquirir foi comprada, como no caso da primeira Estação Florestal, implantada em São Paulo, no município de Capão Bonito. A terra destinada a essa Estação foi comprada em duas partes: a primeira, composta de 1.819,6 hectares, e a segunda, de 456,03 hectares, cuja área seria reflorestada com *Araucaria angustifolia*; posteriormente seria introduzido o *Pinus elliotis*. As estações do INP não mais eram áreas florestadas. Em sua maioria eram velhas e improdutivas fazendas de café. Mais tarde, quando o IBDF foi criado, em 1967, todas essas Estações Florestais do INP foram transformadas em Florestas Nacionais (SALOMÃO, 1997).

O programa de reflorestamento empreendido pelo INP foi elaborado a partir de um programa semelhante ao que fora desenvolvido por Edmundo Navarro de Andrade, fundador do Serviço Florestal da Companhia Ferroviária Paulista, em 1904. No final da década de 1940,

Navarro de Andrade já havia consolidado 18 dessas estações florestais estabelecidas ao longo da ferrovia, compreendendo a plantação de 38 milhões de árvores de eucalipto.⁴⁴ A disseminação das plantações de eucalipto no estado de São Paulo mostrava-se considerável em meados do século XX, estimando-se em mais de um milhão o número de árvores cultivadas (ANUÁRIO..., 1952, p. 241). Realçando os esforços e alcances do INP para o desenvolvimento de programas de reflorestamento, seu presidente atribuía aos empresários da indústria madeireira “a glória por estarem provendo os recursos financeiros para a implantação decisiva da silvicultura nacional” (GUADALBERTO, 1949, p. 13-14). O presidente, todavia, reconhecia que a indústria madeireira ainda sofria *dificuldades de ordem técnica*, e defendeu a necessidade de mais investimentos em conhecimento técnico e científico, algo que foi cada vez mais reconhecido como deficitário e urgente.

Em meados da década de 1940, em especial após a Segunda Guerra Mundial, a indústria madeireira do Sul enfrentou diversas outras dificuldades. No cenário político, depara-se com deposição do presidente Getúlio Vargas em 1945, abrindo novamente caminho para a democratização. Um ano depois, o novo governo criou a Reserva Florestal Araripe-Apodí na região Nordeste, considerada a primeira Floresta Nacional brasileira.⁴⁵

⁴⁴ Em 1904, o presidente da Ferrovia Paulista, Antônio Prado, que havia sido ministro da Agricultura durante o Império, contratou seu jovem sobrinho Edmundo Navarro de Andrade, agrônomo, para estabelecer uma estação florestal. Navarro de Andrade criou uma série de estações experimentais para testar diversas espécies nativas e exóticas, com a finalidade de determinar qual oferecia melhores rendimentos em termos de madeira para combustível e em termos de espécie de rápido crescimento. As espécies do gênero *Eucalyptus*, nativo da Austrália, foram as que mostraram melhores resultados (Cf. Barretto Filho (2001); Dean (1996)). Considerado *o pai da cultura do eucalipto* no Brasil (MACEDO; MACHADO, 2003), Navarro de Andrade organizou, durante sua administração do Serviço Florestal da Ferrovia Paulista, 17 estações florestais, cobrindo uma área de 175 quilômetros quadrados, com grandes plantações de diferentes variedades de eucalipto.

⁴⁵ Esta reserva florestal foi criada compreendendo duas partes, uma na Serra do Araripe, nos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, e outra na Serra do Apodí, entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Sem definição clara, esta reserva florestal foi mais tarde classificada como uma *Floresta de Rendimento*, com o Decreto nº 9.226/1946 estabelecendo que, no tempo devido, a regulamentação para a área seria definida, e que a administração da reserva ficaria a cargo do Setor de Parques Nacionais do Serviço Florestal. A criação desta reserva florestal é atribuída às preocupações conservacionistas relacionadas à proteção dos divisores de águas que irrigavam os vales da Serra do Araripe e da Serra do Apodí, os quais, além de englobarem ilhas de florestas, também abrigavam diferentes ecossistemas, como o cerrado e a caatinga (Cf. Alves; Bezerra; Matias (2011);

3.3.3 DIFICULDADES PARA A EXPORTAÇÃO DA MADEIRA BRASILEIRA

Ao longo das décadas de 1940 e 1950 a indústria de madeira no Sul do Brasil enfrentou sucessivas dificuldades para comercializá-la no mercado externo. Tais dificuldades acentuaram-se com a crise mundial do período pós-guerra. A Argentina continuava como o principal mercado importador, porém medidas econômicas restritivas implantadas no exterior impactaram de forma direta e negativa nos preços da madeira no mercado mundial. Um relatório emitido pelo governo brasileiro e enviado à Agenda Provisória dos trabalhos da IV Encontro da Comissão Latino-Americana de Florestas, realizado em Buenos Aires em junho de 1952 (ANUÁRIO..., 1952), informava que a indústria madeireira brasileira estava vivenciando severa crise, resultante da desvalorização cambial implantada pela Inglaterra em 1948 e seguida por outros países europeus, fazendo com que os preços da madeira brasileira se tornassem pouco competitivos. O relatório também mencionava que uma “solução temporária” havia sido tomada através de acordo que garantia o intercâmbio de madeira brasileira em troca de bens industrializados estrangeiros, mas que este acordo havia cessado em 1951, agravando uma vez mais a já vulnerável situação do comércio externo da madeira.

A crise internacional acentuava, assim, as preocupações precedentes com relação à competitividade dos preços da madeira brasileira. A falta de competitividade era atribuída principalmente às formas rudimentares de exploração e produção de madeira no Brasil, bem como à inadequada infraestrutura de transporte. Conforme mencionava o relatório do governo brasileiro de 1952, a derrubada de árvores e a produção de pranchas eram feitas, de forma geral, a mão, com machados e serras manuais, sendo que as pranchas de madeira eram “transportadas para as serrarias em carros de boi, caminhões ou tratores” (ANUÁRIO..., 1952, p. 242). O presidente do INP já há tempos estava empenhado com as discussões sobre a necessidade de melhoria da qualidade da indústria madeireira brasileira como forma de tornar

Silva (1996)). Em virtude das características ecológicas da área, segundo o Código Florestal de 1934, a Reserva Florestal Araripe-Apodí deveria ter sido classificada mais apropriadamente dentro da categoria de “Florestas de Proteção ou Remanescentes”, nos quais estariam os parques nacionais. Ainda assim, essa construção se manteve no Código Florestal de 1965, como uma floresta nacional, ao invés de uma área de conservação.

a oferta mais competitiva no mercado internacional. Ele destacava a necessidade de “aprimoramento no nível técnico da indústria e nos métodos de trabalho em todas as fases da produção de madeira, de modo a garantir que todos os tipos de madeira, de qualidade uniforme, tenham preços competitivos” (GUADALBERTO, 1949, p. 11). Para ele, este alcance dependia basicamente do desenvolvimento de pesquisa científica e da promoção de um treinamento técnico especializado. O INP havia adotado algumas medidas, como a fundação da Escola para a Classificação e Mensuração de Madeira em Joinville, no estado de Santa Catarina, além de outros projetos associados a institutos de pesquisa, visando ao treinamento de profissionais para a “prática da administração racional de florestas” (GUADALBERTO, 1949, p. 12).

A posição do presidente do INP era no sentido de aumentar a participação da produção madeireira brasileira no mercado internacional, e ele estava ciente da importância de uma forte articulação política e técnica com as agências florestais internacionais, para que este aumento pudesse se efetivar. Ele defendia que “o Brasil não podia permanecer alienado ou secundarizado nos debates que ocorriam nos congressos internacionais, em que questões florestais eram examinadas” (GUADALBERTO, 1949, p. 12). Como reflexo destas preocupações, em 1947 o INP participou das conferências internacionais sobre florestas na Tchecoslováquia e na Suíça, e articulou no sentido de sediar a Conferência Latino-Americana sobre Florestas e Produtos Florestais, realizada em Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, em 1948. Como uma “contribuição para a Conferência”, o INP iniciou a publicação do Anuário Brasileiro de Economia Florestal (ABEF), que passou a publicar não somente os relatos das atividades do INP, mas também os resultados das pesquisas florestais desenvolvidas no Brasil e em outros países, tornando-se a mais importante publicação na disseminação do conhecimento científico sobre as questões florestais no país.

Em 1953 o INP também organizou o I Congresso Brasileiro sobre Florestas, realizado de 13 a 19 de setembro em Curitiba, estado do Paraná, com a participação de vários setores do governo e da classe empresarial. Além de diversas recomendações para o aprimoramento da indústria madeireira, o Congresso também sugeriu que “se intensifiquem os estudos e as pesquisas no âmbito florestal, para que se alcance, no menor tempo possível, a conservação de florestas e o reflorestamento de áreas degradadas” (ANUÁRIO..., 1953, p. 124). Para o aprimoramento do conhecimento florestal científico, o Congresso

recomendou a criação de uma disciplina específica de silvicultura a ser ministrada nas faculdades de Agronomia e na Escola Nacional de Florestas. Além disso, foi recomendado que se estabelecesse “valiosa cooperação com os técnicos pertencentes aos quadros da Organização para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization – FAO) das Nações Unidas [...] para promover um contínuo intercâmbio entre silvicultores nacionais e estrangeiros” (ANUÁRIO..., 1953, p. 126).

Esse intercâmbio com a FAO começou em 1951, quando principiaram os estudos econômicos nas florestas da região amazônica para a obtenção de dados de interesse para o melhoramento da produção madeireira regional (HEINSDIJK; BASTOS, 1963). Tal colaboração foi importante não só em termos da realização dos primeiros estudos sobre as potencialidades da madeira da Amazônia, mas também no sentido da implantação da primeira Escola de Ciências Florestais em nível de graduação no Brasil. É o que veremos rapidamente a seguir.

3.3.4 A FAO NA AMAZÔNIA E AS PRIMEIRAS ESCOLAS DE FLORESTAS

A colaboração da FAO iniciou-se visando o desenvolvimento de estudos sobre as florestas da Amazônia. Em 1951, o ex-presidente Getúlio Vargas subiu ao poder, pela segunda vez, como Presidente do Brasil. Em seu novo mandato como governante para o “desenvolvimento nacionalista”, a exploração de recursos naturais pelo monopólio do Estado tornou-se prioridade (GUIMARÃES, 1991). Em seu governo anterior, Vargas havia criado o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em 1934, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1942, visando à exploração do minério de ferro, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1945. Em seu segundo mandato, Vargas nacionalizou em 1951 a Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), que havia sido fundada em 1944, transferindo o seu controle para o Banco do Brasil, e criou a Companhia de Petróleo Brasileiro (Petrobras) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1953.

O Brasil dependia sobremaneira de recursos florestais para as suas necessidades energéticas, tanto domésticas quanto industriais. Estimativas indicavam que ao final da década de 1940 a madeira e o carvão representavam 79% de toda a energia consumida no Brasil (DEAN, 1996). Estes dados levaram o governo Vargas a direcionar a sua atenção para a região Norte do país. Em seu primeiro mandato, o

governo Vargas fora responsável pelo breve revigoramento da economia da borracha da Amazônia, que ocorreu durante o período da Segunda Guerra Mundial, quando aproximadamente 55 mil imigrantes oriundos do Nordeste do país foram direcionados para a região amazônica. Em seu novo mandato, o governo Vargas criou em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), visando à implantação de programas de desenvolvimento que seriam patrocinados por um fundo especial. No mesmo ano, para dar prosseguimento ao planejamento do desenvolvimento econômico regional, o governo federal criou a categoria geopolítica denominada “Amazônia Legal”, através da Lei nº 1.806 (PANDOLFO, 1990). Esta categoria expandia as fronteiras da região amazônica pela incorporação de vastas áreas dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás (área que atualmente pertence ao estado do Tocantins, criado em 1988).

Dando continuidade às políticas de desenvolvimento do pós-guerra, o segundo governo de Getúlio Vargas criou novos setores econômicos, no esforço para aumentar a exploração de recursos naturais, especialmente na área madeireira e de mineração. O estabelecimento da primeira indústria na região ocorreu no início da década de 1950, com a ICOMI,⁴⁶ um consórcio envolvendo companhias brasileiras e a Bethlehem Steel, o qual se conformou para conduzir a exploração de depósitos de manganês no Amapá (SCHMINK; WOOD, 1992). Foi durante este período que a FAO começou a prestar assistência ao governo brasileiro para o desenvolvimento de uma indústria madeireira regional.

Sob a condução do Programa de Expansão de Assistência Técnica da ONU/FAO (*UN/FAO Expanded Technical Assistance Program*), assinado em abril de 1951 pelo Ministro da Agricultura, estudos foram desenvolvidos inicialmente por uma equipe de três especialistas em florestas, Kelvin McGrath, Maurice Gallant e o chefe da equipe, René Gachot, que chegaram à região amazônica no final do mês de novembro. A equipe estava incumbida de fornecer informações sobre três questões centrais: exploração e transporte de madeira; indústria madeireira, serrarias e a preparação de pessoal; e potencial comercial e distribuição de madeira. Depois de um ano, o primeiro relatório escrito pela equipe da FAO para o governo brasileiro assinalava que na bacia amazônica não havia “verdadeira exploração florestal da forma como esta é em

⁴⁶ Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (ICOMI).

geral concebida. A extração de madeira é só um apêndice da economia rural” (GACHOT, 1952, p. 245). A equipe da FAO também constatou que a produção madeireira era esporádica, baseada em algumas poucas espécies que eram exploradas manualmente, sem rentabilidade, devido, principalmente, às longas distâncias entre os centros de produção e o mercado, e aos precários meios de transporte.⁴⁷ As poucas serrarias encontradas na área estavam equipadas de forma precária e careciam de equipe capacitada. Os especialistas da FAO também destacaram diversos problemas ecológicos e econômicos relacionados às precárias condições de extração de madeira na região. Para eles, a exploração madeireira de forma precária e não planejada inevitavelmente colocaria em risco a existência de algumas espécies, do mesmo modo que estaria acontecendo com o pau-rosa (*Aniba rosaeodora*), para o qual os especialistas sugeriram que fosse proibida a exploração para evitar a sua extinção.

Apesar da pequena produção madeireira encontrada, a equipe da FAO apontou para a existência de um grande potencial para o melhoramento da produção na região amazônica, não obstante, para isso, fosse necessário um planejamento a longo prazo. A equipe apontou também para a enorme dimensão da região, e enfatizou a ausência de dados como um desafio significativo a ser superado para que se produzissem as informações necessárias para “a determinação da natureza e da importância das indústrias florestais que deveriam ser criadas e desenvolvidas. Será, com certeza, um trabalho longo [...]” (GACHOT, 1952, p. 246). Neste intuito, eles apresentaram um plano de trabalho que foi dividido em duas partes. A primeira compreendeu um programa de curto prazo, destinado a aprimorar, de imediato, o sistema de produção de madeira existente, através da introdução de serrarias mecanizadas e do treinamento técnico de pessoal. Para a capacitação de trabalhadores treinados para a indústria madeireira, a equipe da FAO propôs a criação de um Centro de Tecnologia Madeireira, que foi inaugurado em 1957. Subordinado a SPVEA, este Centro foi instalado na cidade de Santarém e, em 2002 tornou-se parte da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), tendo como ênfase as ciências florestais.

⁴⁷ O relatório final da FAO informava que “pode-se dizer que o Vale Amazônico ainda está num estágio de exploração florestal de uma forma não organizada. A madeira é entregue conforme o contrato. Isto significa que é impossível a qualquer pessoa que necessite quantidades de 5 a 10 ou 50 m³ de madeira conseguir comprá-la numa serraria a partir dos estoques existentes. Um empreiteiro teria que ser contatado para entregar a madeira em alguma data futura, uma vez que primeiramente as árvores teriam que ser escolhidas e cortadas” (HEINSDIJK, 1966, p. 17).

A segunda parte do plano proposto visava um programa de longo prazo, que envolveu uma série de inventários para avaliar as áreas de florestas que seriam mais favoráveis ao desenvolvimento industrial e à implantação de projeto-piloto para a produção de polpa para fabricação de papel. Os especialistas florestais da FAO destacavam que sem “o desenvolvimento de um estudo sobre a floresta e o seu potencial não será possível pensar seriamente acerca da elaboração de um plano racional [...] indispensável à exploração da riqueza existente” (GACHOT, 1952, p. 247). Para a realização desta meta, eles consideraram crucial a manutenção da colaboração da FAO, assim como a cooperação direta dos técnicos brasileiros. A FAO propôs que se prosseguissem com amplos estudos florestais, para se determinar cientificamente as características ecológicas e o potencial madeireiro, antes da implantação de políticas florestais desenvolvimentistas. Estes estudos iniciais da FAO estabeleceram as bases para a subsequente produção de conhecimento científico sobre florestas, os quais orientaram as políticas florestais implantadas na região pelo governo militar, no final da década de 1960.

Estes estudos de longo prazo foram desenvolvidos na região a partir de 1953, com novos técnicos enviados pela FAO. Dammis Heinsdijk, um cientista florestal com cinco anos de experiência no Suriname, supervisionou e treinou a equipe encarregada de efetuar os inventários. Designada como Seção de Inventários Florestais das Nações Unidas – Missão FAO (Forest Inventory Section of the UN – FAO Mission), realizou inventários até 1961, em dez microrregiões do estado do Pará, dois no estado do Amazonas e um no estado do Amapá, àquela época ainda um território federal. Além de supervisionar os trabalhos dos inventários florestais no vale do Amazonas, Heinsdijk também realizou um inventário florestal no Sul do país, a pedido do então diretor do Serviço Florestal, Paulo Ferreira de Souza.

A segunda parte da Missão da FAO relacionava-se com o programa de silvicultura, o qual foi desenvolvido por John Pitt, um especialista em silvicultura com ampla experiência na África e na Ásia. Ele foi designado para construir várias estações de pesquisa para o estudo da dinâmica da floresta amazônica, a qual pudesse subsidiar a elaboração de um planejamento técnico para o ordenamento e a gestão da floresta amazônica, que teria como objetivo “domesticar, cultivar e explorar economicamente a floresta” (PITT, 1969). Pitt instalou cinco estações de pesquisa, três em Santarém (uma em Curuá-Una), e duas no então

território do Amapá. No Amapá, Pitt implantou experimentos ao longo da ferrovia da ICOMI, que existia para o transporte do manganês, onde ele introduziu e estudou o comportamento de algumas espécies exóticas. Iniciando as práticas de silvicultura na Amazônia, Pitt permaneceu sete anos na região, até 1961, quando se encerrou o termo de colaboração técnica com a FAO. Deixando a Amazônia, Pitt foi lecionar Silvicultura Tropical na Universidade de Oxford.

Além de dar acesso aos dados coletados, o relatório final oriundo dos estudos da FAO também continha diversas recomendações ao governo brasileiro para que promovesse uma “correta administração florestal” (HEINSDIJK, 1966, p. 2). Dentre elas, o relatório recomendava a implantação de um programa de extensão florestal para o treinamento profissional, o estabelecimento de reservas florestais e a reestruturação da agência florestal do Estado. Foi recomendado ainda “que o atual Departamento de Recursos Naturais Renováveis e o Instituto Nacional do Pinho se tornassem uma única e independente agência federal denominada “Administração Florestal Federal”, e que fosse diretamente subordinada ao Presidente da República” (HEINSDIJK, 1966, p. 1). As recomendações incluíam também que a Seção de Inventário Florestal da FAO fosse incorporada a um departamento de planejamento e gestão, o qual “deveria ser incumbido de elaborar os planos de gestão para todas as reservas florestais, de modo a assegurar a sua proteção e colocá-las sob uma apropriada gestão, destinada a garantir uma produtividade sustentada” (HEINSDIJK, 1966, p. 2). Com base nestas recomendações, o Brasil criou em 1961 a primeira reserva florestal na Amazônia, a Reserva Florestal Caxiuanã. Esta reserva, no entanto, só foi implantada bem mais tarde pelo governo militar, que, por sua vez, seguiu também as recomendações para unificar os dispersos órgãos florestais numa única administração federal, e criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967.

Além da cooperação técnica à administração federal em relação às florestas brasileiras, a Missão da FAO contribuiu também para a criação e implantação da primeira escola de graduação em ciências florestais no Brasil, a qual foi fundada em 1960. A proposta para a criação de uma Escola Nacional de Floresta havia sido repetidamente defendida nos debates sobre as questões florestais que ocorriam desde a primeira Conferência Latino-Americana em Teresópolis, em 1948. Alguns países sul-americanos já haviam implantado escolas de ciências florestais, como a Colômbia em 1950, o Chile em 1952, ou a Argentina em 1958. Em

1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek assumiu o poder, David de Azambuja, um agrônomo com especialização em silvicultura, foi designado diretor do Serviço Florestal, de onde iniciou a campanha para criação de uma escola de ciências florestais (MACEDO; MACHADO, 2003). A proposta para a criação da Escola Nacional de Florestas (ENF) foi escrita por Paulo Ferreira de Souza, cuja publicação encontrou solo fértil no movimento ambientalista e ajudou a mobilizar a opinião pública sobre os problemas da exploração florestal. Um grupo de trabalho foi criado para elaborar um plano de ação para tratar com as questões relativas às florestas. Este grupo de trabalho foi composto por David de Azambuja, Wanderbilt Duarte de Barros (diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal), Victor A. Farah (presidente do Conselho Nacional de Florestas), Armando N. Sampaio (presidente do Conselho Florestal de São Paulo), Laércio Osse (chefe do Serviço Florestal da Companhia Belgo-Mineira) e Artur Miranda Bastos (chefe do Setor de Inventário Florestal da Missão das Nações Unidas – FAO).

Nos planejamentos deste grupo de trabalho foi incorporada a proposta de Souza para a criação de uma Escola Nacional de Florestas (ENF), que seria instalada na Escola Nacional de Agronomia (ENA) da Universidade Rural do Brasil, no Rio de Janeiro. Criada oficialmente no dia 30 de maio de 1960, pelo Decreto nº 48.247, a ENF, entretanto, foi designada para funcionar na Universidade Estadual Rural de Minas Gerais, em Viçosa. Segundo Macedo e Machado (2003), a decisão do presidente Kubitschek em mudar a localização da ENF baseou-se no desejo de privilegiar seu estado de origem. Nesta localização, as aulas na ENF iniciaram no mês de maio de 1960, e um novo acordo foi firmado com a FAO, para o envio de professores para ministrarem as aulas. Contudo, as instalações deficitárias da Universidade de Viçosa, aliada a problemas políticos entre o estado de Minas Gerais e o governo federal, quase inviabilizaram o acordo com a FAO. Estes problemas acabaram forçando a transferência da ENF para a Universidade do Paraná, em Curitiba, em 1963. Tecendo observações sobre a cooperação da FAO na criação desta primeira escola de ciências florestais brasileira, Macedo e Machado (2003, p. 55) afirmaram que “o acordo com a FAO foi de crucial importância para as ciências florestais no Brasil, bem como para o delineamento do perfil do profissional em florestas brasileiro”.

Descontente com a transferência da ENF para Curitiba, o estado de Minas Gerais criou, em fevereiro de 1964, a Escola Superior de Florestas (ESF), a segunda escola de ciências florestais no Brasil.

Depois do golpe de estado dos militares, em março de 1964, o governo federal promoveu uma ampla reforma no sistema educacional, quando também criou várias outras escolas de ciências florestais, que promoveriam o treinamento dos profissionais a serem contratados pelas agências florestais estatais.

3.3.5 O PROJETO GEOPOLÍTICO PARA A FLORESTA AMAZÔNICA

The day of the tropical hardwoods is at hand.
Roy Nash (1926, p. 382)

Apesar de os esforços governamentais para implantar políticas florestais que promovessem a modernização da indústria madeireira na Amazônia datarem do início da década de 1950, foi só na década de 1970, sob os governos autoritários dos militares, que tal projeto começou a tomar um formato mais elaborado. Inserida no programa nacional para acelerar a modernização do setor industrial do país, a madeira tornou-se um recurso estratégico, o qual continuava representando quatro quintos de toda a energia produzida no Brasil (IBDF, 1968). Apesar desta alta dependência de recursos florestais, a região Sul ainda era a responsável por 86% da produção madeireira do país. Na região amazônica, por sua vez, não obstante a existência de uma grande diversidade de espécies arbóreas, apenas algumas poucas espécies eram exploradas, das quais mais de 80% eram de florestas de várzea, em decorrência da facilidade de acesso e transporte, como foi o caso da *Virola surinamensis* (DUBOIS, 1967).

Entretanto, o plano do governo militar de expandir a produção madeireira amazônica visava não apenas suprir uma crescente demanda interna, mas também aumentar as exportações de madeira. Conforme discutido anteriormente, desde a década de 1940 a indústria madeireira brasileira esforçava-se para ingressar no mercado internacional de madeira, mas enfrentava dificuldades para competir com países que contavam com políticas florestais planejadas e com recursos que lhes propiciavam melhores condições de preços para a madeira e qualidade de produção. Não obstante os dados divulgados em 1967 pela FAO (1968) terem indicado um aumento no consumo e na produção de produtos de origem florestal em todo o mundo, as precárias condições da indústria madeireira brasileira não permitiam que ela auferisse

maiores ganhos do seu enorme potencial de madeira, o qual estava simplesmente sendo queimado.

As críticas a respeito da subutilização dos recursos florestais no Brasil e, onde havia exploração, do esgotamento de florestas sem geração de benefícios “à economia da nação”, aumentaram consideravelmente entre as décadas de 1950 e 1960, motivadas, especialmente, pelos estudos conduzidos pela FAO. Diversos apelos ocorreram para o estabelecimento de uma política florestal articulada e eficiente, que promovesse uma exploração de recursos florestais de forma intensiva, porém rentável, tal como Wanderbilt Duarte de Barros, engenheiro agrônomo do Serviço Florestal, expressava em um artigo publicado em 1961. Sublinhando a importância dos recursos florestais para a economia nacional, Barros remarcava a “posição negativa com relação a uma política florestal” no Brasil, que estaria aniquilando o potencial das florestas. De forma semelhante, dois anos antes, David de Azambuja, diretor do Serviço Florestal, também havia escrito um artigo mostrando as vantagens do Sistema Florestal Nacional Americano, que convertia os recursos florestais em “benefício à própria nação” (AZAMBUJA, 1959, p. 36). Defendia, assim, a necessidade de o Brasil seguir na mesma direção, de modo a evitar a exaustão dos seus recursos florestais.

Estes autores declararam que, apesar de o Brasil ter um enorme potencial madeireiro, sem uma política de reserva florestal eficiente os recursos florestais se esgotariam sem gerar rendimentos à economia do país. Em seu estudo sobre as florestas brasileiras, A. Aubréville, um dos membros da Overseas Science Academy na França, enfatizou que, com relação à floresta amazônica,

[...] era inútil efetuar inventários florestais, mapas de levantamentos florestais, ou promover silvicultura, em uma floresta que ainda não fosse destinada, por lei, a ser mantida como floresta permanente. Todos os governos que querem preservar parte de suas florestas devem garantir que as mesmas sejam de domínio público permanente [...] não há política florestal mais eficiente ou mais lógica do que esta. (AUBREVILLE, 1959, p. 230).

As reivindicações destes especialistas em florestas encontraram terreno fértil logo adiante, no projeto geopolítico militar de expandir as fronteiras econômicas amazônicas, no qual o controle do Estado sobre o território e os recursos era um fator decisivo na promoção

de uma modernização acelerada, impulsionando o desenvolvimento econômico.⁴⁸ Em consonância com as diversas reformas na burocracia e na legislação implantadas pelo governo militar, o Código Florestal de 1934 foi substituído por uma nova versão em 1965 (Lei nº 4.771 de 15 de setembro). O Código Florestal de 1965 reforçou a posição de que as florestas são recursos de domínio público que deveriam permanecer sob o controle estrito do governo federal, e centralizou todas as ações relativas às políticas florestais. Além disso, o Código Florestal considerou as florestas também como recursos estratégicos e, neste sentido, ditava diversas leis destinadas a disciplinar e controlar o acesso e a exploração florestal. Diferentemente de outras regiões, para a Amazônia o Código requeria a preservação de 50% da cobertura vegetal nas propriedades privadas, e estabelecia que a exploração de madeira deveria ser efetuada a partir de um plano de manejo prévio, elaborado em conformidade com os critérios técnicos. Nesta mesma concepção, o Código Florestal de 1965 estabeleceu dois conjuntos de categorias de reservas ambientais a serem criadas pelo Estado: as reservas de proteção integral, que incluíam as Reservas Biológicas e os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais; e as reservas de “uso direto”, que poderiam ser geridas dentro de finalidades econômicas, técnicas ou sociais, tais como as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais.

A grande mudança introduzida no novo Código Florestal a ser ressaltada foi uma valorização econômica das florestas, que iria impulsionar as novas políticas florestais. Esta valorização incluía a concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento. O artigo no 41 do Código declarava que as agências oficiais de crédito dariam prioridade aos projetos de reflorestamento, e incumbiu o Conselho Monetário Nacional de definir os regulamentos para empréstimos a programas privados. Um ano mais tarde, em 1966, o governo federal criou a Lei de Incentivos Fiscais (Lei nº 5.106, de setembro de 1966), a qual oferecia incentivos a empreendimentos florestais, permitindo, por exemplo, deduzir 50% no imposto de renda, no caso de projetos de reflorestamento. A Lei de Incentivos Fiscais foi sancionada no mesmo mês em que o governo federal substituiu a antiga SPVEA pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) – Lei nº 5.173 de 27 de outubro –, a qual foi criada para coordenar e planejar ações para a promoção do desenvolvimento econômico da

⁴⁸ Cf. Becker (1992); Wood; Schminck (1992).

Amazônia. Dotada com amplos e substanciais recursos, a SUDAM foi incumbida também de formular e promover iniciativas e recursos para o desenvolvimento econômico na região amazônica.

Foi precisamente em relação aos incentivos fiscais que se encontra a principal justificativa para a criação, em 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que foi incumbido de formular e executar tanto as políticas florestais quanto aquelas destinadas às reservas ambientais, tornando-se simultaneamente responsável pelas políticas florestais e de conservação em todo o território nacional. A sua missão imediata, no entanto, parece ter se refletido mais eficazmente em relação aos incentivos fiscais que ficou responsável por implementar.

A importância do IBDF para a implantação de incentivos fiscais foi expressa em um documento intitulado “Carta de Brasília”, publicado logo depois da criação do Instituto. A “Carta de Brasília” estabelecia as premissas para a política florestal a ser implantada, incumbindo ao IBDF a tarefa de promover a “utilização racional, a proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis e o desenvolvimento florestal no país” (IBDF, 1968, p. 25). Explicando o interesse do governo em ampliar as iniciativas privadas em torno dos programas de reflorestamento, através da Lei de Incentivos Fiscais de 1966, o documento declarava que

[...] [o governo] havia percebido que o país precisava criar um órgão não apenas para por a Lei em prática, mas também para estabelecer uma política normativa que abrangesse todo o território nacional, levando em consideração a complexidade e diversidade das diferentes florestas, com suas características específicas. (IBDF, 1968, p. 26-27).

Assim, o IBDF foi encarregado de implantar e executar a Lei de Incentivos Fiscais, apoiando os projetos de reflorestamento oriundos da iniciativa privada.

Conforme indicado no documento do IBDF, os incentivos fiscais para os programas de reflorestamento foram direcionados para as regiões Sul e Sudeste. No período entre 1967 e 1968, o IBDF recebeu 610 pedidos, dos quais 351 foram aprovados para o plantio de *Pinus elliottii*, pinheiro brasileiro, e eucalipto, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O principal objetivo era incrementar a produção de celulose e carvão para o suprimento da indústria siderúrgica. Com tal ênfase nos programas de reflorestamento, em particular na silvicultura sustentada, não

surpreende o fato de o IBDF, substituindo as organizações ambientais anteriores, tais como o Instituto Nacional do Mate, o Instituto Nacional do Pinho e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, também ter sido colocado sob o comando do Ministério da Agricultura, e ter como seu primeiro presidente o general Sylvio Pinto da Luz.

O escopo das novas políticas florestais para a Amazônia foi posto em ação em 1970, após o anúncio do Programa de Integração Nacional (PIN). Além de promover um programa ambicioso de colonização e a implantação de uma extensa rede de estradas e portos, o PIN também patrocinou um amplo espectro de atividades relacionadas ao conhecimento técnico e científico, visando o apoio aos programas de desenvolvimento governamentais para a aceleração e modernização da economia amazônica. Em sua análise do projeto geopolítico dos militares para aceleração do processo de modernização da economia amazônica, Becker (1992) apontou o controle dos setores científico e tecnológico como o marco que o diferenciava dos esforços governamentais anteriores para integrar a região à economia política nacional. Segundo ela, as premissas do projeto geopolítico não eram determinadas pela geografia do país ou simplesmente pela apropriação física do território e dos recursos naturais. Em vez disso, a autora afirmou que elas residiam na “intencionalidade de controle do vetor científico e tecnológico moderno, no sentido de exercer o domínio sobre o tempo e o espaço, entendidos como uma condição necessária à aceleração do ritmo e da escala do crescimento econômico” (BECKER, 1992, p. 132). Para ela, o controle sobre aqueles dois setores representava também uma condição para consolidar e ampliar o papel do Estado, o qual era considerado o único ator capaz de conduzir mudanças econômicas através de um “planejamento racional”.

Desta forma, iniciando na década de 1970, o governo federal passou a promover uma série de levantamentos acerca dos recursos naturais na região amazônica, envolvendo diversas instituições de pesquisa e órgãos governamentais e multilaterais. Sob a supervisão da recém-criada SUDAM, no dia 29 de outubro de 1970, o governo criou a Comissão para o Levantamento Radargramétrico da Amazônia, com a finalidade de efetuar um extenso levantamento aéreo para mapear a topografia da região, a geologia, a vegetação, os solos e os depósitos minerais na Amazônia, pré-Amazônia e parte da região Nordeste, que foi desenvolvido através do projeto Radar Amazônia, também chamado projeto RADAR (RADAMBRASIL, 1981). Nesta fase inicial,

o projeto RADAR envolveu vários órgãos nacionais, tais como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Departamento Nacional de Produção Mineral, além de agências internacionais como a National Aeronautics and Space Administration (NASA) e a Força Aérea dos Estados Unidos (U.S. Air Force), os quais realizaram o mais extenso e abrangente inventário jamais antes realizado dos recursos naturais na região amazônica.

O governo federal também promoveu amplos inventários de recursos florestais, os quais foram desenvolvidos através do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), um novo projeto de cooperação entre o governo brasileiro e a FAO, para dar prosseguimento e intensificar os levantamentos florestais prévios. O PRODEPEF foi criado a partir de um acordo firmado em 1971, entre o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (United Nations Development Programme – PNUD) e o governo brasileiro (Projeto PNUD/FAO/IBDF/BRA-45), tendo a FAO como agência executora e o IBDF como o órgão governamental parceiro. Os dois principais objetivos do PRODEPEF eram fortalecer o IBDF técnica e institucionalmente, e disponibilizar ampla informação acerca do potencial florestal brasileiro para o apoio do planejamento do desenvolvimento florestal nacional. Em virtude da diversidade que caracterizava as florestas brasileiras, os levantamentos florestais foram subdivididos em três áreas: a região amazônica, a região central (regiões de cerrado) e a região Sul.

Na região amazônica o PRODEPEF foi coordenado pelo IBDF, e executado pelo Grupo de Operação da Amazônia (GOA), criado em 23 de fevereiro de 1972 (Port./IBDF nº 2.708), para “definir e controlar uma política de utilização racional de recursos naturais na região amazônica”. Envolveu, ainda, vários outros órgãos, incluindo a Coordenação da Região Norte do Ministério da Agricultura, o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte, o Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), o INCRA e o INPE. Dr. Jean Dubois, especialista da FAO, de origem belga, coordenou o Subgrupo de Estudos e Pesquisa que efetuou levantamentos florestais ao longo da Rodovia Transamazônica. Além de fornecer uma base de dados sobre os recursos florestais para apoiar a modernização da indústria florestal, especialmente para a produção madeireira, tais levantamentos também visaram à definição de áreas florestais a serem destinadas como reservas (FAO/IBDF, 1978).

A equipe que executou os levantamentos florestais iniciais foi quem desenhou a proposta para a Floresta Nacional do Tapajós e para o Parque Nacional da Amazônia, as duas primeiras reservas federais criadas na região amazônica, ambas no vale do rio Tapajós. A criação destas reservas, em 1974, prenunciou o principal objetivo do II PDAM, executado entre 1975 e 1979, visando uma política sobre recursos florestais na região amazônica que, simultaneamente, promovesse a conservação e a gestão dos recursos florestais (SUDAM, 1976). O conceito de polos de crescimento (Poloamazônia) contido no II PDAM identificou o vale do rio Tapajós como um “polo” para o desenvolvimento de uma indústria madeireira. Ao mesmo tempo, no alto rio Tapajós, a mineração de ouro, que se desenvolvia em pequena escala por garimpeiros desde a década de 1950, também recebeu um novo impulso, e uma nova corrida ao ouro foi promovida, atraindo milhares de pessoas à região (SCHMINK; WOOD, 1992). Vale a pena ressaltar, mais uma vez, que as duas primeiras reservas federais na região amazônica foram criadas precisamente neste vale, especificamente no alto e no baixo curso do rio Tapajós.

A escolha do vale do Tapajós para o estabelecimento de um polo de produção madeireira seguiu o caminho aberto pela Missão da FAO, já na década de 1950, para apoiar a modernização da indústria madeireira regional. Além dos inventários florestais, diversos experimentos promovidos pela FAO ainda estavam em execução. Em Santarém, o Centro Tecnológico de Madeira operava desde a sua fundação, em agosto de 1957, sob a supervisão da SPEVEA (substituída pela SUDAM em 1966), com o objetivo de treinar profissionais nas técnicas modernas da indústria madeireira. Além disso, havia ainda os experimentos em silvicultura, que foram iniciados por John Pitt, na estação Curuá-Una, a sudoeste de Santarém. A continuação destes esforços iniciais foi planejada na versão do II PDAM, no item sobre a “Ocupação e Integração Nacional do Universo Brasileiro”, que destacava as recomendações da FAO para substituir o que era considerado “método retrógrado e predatório” na exploração de madeira.

A “Política para o Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia” do II PDAM declarava abertamente que o seu principal objetivo era “transformar a exploração de madeira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente”, colocando a ênfase na exploração da floresta em terra firme (SUDAM, 1974, 24). Tal foco na terra firme significava substituir a exploração prevalecente

em áreas de várzea, dominadas por madeiras moles, pela exploração de madeira dura, em terra firme. O II PDAM sugeria também a criação da categoria Floresta de Rendimento, que poderia ser explorada pela iniciativa privada, através de projetos elaborados em conformidade a critérios técnicos, incluindo a regeneração e o reflorestamento (com espécies de alto valor).

Conforme vários pesquisadores destacaram, o Programa Poloamazônia significou um redirecionamento da produção em pequena escala para a produção em grande escala, a ser empreendida por empresas monopolistas, especialmente aquelas com capacidade para exportação de sua produção. Schmink e Wood (1992, p. 5) observaram que

esta perspectiva concebia a acumulação de capital, o investimento estrangeiro, e os grandes projetos econômicos, como meios para alcançar altas taxas de crescimento. Implícita nesta visão estava a preferência por grandes e intensivos investimentos de capital, ao invés de projetos pequenos com ênfase na mão de obra.

Também ressaltando a ênfase na ciência e na tecnologia embutida nestes planos de desenvolvimento, os autores sublinharam que a abordagem do Poloamazônia

[...] apelava para uma firme crença em tecnologia avançada, como um meio de promover a prosperidade e resolver dificuldades externas associadas ao crescimento econômico, tais como a degradação ambiental e o deslocamento de pessoas. (SCHMINK; WOOD, 1992, p. 5).

É especialmente notável que a exploração madeireira então praticada, intensamente descrita pelos florestais da FAO como *desorganizada, com métodos operacionais e de transporte retrógrados*, tenha sido considerada no II PDAM como principal obstáculo ao desenvolvimento do setor exportador de madeira. Portanto, assegurando o controle sobre vastas áreas de terras, promovendo moderna infraestrutura viária, e dando prioridade ao capital privado e a projetos de desenvolvimento em grande escala (que eram dotados de massivos subsídios e incentivos fiscais), o governo federal empreendeu várias estratégias em relação ao setor madeireiro “destinadas a consolidar o poder competitivo nacional” (GUIMARÃES, 1991, p. 182).

Concomitantemente ao IBDF, a SUDAM também apoiou ativamente uma política florestal para a Amazônia que promovesse a exportação de madeira. Em 1978, a SUDAM apresentou o “Programa de Desenvolvimento para o Setor Madeireiro da Amazônia”, elaborado sob a coordenação de Clara Pandolfo, com o objetivo de “formular uma política florestal *considerada adequada aos interesses da região*” (PANDOLFO, 1978, p. 5; grifo meu). Com o título “A floresta amazônica brasileira: abordagem econômico-ecológica”, o Programa chamou a atenção para a crescente demanda por madeira tropical no mercado internacional, e para o processo de drástica redução das florestas que estava ocorrendo na África e no sudeste da Ásia, salientando que a região amazônica consistia “a última grande reserva de madeira tropical no mundo” (PANDOLFO, 1978, p. 22). Defendendo a necessidade de o Brasil aproveitar a crescente demanda por madeira dura por parte do mercado internacional, o Programa propôs o estabelecimento de 12 Florestas de Rendimento na Amazônia. Estas florestas seriam implantadas pelo Estado e exploradas pela iniciativa privada, através de um sistema de concessões, representando, segundo o Programa, um dos “mais poderosos incentivos à classe empreendedora” (PANDOLFO, 1978, p. 40).

As Florestas de Rendimento propostas pela SUDAM, no entanto, não foram implantadas, e um “sistema de concessão”, que permitisse à iniciativa privada a exploração de madeira em reservas florestais estatais, constitui ainda hoje um foco de debate nos fóruns governamentais. Por outro lado, a partir de 1980 expressivos subsídios para o aumento da exportação de madeira foram concedidas pela CACEX (atual SECEX),⁴⁹ órgão governamental vinculado ao Banco Central, responsável pelo setor de exportação. Tais subsídios estimularam um notável aumento nas exportações de madeira e introduziram as madeiras duras oriundas da Amazônia no mercado internacional. Analisando o efeito dos subsídios da CACEX para o setor madeireiro, Browder (1987, p. 297) destacou que

⁴⁹ Resolução nº 674, de 22 de janeiro de 1981, do Banco Central. Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A (CACEX), criada em 1953 no governo de Getúlio Vargas, substituída posteriormente pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) órgão específico singular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que tem entre suas funções a condução das políticas de comércio exterior e gestão do controle comercial.

[...] em 1979, antes dos programas de subsídios à exportação, a madeira de mogno (*Sweitenia macrophylla*) respondia por menos de 10 por cento de toda a exportação de madeira serrada. Em 1983, quando os programas de subsídio estavam em plena operação, as pranchas de mogno já haviam saltado para mais de 30 por cento de toda a exportação brasileira de madeira serrada.

Isso era ainda mais evidente em relação aos Estados Unidos, o maior importador do mogno brasileiro. Enquanto em 1974 o mogno representava 29% das exportações de madeira serrada para os Estados Unidos, em 1984 o mesmo passou a representar 67% (BROWDER, 1987). Graças aos expressivos subsídios e ao apoio institucional, o Brasil finalmente alcançava sua meta de fazer parte do mercado internacional de madeira. Talvez não tão rapidamente quanto imaginava Roy Nash sessenta anos antes, quando esteve no Brasil e previu que *the day of the tropical hardwoods is at hand*⁵⁰ (NASH, 1926, p. 382). Porém, quando conseguiu, ela se impôs de forma dramática, violenta, para quase todas as populações amazônicas que viviam na e da floresta.

Foi precisamente no início da década de 1980, quando a produção de madeira brasileira conseguiu entrar no mercado internacional de forma segura, que a implantação da Flona Tapajós foi de fato iniciada, com vários procedimentos administrativos sendo postos em ação. Estas intervenções governamentais resultaram em confrontos com os vários grupos residentes na área da reserva, os quais não aceitaram serem removidos de suas terras, conforme este projeto de reserva florestal implicava. Como parte das estratégias para o desenvolvimento de uma indústria madeireira competitiva no mercado internacional, a criação e a implantação da Flona Tapajós impunha aos grupos que viviam na área um novo modo de economia florestal que favorecia o setor exportador, preterindo as formas tradicionais de uso e acesso comum dos recursos. Os conflitos gerados por estas diferentes concepções de uso da floresta atravessam a história da Flona Tapajós, e levaram a significativas reestruturações do projeto original daquela reserva, assim como nas formas de organização social e políticas dos grupos sociais locais.

⁵⁰ O dia das madeiras tropicais está por se concretizar.

Capítulo 4

Ciência florestal, geopolítica e conflitos sociais

4.1 INTRODUÇÃO

Uma vez, enquanto eu visitava a comunidade de Maguari, falava com Helena e Simão, um casal, chefe de uma extensa família, composta a partir dos 12 filhos que geraram. Naquele momento conversávamos sobre os diversos projetos de assistência técnica e econômica que haviam sido implantados por órgãos governamentais ou não governamentais direcionados para os grupos sociais locais. O casal exercia grande liderança na comunidade e usualmente se engajava de forma ativa nos projetos que eram propostos e desenvolvidos por aquelas organizações governamentais. A meu pedido, eles explicaram os novos métodos para o cultivo de seringueiras, ensinados por uma instituição governamental que fornecia assistência técnica às comunidades. Em seguida, eu lhes perguntei o que havia mudado em função daquela assistência. Helena pôs-se a pensar e, após alguma reflexão, disse: *as tirinhas*. Prontamente, eu olhei pela janela e pude observar que a maioria das seringueiras cultivadas ao redor da casa havia sido plantada em alinhamento retilíneo, de forma muito parecida com aquelas descritas por Scott (1998), que vimos anteriormente, como um produto das novas técnicas florestais relacionadas à silvicultura. Eu lhes perguntei ainda como faziam antes dessa assistência técnica do governo e foi Helena novamente quem explicou: “Nós costumávamos plantar uma árvore aqui, outra ali e outra mais para lá, todas elas misturadas com outras plantas também”.

De forma geral, o sistema de produção das comunidades localizadas na área da Flona Tapajós baseia-se numa multiplicidade de produtos

florestais, cuja exploração e manejo associam a incorporação de espécies cultivadas ao lado das espécies nativas, de forma análoga ao denominado sistema agroflorestal.⁵¹ O foco da assistência técnica na maximização da produção, através da implantação de uma monocultura ordenada, reflete a tendência de preterir os conhecimentos dos grupos locais, para favorecer a aplicação de princípios científicos. Discutindo a tendência à homogeneização e padronização das relações sociais e econômicas na arte de governar do Estado moderno, Scott (1998, p. 93) chamou a atenção para o fato de que as vantagens prometidas por uma ideologia altamente modernista são validadas “com a autoridade do conhecimento científico e sua tendência de desacreditar outras fontes concorrentes de entendimento”.

Conforme destacado, a compreensão de que os princípios técnicos e científicos eram necessários para a superação das condições, consideradas retrógradas, de desenvolvimento técnico e produtivo na Amazônica, estava fortemente inserida nas políticas de expansão das fronteiras econômicas da região.⁵² Este aspecto era particularmente relevante para o setor madeireiro, cujos métodos assistemáticos de exploração e transporte eram considerados as principais causas de um desempenho medíocre do setor, os quais esgotavam os recursos florestais sem propiciar rendimentos apropriados. Assim, aprimoramentos técnicos e uma exploração planejada eram vistos como condições para a aceleração da modernização da indústria madeireira, que precisava reduzir suas perdas e desperdícios através da promoção de um “uso racional de recursos”. A racionalidade subjacente a esta posição também estava expressa em outros setores, e logo revelou a intenção de realocar os espaços e os recursos que estavam em mãos dos grupos sociais amazônicos, para favorecer empreendimentos econômicos de grande porte, a maioria deles localizada fora da região. Essas realocações, esses deslocamentos forçados que começaram a ocorrer por várias partes da Amazônia por conta destes empreendimentos, iriam gerar intensos conflitos sociais e ambientais.

A criação e implantação da Flona Tapajós refletiu parte desse processo. Na mesma medida em que atendia aos interesses do governo em modernizar a indústria madeireira regional, o estabelecimento da Flona também significou para os residentes locais a mais forte interferência sofrida em suas formas de organização socioeconômica

⁵¹ Cf. Anderson (1990a); Denevan; Padoch (1988); Padoch et al. (1985).

⁵² Cf. Barretto Filho (2001); Becker (1992); Foresta (1991); Schmink; Wood (1992).

e espacial. Esses antagonismos levaram as pessoas das comunidades a organizar um notável movimento de resistência, resultando numa relação conflituosa entre as comunidades, as quais eu denomino aqui de “comunidades de resistência”, e o órgão governamental responsável por esta reserva florestal. Este capítulo focaliza o processo de criação e implantação da Flona Tapajós e a relação de conflitos que se estabeleceu com as “comunidades de resistência”. Meu foco abrange um período de pouco mais de vinte anos, entre a década de 1970, quando a Flona foi criada, e a década de 1990, quando se iniciaram as negociações para solucionar os conflitos acerca das terras pertencentes às comunidades, e os órgãos governamentais passaram a considerar a possibilidade de permitir a permanência das pessoas na área da reserva.

4.2 A FLONA TAPAJÓS E AS COMUNIDADES DE RESISTÊNCIA

Ao focalizar diretamente a relação entre a Flona Tapajós e as populações locais, depara-se imediatamente com um pano de fundo muito mais dinâmico e complexo, que dá sentido e sustentação ao projeto de criação dessa reserva florestal. Tal pano de fundo, pensado em termos de uma *malha programada*, conforme sugerida por Bertha Becker (1992) para analisar o projeto geopolítico dos militares para a Amazônia, aponta para a importância, nessa concepção de reserva florestal, dos deslocamentos forçados das pessoas de suas terras e identidades sociais.

4.2.1 A FLONA TAPAJÓS NO CONTEXTO DA MALHA PROGRAMADA

Quando a Flona Tapajós foi criada em 1974, compreendendo uma área de aproximadamente 600 mil hectares, a maior parte dos limites da reserva estava localizada dentro do município de Santarém, e uma pequena parte no município de Aveiro. Porém, em 1996 os limites do município de Santarém foram redefinidos, em virtude da criação do município de Belterra, uma possessão do Ministério da Agricultura desde 1945, quando a Ford Company devolveu aquelas terras ao governo brasileiro. Assim, com esta nova configuração espacial dos municípios, toda a área da Flona, exceto a que pertencia a Aveiro, passou a fazer parte do município de Belterra, englobando cerca de 60% da sua extensão territorial.

Enquanto constituía domínio direto do governo federal, Belterra foi uma base importante para os levantamentos florestais realizados a partir da década de 1970, pelo PRODEPEF. Belterra apresentava uma boa infraestrutura, pois havia sido bem equipada pela Ford Company, que construiu uma série de casas, escritórios e estações de pesquisa, além de uma bem montada estrutura urbana. Depois de devolvida ao governo brasileiro, em 1945, Belterra tornou-se uma unidade do Ministério da Agricultura, funcionando sob a supervisão do SPVEA, como uma estação de pesquisa para apoiar principalmente o cultivo de seringueiras. Belterra foi também um importante ponto de referência para a localização da Flona Tapajós, cuja criação foi concebida e proposta pela própria equipe do PRODEPEF que havia executado os levantamentos florestais. Em entrevista realizada em 2003 com o Dr. Jean Dubois, que coordenou o Subgrupo de Estudos e Pesquisa do PRODEPEF, e que estava presente quando as fronteiras da Flona Tapajós foram concebidas e traçadas, ele explicou a importância de Belterra neste processo:

EDVIGES Por que a Flona Tapajós foi criada neste local?

DR. DUBOIS *Você sabe, todas as pessoas, os funcionários do IBDF e a equipe de pesquisa e gestão florestal que faziam parte do PRODEPEF estavam alojados em Belterra. Havia uma boa infraestrutura, com casas e escritórios, algumas delas foram também financiadas pela FAO. Na verdade, existiam duas áreas com uma infraestrutura muito boa, Belterra e Fordlândia. Quando a Flona Tapajós foi criada, Fordlândia⁵³ era um local bem antigo, que tinha uma infraestrutura boa, mas Belterra neste sentido era muito melhor. Acho que àquela época não havia nenhuma outra área de floresta que contasse de forma consistente com duas características: infraestrutura e proximidade. Estas foram também razões que subsidiaram a escolha.*

Ainda que a infraestrutura e a proximidade de um centro urbano com instalações portuárias tenham sido critérios importantes para a localização da Flona Tapajós, a definição dos limites da reserva tornou-se problemática sob diversos pontos de vista. Um dos mais sérios aspectos relacionava-se à sobreposição das fronteiras da reserva com os territórios pertencentes a um grande número de grupos sociais. Embora

⁵³ Fordlândia era outra base da Ford Company, estabelecida no médio rio Tapajós, para o cultivo das seringueiras.

a Flona Tapajós tenha sido criada no contexto das ações planejadas do governo para a expansão das fronteiras econômicas da Amazônia, as quais deveriam estar fortemente assentadas numa vasta base de dados, nenhum levantamento populacional e/ou agrário fora realizado antes da sua criação, apesar do fato de que a categoria Floresta Nacional não permitia a residência de pessoas na área.

A Flona Tapajós sobrepôs-se não somente às terras pertencentes a 18 comunidades⁵⁴ localizadas ao longo da margem direita do rio Tapajós, como também a de outros núcleos populacionais. Um desses foi o de São Jorge, composto basicamente de imigrantes do Nordeste do país, majoritariamente do Maranhão, localizado às margens da rodovia Santarém-Cuiabá, na área denominada “planalto”. A Flona também se sobrepôs às terras há muito tempo ocupadas por núcleos de famílias ao longo do rio Cupari, na região central da reserva, localizadas parcialmente no município de Aveiro, criado em 1962. Além destas áreas, os limites da Flona também se sobrepuseram em parte a uma área do Projeto Integrado de Colonização de Itaituba (PIC Itaituba), que em 1973 havia instalado ali 571 famílias (IANNI, 1979, p. 62).

A sobreposição da Flona Tapajós com as terras destas populações gerou diversos conflitos sociais, institucionais e administrativos, inclusive com o município de Aveiro, cuja competência administrativa conflitava com a legislação federal para a reserva florestal, que limitava sua autonomia. Além disso, as terras às margens das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá foram inicialmente destinadas a projetos de colonização implantados através do PIN, estando a maioria destas terras sob a administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A localização da Flona Tapajós na mesma área que havia sido destinada aos projetos de colonização também causou conflitos de competência administrativa entre o INCRA e o IBDF. Ambos os órgãos pertenciam ao Ministério da Agricultura, e eram responsáveis, respectivamente, pela implantação e supervisão dos projetos de colonização e pela Flona Tapajós. Deste modo, ao mesmo tempo que o INCRA instalava famílias na área, o IBDF começava a tomar medidas para a remoção das pessoas de lá. A criação da Flona nesta região, sobrepondo-se aos projetos de colonização governamentais, refletiam, em parte, as mudanças nas políticas voltadas à expansão das

⁵⁴ Acaratinga, Itapauina, Itapuama, Jaguarari, Jamaráquá, Jatoarana, Maguari, Marai, Marituba, Nazaré, Paraíso, Pedreira, Pini, Piquiatuba, Prainha, São Domingos, Taquara e Tauari.

fronteiras econômicas da Amazônia que ocorreram a partir de 1974, quando o II PDAM substituiu o PIN, transferindo a ênfase inicial sobre os projetos de colonização para a exploração intensiva dos recursos naturais por grandes empreendimentos.

A criação da Flona também se tornou problemática do ponto de vista técnico. Apesar de criada para promover a produção madeireira planejada e intensiva, a área da reserva abrigava uma das mais baixas densidades de madeira na região. Segundo Dr. Dubois, tal delimitação de reserva resultou da inexistência de estudos preliminares para avaliar o potencial madeireiro da área, conforme ele explicou numa entrevista:

EDVIGES O senhor está dizendo que a Flona Tapajós foi criada sem estudos, sem que fosse feito um levantamento florestal prévio?

DR. DUBOIS *Ah, sim, foi sem levantamentos florestais preliminares. Talvez algumas parcelas estudadas por Dammis Heinsdijk⁵⁵ estavam na área da Flona Tapajós, mas levantamentos mais profundos, para que se tivesse uma ideia mais precisa do potencial madeireiro, não foram feitos. Por exemplo, quando a Flona Tapajós foi criada, a identificação da tipologia florestal, dos tipos de florestas existentes, não foi efetuada... Eu estava presente quando o grupo com Wanderbilt decidiu criar a Flona Tapajós. O grupo era composto por ele, Wanderbilt Duarte de Barros, David Azambuja,⁵⁶ K. Oedekoven da FAO, e eu. Estas quatro pessoas estavam em Belterra, onde Wanderbilt chegou e disse: ‘Vamos lá, entrar na floresta vizinha a Belterra’. Nós fomos a esta floresta, era uma área inundada e, depois disso, Wanderbilt disse: “Vamos estabelecer a Flona Tapajós aqui, nesta região”. Ele pegou um mapa e [Dr. Dubois encenou com as mãos no ar o desenho de um mapa com quatro lados, reproduzindo o que teria sido o movimento da mão de Wanderbilt naquele momento] a Flona Tapajós foi criada! Sem levantamentos, sem estudos... Foi uma coisa equivocada; ela foi criada às pressas, sem levantamentos de informações, sem observar em campo que a maior parte da floresta não tinha nenhum potencial madeireiro. Sem o conhecimento, eu suponho, de que o norte da área é praticamente dominado pelo babaçu, um planalto onde há escassez de água e a regeneração das espécies é muito difícil devido à alta concentração de raízes. Adiante desta área dominada pelo*

⁵⁵ Dammis Heinsdijk realizou os primeiros levantamentos florestais na região na década de 1950 através da Missão FAO; ver capítulo 3.

⁵⁶ Wanderbilt Duarte de Barros e David Azambuja, ex-administradores do Serviço Florestal.

babaçu, há uma floresta de alta densidade, sem babaçu e com apenas algumas trepadeiras. Esta parte é dotada de mais recursos hídricos e onde existem melhores condições para a sobrevivência das comunidades, dos povos da floresta. Atrás desta região, há uma gradação progressiva deste tipo de floresta para uma floresta com uma crescente quantidade de cipós. Além dela, num certo ponto, tem-se uma floresta de coberturas altas e dispersas, semelhante a torres de vegetação cobertas com cipós e, depois, a floresta de cipó ou cipoal. Adentrar o cipoal é muito difícil porque os cipós machucam. O cipoal cobre a maior parte da área sul da Flona, onde não há madeira, mas é um bom refúgio para a caça. Mas, apesar disso eu acho que a criação da Flona foi boa, porque ela garantiu um refúgio para a caça.

Eu não encontrei qualquer documentação nos escritórios do IBAMA que apresentasse uma justificativa oficial para a criação e a localização da Flona Tapajós. Apesar da informação prestada pelos funcionários do IBAMA de que um documento expressando os motivos havia sido escrito, o mesmo não foi encontrado; possivelmente tenha se perdido. O decreto que instituiu oficialmente a Flona refere-se apenas à sua criação, de acordo à legislação específica para Florestas Nacionais. Os procedimentos governamentais para a criação da Flona parecem ter ocorrido de forma similar ao caso do Parque Nacional da Amazônia, também instituído no mesmo dia (em ato contínuo) e no mesmo vale em que se situa a Flona Tapajós. Em sua análise sobre a criação de unidades de conservação no Brasil no período entre 1974 e 1984, Foresta (1991, p. 33) comenta que

[...] a primeira grande área natural protegida na Amazônia, um parque nacional de um milhão de hectares às margens do rio Tapajós, no leste do Pará, foi estabelecido por decreto presidencial em 1974, mas foi um evento anômalo. A localização e os limites do parque foram decididos por planejadores regionais, sem qualquer contribuição por parte dos conservacionistas, e de forma desconectada dos planos de conservação mais abrangentes.

Foresta considerou a criação do Parque Nacional da Amazônia “anômala” porque as demais unidades de conservação de proteção integral instituídas logo em seguida, durante o período 1974-1984, foram concebidas e definidas a partir de sólidos dados científicos e teorias preservacionistas.

A ausência de documentação oficial justificando a criação da Flona Tapajós não permite que possamos avaliar, com mais detalhamento, as razões imediatas do governo para o estabelecimento desta reserva florestal. Conforme descreveu o Dr. Dubois, a maior parte da Flona era coberta por uma floresta sem qualquer potencial madeireiro, e que teria servido melhor, em sua opinião, para a proteção da caça. A floresta densa, com alto potencial madeireiro, cobria apenas uma pequena parte da reserva, exatamente onde se localizam as áreas de ocupação pelas comunidades. Como a incidência da maior parte da madeira (comercial) se dá nessa área da reserva, da qual dependem as comunidades para seu sustento, a disputa pelo acesso e controle desta área constituiu o ponto central dos conflitos entre as comunidades e os órgãos governamentais.

Antes de discutir esses conflitos com mais detalhes, eu gostaria de insistir em uma questão, que me parece essencial para a compreensão do processo de implantação da Flona Tapajós e que se apresenta, aparentemente, como um contrassenso: se a cientificidade dos procedimentos era considerada como fundamental para as políticas de expansão da fronteira amazônica naquele momento (II PDAM), como forma de superar o atraso que se atribuía à economia local, perguntase, então, por que a primeira reserva florestal para exploração de madeira na região amazônica foi criada sem que antes se efetuassem os levantamentos florestais mínimos para avaliar se a área seria ou não apropriada para a exploração de madeira?

Para o entendimento de aparente contradição, sugiro que analisemos os problemas gerados pela criação da reserva não como simples equívocos resultantes de uma eventual desconsideração de um componente técnico, ou das organizações sociais existentes. Porém, como Schmink e Wood (1987, p. 48) ressaltavam na análise a respeito do planejamento governamental do uso da terra realizado na Amazônia, é importante ter presente que, “*expertise*, embora um componente necessário do *design* efetivo do projeto, raramente é suficiente”. Desta forma, a compreensão das contradições encontradas no processo de criação e implantação da Flona Tapajós, talvez, possa ser mais bem apreendida aplicando-se a perspectiva de análise desenvolvida por Becker (1992), na qual destacou a “manipulação do território” como parte das estratégias usadas pelos militares para acelerar a modernização econômica, sem contudo alterar a estrutura hierárquica social.

Becker (1992) afirmou que o projeto militar geopolítico representava a imposição de uma poderosa malha de duplo controle sobre o território

nacional: a técnica e a política, as quais se relacionavam a programas e projetos sociais e a empreendimentos privados. Ela a denominou “malha programada”, cujos componentes englobavam: uma grande rede de estradas e portos, centros urbanos, telecomunicações e projetos hidroelétricos, concebidos para integrar os espaços; a criação de novos territórios com unidades administrativas federais, possibilitando ao governo federal exercer autoridade direta e absoluta sobre eles; subsídios fiscais a grandes empreendimentos, que encorajavam a apropriação privada da terra; e os incentivos que estimulavam a migração de pessoas, possibilitando a formação de uma força de trabalho móvel. Assim, a imposição desta “malha programada” permitia, simultaneamente, a incorporação acelerada dos recursos naturais à economia e a formação de uma força de trabalho móvel.

No vale do Tapajós, vários componentes desta “malha programada” podem ser identificados. A região foi cortada pela construção de duas grandes e importantes rodovias, a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá; portos foram ampliados e modernizados; projetos de colonização e mineração de ouro foram promovidos, gerando grandes fluxos migratórios; e, juntamente com estes investimentos, foi criada e implantada a Flona Tapajós, um novo espaço territorial sobreposto na região sob o controle absoluto do Estado. Neste contexto, o estabelecimento da Flona pode ser compreendido como englobando estratégias da “malha programada”, que respondiam, simultaneamente, aos objetivos de impor o controle territorial e formar uma força de trabalho móvel, que se forjaria através da remoção das pessoas das comunidades de suas terras.

Assim, analisando a criação da Flona Tapajós a partir desta perspectiva, esta reserva florestal parece ser menos importante tecnicamente (como um espaço para a implantação de uma moderna silvicultura científica para a produção de madeira), do que como um instrumento para o exercício do controle social e territorial. Como Becker destacou, a gestão e controle do território pelo Estado eram eminentemente estratégicos,

[...] envolvendo não só sua administração em termos econômicos, mas também as relações de poder [...] Sociedade e natureza foram tratadas como estoques, cujos fluxos deveriam ser dinamizados através do incremento da mobilidade do trabalho, da incorporação de novas terras e da extração em larga escala dos recursos minerais e energéticos. A desterritorialização

e a volatilização dos lugares foram metas implícitas do projeto geopolítico, conferindo à questão social uma clara dimensão ambiental e vice-versa, e, ao Brasil, uma posição peculiar no cenário internacional. (BECKER, 1992, p. 136-137).

A análise empreendida por Becker também é apropriada para o entendimento do discurso de conservação florestal no âmbito da criação e implantação da Flona Tapajós, usado para justificar os esforços iniciais para a remoção de pessoas, conforme discutido no capítulo inicial, e que foi sistematicamente aplicado, de diferentes maneiras, durante toda a história da reserva. Disfarçada sob um discurso de conservação florestal, que ocultava a natureza dos conflitos sociais e as falhas técnicas, a criação e o estabelecimento da Flona Tapajós faziam parte das estratégias da “malha programada”, as quais foram usadas para impor um novo espaço territorial, onde a preocupação era menos com os princípios do manejo florestal científico para a regulação da exploração madeireira, do que com o controle dos espaços e das relações sociais. Isto por certo explica porque não foram realizados os levantamentos florestais preliminarmente à criação da reserva, e porque o baixo potencial madeireiro da área não foi questão para a definição dos seus limites.

Deste modo, manipulando o território através da “malha programada”, o projeto geopolítico alterou a estrutura centro-periferia, a qual, Becker (1992, p. 136) assinala, não exibia uma linha divisória clara entre “o moderno e o arcaico”, mas, ao contrário, produzia “uma estrutura híbrida, ambivalente e instável, apesar de muito dinâmica, mesmo no nível espacial”. Foi precisamente no contexto dos conflitos que emergiram entre a “malha programada” e o que Becker chamou de “*espaço vivido*”, que formas de resistência se apresentaram para refutar o projeto governamental e para propor alternativas ao planejamento espacial do Estado.

4.2.2 DESLOCANDO PESSOAS PARA TORNÁ-LAS TRABALHADORES ASSALARIADOS

As primeiras informações sobre as comunidades da Flona Tapajós (aqui denominadas de “comunidades de resistência”) só foram documentadas pela administração da reserva em 1978, quatro anos depois da sua criação, quando o IBDF começou a realizar um levantamento fundiário das ocupações existentes, passo preliminar no

processo de desapropriação das terras (IBDF, 1978). O relatório sobre os resultados deste levantamento foi o único documento que encontrei nos escritórios do IBAMA, em Brasília e em Santarém, indicando as medidas e a postura adotadas por este órgão governamental, de 1978 até 1983, em relação às comunidades locais. O relatório também informava que os trabalhos na Flona foram iniciados em agosto de 1978, quando o Programa Poloamazônia liberou os recursos financeiros para a implantação desta reserva florestal. Entretanto, algumas ações haviam sido realizadas anteriormente, como a tentativa de obtenção de um “certificado” que deveria ser assinado pelas pessoas que estavam assentadas no projeto de colonização (PIC Itaituba), sobre o qual os limites da Flona também se sobrepuseram.

O “certificado” era um documento a ser assinado pelas pessoas, declarando que elas haviam sido informadas pelo engenheiro florestal Rinaldo Rolo de Almeida (que foi o diretor da Flona Tapajós por vários anos), a respeito de dois pontos: 1) que estavam “cientes de que a área que eles *planejavam* ocupar era parte da Floresta Nacional do Tapajós”, e 2) que qualquer corte de árvores em suas terras poderia constituir-se numa “violação da Lei”. Não encontrei sequer uma cópia de “certificado” assinada por alguma pessoa, mas nos documentos sempre há assinaturas de duas “testemunhas” afirmando que os “moradores” estavam “conscientes” do documento e que se recusaram a assiná-lo.

Por sua vez, as comunidades localizadas ao longo do rio Tapajós só tomaram conhecimento oficialmente sobre a criação da Flona, e sobre o fato de que elas seriam removidas da área, quando o levantamento de 1978 começou a ser realizado, conforme foi explicado por José, da comunidade de Piquatuba:

EDVIGES Como o senhor soube sobre a Flona Tapajós?

JOSÉ *Primeiro, nós começamos a ouvir muitos comentários que a Flona tinha sido criada, mas nós não entendíamos muito bem o que isso significava. Mais tarde, eles chegaram aqui para fazer um levantamento e disseram: “Nós somos do IBDF. O IBDF é um órgão do governo e nós estamos autorizados a fazer um levantamento sobre o que vocês fazem, o que vocês plantam, o que possuem, é um requerimento do governo”. Ninguém aqui teve coragem de perguntar a eles o que era e o que não era. Na época, ninguém sabia o que era IBDF; foi a primeira vez que eles vieram aqui. Eles vieram de barco. Havia um cidadão chamado Paulo, que era a*

peessoa que fazia o trabalho. Entre as pessoas da comunidade, ninguém sabia o que era IBDF ou o que era o propósito do que eles estavam pedindo. Nós começamos a falar pra eles sobre tudo o que nós tínhamos: há quantos anos nós estávamos aqui, o tamanho da área trabalhada, sobre tudo estas coisas que eles perguntavam. Todo mundo respondeu. Depois, num certo momento, eles disseram que estavam pegando essas informações para nos indenizar para a gente sair daqui. Foi por esta razão que nós resistimos; nós achávamos que não deveria ser desse jeito!

O relatório do IBDF produzido em 1978 apresentava uma longa lista de pessoas residentes na área da Flona Tapajós, as quais eram identificadas de diversas formas. Um grupo era denominado “colonos assentados”, o qual incluía tanto os habitantes que haviam se estabelecido na área antes da criação da Flona, com 62 pessoas, como os moradores que teriam ali se estabelecido depois da criação da reserva, com 17 pessoas. O segundo grupo era composto por pessoas que residiam na área da reserva antes da sua criação, incluindo-se nele a população estimada de mil pessoas da cidade de Aveiro, e as famílias residentes antes da criação da reserva, que se localizavam ao longo do rio Tapajós, computando-se 720 famílias (IBDF, 1978). O relatório também mencionava as pessoas que haviam recebido compensação por terem deixado suas terras, entre as quais se encontravam 71 “colonos” ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá, e, finalmente, as pessoas das comunidades de Igarapé-Tinga, Tabocal, Itapaiuna, Rio Cuparí, Jaguarary e São João, na margem direita do rio Tapajós.

O relatório concluía com uma proposta para que se procedesse com a exclusão de quatro áreas dos limites da Flona. Uma era a área da cidade de Aveiro, ao sul da reserva; a segunda, a área do assentamento de colonização (PIC Itaituba); a terceira, a área de São Jorge; e finalmente, a área das comunidades que se encontravam ao longo da margem direita do rio Tapajós, na época composta por 18 comunidades. Apesar de o relatório recomendar a exclusão desta área comunitária dos limites da Flona, o seu texto incluía também uma lista de pessoas destas comunidades a serem indenizadas. Não foi esclarecido porque ambas as propostas foram formuladas. Com exceção da cidade de Aveiro, a proposta de excluir as demais áreas dos limites da Flona tornou-se um tema controverso nas discussões ao longo de toda a história dessa reserva. Depois de vários intentos para solucionar as sobreposições territoriais, em junho de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sancionou lei que excluiu dos limites da

Flona Tapajós as áreas do município de Aveiro e das comunidades rurais ao longo da BR-163.⁵⁷

Entre todas, as áreas das comunidades ao longo do rio Tapajós certamente tornaram-se as mais controversas, e até o momento sem solução. Na história da Flona Tapajós as propostas para essas áreas tomaram diferentes direcionamentos, desde a recomendação inicial de remoção das pessoas, e a sua recolocação numa região fora dos limites da reserva até, finalmente, a permissão para a permanência das comunidades no interior da reserva, conforme foi sancionado através do novo SNUC, de 2000. A proposta do relatório de 1978, de excluir áreas dos limites da reserva, foi embasada nas vultosas despesas necessárias para a indenização das pessoas que seriam desapropriadas de suas terras, e no fato de as áreas das comunidades serem “significativamente pobres em termos de recursos florestais, além de serem formadas por solos arenosos, que não permitiam a exploração mecanizada” (IBDF, 1978, p. 3). Possivelmente, esta primeira proposta também levava em consideração a oposição das pessoas, que naquele momento começavam a tomar conhecimento do destino traçado para eles, e passam a articular a resistência. A controvérsia sobre a remoção de pessoas foi comentada pelo Dr. Dubois, em entrevista, na qual ele afirmou:

DR. DUBOIS *O IBAMA [IBDF] criou problemas em virtude de sua insensibilidade social. Agora, o que se vai fazer? Tiram as pessoas de lá? Essa era a questão que chamou toda a atenção sobre o Tapajós. Eu sugeri a criação de enclaves dentro da Flona Tapajós para a manutenção das comunidades. Eu disse a eles [funcionários do IBDF]: vocês podem treinar estas pessoas para se tornarem operários florestais. Caso contrário, se vocês trouxerem empreendimentos madeireiros, terão que trazer trabalhadores de fora da Flona. Mas eles não aceitaram.*

EDVIGES Qual foi a justificativa para isso?

⁵⁷ Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012, art. 16: “Ficam excluídas da Floresta Nacional do Tapajós, criada pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, duas áreas totalizando aproximadamente 17.851 ha, sendo a primeira dessas áreas no município de Belterra, estado do Pará, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara, na margem da rodovia BR-163, totalizando 11.990 ha; e a segunda, no município de Aveiro, estado do Pará, onde se localiza a sede do município e seu aglomerado urbano da margem direita do rio Tapajós, bem como parte da área rural do seu entorno, totalizando 5.861 ha”.

DR. DUBOIS *Eles não tinham uma justificativa, eles simplesmente não queriam. Tinha o Ronaldo; ele queria as comunidades fora de lá. Foi uma luta intensa; muitos anos se passaram até que a proteção das comunidades fosse garantida.*

Numa entrevista com Eleazar Volpato, que trabalhou no IBDF na década de 1970, e, posteriormente, lecionou na Universidade de Brasília (UnB), ele também enfatizou que no IBDF existiam discordâncias internas quanto à permanência das comunidades na Flona Tapajós. De forma semelhante à Dubois, Volpato, em entrevista, comentou que: *“Naquele momento havia algumas pessoas no IBDF que não aceitavam a ideia de manter as comunidades na Flona Tapajós. Mas eu disse a eles que, se mantivéssemos as pessoas da comunidade lá, elas poderiam trabalhar para os empreendimentos que iriam explorar a floresta”.*

Em sua dissertação sobre as reservas de proteção integral na Amazônia, Barretto Filho (2001) também notou a existência de divergências e de propostas controversas dentro do governo, as quais refletiam os diversos interesses e conceitos quanto às questões relativas à conservação ambiental. De modo semelhante se observa em relação à Flona Tapajós, ainda que possamos perceber uma tendência preponderante no sentido de excluir as pessoas da reserva, especialmente durante o momento inicial da sua implantação.

O processo de remoção de pessoas da Flona Tapajós foi pobremente documentado, apesar de diversos núcleos familiares terem sido deslocados de suas terras, incluindo-se algumas famílias do projeto de colonização, todas as famílias residentes de longa data na região sul da reserva, bem como as comunidades de São João, Terra Rica e Jacamim, na região nordeste, cujos números e propriedades foram descritos nos documentos oficiais como de “ocorrência ocasional” e de “pouca importância”. O IBDF construiu sua sede, escritórios e outras dependências, nas áreas onde se encontravam as comunidades de São João e Terra Rica. Antônio, que era da comunidade de São João e agora mora com sua família na comunidade de Acaratinga, comentou sobre como as pessoas deixaram o lugar em que viviam:

ANTÔNIO *Quando começou essa história da Flona Tapajós, os professores e os catequistas foram os primeiros a sair, e depois as outras famílias. Só quatro famílias ficaram lá. Éramos quatro, mas que não tinha escola para os filhos e nós não tivemos outra escolha senão sair. São João e Terra Rica tinham as melhores terras para se plantar. A terra era escura, e*

nós podíamos plantar de tudo o que quiséssemos. Quando eu saí de São João, eu perguntei ao Feitosa se nós poderíamos morar em Maguari. Ele disse que eu poderia, mas que eu não podia trabalhar, plantar minhas lavouras. Eu fiquei algum tempo lá, e depois eu me mudei para Santarém, onde eu sofri um acidente e quebrei minha perna. Fiquei quatro anos só cuidando desta perna. Então eu decidi voltar para Acaratinga, mas esta terra pertence agora ao PSA.⁵⁸

Uma explicação parecida foi dada por Lorival, que residia em Terra Rica, de onde teve que sair, e foi morar na comunidade de Maguari.

LORIVAL *Eu estava desorientado, não tinha nenhuma informação sobre o Sindicato, nem sobre meus direitos. Eu concordava com tudo o que ele [o funcionário do IBDF] dizia. Eu fui o último a assinar o acordo para deixar a terra. Primeiro eu fiz o registro, mas me mandaram de volta e eu tive que fazer de novo. Rinaldo tirou fotos e disse que nós seríamos indenizados.*

Apesar das discussões para a implantação da Flona Tapajós terem incluído diferentes posicionamentos em relação às “comunidades de resistência”, mesmo aqueles favoráveis à permanência das comunidades dentro da reserva defendiam a possibilidade do seu envolvimento nas atividades de exploração de madeira ou, nas palavras de Dubois, como “trabalhadores da floresta”. Como destacamos no capítulo 3, nas décadas de 1930 e 1940 a Ford Company havia se empenhado para garantir o engajamento da mão de obra local na indústria da borracha que começava a implantar na região, tentativa que foi igualmente frustrante.

⁵⁸ Projeto Saúde e Alegria (PSA) é uma organização não governamental que trabalha com algumas comunidades no baixo Tapajós, desde o final da década de 1980. O PSA havia comprado essa extensão de terra, de 3.400 hectares, em 1993, a qual era parte de uma área que havia sido registrada por Arnaldo Freitas, um comerciante português que chegou e se estabeleceu em Aramanai no começo do século XX. Segundo as pessoas da comunidade, Arnaldo Freitas adquiriu a área através do sistema de endividamento, que consistia no fornecimento de bens às pessoas e, na medida em que estas não tinham condições de pagar, Arnaldo Freitas foi gradativamente tomando posse dos seus seringais. Seu filho, Carlos Freitas, que residia no Rio de Janeiro, herdou esta parte da área e logo depois a vendeu a um empreendedor de Belém que, por sua vez, vendeu-a ao PSA. De um ponto de vista legal, tal transação de terra não era permitida pela legislação relativa a Florestas Nacionais, a qual não admite títulos privados sobre áreas dentro da reserva, consideradas “terras públicas”. Este era um ponto de discórdia entre o PSA e a administração da Flona Tapajós, bem como com parte dos moradores das comunidades de Acaratinga, Jamaraquá e Maguari, que não aceitavam o controle do PSA sobre a área.

Segundo Costa (1993), foi precisamente o não engajamento da mão de obra a principal razão por trás da falência do empreendimento. Apesar da oferta de salários relativamente altos, em comparação inclusive com os salários do Sul do país, a Ford Company não conseguiu quebrar a histórica dependência dos camponeses com a terra e transformá-los em trabalhadores assalariados, incluindo-os na folha de pagamento da companhia. Costa identificou como sendo esta uma forma de resistência camponesa contra a especialização econômica.

Enquanto a Ford Company fora malsucedida em transformar o tipo de relação dos camponeses com a terra, seja através do incentivo dos altos salários ou de outros benefícios, a criação e implantação da Flona Tapajós, por sua vez, apresentou uma proposta ainda mais radical para romper os laços que aquelas pessoas tinham com a terra, que seria a remoção forçada e o fechamento do acesso aos espaços florestais. As duas estratégias governamentais eram importantes para romper os laços das pessoas com a terra, e para transformá-las numa força de trabalho disponível, ao mesmo tempo que liberava a floresta para a exploração madeireira em larga escala. Os conflitos sociais que surgiram nesse processo não ocorreram apenas na Flona Tapajós, mas também no outro lado do rio, à margem esquerda, onde os empreendimentos madeireiros haviam se estabelecido e iniciado a exploração de madeira em áreas de floresta de ocupação histórica por diversas comunidades. Enfrentando processos similares de exploração, estas comunidades rurais também resistiram fortemente ao avanço da nova economia florestal.

4.3 RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL

Este item ocupa-se do confronto direto que passou a ocorrer com as comunidades no baixo Tapajós na década de 1980, em decorrência do avanço da economia madeireira, seja ela representada pela implantação da Flona Tapajós, seja pela atuação de empresas privadas, que começam suas atividades de extração florestal adentrando os territórios nativos. Várias serão as formas de resistência empreendidas, e novas alianças e associações políticas serão favorecidas, pois que necessárias para assegurar algumas conquistas territoriais. Não obstante, a história insistirá em demonstrar a luta incessante; um contínuo sem tréguas.

4.3.1 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E O PODER DE ORGANIZAÇÃO

O início da década de 1980 foi decisivo para a expansão do setor madeireiro no vale do Tapajós, motivada especialmente pelos incentivos fiscais à exportação disponibilizados pelo governo federal. Em conformidade com as políticas de promoção à exportação, visando à aceleração do crescimento econômico, o governo federal implantou duas linhas de crédito direcionadas aos produtores e exportadores, concedidas através da Resolução no 674 da CACEX, para obtenção de capital de curto prazo, por 25% do seu custo real (BROWDER, 1987). Tais incentivos tiveram um forte impacto sobre o desenvolvimento do setor madeireiro da Amazônia, o qual alcançou seu objetivo longamente perseguido de entrar no mercado exportador de madeiras duras. Conforme Browder (1987, p. 286) mostrou,

[...] de 1980 a 1984 vivenciou-se um verdadeiro *boom* na produção de madeira serrada de mogno,⁵⁹ impulsionado pelos incentivos à exportação. O mogno tornou-se um dos principais produtos de exportação, respondendo por mais de 30% de toda a exportação brasileira de madeira serrada em 1983.

A análise de Browder focalizou especialmente o processo ocorrido no estado de Rondônia, onde os trabalhos de corte de árvores em forma de tábuas mesclaram-se com as atividades agrícolas promovidas pelos projetos de colonização e pela agropecuária em grande escala. O número de serrarias registradas em 1980 na região amazônica chegou a 542, as quais se concentravam predominantemente nos estados de Rondônia (230 serrarias) e Pará (270 serrarias) (IBDF/Programa Tapajós, 1982).

No vale do Tapajós foram vários os esforços governamentais para promover o desenvolvimento da produção madeireira em grande escala, incluindo-se a criação e implantação da Flona Tapajós. Apesar do número de serrarias não ter aumentado significativamente na região (18 serrarias registradas em 1981), a exportação de madeira havia começado, passando a representar 60% da produção madeireira regional no mesmo ano. A produção foi impulsionada especialmente pela chegada de grandes empreendimentos, tais como a Amazonex

⁵⁹ *Sweitenia macrophylla*.

Exportadora Ltda., a Santa Isabel Agroflorestral Ltda. e a Comercial Madeiras e Exportação S/A (CEMEX), para citar as mais expressivas.

A CEMEX foi a única empresa que explorou madeira na Flona Tapajós, inicialmente em 1984, numa área de duzentos hectares e, no final da década de 1990, através do Projeto ITTO, que será discutido mais adiante. As outras duas serrarias, a Amazonex e a Santa Isabel, escolheram as áreas de floresta localizadas na margem esquerda do rio Tapajós, onde, mais tarde, em 1998, foi criada a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Em sua análise sobre o movimento camponês ocorrido na região do baixo Tapajós, no início da década de 1980, Leroy (1991, p. 116) mencionou que estes dois empreendimentos madeireiros (a Amazonex e a Santa Isabel) haviam se beneficiado dos incentivos da SUDAM, e “tinham a pretensão de ocupar a margem esquerda do rio Tapajós, numa extensão de cerca de 60 quilômetros de frente; de Cameté, no município de Aveiro, até o rio Arapiuns; e uma extensão de 100 quilômetros de fundo”. Tal área era habitada por comunidades com longo histórico de ocupação, como a exemplo da Flona Tapajós. A chegada destes dois empreendimentos para a exploração de madeira deflagrou diversos conflitos com estas comunidades, levando a um forte movimento de resistência para manter suas áreas de ocupação e limitar a extensão da área da floresta que eles pretendiam explorar.

Os conflitos com as comunidades da margem esquerda do rio Tapajós ocorreram simultaneamente àqueles verificados na Flona Tapajós, na margem direita, e refletiam o avanço das políticas governamentais para consolidar um polo madeireiro na região, o qual, naquela época, era “impulsionado pelos incentivos à exportação” (BROWDER, 1987, p. 286). Apesar de os conflitos sociais se iniciarem em 1974, por ocasião da criação da Flona, quando desenvolvi meu primeiro estudo na reserva, em 1996, havia pouca informação disponível sobre o tema, à exceção de alguns documentos oficiais. A única referência a estes conflitos foi encontrada no livro de Leroy (1991) intitulado *Uma chama na Amazônia*, no qual o autor focalizou os movimentos sociais rurais ocorridos na região de Santarém, durante a década de 1980. Neste estudo Leroy também mencionou o movimento de resistência empreendido pelas comunidades localizadas na Flona Tapajós, dentre outros movimentos sociais ocorridos na região, todos eles articulados através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Entre as pessoas das “comunidades de resistência” era comum ouvi-las falar da importância do Sindicato para ajudá-los a defender a sua permanência

na área. Pedro, uma das lideranças da comunidade de Piquiatuba, gostava de lembrar que:

PEDRO *O Sindicato foi muito importante para nós. Havia o Geraldo Pastana,⁶⁰ e ele nos ajudou muito nesta luta. Nós nunca tínhamos participado do Sindicato, mas quando essa Flona começou e eles começaram a dizer que nós tínhamos que sair, nós perguntamos: ‘E agora, o que nós vamos fazer? Se saíssemos, para onde nós iríamos?’ Então, as pessoas do Sindicato disseram pra nós: ‘Não saiam, vocês têm que resistir, e não assinem nenhum documento para o IBDF’. Depois daquilo, nós começamos a nos organizar através do Sindicato, a organizar as Delegacias Sindicais. Por isso, com o Sindicato nós tivemos a garantia de permanecer aqui.*

A participação das pessoas das comunidades no Sindicato significava para elas sua primeira associação com uma organização política mais abrangente. Até então, as organizações políticas comunitárias só existiam em nível local e os “presidentes” de comunidades eram os líderes dessas organizações, conforme apresentado no capítulo 2. O envolvimento com o Sindicato adicionou às representações das comunidades a nova categoria social dos “trabalhadores rurais”, com a qual muitas pessoas frequentemente se identificavam. O Sindicato tornou-se a alternativa de organização que elas tinham para se articular na defesa de suas terras e evitar a sua expulsão. Foi no início da década de 1980 que eles vivenciaram o momento de maior atividade, não apenas porque coincidiu com o período no qual os nativos amazônicos do meio rural começaram a ser deslocados de suas terras pelo novo modelo econômico, mas também em consequência da chegada daqueles que haviam sido atraídos pelos projetos de colonização.

Os projetos de colonização na Amazônia começavam a mostrar os efeitos da guinada que ocorreu na esfera governamental, em 1974, quando o PIN foi substituído pelo II PDAM, que passou a preterir esses projetos para promover os projetos de mineração e agropecuária em grande escala. Conforme assinalado anteriormente, a região ao sul de Santarém, próxima ao cruzamento das duas rodovias, Transamazônica

⁶⁰ Geraldo Irineu Pastana de Oliveira, conhecido como Pastana, foi uma das mais proeminentes lideranças na organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foi deputado estadual e federal (PT-PA) entre 1997 e 1999, e prefeito do município de Belterra (PA) entre 2005 e 2012.

e Santarém-Cuiabá, havia sido inicialmente destinada à promoção de ocupação intensiva pelos projetos de colonização. Milhares de pessoas chegaram à região, oriundas especialmente do Sul, mas também do Nordeste, gerando novos núcleos urbanos rurais, tais como Rurópolis Presidente Médici,⁶¹ inaugurado em 12 de fevereiro de 1974 pelo próprio presidente Médici. Contudo, no final da década de 1970, estes colonos começaram a perceber que o sonho de ter uma terra para trabalhar estava mais próximo de um pesadelo infernal, conforme ressaltava Leroy (1991, p. 69, grifo do autor): “[...] os colonos que pensavam ter chegado à *Terra Prometida*, encontravam-se a dois quilômetros do inferno”. Os colonos, além de não terem encontrado qualquer infraestrutura, tiveram que lidar com doenças, como a malária, sem contar com nenhuma assistência médica. Eles tampouco tiveram acesso a mercados para a venda de sua produção. Durante a maior parte do ano as rodovias eram intransitáveis, em virtude das fortes chuvas e da falta de manutenção. Além disso, as terras destinadas aos projetos de colonização começaram a ser tomadas por grandes empreendimentos agrícolas, que se beneficiavam dos abundantes incentivos fiscais disponíveis.

A história de vida do casal Aníbal e Beatriz, originários do Rio Grande do Sul, e que moravam na comunidade de Acaratinga, na Flona Tapajós, ilustra as desilusões encontradas nos projetos de colonização. Aníbal era descendente de uma família de poloneses que se mudou para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. Beatriz, por sua vez, era a mais jovem de uma família da Bielorrússia que se mudou para o Brasil no começo do século XX, fugindo da Primeira Guerra Mundial, e foi residir no Rio Grande do Sul, no município de Luis Gonzaga. Segundo Beatriz, quando ela e Aníbal ouviram a respeito dos projetos de colonização no entorno da Rodovia Transamazônica, eles viram a chance de terem novamente um pedaço de terra, substituindo aquela que haviam perdido no Sul, para custear despesas com doenças. Assim, depois de uma viagem de uma semana de ônibus, o casal e seus quatro filhos chegaram em 1980

⁶¹ O núcleo de “Rurópolis Presidente Médici” foi criado como parte da política dos Projetos Integrados de Colonização (PICs), que criou uma espécie de urbanismo rural na conformação dos espaços entre os projetos de colonização, através de centros denominados de “agrovilas, agrópolis e rurópolis”, os quais objetivavam atender às necessidades e fornecer infraestrutura aos PICs (LEROY, 1991). Rurópolis Presidente Médici fazia parte do município de Aveiro, e foi elevado à condição de distrito em 7 de maio de 1987, pelo então governador do estado do Pará, Hélio M. Gueiros. No ano seguinte, em 1988, foi emancipado e elevado à categoria de município sob o nome de Rurópolis (Lei estadual do Pará nº 5.446, de 10 de maio de 1988).

à região de Rurópolis, onde, em seguida, tiveram que lutar pela terra com um fazendeiro que tentava conseguir o título de posse em seu nome. O conflito foi resolvido com a intermediação do INCRA. Depois de um ano vivendo numa tenda coberta com plástico, e já tendo plantado a primeira lavoura, a família foi vitimada por doenças, especialmente pela malária. O filho adotivo foi quem mais sofreu, vindo a falecer na cidade de Santarém, onde chegou já muito enfraquecido. As precárias condições das rodovias inviabilizaram a transferência do corpo para sua casa, e ele teve que ser enterrado em Santarém, mesmo sem a presença da família. Ao me contar a história, Beatriz chorava por não ter tido a chance de ver o filho pela última vez. Apesar de sobreviverem, todos os demais membros da família também padeceram da mesma doença, levando-os a se sentirem sem outra opção que abandonar o lugar. Nas palavras dela:

BEATRIZ *Nossa calamidade foi a malária. Quando chegamos aqui, ninguém sabia o que era malária, não sabíamos que remédio tomar e nem tínhamos qualquer tipo de assistência médica. Eu gostava daquele lugar onde fomos morar e não queria sair de lá. A terra era muito boa; tudo o que plantávamos crescia muito bem. Mas a malária voltava, de tempos em tempos, e nos deixava doentes. Logo que nos recuperávamos, a malária voltava de novo. Uma vez, eu era a única pessoa da casa que não tinha malária, e não tínhamos mais dinheiro para comprar os remédios. Tínhamos apenas nosso último leitão. Então, eu peguei esse leitão e levei para Rurópolis para vender e poder comprar os remédios. O homem na mercearia me disse que não poderia comprar meu leitão porque todo mundo tinha alguma coisa para vender pra ele e ele não tinha ninguém para comprar dele. Por isso, eu voltei pra casa e disse pra minha família: “Vamos embora daqui; se não, vamos todos acabar morrendo”. Então, nós abandonamos o lugar e fomos morar na cidade de Santarém, mas lá não tínhamos nada para fazer e então nos mudamos para um lugar na Vila Amazonas, no baixo rio Amazonas. Mas, lá tinha tantos mosquitos que foi impossível permanecer, e por isso, depois de quatro anos nós nos mudamos de novo, desta vez para a margem esquerda do rio Tapajós. Estávamos morando lá quando descobrimos sobre esta terra em Acaratinga, que nós compramos em 1990, e viemos pra cá. Aqui é muito bom. Não tem nenhuma doença, nenhum mosquito, a terra é boa, e agora, como meu marido e eu estamos aposentados, temos também um apoio financeiro para ajudar com as despesas. Acho que a única coisa que falta agora é sermos enterrados aqui.*

Esta última mudança da família de Beatriz e Aníbal, para morar em Acaratinga, refletia os laços anteriores estabelecidos com as pessoas das comunidades localizadas na Flona Tapajós, durante as mobilizações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que se iniciaram no final da década de 1970, nas quais os assentados nos projetos de colonização tiveram um papel ativo. Em sua análise sobre esse processo, Leroy (1991) sumarizou os diversos tipos de conflitos de terra que ocorriam simultaneamente entre os vários setores da população rural na região. Ele mostrou que a partir do momento em que eles uniram suas forças, o poder de mobilização tornou-se mais efetivo. As articulações ocorreram, inicialmente, através de reuniões promovidas pela Igreja Católica e, em seguida, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo Leroy (1991, p. 68-69),

[...] embora os colonos das estradas estivessem aparentemente na periferia do movimento nascente, a saga trágica que viviam quase que por si só servia de escola de formação e fazia deles, num segundo momento, atores centrais. Além do mais, encontravam nas semanas catequéticas trabalhadores rurais de outras regiões e começavam, assim, a criar laços importantes para o futuro.

O movimento tornou-se especialmente forte quando, no final da década de 1970, lideranças destes diversificados setores rurais começaram a organizar um movimento de oposição contra a então direção do Sindicato dos Trabalhadores, que era vista como representante da posição governamental e da classe patronal, e não dos trabalhadores rurais. O movimento conhecido como “Corrente Sindical” saiu vitorioso na eleição para o Sindicato, de 1980, tendo sido Geraldo Pastana eleito o seu presidente.

Três anos mais tarde, em 1983, o Sindicato teve nova eleição e Avelino Ganzer, oriundo do Rio Grande do Sul, que chegou à região em 1972 através dos projetos de colonização, foi eleito presidente, assumindo em agosto de 1983, com a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, então um líder sindical que posteriormente se tornaria presidente do Brasil. Contudo, o candidato derrotado à eleição do Sindicato, que segundo Leroy (1991) era associado aos interesses políticos locais, contrários aos dos trabalhadores rurais, havia entrado com um pedido de anulação daquela eleição, alegando irregularidades. Assim, atendendo a estes interesses, em dezembro de 1983 a Justiça acatou a petição para anular as eleições e determinou uma intervenção no Sindicato. Esta intervenção

mobilizou milhares de pessoas da área rural, que não permitiram que o oficial de justiça, escoltado por policiais, entrasse na sede do Sindicato. As pessoas das comunidades da Flona Tapajós estavam muito envolvidas nesse movimento de resistência, como Pedro, da comunidade de Piquiatuba, gostava sempre de, entusiasticamente, recordar:

PEDRO *Você precisava ter visto quando o oficial de justiça chegou com muitos policiais para pegar as chaves e entrar no Sindicato. Nós éramos umas quatro mil pessoas na frente do Sindicato.⁶² Então, o Avelino Ganzer nos perguntava: “Será que eu devo dar as chaves para eles?” Nós respondíamos: “Não, não, não dê as chaves para eles!” Então, nós todos nos juntamos, de braços dados, e começamos a empurrar o oficial e os policiais, que acabaram indo embora correndo. Foi uma grande vitória!*

Este relato da mobilização para garantir os resultados das eleições para o Sindicato ilustra a capacidade organizacional dos diversos setores das comunidades rurais na região do baixo Tapajós, dentre elas as pessoas das comunidades localizadas na Flona Tapajós, que haviam angariado o apoio do Sindicato, para ajudá-las a resistir às tentativas do governo de removê-las das terras que ocupavam. Como Oliver-Smith (1996, p. 79) colocou: “reassentamento significa desenraizar pessoas dos ambientes nos quais a grande maioria de suas atividades significantes ocorriam e sobre as quais se fundamenta todo o entendimento delas acerca da vida”. Desafiando a intenção do governo de removê-las, as comunidades se organizaram num movimento de resistência, que contou com aliados em diversos setores rurais. Tal mobilização assumiu uma dimensão com a qual a administração da reserva era incapaz de lidar.

Desde o início, a estrutura administrativa da Flona Tapajós e, principalmente, a sua equipe de pessoal havia sido muito pequena para gerir de forma adequada todos os abrangentes problemas que surgiram durante a implantação da reserva. O Relatório do IBDF de 1978 já enfatizava que a falta de pessoal estava tornando impossível “proteger a floresta contra o desmatamento” e contra as invasões que ocorriam na área da reserva. Algumas das “invasões” referidas naquele Relatório estavam ocorrendo na área de São Jorge, efetuadas em grande parte por pessoas oriundas do estado do Maranhão. Elas chegaram à área incentivadas, precisamente, pela criação da Flona e as subsequentes tentativas do governo de remover as pessoas que lá se encontravam. Foi

⁶² Leroy (1991) estimou que 1.500 pessoas participaram desta manifestação.

o que explicava Ivanor, uma das lideranças comunitárias de São Jorge, também oriundo do Maranhão:

IVANOR Nós éramos apenas seis famílias morando em São Jorge, quando a Flona Tapajós foi criada. Eu cheguei lá no final da década de 1960. Antes, eu estava trabalhando nos garimpos no alto rio Tapajós, mas, depois de três acidentes de avião, eu desisti da exploração de ouro e decidi comprar um pedaço de terra. Então, logo depois o IBDF chegou para dizer que nós tínhamos que sair. Nós começamos a pensar: o que nós vamos fazer? Sozinhos, nós sabíamos que não teríamos força suficiente para resistir. Por isso nós decidimos ir para o Maranhão e trazer mais pessoas de lá para nos ajudar a defender nossas terras. Assim, nós fomos para o Maranhão e trouxemos dois caminhões cheios de gente.

Em 2003 a comunidade São Jorge contava com mais de trezentas famílias, conhecidas como “maranhenses”, cujo assentamento na região resultou notadamente da inabilidade do IBDF em lidar com os conflitos. Ao longo dos anos pode-se ler nos relatórios da reserva as reclamações da administração com respeito ao número insuficiente de funcionários para lidar com problemas de tais dimensões. Por exemplo, o Relatório de Atividades da DIMAF de 1990 sobre as Florestas Nacionais na Amazônia, afirmava: “Devemos destacar que as grandes dificuldades encontradas no trabalho necessário para a criação, implantação e consolidação das Florestas Nacionais são oriundos da escassez de recursos humanos e financeiros” (DIMAF/IBAMA, 1990, p. 3). Até o início da década de 2000 a situação não havia mudado. Em 2002, quando entrevistei o diretor da Flona Tapajós, Ângelo de Lima Francisco, ele ainda reclamava da falta de pessoal para auxiliá-lo na administração e fiscalização da reserva. Sua equipe contava com apenas quatro funcionários, e nenhum deles tinha formação universitária.⁶³

As condições precárias da estrutura administrativa da Flona Tapajós e a inabilidade para lidar adequadamente com as questões relativas às comunidades ao longo do processo de implantação da reserva influenciaram a decisão de mudar o posicionamento oficial de remoção das pessoas da área. As condições administrativas da Flona eram muito diferentes, por exemplo, daquelas vivenciadas na Reserva

⁶³ Em 2003 o IBAMA contratou mais quatro funcionários com formação de nível médio para trabalhar na Flona Tapajós; todavia, isso era insuficiente para atender às necessidades da administração da reserva.

Biológica Trombetas (Rebio Trombetas), criada nas proximidades da Mineração Rio do Norte em 1979, no mesmo ano em que esta foi inaugurada para a extração em larga escala de bauxita. Foresta (1991, p. 199) observou que,

[...] conforme era a expectativa do IBDF, a reserva Trombetas recebeu apoio financeiro do programa Poloamazônia, possibilitando que a maioria dos caboclos⁶⁴ fosse removida e que grande parte das terras particulares fosse comprada [...] A Reserva Biológica Trombetas tinha uma equipe de dez funcionários em 1986; grande, se comparada aos padrões da Amazônia.

Sem apoio institucional e financeiro suficiente, e lidando com forte resistência das comunidades, a administração da Flona Tapajós não encontrou alternativa senão alterar seu plano inicial de remoção das pessoas para outro que destinasse uma área da reserva para as “comunidades de resistência”. Entretanto, o passo subsequente, necessário à definição da área das comunidades, tornou-se um processo longo e conflituoso que, apesar de alguns avanços, não logrou solução definitiva.

4.3.2 A DEFESA DOS DIREITOS TERRITORIAIS

Enquanto, por um lado, as “comunidades de resistência” conseguiram mobilizar-se e frear as tentativas de deslocamento massivo, forçando o IBDF a rever os limites iniciais da Flona Tapajós, o passo seguinte, que era a definição da área da floresta para uso pelas comunidades, também se tornou assunto fortemente controverso entre elas e os órgãos governamentais. Conforme mencionado, o primeiro levantamento sobre as comunidades, realizado em 1978, recomendara que as quatro áreas com presença de população fossem retiradas dos limites da reserva, incluindo-se entre elas a área das “comunidades de resistência”, localizada ao longo da margem direita do rio Tapajós. Apesar de inicialmente não contemplada, tal recomendação, todavia, foi levada em consideração quando o primeiro Plano de Manejo para a Flona Tapajós foi definido, em 1982.

⁶⁴ Os “caboclos” a que Foresta se refere são aqueles grupos sociais denominados “comunidades remanescentes de quilombos”, conforme visto no capítulo 1. Para uma análise do processo de expulsão dessa população de suas terras pela criação e implantação da Rebio Trombetas, ver Acevedo e Castro (1998).

Naquele ano, o então presidente do IBDF, Mauro Silva Reis, apresentou o primeiro projeto-piloto de manejo florestal, denominado “Programa Tapajós: Pesquisa e Exploração Experimental da Floresta Tropical Úmida” (IBDF/Programa Tapajós, 1982). O Programa Tapajós visava à implantação de um projeto-piloto para exploração de madeira numa área de 136 mil hectares, na Flona Tapajós, com base no “manejo racional da floresta tropical”. Ele era visto como representando uma alternativa para a produção de madeira, a partir de florestas cultivadas de forma homogênea. Fazendo eco aos argumentos em prol de um método “disciplinado” de exploração florestal, o Programa enfatizava que, apesar da produção madeireira na região amazônica ter aumentado,

[...] até agora os métodos utilizados na exploração de madeira têm se caracterizado pelo uso de técnicas rudimentares de extração que têm levado à redução de espécies de valor econômico [...] A extração itinerante por comerciantes autônomos de madeira serrada é ainda acentuada. (IBDF/Programa Tapajós, 1982, p. 15-16).

O Programa enfatizava as excelentes condições existentes para o transporte terrestre e fluvial, viabilizado por uma extensa malha viária e pela melhoria do porto localizado na cidade de Santarém, além da existência de “altas densidades de madeira” na área da Flona Tapajós.

O Plano de Manejo selecionou uma área de 171 mil hectares da Flona, a qual representava aproximadamente 30% da reserva. Destes, 136 mil hectares foram reservados para a gestão madeireira e os 35 mil hectares restantes foram subdivididos em cinco partes, cada uma para um uso diferente: 1) 22 mil hectares para as pessoas das comunidades, 2) 7,5 mil hectares para “floresta não produtiva”, 3) 1 mil hectares para pesquisa, 4) 3,5 mil hectares para “reservas biológicas” e 5) 1 mil hectares para a proteção de mananciais. Na área destinada ao manejo madeireiro, um projeto-piloto seria implantado para servir de modelo para a exploração de madeira na Amazônia, com base nos modernos princípios da silvicultura tropical científica e tendo um “perfil empresarial”. Com uma estrutura administrativa complexa, o projeto-piloto reuniria várias agências, como o IBDF, a EMBRAPA, a SUDAM, além de empresários da iniciativa privada, com o objetivo de explorar mil hectares de floresta anualmente, com início em 1983 ou 1984. Contudo, o projeto-piloto somente seria realmente iniciado no final da década de 1990, numa área bem menor, através da implantação do Projeto ITTO.

Eu não consegui reconstruir toda a dinâmica subjacente ao projeto-piloto original, que visava à exploração de madeira numa área da Flona Tapajós. Em 1984, apenas a CEMEX explorou madeira em uma área de duzentos hectares, mas não encontrei qualquer documentação sobre este projeto de exploração. Possivelmente a ausência de uma legislação específica para as Florestas Nacionais, e de uma regulamentação para a exploração madeireira na reserva, por parte da iniciativa privada, explicassem o longo atraso em se colocar o projeto-piloto em operação.

No entanto, com relação à área destinada às “comunidades de resistência”, os conflitos que surgiram também impediram o desenvolvimento do programa piloto para a exploração madeireira. No texto do Programa Tapajós (IBDF/Programa Tapajós, 1982) não há qualquer informação a respeito de como foi definido o tamanho da área, nem sobre a forma como a terra seria gerenciada, e, em particular, se ela seria colocada fora dos limites da reserva ou não. No que se refere aos objetivos do plano de manejo, o Programa apenas afirmava: “demarcar as áreas atualmente ocupadas, promovendo a regulamentação de títulos de posse de terra” e, no sentido da criação de uma força de trabalho, “dar condições ao engajamento dos moradores da Floresta Nacional do Tapajós em atividades agro-silviculturais”, nas quais se esperava a criação de duzentos novos empregos em atividades florestais.

No dia 9 de maio de 1983, o IBDF fez uma reunião na cidade de Santarém, para informar as “comunidades de resistência” acerca da decisão de lhes destinar uma área da Flona Tapajós. O relatório desta reunião nada diz sobre o tamanho da área que estava sendo definida. Informa apenas que todas as pessoas presentes à reunião “foram unânimes em concordar com a proposta do IBDF” (IBDF; Flona Tapajós, 1983, p. 2). Porém, segundo os representantes das comunidades com quem falei, o IBDF realizara aquela reunião com pessoas das comunidades selecionadas aleatoriamente, que não eram reconhecidas como seus representantes ou lideranças e, portanto, não tinham legitimidade para negociar. De fato, os representantes do IBDF tentaram inicialmente convidar os líderes das comunidades, mas eles se recusaram a participar. Na maioria das entrevistas que realizei com os líderes das comunidades, eu percebi que a recusa deles em negociar com o órgão governamental constituía uma estratégia política de resistência.

Essa reunião foi realizada no mês de maio. No entanto, um mês antes, em abril de 1983, o IBDF já havia contratado o 8º Batalhão de Construção e Engenharia do Comando Militar da Amazônia

(8º BEC)⁶⁵ para demarcar 27,6 mil hectares da Flona Tapajós para destinar às comunidades. Em termos de largura, a área estendia-se por aproximadamente quatro quilômetros, desde a margem do rio Tapajós até o centro da floresta. Esta área, conforme declarava o Relatório do IBDF de 1978, “era constituída de solos arenosos e pobres no tocante aos recursos florestais”. Tais características na formação florestal e constituição dos solos desta área eram bem conhecidas pelas pessoas das comunidades, cujos sistemas de produção para seu sustento e as modalidades de uso da floresta não foram levados em consideração quando ela foi demarcada. Neste sentido, em setembro de 1983, quando pessoas das comunidades se depararam com os trabalhos de demarcação do 8º BEC, elas foram até lá e impediram a sua continuidade. A agitação criada por esta interrupção foi reportada pelo 8º BEC, que informava que “devido ao estado de tensão na área, este Comando está preocupado com a segurança dos oficiais desta Unidade” (8º BEC, of. nº 11/1993/STR). Tendo em vista a resistência das comunidades e as crescentes tensões na área, o contrato entre o IBDF e o 8º BEC foi rescindido no mês seguinte.

De acordo com as pessoas das comunidades, os trabalhos de demarcação foram interrompidos porque a área não era suficiente para atender às suas reais necessidades, como ressaltaram Mário, da comunidade de Piquiatuba, e Pedro, da comunidade de Pedreira:

MÁRIO *Nós não aceitamos a linha de demarcação do IBDF porque nós achamos que ela seria pequena demais. Nós ficaríamos apenas com uma área arenosa e perderíamos a chance de ter terras férteis e uma área com floresta, onde temos o óleo de andiroba, o mogno, o cipó-titica, castanhas, caça...*

PEDRO *Quando o 8º BEC foi contratado para efetuar a demarcação, a área era pequena demais. Não daria mais do que 20 hectares por família. Assim, as comunidades foram lá e pararam a demarcação porque seria uma grande perda para nossas famílias. Se nós aceitássemos apenas 20 hectares por família, como seria daqui a vinte anos? Onde nós iríamos trabalhar?*

A área que o IBDF pretendia destinar às comunidades só levava em consideração as áreas adjacentes às residências das pessoas, não

⁶⁵ Esta era uma das unidades especiais do Exército brasileiro responsáveis pela construção e manutenção da infraestrutura na região amazônica.

contemplando a complexidade dos sistemas de produção, que se baseavam numa multiplicidade de usos dos recursos florestais. Apesar de a maioria das residências permanentes das comunidades se localizar às margens do rio Tapajós, as quais as comunidades denominavam “beira”, as áreas centrais dotadas de floresta, denominadas “mata” ou “áreas de mata”, eram componentes importantes do sistema produtivo das comunidades e do seu universo simbólico. As áreas de mata eram fundamentais para a unidade produtiva familiar, pois forneciam uma parte significativa dos produtos consumidos diariamente, como a caça, frutos, óleos e remédios, além dos recursos florestais necessários à construção e manutenção de casas e embarcações, ou para geração de energia. Nestas áreas de mata, as pessoas das comunidades também estabeleciam as “colônias” ou “sítios”, campos agrícolas que representavam um componente essencial da constituição e da dinâmica da organização social e produtiva familiar.

De modo geral, as colônias constituíam uma unidade de produção familiar com plantações nas áreas mais centrais da floresta, entre quatro a sete quilômetros de distância das margens dos rios. Em algumas comunidades elas se localizavam a uma distância ainda maior, em áreas denominadas de “planalto”, onde os solos eram significativamente mais férteis, em contraste com os solos arenosos encontrados nas áreas de “beira”. As “colônias” normalmente englobavam uma área de cerca de cinco hectares, onde os roçados eram cultivados e manejados para abastecimento da alimentação diária, situando-se no centro das transações econômicas, principalmente, no que diz respeito à produção da “farinha” (de mandioca). Os roçados eram plantados segundo o sistema de rotação de culturas, no qual a área cultivada era deixada em descanso após três anos de uso, sendo depois plantadas outras espécies perenes, especialmente seringueiras, dentre muitas outras variedades. Nas “colônias” eram também construídas as “casas de farinha”, que continham a infraestrutura e os instrumentos para a produção da farinha. As pessoas das comunidades comentavam que no passado as famílias costumavam viver nas “colônias” e nas “áreas de beira”. Ao longo das últimas décadas, todavia, isso mudou e, ultimamente, as pessoas vão todos os dias às “colônias” para trabalhar, retornando no fim do dia as suas casas, localizadas geralmente na “beira”.

Interferindo diretamente no sistema produtivo das comunidades, a área que o IBDF tentava impor a elas impediria o acesso aos solos melhores para a implantação de suas colônias, e também aos recursos

florestais que somente são encontrados nas áreas mais centrais. As áreas de “beira” e a “mata” não são dissociadas, mas se complementam no sistema de produção das comunidades, tanto quanto os rios e lagos, cujos recursos eram manejados de modo a tornar possível uma variedade de estratégias de subsistência, que seguiam normas de reciprocidade e diversos outros regulamentos estabelecidos consensualmente entre os comunitários. Além disso, são as áreas de mata que abrigavam o *Curupira* e o *Mapinguari*, os guardiões da mata, componentes do sistema simbólico das comunidades, juntamente com os seres encantados abrigados pelas águas dos rios, tais como a *cobra-grande* e o *boto*. Com base num sistema complexo de valores, símbolos e crenças, a relação das comunidades com as áreas da *mata* conferia a elas uma distintividade em termos de identidade social. Como Lins e Silva (1980) também observou em seu estudo sobre as comunidades camponesas da região de Santarém, tal distintividade marcava uma diferenciação perante os outros grupos camponeses que se estabeleceram na região, como os oriundos do Sul (gaúchos) ou do Nordeste (cearenses, maranhenses).

Portanto, a área que o IBDF tentava impor às comunidades não só impediria que elas tivessem acesso aos recursos florestais necessários às suas atividades econômicas, mas também teria desestabilizado suas crenças e práticas socioculturais. Em reação à tentativa do IBDF de demarcar uma área que não contemplava seus valores e as formas de usos da floresta, as pessoas das comunidades decidiram, então, elas mesmas demarcar os limites de uma área considerada necessária às suas estratégias de subsistência, de forma a garantir, assim, a manutenção do acesso às terras de florestas. Desta forma, em maio de 1984, todas as 18 “comunidades de resistência” demarcaram conjuntamente uma área que se estendia por dez quilômetros das margens do rio Tapajós até o centro da floresta. Esta linha de demarcação foi denominada **Pico das Comunidades**, em oposição ao **Pico do IBDF**, que o Instituto tentava impor. Pedro explicou como se chegou a esse procedimento:

PEDRO Nós, todas as comunidades, todos juntos, com o apoio do Sindicato, depois de várias reuniões decidimos que tínhamos que demarcar uma área que cobrisse dez quilômetros [da margem do rio Tapajós para o centro da floresta]. Nós fizemos as reuniões aqui em Piquiatuba porque aqui era a comunidade que ficava no local mais central. Tivemos três assembleias grandes, com a participação de mais de duzentas pessoas em cada reunião, para decidir o que iríamos fazer. Nosso pensamento era dez quilômetros, e essa foi a decisão. Então, no mesmo dia, todas

as comunidades começaram a cortar a floresta para demarcar a área e, conforme nós decidimos, quando cada comunidade terminasse a tarefa, nós devíamos dar tiros para o alto com nossas espingardas para que os outros soubessem que o trabalho estava terminado. A demarcação levou três semanas porque o trabalho era muito difícil. Nós fomos para o centro da floresta, onde algumas pessoas faziam acampamentos, outras faziam as medidas e outras começavam a cortar árvores. No sábado, nós voltávamos pra casa, e na segunda nós íamos de volta pra floresta. Nós tínhamos um sentimento forte de resistência. Você precisava ter visto o espírito de resistência que nós tínhamos aqui!

A área demarcada pelas comunidades era de aproximadamente o dobro do tamanho da área que o IBDF havia destinado a elas. A decisão de demarcar sua própria área foi fortemente influenciada pelo processo de demarcação conduzido pelas comunidades da margem esquerda do rio Tapajós, dois anos antes, quando as empresas madeireiras Amazonex Exportadora e Santa Isabel Agroflorestal começaram a explorar madeira em suas terras. Na década de 1980, os dois empreendimentos madeireiros chegaram à região de Santarém e iniciaram a exploração de madeira em áreas de floresta ocupadas por diversas comunidades, as quais não concordaram com aquela exploração. Assim, por meio de forte mobilização, elas conseguiram restringir as pretensões destas duas empresas (LEROY, 1991). Após diversas reuniões de negociação, as pessoas das comunidades fizeram um acordo com os representantes das madeireiras para estabelecer um limite mínimo de 13 quilômetros a partir da margem do rio, onde as empresas poderiam começar a explorar madeira. Tais limites foram materializados através de uma linha limítrofe demarcada pelas pessoas das comunidades, em 1981. O sucesso dessa iniciativa inspirou as comunidades localizadas na Flona Tapajós a adotar estratégia semelhante.

4.3.3 A ECONOMIA MORAL DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA

Estas duas formas de resistência comunitária, a primeira, de um lado do rio, no sentido de evitar a remoção, e a segunda, do outro lado, de restringir a entrada de madeireiros, ambas reivindicando uma área que entendiam ser necessária para suas estratégias de subsistência, representavam parte do mesmo processo de defesa contra as tentativas do

governo de transformar as pessoas das comunidades em trabalhadores assalariados para a incipiente indústria madeireira que se projetava instalar na região. Inicialmente, os esforços no sentido da remoção foram mais radicais, já que o plano original de remover as pessoas da reserva quebraria todos os seus laços a terra, deixando-lhes como única alternativa venderem sua força de trabalho, como assalariados. Apesar de subsequentemente o governo ter retrocedido em relação à total remoção das pessoas, o tamanho da área que o IBDF inicialmente destinara a estas comunidades de resistência teria gerado praticamente o mesmo efeito que uma remoção completa. A destinação de uma área que atendesse apenas parte das necessidades de manutenção dos sistemas produtivos e culturais das comunidades, excluindo o acesso à maioria dos recursos florestais, teria certamente representado uma redução tão drástica nas fontes de renda familiar, que teria forçado as pessoas a procurar fontes alternativas como operários assalariados.

Portanto, mesmo suavizando as tentativas de remoção forçada, a redução das áreas de floresta não evitaria a desintegração do sistema de produção das comunidades, nem tampouco a desintegração das relações sociais complexas que regulam o funcionamento de tal sistema. Apesar da base da organização social e produtiva das comunidades terem como fundamento o núcleo familiar, tais núcleos não constituíam um grupo fechado, autolimitado. Ao contrário, através do calendário anual de atividades agrícolas, as famílias mantinham um padrão de cooperação mútua para o desenvolvimento de atividades como a capina e a queima de áreas de floresta para o plantio de lavouras (roçados). Era através destas relações recíprocas que as comunidades criavam e mantinham sua unidade social e estabeleciam o padrão de uso da terra, no qual os recursos da floresta e da terra não eram entendidos como objetos de apropriação individual, mas regulados por normas que asseguravam o uso comum. A desestruturação do sistema de produção que aconteceria se as famílias fossem realocadas para a área proposta pelo IBDF, iria inevitavelmente causar uma ruptura também nessas relações de reciprocidade que mantinham os laços de união e relação social das comunidades.

Além disso, sem o acesso e o controle sobre as “áreas de mata”, não apenas seriam afetadas as fontes de renda das comunidades, mas também a autonomia delas em relação às suas organizações territoriais e socioculturais. A defesa da terra era também um ato em defesa das relações sociais e espaciais que historicamente haviam determinado a

ocupação do território. Conforme destacou Oliver-Smith (1996, p. 96) em sua análise sobre a significância da resistência contra as remoções forçadas, as “vozes” que questionam o modelo de desenvolvimento da sociedade moderna “insistem no sentido de que território não consiste apenas de recursos, mas é também a base de um meio de vida particular, que as pessoas têm o direito de manter”.

Esta perspectiva traz à tona a discussão de Scott (1984) acerca da economia moral subjacente às organizações sociais e políticas camponesas, através da qual o autor analisou a natureza da “dinamite social”, que teria levado à eclosão de muitas revoltas camponesas. Com foco nas rebeliões no Sul da Ásia, o autor lançou luz sobre os princípios morais que orientam o comportamento social do camponês e suas objeções à ordem política dominante, capaz de suscitar levantes armados. Fundamentado na premissa de que os camponeses moldam sua vida econômica de modo a garantir “primeiramente a segurança de sua subsistência”, Scott discute a subsistência camponesa como uma reivindicação moral, governada por normas de reciprocidade. Segundo ele, com base na noção de que todo serviço recebido, solicitado ou não, demanda uma recompensa, os camponeses constroem seus relacionamentos, firmes na compreensão de que a subsistência é um direito social inalienável. Esta compreensão possibilita aos camponeses os critérios para avaliar as noções de justiça e legitimidade nas relações estabelecidas entre seus pares, com os “patrões”, ou com o Estado. Justiça e legitimidade serão, assim, “contingentes ao desempenho na obrigação para a qual se tornou responsável” (SCOTT, 1984, p. 181). O desrespeito a estas obrigações, a violação das regras de reciprocidade que garantem a subsistência camponesa, era, assim, o ponto de ruptura para a geração e justificação dos levantes. Não é de surpreender, portanto, que o sistema asiático de taxaço, imposto pelo poder colonial sobre os camponeses, foi com frequência o principal combustível, a *dinamite* que detonou as históricas rebeliões camponesas. Originado numa racionalidade colonial que ignorava os princípios de reciprocidade, os quais asseguravam a efetividade da noção básica de “segurança-primeira” dos camponeses, o sistema de taxaço recorrentemente ameaçava os direitos de subsistência, especialmente durante os períodos de escassez.

Conforme Scott (1984, p. VII) esclareceu no prefácio do livro, sua análise sobre a economia moral das rebeliões asiáticas tinha por objetivo demonstrar que “o problema relativo à exploração e à rebelião

não era apenas uma querela sobre calorias ou renda, mas uma questão de concepção camponesa de justiça social, de direitos e obrigações, de reciprocidade”. Uma ideia similar foi também discutida por E. P. Thompson (1971) em seu trabalho intitulado *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*, no qual afirmou que as rebeliões populares ocorrem em função de princípios morais, e não apenas como uma “resposta direta, espasmódica e irracional à fome”, tal como os economistas ordinariamente argumentavam (THOMPSON, 1971, p. 136). Em ambos os casos, os autores demonstraram que padrões de valores morais e éticos subsidiavam as noções de direitos, justiça, e ‘preços razoáveis’, subjacentes às insurreições populares. A violação a tais valores morais “era normalmente a ocasião para a ação imediata” (THOMPSON, 1971, p. 79).

Este ponto de vista pode também ser adotado para o entendimento das ações políticas empreendidas pelas comunidades localizadas na Flona Tapajós, em defesa das terras que garantiam seus meios básicos de vida. Contudo, a subsistência não implicava apenas na obtenção dos recursos materiais, mas na manutenção de um sistema complexo de relações sociais e simbólicas subjacentes. As tentativas do governo, tanto no sentido da remoção forçada das pessoas quanto para destinar-lhes uma área menor, teriam não apenas impossibilitado a reprodução dos meios materiais para a subsistência comunitária, mas também inviabilizado um sistema de valores e de formas de organização social que promoviam e sustentavam as suas estratégias de subsistência. A resistência estruturada pelas comunidades não visava apenas garantir sua residência na área, mas também, como Oliver-Smith (1996, p. 96) ressaltaria sobre esses movimentos, garantir “um modo particular de vida”.

Enquanto as “comunidades de resistência” demarcaram uma área que lhes garantia acesso aos recursos florestais, o IBDF, por seu lado, não reconheceu a área reivindicada por elas. Mesmo mais tarde, o próprio IBAMA por muito tempo negou-se a aceitar a área por elas demandada. Assim, durante um longo período, as “comunidades de resistência” conseguiram assegurar direitos extraoficiais em relação à área demarcada por elas, embora sem deixar de serem marcados por um processo constante de disputas e suspeições. Contudo, para as comunidades, a relação com o território nunca mais seria a mesma, pois passava a requerer um posicionamento de vigilância constante e de novas estratégias para que mantivessem um relativo controle sobre suas terras.

4.3.4 DISPUTAS CONTÍNUAS POR TERRITÓRIO E RECURSOS

No contexto das disputas que foram constituindo as relações entre as comunidades e o IBDF, havia constantes reclamações sobre as restrições ao acesso e à exploração dos recursos florestais e aquáticos impostas pelo órgão governamental. Uma dessas restrições dizia respeito à proibição da caça. Em 1996, quando realizei pela primeira vez um levantamento junto às comunidades, o tema era praticamente um tabu. Ninguém queria falar sobre caça, e quando o faziam, as pessoas comentavam de forma irônica. Respondendo sobre a prática da caça eles normalmente diziam: “Nós não caçamos. É proibido”. Em 1993, o relatório do primeiro levantamento socioeconômico realizado pelo, já então, IBAMA, entre as comunidades localizadas na Flona, afirmava que apesar das pessoas das comunidades negarem que caçavam, diversos ossos de animais foram vistos em volta das casas. O relatório também mencionava que as pessoas negavam-se a falar sobre o assunto porque tinham medo das sanções do IBAMA (SANTOS, 1993).

Outra reclamação daquelas pessoas dizia respeito à proibição de se cultivar *roçados* em áreas de floresta com mais de vinte anos de idade. A restrição ao cultivo nestas áreas afetava, principalmente, o estabelecimento de *colônias* ou *sítios*, os quais eram implantados nas áreas mais centrais da floresta. Muitas famílias que moravam nestas áreas tiveram que se mudar para as áreas de *beira*, como aconteceu com a família de Clara, da comunidade de Piquiatuba.

EDVIGES Por que vocês saíram da *colônia*?

CLARA *Nós morávamos lá na mata, no pé do morro, atrás do Vai-quem-quer, onde, naquela época, ninguém morava. Então, quando foi criada a Flona, eles [os funcionários do IBDF] foram lá em minha casa e disseram que nós tínhamos que sair. Eu não lembro direito o nome do homem que foi lá. Mas ele disse que nós tínhamos que sair, que nós poderíamos ir morar em Piquiatuba, em Pedreira. Nós poderíamos escolher. Eles ainda prometeram pagar uma indenização, e disseram que se nós não concordássemos em sair, eles iam nos tirar daqui de qualquer forma. Eles disseram também que nós não poderíamos mais cortar as árvores maiores, que nós só poderíamos plantar os roçados nas capoeiras.*⁶⁶ Eu não

⁶⁶ *Capoeira* é o nome dado à vegetação que começa a crescer depois que as áreas do *roçado* deixam de ser cultivadas. Geralmente é considerada capoeira a vegetação com menos de trinta anos de idade.

queria sair porque eu não era acostumada a morar no meio da vila. Eu gosto de criar minhas galinhas no quintal, mas, na vila, elas vão para os quintais dos vizinhos; e as crianças também vão para as casas dos vizinhos e mexem em coisas que não nos pertencem. Eu prefiro mais distância, mas nós tivemos que sair; mas eu ainda tenho uma área de seringueira lá. Daí, meu marido e eu viemos para Piquiatuba pedir um local para construir nossa casa. Eu nunca ouvi nada sobre a compensação que eles prometeram pagar.

Uma declaração feita por Lauro, também ilustra a posição do IBDF:

LAURO *Era uma época quando o IBDF disse que as pessoas que tinham moradias localizadas a menos de sete quilômetros, onde elas trabalhavam, e tinham seus pomares, onde os sítios tinham sido feitos, teriam indenização. Por isso, muitos de nós paramos de trabalhar naquela área que a gente chama de planalto. Mas, foi uma maldade do IBDF, porque nós nunca recebemos essa indenização; foi só uma promessa. Agora as pessoas ficam somente na beira, onde a terra é pobre, só tem areia e muita saúva, e a produção é mínima.*

Quando eu realizava o levantamento em 1996, entrevistei Sebastião Santos da Silva, então diretor da Flona Tapajós, e havia sido assistente do diretor anterior. Quando lhe perguntei sobre essas proibições, ele explicou que o que havia “não era proibição, mas uma orientação” em relação às áreas que poderiam ser cultivadas. Naquela época, a Flona Tapajós ainda não possuía uma regulamentação oficial específica definindo as atividades que poderiam ser desenvolvidas na área da reserva. As restrições que o IBDF estava impondo às comunidades baseavam-se nas orientações gerais, delineadas no Código Florestal de 1967, e claramente indicavam no sentido de limitar o acesso das pessoas à área que o Instituto havia tentado demarcar inicialmente, onde os recursos madeireiros eram escassos, e os solos arenosos não permitiam a exploração mecanizada.

As conceituações conflitantes entre as das comunidades e as do órgão governamental, relativas aos recursos florestais, são evocativas daquelas encontradas por Peluso em sua análise sobre as florestas de Java, onde observou que “o uso da força repressiva tem um efeito diferenciado sobre os trabalhadores que extraem recursos para o Estado, do que tem sobre os habitantes do meio rural, que extraem *ilegalmente* os produtos para seu próprio uso” (PELUSO, 1992, p. 11, grifo do autor).

Peluso entende o crescente uso da força de repressão para o exercício do controle social e dos recursos como indicativo do declínio de poder e autoridade do Estado perante a resistência das pessoas. Nesse sentido, a autora assinala que “a repressão não é um fim em si mesmo, mas parte de um processo desencadeado no qual um dos lados busca o controle sobre os recursos reclamados pelo outro” (PELUSO, 1992, p. 11). Apesar das restrições de acesso aos recursos florestais, ou da “orientação”, nas palavras de um ex-diretor da Flona Tapajós, terem sido impostas pela administração da reserva, houve dificuldade em exercê-las, devido à contínua carência de pessoal para fiscalizar a área. Isso permitiu que as comunidades desconsiderassem muitas das intervenções governamentais e, até certo ponto, mantivessem em segredo suas atividades nas áreas de floresta.⁶⁷

As disputas pelo acesso a estas áreas de floresta foram mais uma vez reanimadas quando o governo tentou implantar o projeto denominado “Manejo da Floresta Nacional do Tapajós para Produção Sustentada de Madeira Industrial” (HERNANDEZ FILHO et al., 1993). Mais comumente conhecido como “Projeto ITTO”, ele foi elaborado em 1989, quando o IBDF estava em processo de substituição pelo IBAMA. Vislumbrando a exploração de madeira numa área de cinco mil hectares na Flona Tapajós, a proposta do Projeto ITTO envolvia diversos órgãos governamentais, multilaterais e não governamentais. Contando com o apoio financeiro da agência britânica Overseas Development Agency (ODA),⁶⁸ o Projeto ITTO resultou de um esforço conjunto por parte do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), e da própria agência ITTO (International Tropical Timber Organization), com a colaboração da EMBRAPA/CPATU,⁶⁹ da UFPA/FCAP⁷⁰ e da SUDAM.

⁶⁷ As dificuldades que o IBDF enfrentou para fiscalizar a área da reserva refletiram-se também em outros setores, como na região do entorno da comunidade de São Jorge, especialmente por causa da expansão das fazendas de gado, por parte de empreendedores de Santarém. A expansão de tais fazendas começou a intensificar-se a partir de meados da década de 1980, respondendo por uma vasta área desmatada no centro da reserva, a qual a direção da reserva nunca conseguiu deter.

⁶⁸ A contribuição da Inglaterra foi de £1.096.500 ao longo de cinco anos, correspondendo à metade da contribuição por parte do governo brasileiro (SYNNOT, 1991).

⁶⁹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Centro de Pesquisa do Trópico Úmido (CPATU) – instituição brasileira para a pesquisa em agricultura.

⁷⁰ Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP).

O Projeto ITTO significava mais uma tentativa de dar continuidade ao primeiro Plano de Manejo para a Flona Tapajós, cuja versão fora elaborada em 1982, com o propósito de explorar madeira numa área de mais de cem mil hectares, mas que ainda não tinha saído do papel. Com base naquela proposta inicial de manejo, o Projeto ITTO deveria ser primeiramente implantado numa área menor, englobando apenas cinco mil hectares, os quais, no entanto, sobrepujam-se em aproximadamente 25% à área reivindicada pelas comunidades. As pessoas das comunidades só tomaram conhecimento sobre o projeto em 1990, quando, por acaso, algumas delas se encontraram com pesquisadores florestais em campo, que realizavam levantamentos para a identificação das espécies arbóreas. E, da mesma forma que paralisaram os trabalhos de demarcação que estavam sendo efetuados pelo 8º BEC em 1982, as “comunidades de resistência” outra vez impediram o andamento dos trabalhos de pesquisa relacionados ao Projeto ITTO. A reação e mobilização das comunidades preocuparam a agência financiadora inglesa, a qual, temendo as repercussões negativas que tal conflito pudesse surtir na Europa, exigiu que a resolução das disputas pela terra, no âmbito das comunidades, fosse primeira e prioritariamente concluída. Essa nova situação criou, pela primeira vez, a oportunidade para um processo de negociação entre as comunidades e o órgão governamental (nesta época já como IBAMA), visando a elaboração conjunta de um acordo sobre a ocupação e a permanência na terra pelas comunidades.

Tal processo iniciou-se em um encontro ocorrido no mês de abril de 1992, no qual participaram representantes das comunidades, do IBAMA e de organizações não governamentais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Projeto Saúde e Alegria (PSA), além de outros órgãos do governo municipal e federal. Nesse primeiro encontro os participantes decidiram criar um “grupo de trabalho” que incluísse representantes de todas as comunidades e dos órgãos governamentais e não governamentais que mantinham relação direta com a Flona. O grupo foi denominado Grupo de Trabalho da Flona Tapajós (GT Flona Tapajós), reconhecido oficialmente pelo Decreto Municipal nº 18, de 3 de abril de 1992, do prefeito de Santarém.

Em abril de 1992 o GT Flona Tapajós organizou um encontro de dez dias para definição do tamanho da área destinada às comunidades. Nesse encontro, representantes das comunidades propuseram a demarcação de uma área de cem hectares por família, mas os representantes do IBAMA não concordaram. Em virtude das

divergências, o Grupo de Trabalho decidiu que deveria ser realizado um estudo socioeconômico que subsidiasse a definição da área a ser destinada às comunidades. Além do levantamento socioeconômico, o GT também decidiu realizar uma consulta com todos os membros das comunidades, a respeito de qual deveria ser o *status* legal daquela área. Três propostas foram apresentadas: 1) uma área excluída da Flona Tapajós, 2) uma área localizada fora da Flona Tapajós e transformada em Área de Proteção Ambiental (APA),⁷¹ ou 3) uma área que permaneceria como parte da Flona, mas sobre a qual as famílias teriam permissão de uso.

Sob a coordenação de Ciomara Santos, socióloga do IBAMA, o Grupo de Trabalho efetuou o levantamento socioeconômico no ano seguinte, entre os dias 6 e 29 de junho de 1993. Segundo o relatório final, seria destinada às comunidades uma área de 60.376 hectares, o que, de fato, coincidia com a área reivindicada por elas, que já haviam demarcado nove anos antes. Após a realização do levantamento, o GT iniciou o processo de consulta às pessoas das comunidades para decidir entre as três propostas sobre o *status* legal da área. Porém, apesar deste processo ter começado em 1993, a discussão sobre a posição das comunidades foi adiada até fevereiro de 1996, quando se iniciou o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (PROMANEJO-PP/G7), tema que será discutido no próximo capítulo.

A longa demora em se alcançar uma solução para os conflitos em torno da posse e regularização das terras das comunidades deveu-se especialmente às disputas pelo acesso e controle sobre os recursos florestais madeireiros. Para o órgão governamental, aceitar a área reivindicada pelas comunidades teria representado uma perda expressiva da única área da Flona Tapajós onde se encontravam os recursos madeireiros, e, por conseguinte, onde o Projeto ITTO seria executado. Para as comunidades, a área proposta pelo governo teria significado uma drástica redução em seu território, que afetaria não apenas suas fontes de renda, mas também suas formas de organização social e espacial, assim como a autonomia que possuíam sobre seus territórios. De cada lado, com fortes razões para a defesa de suas posições, comunidades e governo permaneciam irredutíveis em seus respectivos pontos de vista.

⁷¹ Área de Proteção Ambiental (APA) referia-se a uma categoria de Unidade de Conservação do SNUC, pertencente à subcategoria Unidades de Uso Direto.

O IBAMA, contudo, começou a ser pressionado pelas agências multilaterais que financiavam o Projeto ITTO. Elas estavam preocupadas com a forma pela qual os conflitos com as comunidades, girando precisamente em torno do controverso projeto de exploração de madeira, pudessem ecoar no âmbito do movimento ambientalista global. Regionalmente, as comunidades já haviam se articulado com as organizações ambientais de base surgidas na década de 1980, tal como o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA). Em 1993, diversas organizações sociais e ambientais não governamentais, sediadas em Santarém, publicaram um documento expressando posição contrária ao Projeto ITTO, pois este estaria desconsiderando os interesses das comunidades em favor de grandes empreendimentos madeireiros privados. O documento também reclamava da falta de transparência e de responsabilidade técnica e fiscal com relação ao Projeto. Apesar de o Projeto prever um “Comitê Consultivo” integrado por organizações locais, para prestar aconselhamento, estas organizações não haviam sido sequer contatadas, e muitas nem mesmo sabiam da existência do Projeto. O documento concluía posicionando-se contrariamente a continuidade das atividades do Projeto ITTO, as quais deveriam ser paralisadas até que as questões relacionadas às terras fossem definidas e um estudo de impacto socioambiental efetuado.

A articulação das comunidades, que começou com setores mais amplos da sociedade civil, principalmente com aqueles engajados nas questões ambientais, deu uma nova dimensão à mobilização política comunitária. Essa associação das comunidades com o movimento ambientalista refletia uma mobilização mais ampla, que começava a ocorrer em toda a Amazônia a partir de meados da década de 1980, quando surgiram evidências de que a obliteração da floresta poderia ser inevitável, e muito mais rápida do que se imaginava inicialmente. Vivia-se então a denominada “década da destruição”. Por outro lado, aquele também constituiu um momento importante para a Amazônia, cujo acelerado processo de desmatamento e conflitos pela terra, causados pelas políticas desenvolvimentistas implantadas pelos governos militares a partir do início da década de 1970, fomentaram a articulação e a construção de alianças entre organizações sociais e ambientais, as quais culminaram com a criação da “Aliança dos Povos da Floresta”⁷²

⁷² Para uma lista das diversas organizações governamentais e não governamentais envolvidas em questões sociais e ambientais na Amazônia a partir da década de 1980, cf. Arnt e Schwartzman (1992).

Esta Aliança lançou uma campanha internacional na qual se atribuía a culpa pela catástrofe social e ambiental na Amazônia aos empreendimentos do grande capital, que lá se instalou desde a década de 1970, mas também às agências multilaterais, como o Banco Mundial (BM), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financiavam os empreendimentos causadores de tais desastres ecológicos e conflitos sociais. Desta forma, ela conseguiu chamar a atenção destas agências para as questões relacionadas aos planos de desenvolvimento, como aconteceu com a pavimentação da Rodovia BR-364, no Oeste da Amazônia. Pressionado pela mobilização internacional, o BID condicionou o apoio financeiro à pavimentação da Rodovia BR-364 (no trecho Porto Velho-Rio Branco), à execução, pelo governo brasileiro, de um programa de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas, com a finalidade de mitigar os impactos sociais e ambientais causados pela rodovia (SCHMINK; WOOD, 1992).

Neste contexto, a mobilização das comunidades na Flona Tapajós, que começara a ter uma dimensão ampliada, também chamou a atenção das agências internacionais envolvidas na implantação do Projeto ITTO. Esta posição foi logo em seguida reforçada com a elaboração inicial, em 1994, do PROMANEJO, o qual determinou que os conflitos fundiários com as comunidades deveriam ser solucionados previamente, como condição para a liberação dos recursos para a implantação do Projeto, conforme se verá no próximo capítulo.

Capítulo 5

Populações tradicionais e as Florestas Nacionais

5.1 INTRODUÇÃO

No ano 2000, quando fui a campo para um rápido levantamento de informações preliminares, com o objetivo de elaborar o meu projeto de pesquisa de doutorado, observei pela primeira vez a existência de dois novos movimentos de identificação social emergindo das comunidades: um deles, de identificação como “populações tradicionais”; e o outro, de identificação como “índios Munduruku”, no caso da comunidade de Taquara. Não obstante a ocorrência dessas formas de identificação social terem começado no final da década de 1990, elas estavam associadas aos eventos mais expressivos relacionados às políticas para as reservas ambientais das décadas anteriores. Em meados da década de 1980 a floresta amazônica começou a chamar a atenção do movimento ambientalista internacional, em virtude do acelerado processo de desmatamento que ocorria na região, o qual era atribuído ao modelo de desenvolvimento econômico implantado desde o final da década de 1960. As políticas de desenvolvimento do governo eram responsabilizadas pela promoção de uma catástrofe ecológica irreversível, pondo em risco de extermínio o último remanescente de floresta tropical, 33% da qual se localizava no Brasil. As imagens de satélite LANDSAT publicadas pelo INPE em 1987 mostravam os incêndios que queimavam a floresta amazônica numa escala jamais registrada na história da região (ANDERSON, 1990a). As catastróficas hipóteses sobre os efeitos em âmbito global, que tal desmatamento poderia causar, em termos de redução de biodiversidade e de

desequilíbrio climático, colocaram a Amazônia no centro do debate internacional sobre o meio ambiente, mobilizando instituições acadêmicas, movimentos de base, governos, agências multilaterais e a imprensa em todo o mundo.

Concomitantemente, diversos movimentos sociais de base espalhavam-se por toda a região amazônica em reação ao acentuado processo de espoliação territorial e à degradação dos recursos naturais promovida pelo avanço das forças econômicas. A luta pela defesa de territórios das populações nativas e da integridade dos recursos encontrou forte empatia com o movimento ambientalista, fornecendo a fundamentação para uma expressiva parceria na mobilização para assegurar, simultaneamente, direitos sociais e a manutenção de recursos florestais na Amazônia. Campanhas tais como aquelas relacionadas aos indígenas Yanomami (ALBERT, 1992), ou o movimento das populações seringueiras no Acre, propondo a criação das reservas extrativistas (ALLEGRETTI, 2002), representaram parte desta mobilização que se pôs em marcha em defesa de territórios nativos associada à defesa da floresta amazônica.

Juntos, agendas sociais e ambientais encontraram-se sob um terreno comum, com vozes internacionalmente significativas clamando contra as desastrosas políticas governamentais em relação aos segmentos sociais e ambientais, e tornando, deste modo, a preservação da floresta amazônica o centro das preocupações internacionais. Conforme observou Hurrell (1992, p. 414),

o impacto político da mobilização social na Amazônia foi muito mais resultante desses laços transnacionais e de sua contribuição para a campanha internacional contra as políticas governamentais brasileiras, do que da pressão direta sobre o governo em Brasília.

A campanha para deter a alarmante degradação ambiental na Amazônia ganhou força após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes no mês de dezembro de 1988, obtendo expressiva cobertura na mídia internacional, que o descreveu como o “herói em defesa da floresta” (ALLEGRETTI, 2002). O assassinato dele, que também foi ganhador do prêmio Global 500 das Nações Unidas, gerou comoção e ainda mais protestos internacionais e, conseqüentemente, pressões sobre o governo brasileiro para conter o ritmo de degradação ambiental na Amazônia.

Neste contexto de atenção internacional sobre a Amazônia, surgiram respostas tanto interna quanto externamente. No âmbito interno, o governo brasileiro lançou o Programa Nossa Natureza, caracterizando o que Schminck e Wood (1992) denominaram de a “geopolítica do verde”. Externamente, a comunidade internacional lançou o Programa Piloto PPG-7, que foi anunciado na reunião de cúpula das Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992, a ECO-92. Os dois programas viriam afetar diretamente as políticas para as Florestas Nacionais, no que diz respeito às pessoas das comunidades, e influenciaram de forma decisiva o processo de negociação que estava em curso na Flona Tapajós, em relação à regularização fundiária das terras das comunidades e à incorporação da categoria “povos tradicionais” no programa da reserva. O presente capítulo tem o foco sobre este processo que foi definidor das novas políticas para tratar com os territórios das comunidades locais e a apropriação dos recursos florestais, ao mesmo tempo que promoveu uma reconceituação das identidades sociais daquelas comunidades.

5.2 OS ANOS VERDES: AS AGENDAS SOCIAL E CONSERVACIONISTA DA AMAZÔNIA

Depois da “década da destruição”, e de muita pressão internacional, um conjunto de programas e dispositivos legais relacionados com as questões ambientais começa a ser elaborado e posto em operação pelo governo brasileiro. O Programa Nossa Natureza, lançado pelo governo de José Sarney (1985-1990), constituiu uma primeira resposta às críticas que recebia por estar ajudando a promover a destruição da Amazônia. No entanto, antes que resultante de mudanças de preocupações e comprometimento com as agendas ambientais e sociais, o Programa Nossa Natureza revelou-se manipulador de suas reivindicações para assegurar interesses de empresas mineradoras. Em seguida, medidas mais impactantes de defesa da floresta amazônica são exigidas e financiadas pelos sete países mais ricos, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1992 (ECO/RIO 92, quando foi lançado o Programa Piloto para a Conservação da Floresta Brasileira do G-7). Esse contexto e o Programa favorecerão uma nova situação para os conflitos e negociações entre as populações na Flona Tapajós.

5.2.1 O PROGRAMA NOSSA NATUREZA E AS AGENDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Ao final da década de 1980, em resposta às crescentes pressões internacionais, o governo brasileiro, cujo comando retornara a um presidente civil, na chamada Nova República, começou a implantar diversas medidas relativas à política ambiental, as quais possuíam características marcadamente nacionalistas. Barretto Filho (2001) observou que a reação nacionalista do governo do presidente Sarney, expressa tanto interna quanto externamente, seguia e reforçava a posição do governo brasileiro à época da Conferência de Estocolmo das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972, quando defendeu que os países em desenvolvimento não deveriam ser obrigados a sacrificar o seu desenvolvimento econômico, em função das questões ambientais. Adiantando-se ao contra-ataque, o governo brasileiro lançava suspeitas de que países “desenvolvidos” estavam usando a conservação ambiental para reprimir o desenvolvimento brasileiro, além de estarem interessados em tomar posse da região amazônica. Internacionalmente, tal postura do governo manifestou-se na recusa do presidente Sarney em participar da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre proteção atmosférica global, ocorrida em 1989, bem como na postura da delegação brasileira presente a tal conferência, que rejeitou a inserção de qualquer referência à Amazônia no relatório final. O governo brasileiro contestou ainda a proposta do presidente da França, François Mitterand, no sentido de fortalecer o poder das Nações Unidas de intervir em questões relativas ao meio ambiente.⁷³

⁷³ A reação nacionalista contra uma suposta intervenção internacional na região amazônica também teve eco no Congresso Nacional brasileiro, que deu combustível ao debate em torno da “internacionalização da Amazônia”. Em 1988, congressistas representando os interesses do governo organizaram a segunda Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ameaça de internacionalização da região amazônica. Esta CPI, que foi chamada de “CPI da Internacionalização da Amazônia”, centrou o foco tanto nos movimentos nativos locais como nos movimentos ambientalistas internacionais, os quais foram acusados de orquestrar uma campanha pela limitação da soberania brasileira sobre a região amazônica. Dois anos antes, em 1986, quando o Congresso esboçava a nova Constituição Brasileira, aprovada em 1988, a Câmara de Deputados já havia criado uma CPI para investigar as mesmas supostas ameaças de uma “internacionalização da Amazônia”, a qual ficou conhecida como a “CPI do CIMI” (Conselho Indigenista Missionário), organização católica que dava apoio ao movimento indigenista. Na realidade, tal CPI revelava as tentativas de reprimir os direitos relativos às terras indígenas que estavam, à época, em discussão na Assembleia Constituinte.

Enquanto procurava reduzir as pressões internacionais contraindo com argumentos nacionalistas, o governo Sarney lançou, em 1988, um novo plano ambiental denominado Programa para a Defesa do Complexo Ecossistema da Amazônia Legal, reduzidamente conhecido como Programa Nossa Natureza (Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988). Englobando uma série de ações a serem executadas em diversas frentes, o Programa Nossa Natureza definia como seu principal objetivo o estabelecimento de

[...] condições para a utilização e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal, que serão implantadas através de esforços concentrados entre todos os órgãos governamentais com a cooperação de outros segmentos da sociedade envolvidos com a preservação do meio ambiente. (PNN, 1989, p. 2).

Sendo parte das estratégias geopolíticas mais amplas destinadas a assegurar a ocupação militar e econômica na região de fronteira da Amazônia, o Programa Nossa Natureza foi subdividido em seis Grupos de Trabalho Interministeriais, cujas atividades eram coordenadas pela Secretaria Especial de Defesa Nacional (SADEN), sob o comando do general Rubens Bayma Denis, que foi o ministro-chefe do Gabinete Militar durante os cinco anos do governo Sarney e também era o ex-secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (que foi substituído pela SADEN).⁷⁴

Um daqueles Grupos de Trabalho, o VI Grupo de Trabalho sobre Proteção Ambiental, Comunidades Indígenas e Produtores Extrativistas, tinha como objetivo a promoção de medidas “para disciplinar a ocupação e a exploração racional da Amazônia Legal, com base num ordenamento territorial” (PNN, 1989, p. 5). Tais medidas incluíam um Zoneamento Ecológico Econômico de determinadas áreas na Amazônia e a solicitação

⁷⁴ Durante o governo do presidente José Sarney, o general Rubens Bayma Denis foi ministro-chefe do Gabinete Militar, e cumulativamente assumiu o cargo de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, posteriormente transformado em secretário de Assessoramento da Defesa Nacional, até o final do governo Sarney, em 15 de março de 1990. Nesse período, formulou e coordenou a execução de vários programas considerados de interesse estratégico, dos quais se destacam: Projeto Calha Norte; Projeto de Fortalecimento da Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO); Programa Nossa Natureza, que reformulou a política ambiental brasileira e criou o IBAMA, além do Programa Nuclear Brasileiro e da reformulação da política nuclear brasileira.

de recursos financeiros internacionais através de cooperação bilateral. Schmink e Wood (1992, p. 124, grifo dos autores) observaram que

[...] este aspecto do Programa Nossa Natureza e de outras políticas militares adotadas no final da década de 1980 se baseou em uma concepção de “reservas” estratégicas. A abordagem do zoneamento com base em “expropriações ecológicas” permitiu que territórios inteiros fossem postos sob o controle militar, enquanto ostensivamente satisfaziam grupos de pressão ambiental.

No contexto do Programa Nossa Natureza o governo Sarney reestruturou diversos órgãos governamentais relacionados com assuntos ambientais. Essa reestruturação incluiu a substituição do IBDF pelo IBAMA, que foi criado no dia 22 de fevereiro de 1989 (Lei nº 7.735), e ficou diretamente subordinado à Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República. Além do IBDF, o IBAMA também assumiu as responsabilidades de outros órgãos ambientais, como a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA). No mesmo ano, em 1989, o IBAMA contratou a FUNATURA, uma ONG sediada em Brasília (DF), para esboçar uma primeira proposta de reestruturação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Contudo, como veremos adiante, foi somente no ano 2000, depois de uma década de discussões, que o SNUC foi oficialmente sancionado por lei (Lei nº 9.985).

Foi durante este período que Barretto Filho (2001) identificou o que ele denominou de a “quarta geração” de reservas de proteção integral no Brasil. Estas incluíam, inicialmente, cinco parques nacionais e quatro reservas biológicas, todos criados pelo governo federal em 1989. Dentre essas, no entanto, havia apenas dois parques nacionais criados na região amazônica, o Parque Nacional da Serra do Divisor e o Parque Nacional do Monte Roraima. Ambos localizavam-se, respectivamente, nos limites internacionais dos estados do Acre e de Roraima, e representavam 84% das áreas de parques nacionais criados entre 1986 e 1989 no Brasil. Enquanto, por um lado, o governo Sarney estabelecia poucas reservas de proteção integral na Amazônia, por outro lado, criava diversas reservas de uso direto, aí incluídas as florestas nacionais. Como se observa na Tabela 5.1, durante os anos de 1988 a 1990, foram criadas 23 florestas nacionais, sendo 21 na região amazônica. Antes do estabelecimento destas florestas nacionais, apenas

outras três haviam sido criadas: a Flona Caxiuanã, em 1961, no estado do Amazonas, a Flona Tapajós, em 1974, no estado do Pará, e a Flona Jamari, em 1984, no estado de Rondônia.

Tabela 5.1 – Florestas Nacionais criadas na região amazônica até o ano de 2001

FLORESTA NACIONAL	ESTADO	EXTENSÃO (HA)	DECRETO (Nº)	DATA
Altamira	PA	689.012	2.483	02/02/1998
Amapá	AP	412.000	96.630	10/04/1989
Amazonas	AM	1.573.000	97.546	01/03/1989
Bom Futuro	RO	280.000	96.187	21/06/1988
Carajás	PA	411.948	2.486	02/02/1998
Caxiuanã	PA	200.000	239	28/11/1961
Cubate	AM	416.532	99.105	09/03/1990
Cuiari	AM	109.518	99.109	09/03/1990
Humaitá	AM	468.790	2.485	02/02/1998
Içana	AM	200.561	99.110	09/03/1990
Içana Aiari	AM	491.400	99.108	09/03/1990
Itacaiúnas	PA	141.400	2.480	02/02/1998
Itaituba I	PA	220.034	2.481	02/02/1998
Itaituba II	PA	440.500	2.482	02/02/1998
Jamari	RO	215.000	90.224	25/09/1984
Macauá	AC	172.475	96.189	21/06/1988
Mapiá-Inauini	AC	311.000	98.051	14/08/1989
Pari Cachoeira I	AM	18.000	98.440	23/11/1989
Pari Cachoeira II	AM	654.000	98.441	23/11/1989
Pau-Rosa	AM	827.877	-	07/08/2001
Pirauicara	AM	631.436	99.111	09/03/1990
Purus	AM	256.000	96.190	21/06/1988
Roraima	RR	2.664.685	97.545	01/03/1989
Santa Rosa do Purus	AM	230.257	-	07/08/2001

FLORESTA NACIONAL	ESTADO	EXTENSÃO (HA)	DECRETO (Nº)	DATA
São Francisco	AC	21.600	-	07/08/2001
Saracá-Taquera	PA	429.600	98.704	27/12/1989
Tapajós	PA	600.000	73.684	19/02/1974
Tapirapé Aquiri	PA	190.000	97.720	05/05/1989
Tarauacá I	AM	647.744	99.112	09/03/1990
Tarauacá II	AM	559.504	99.113	09/03/1990
Tefé	AM	1.020.000	97.629	10/04/1989
Uruçú	AM	66.496	99.106	09/03/1990
Xiá	AM	407.935	99.107	09/03/1990
Xingu	PA	252.790	2.484	02/02/1998

Fonte: Ricardo; Capobianco (2001).

Não obstante o aumento do número de florestas nacionais na região amazônica, no final da década de 1980, sua criação tinha menos a ver com um incremento nas políticas florestais, como se poderia supor, e mais com os interesses da indústria da mineração e com a neutralização das demandas de grupos sociais nativos pelo controle de seus territórios. As controversas medidas tomadas pelo governo em relação ao território dos índios Yanomami, bem como em relação aos territórios das comunidades “Remanescentes de Quilombos”, foram ilustrativas de uma estratégia governamental ambivalente, que permitia que “estas ‘áreas protegidas’ fossem usadas para fins particulares” (SCHMINK; WOOD, 1992, p. 124).

Em agosto de 1988 o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) anunciou a Portaria nº 160 de demarcação das terras Yanomami, a qual foi reeditada em novembro daquele mesmo ano, como Portaria nº 250. Esta última Portaria reduziu e dividiu as terras Yanomami em 19 distintas e separadas áreas, que se sobrepunham aos limites da Floresta Nacional do Amazonas, da Floresta Nacional de Roraima e do Parque Nacional do Pico da Neblina (dez áreas na Floresta Nacional de Roraima; cinco na Floresta Nacional do Amazonas; e quatro no Parque Nacional do Pico da Neblina) (ALBERT, 1992). O Parque Nacional do Pico da Neblina foi criado em 1979, enquanto que as Florestas Nacionais

do Amazonas e de Roraima foram criadas em 1989, com sobreposição de 95% sobre as terras Yanomami (RICARDO; CAPOBIANCO, 2001).

Através da criação destas florestas nacionais em terras indígenas o governo tentava fazer uso de uma manobra legal para neutralizar direitos indígenas sobre seus territórios, os quais haviam sido salvaguardados pela nova Constituição brasileira, aprovada pelo Congresso Nacional em 1988. Situações similares de conversão de terras indígenas em florestas nacionais também ocorreram no alto rio Negro (estado do Amazonas), no estado do Acre e também no Sul do estado do Amazonas.

Analisando as Portarias governamentais relacionadas às terras indígenas Yanomami, Albert (1992) chamou a atenção sobre a relação delas com o Projeto Calha Norte⁷⁵ e as preocupações militares quanto à exploração de consideráveis jazidas minerais no estado de Roraima e outras regiões das bacias dos rios Solimões e Amazonas, dentro de um número expressivo de terras indígenas, especialmente no território Yanomami. O autor nota que o governo federal, vislumbrando a tomada do controle imediato destas áreas, começou a promover uma sucessão de medidas, incluindo-se aí a criação de reservas de florestas nacionais, com o objetivo de “reduzir territórios indígenas para facilitar o acesso de companhias de mineração para a exploração em grande escala de jazidas localizadas nessas terras” (ALBERT, 1992, p. 52-53). Ao mesmo tempo que o governo federal transformava terras indígenas em Florestas Nacionais, o IBAMA elaborava uma lei para regulamentar a autorização da exploração mineral naquelas reservas, cuja versão foi aprovada em 1989 (Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989).

Estas medidas governamentais também tiveram efeito direto sobre os territórios das comunidades dos Remanescentes de Quilombos, no Noroeste do estado do Pará, na fronteira com a Venezuela, com a criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera, em dezembro de 1989. Conforme discutido no capítulo 2, estes remanescentes de quilombo haviam sido

⁷⁵ O Projeto Calha Norte foi formulado pelo Conselho de Segurança Nacional, e tornado público em 1986. Definia como objetivo o estabelecimento de colônias militares, o melhoramento das redes de comunicação e transporte, a implantação de fontes de energia e serviços básicos que pudessem atrair investimentos econômicos à região. Alegando ameaças à segurança nacional, o Projeto Calha Norte foi justificado perante os supostos movimentos de guerrilhas, narcotráfico nos países vizinhos, e, notavelmente, o perigo dos grupos indígenas reivindicarem a criação de Estados independentes, com especial ênfase no caso Yanomami. Em agosto de 1989, o Projeto Calha Norte foi reforçado e estendido à Amazônia ocidental (cf. Albert (1992); Oliveira (1990); Schmink; Wood (1992)).

removidos da Reserva Biológica Trombetas (Rebio Trombetas), criada em 1979, no mesmo ano em que a companhia mineradora Rio do Norte começou a explorar bauxita naquela região (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Por conta desta remoção compulsória, a maioria dos seus residentes deixou suas casas, e mudou-se para a outra margem do rio, ou para áreas mais a montante. As pessoas que se transferiram para a área defronte à Rebio acabaram por fundar a comunidade de Boa Vista – uma das 22 comunidades de Remanescentes de Quilombos na região – e reivindicavam seus direitos de terra conforme a nova Constituição, que havia sido sancionada um ano antes, em 1988. Entretanto, ao invés de conceder as terras de direito aos remanescentes de quilombos, o governo federal criou sobre suas terras a Flona Saracá-Taquera, englobando uma área de 429.600 hectares, circundando toda a comunidade de Boa Vista, excetuando-se a área de frente ao rio Trombetas. Tal medida deixou Boa Vista com apenas 1,8 mil hectares, dos quais este grupo recebeu o título de posse da terra, em 1995, o primeiro a ser concedido a uma comunidade quilombola no Brasil.

Criada num período em que essas comunidades quilombolas se mobilizavam intensamente na reivindicação do reconhecimento legal de suas terras, a Flona Saracá-Taquera serviu para desqualificar suas reivindicações e para proteger os interesses da empresa mineradora Rio do Norte, na área da reserva, onde também se localizavam os seus escritórios e as unidades de exploração e processamento da bauxita. Barretto Filho (2001) observou uma estratégia similar com relação à criação do Parque Nacional do Monte Roraima, cujos limites estendiam-se sobre a Terra Indígena Raposa do Sol, na área do rio Contigo, onde estava planejada a construção de uma hidroelétrica. O autor observa que, enquanto no final da década de 1970 alguns setores do governo federal eram contrários ao estabelecimento de parques nacionais em áreas de fronteira, argumentando riscos à segurança nacional, no final da década de 1980,

[...] no contexto de mobilização social e avanços nos direitos territoriais de povos indígenas, seringueiros, quilombolas e outros, os ParNas [Parques Nacionais] poderiam funcionar como instrumentos para desautorizar estas demandas sociais e reforçar a presença do poder federal na fronteira através do estabelecimento de territórios estatais. (BARRETTO FILHO, 2001, p. 447).

O uso das Florestas Nacionais pelo governo, como tentativa de desqualificar as demandas nativas pelo controle territorial, também influenciou decisivamente os conflitos fundiários que ocorriam com as comunidades localizadas na Flona Tapajós, foco principal de nossa atenção. A conversão de territórios nativos em Florestas Nacionais, pelo governo, refletia uma nova política de ação em relação às comunidades rurais, cujos territórios passariam a ser incorporados aos objetivos e planos de uso das reservas florestais. A política relativa às reservas florestais não era mais de exclusão, mas, muito ao contrário, era uma política de inclusão dos territórios das comunidades rurais locais. Esta mudança de postura foi adotada, todavia, para manter a área da reserva sob o controle direto do Estado. Foi precisamente nesse momento que o processo de negociação com as pessoas das comunidades localizadas na Flona Tapajós foi iniciado, e a sua permanência na reserva foi contemplada. Este processo foi também fortemente influenciado pela mobilização dos seringueiros, no estado do Acre, para a criação de Reservas Extrativistas,⁷⁶ que adicionou novas complexidades ao debate em torno de títulos de posse da terra pelas comunidades da Flona Tapajós.

Foi no último mês do governo Sarney que a primeira Reserva Extrativista (RESEX) foi criada no Brasil, a Reserva Extrativista Alto Juruá, no estado do Acre, ocupando uma área contígua ao Parque Nacional da Serra do Divisor (Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990).⁷⁷ Antes da criação dessa primeira RESEX, em 1990, o INCRA havia criado o primeiro Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), em 1987. Quatro meses mais tarde Chico Mendes foi assassinado por um fazendeiro, que declarou ser o proprietário de uma área de floresta no

⁷⁶ A proposta para a criação de Reservas Extrativistas havia sido lançada em 1985, no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília, como uma forma destes se apropriarem de áreas de floresta por eles ocupadas, as quais estavam sendo também reivindicadas por grandes pecuaristas (ALLEGRETTI, 1990; 2002). Sob a liderança de Chico Mendes, líder seringueiro que viajou aos Estados Unidos para se pronunciar na Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o movimento dos seringueiros teve êxito em forçar esta instituição, que financiava a pavimentação da BR-364, a incorporar as demandas dos seringueiros em seu programa PMACI (MENDES, 1996).

⁷⁷ Nos dias finais de seu governo, Sarney criou também as RESEXs Chico Mendes, no Acre e a Rio Cajari, no Amapá (ambas em 12/3/1990); e a Ouro Preto, em Rondônia (em 13/3/1990).

Acre que havia sido destinada à criação de um PAE. A morte de Chico Mendes intensificou as demandas pela criação de reservas extrativistas.

Aclamado como um modelo alternativo de ocupação de terra que conciliava direitos sociais e proteção ambiental (ALLEGRETTI, 2002), o movimento dos seringueiros e a criação de RESEX influenciaram a nova política governamental para as comunidades que residiam na Flona Tapajós, e que também estavam lutando por seus próprios direitos a terra. Esse processo tornou-se ainda mais complexo com o surgimento do Programa Piloto PPG-7, o qual contemplava as Florestas Nacionais em suas atividades.

5.2.2 O PROGRAMA PILOTO INTERNACIONAL (PPG-7)

O Programa Piloto para a Conservação da Floresta Brasileira do G-7 (Programa Piloto PPG-7) foi lançado formalmente em 1992 através da *Rain Forest Trust Fund Resolution*. Resultou de uma iniciativa proposta pelo chanceler alemão Helmut Kohl em julho de 1990, durante a reunião de cúpula do grupo dos sete países mais industrializados (G-7), realizada em Houston (EUA), onde participantes pleitearam um plano para proteger as florestas tropicais da Amazônia a ser executado em cooperação com o governo brasileiro. Após esta reunião, representantes do governo brasileiro, do Banco Mundial e da União Europeia trabalharam em conjunto para esboçar a primeira versão do Programa Piloto PPG-7.

Esta versão, publicada em abril de 1991, foi severamente criticada por diversas ONGs que reclamavam da falta de integração do Programa com a sociedade civil e com a realidade social da Amazônia. Em resposta, como descreve Fatheuer (1994), as ONGs que trabalhavam na Amazônia uniram esforços para garantir a participação da sociedade civil na concepção e planejamento do Programa Piloto. Uma nova versão foi apresentada num encontro com as ONGs em julho de 1991, em Brasília, onde foi criado o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), como forma para aumentar o envolvimento da sociedade civil no Programa. O GTA elaborou um esboço de documento expressando seu acordo com os objetivos gerais do Programa Piloto, porém sugerindo modificações como condição para a sua aprovação.

Simultaneamente, a sociedade civil, no âmbito internacional, também se mobilizava para garantir a sua participação no desenho do Programa. Na primeira semana de julho de 1991, as ONGs Friends

of the Earth e a Association Solidarité Tiers Monde organizaram um encontro em Luxemburgo com a participação de ONGs brasileiras, europeias e norte-americanas. Na reunião, os participantes produziram um documento que reforçava as críticas anteriores sobre a falta de participação da sociedade civil e sobre as lacunas em integrar as realidades políticas e econômicas regionais à proposta do referido Programa Piloto.

Apesar de tais críticas coordenadas, os delegados do G-7 e da União Europeia aprovaram o Programa em dezembro de 1991, durante a reunião de cúpula ocorrida em Londres (Inglaterra). Juntamente com a Holanda, o G-7 prometeu cerca de 250 milhões de dólares para o desenvolvimento de suas atividades. Foi então criado o Rain Forest Trust Fund, em 1992, com uma dotação inicial de cerca de 50 milhões de dólares. O Banco Mundial foi designado para administrar o Fundo e coordenar o programa em nome dos doadores e do governo brasileiro. No Brasil, o Programa Piloto foi instituído em 5 de julho de 1992 (Decreto no 563), durante a reunião de Cúpula das Nações Unidas no Rio de Janeiro, com os seguintes objetivos gerais:

- Demonstrar que o desenvolvimento econômico sustentável e a conservação do meio ambiente podem ser simultaneamente buscados nas áreas de florestas tropicais.
- Preservar a biodiversidade das florestas tropicais.
- Reduzir a contribuição das florestas tropicais na emissão de gases causadores do efeito estufa.
- Estabelecer um exemplo de cooperação internacional entre países industrializados e em desenvolvimento sobre os problemas ambientais globais.

A cooperação internacional que se configurou através do Programa Piloto,⁷⁸ para evitar a degradação ambiental da Amazônia,

⁷⁸ O Programa Piloto foi estruturado de modo a envolver diversos órgãos governamentais e multilaterais, em colaboração com ONGs, perfazendo uma rede ampla e complexa. As atividades do Programa Piloto foram distribuídas em diversos subprogramas e projetos que buscavam cinco linhas de ação principais: 1) Experimentação e demonstração (a promoção de experimentos práticos por parte de comunidades locais e do governo em termos de conservação, desenvolvimento sustentável e educação ambiental); 2) Conservação (melhoramento na gestão de recursos naturais e de áreas protegidas, incluindo-se reservas ambientais e territórios indígenas); 3) Fortalecimento institucional (encorajamento de instituições públicas no sentido de delinear e aplicar políticas ambientais seguras, em cooperação com organizações civis, do setor privado e da sociedade em geral); 4) Pesquisa científica (aumento do conhecimento científico acerca das florestas tropicais e da aplicação

foi entendida como parte de um “problema ambiental global”, estava sincronizada com as políticas internacionais do então governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), que substituiu o governo Sarney e ao qual, aparentemente, opôs-se em termos das políticas ambientais. Tais políticas, porém, foram desenvolvidas em resposta às significativas pressões provenientes dos movimentos sociais e ambientais, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Como demonstrou Barretto Filho (2001), a Amazônia e as questões indígenas e ambientais ocuparam um lugar de relevância no governo Collor, o qual promoveu mudanças nas políticas ambientais existentes, para melhor responder aos objetivos mais amplos das políticas internacionais. Segundo o autor, esses objetivos estavam relacionados com os interesses pela liberalização da economia, e acomodação das crescentes preocupações ambientais por parte dos países industrializados. Desta forma, buscava estreitar os laços com estes países, que estavam em crescente enfraquecimento, como resultado das mudanças em curso no Leste Europeu.

É no contexto deste cenário que Barretto Filho (2001) explica a série de medidas tomadas pelo governo Collor, tais como a nomeação do internacionalmente conhecido ecologista José Lutzemberger como Secretário do Meio Ambiente, ou a detonação de pistas de pouso ilegais construídas por garimpeiros nas terras indígenas Yanomami, que recebeu expressiva cobertura pela imprensa e apoio internacional. Ao mesmo tempo, o governo Collor promoveu algumas medidas para defesa do território Yanomami, providenciando a demarcação das suas terras em uma área contígua, e revogando o decreto anterior que as havia dispersado em várias áreas descontínuas. Conforme observou o autor,

[...] o objetivo imediato de tais ações era bajular os países industrializados e mostrar que o Brasil estava em condições de exportar bens ambientais públicos para o resto do mundo, negociando a conservação de florestas tropicais por apoio financeiro, tecnológico e institucional de seus parceiros internacionais. (BARRETTO FILHO, 2001, p. 449).

5.2.3 AS FLORESTAS NACIONAIS NO CONTEXTO DO PROGRAMA PILOTO

Inicialmente as Florestas Nacionais foram contempladas no Programa Piloto como parte do subprojeto denominado “unidades de conservação de uso direto”, as quais incluíam as Reservas Extrativistas e as Florestas Nacionais. O objetivo geral era desenvolver e testar modelos para a conservação e o uso sustentável de recursos naturais em unidades de conservação de uso direto, com ênfase na participação da sociedade civil (WORLD BANK, 1993). Este subprojeto vislumbrava o fortalecimento da implantação, em Florestas Nacionais, de projetos de gestão sustentável de recursos florestais que pudessem ser replicados em outras áreas da região amazônica. O Programa Piloto havia destacado que apesar da existência de 24 Florestas Nacionais na região amazônica (12.6 milhões de hectares, que correspondem a aproximadamente 2,5% da região), nenhuma delas fora plenamente implantada. Assim, foram selecionadas três reservas de florestas nacionais para a implantação do subprojeto denominado “unidades de conservação de uso direto”: a Flona Tapajós, a Flona de Tefé e a Flona Caxiuanã. Em cada uma destas reservas deveria ser implantado um “Plano de Manejo Integrado e Participativo” que desse suporte à sua administração e ao manejo dos recursos.

O objetivo de tais atividades era promover uma efetiva participação das comunidades locais e de outros grupos de interesse envolvidos com o manejo e administração das reservas. Tal procedimento era entendido como condição para o sucesso do subprojeto. A equipe do Banco Mundial responsável pelo acompanhamento do Projeto estabelecia em 1993 que o sucesso do

[...] subprojeto dependerá principalmente da adequada participação dos grupos sociais direta ou indiretamente envolvidos com o mesmo. Na elaboração e implantação do projeto deve ser dada especial atenção à integração das populações residentes nas Flonas [Florestas Nacionais], aos empreendimentos madeireiros, às administrações públicas locais e regionais, e às organizações não governamentais. (WORLD BANK, 1993, p. 2).

Mesmo assim, em sua fase inicial, o Projeto Flona enfrentou muitos problemas conceituais, institucionais e financeiros. Um aspecto

importante estava exatamente relacionado à falta de envolvimento da população local na definição de um modelo de gestão participativa.

Conforme Fatheuer (1997) assinalava, havia reclamações generalizadas por parte de diversas organizações não governamentais, de que o projeto não estava promovendo mecanismos eficazes para uma participação efetiva dos diversos setores envolvidos. Em 1994, o Banco Mundial e os doadores rejeitaram a versão do subprojeto para florestas nacionais que havia sido apresentado pelo IBAMA. O projeto foi, então, reelaborado no ano seguinte em colaboração com o Imaflora.⁷⁹ Após várias modificações, a versão final foi incluída como “Subprojeto Flona Tapajós”, no chamado “Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia” (PROMANEJO), o qual foi subdividido em quatro componentes: 1) Análise Estratégica e Recomendação para Políticas Públicas; 2) Iniciativas Promissoras para o Manejo Florestal; 3) Programa Piloto para Monitoramento e Controle; e 4) Flona Tapajós.

Ressaltando uma abordagem participativa, tais componentes deveriam promover as atividades iniciais, denominadas atividades de pré-investimento, de apoio à implantação de experiências-piloto com potencial de contribuir para o desenvolvimento de formas sustentáveis de uso de recursos florestais na Amazônia. Para os objetivos da presente análise, focalizei apenas sobre o Componente 4 (Flona Tapajós).

5.2.4 O COMPONENTE FLONA TAPAJÓS DO PROMANEJO

O Componente 4 (Flona Tapajós) do PROMANEJO definia as atividades de pré-investimento para serem desenvolvidas somente naquela Flona, excluindo, assim, desta fase do projeto, as Florestas Nacionais de Tefé e de Caxiuanã. Para essa fase o Imaflora foi contratado, com a finalidade de esboçar um plano de manejo participativo para a Flona Tapajós. Assim, já em outubro de 1995 foi realizada uma primeira discussão, durante um *workshop* que ocorreu em um barco que navegava ao longo da Flona. Nesta oficina, da qual participaram 54 representantes de organizações governamentais e não governamentais, os conflitos relacionados aos títulos de posse da terra das comunidades locais tornaram-se o ponto central das discussões, e foram entendidos como os principais obstáculos à implementação das atividades do PROMANEJO

⁷⁹ Instituto de Manejo e Certificação Florestal (Imaflora), uma organização não governamental.

na Flona. Os participantes desse *workshop* entenderam e determinaram que a resolução dos conflitos fundiários na Flona fosse pré-condição para a elaboração de seu plano de manejo. Desta forma, decidiu-se que as atividades de pré-investimento pelo PROMANEJO se concentrariam em dois aspectos: na elaboração do plano diretor para a Flona Tapajós; e na definição de uma área que seria designada para as comunidades.

Os participantes do *workshop* decidiram também apoiar o processo de eleições comunitárias que se iniciara em 1993, para determinar se a área das comunidades a ser definida seria excluída, ou não, dos limites da Flona Tapajós. Em fevereiro de 1996 o Grupo de Trabalho Flona Tapajós conduziu e organizou uma votação, a qual revelou que 73% dos moradores das comunidades optaram por ter a área excluída da reserva. Esta votação foi realizada ao mesmo tempo que o Imaflora efetuava um segundo *workshop*, em Santarém, para definir a metodologia a ser aplicada no mapeamento das formas de uso da área das comunidades. Eu então fui contratada pelo Imaflora como antropóloga responsável pelas questões sociais relativas ao mapeamento socioeconômico das comunidades localizadas na margem direita do rio Tapajós. Apesar de representantes de diferentes grupos de interesse terem participado desse *workshop*, as históricas tensões entre o IBAMA e as comunidades locais ainda desempenhavam importante papel na discussão, e se acirraram quando os resultados da votação foram revelados.

O IBAMA não apoiava a reivindicação das comunidades para terem suas terras excluídas da área da Flona Tapajós. Essa era a posição defendida pelo governo federal desde 1989, ano em que foram criadas diversas Florestas Nacionais, e que, por decreto, foram liberadas para a mineração. A permanência nas áreas de Flonas das chamadas “populações tradicionais que comprovadamente habitavam a área antes da publicação do decreto que criou a reserva” foi autorizada, pouco tempo depois, em outubro de 1994, quando o presidente Itamar Franco (1992-1994) colocou na forma de lei o primeiro regulamento relativo às Florestas Nacionais (Decreto nº 1.298, Art. 8). Entretanto, nenhuma das pessoas das comunidades sabia acerca desta regulamentação quando realizei o levantamento socioeconômico em 1996.

O mapeamento socioeconômico das comunidades foi efetuado entre os dias 20 de março e 18 de abril de 1996, tendo por objetivo identificar as organizações históricas e sociais das comunidades e seus sistemas de gestão e exploração dos recursos naturais. Adicionalmente, foi desenvolvido um estudo acerca da estrutura florestal nas áreas das comunidades. Com

base em todas estas informações,⁸⁰ o Imaflora elaborou uma proposta de área que deveria ser destinada às 18 comunidades. O cálculo da área levou em consideração o tamanho e a dinâmica de oito sistemas de produção identificados no processo de mapeamento socioeconômico, bem como o crescimento populacional, resultando numa área proposta de 67.625,91 hectares. Esta proposta era cerca de 6.000 hectares maior do que as duas propostas anteriores, uma das quais havia sido definida pelas comunidades locais, que conduziram uma demarcação física em 1983, e a outra definida com base no levantamento socioeconômico desenvolvido pelo próprio IBAMA, em 1993.

Os resultados deste mapeamento participativo e a proposta da área a ser destinada às comunidades foram enviados a todos os representantes envolvidos no projeto, no âmbito governamental e não governamental, e discutidos em um *workshop* final realizado em Santarém entre os dias 22 e 25 de julho de 1996. Neste encontro, o Imaflora também apresentou a proposta para o Plano Diretor da Flona Tapajós. Apesar da existência de desacordos quanto a esse Plano, a área proposta para as comunidades foi de modo geral aceita por todos os participantes. Representantes do IBAMA, contudo, evitavam se pronunciar a respeito.

Apesar da aparente aprovação da área proposta para ser destinada às comunidades, ela foi mais tarde rejeitada pelo IBAMA, desconsiderando todo o trabalho que havia sido desenvolvido com as pessoas das comunidades como parte das atividades de pré-investimento do PROMANEJO. Em seu lugar, o IBAMA decidiu propor sua própria concessão de área às comunidades. Ainda, a despeito da votação das comunidades ter sido favorável a que suas terras ficassem fora dos limites da reserva, o IBAMA manteve a posição oficial do governo, definida em 1994, quando o decreto que autorizava a permanência de “populações tradicionais” no interior de Florestas Nacionais foi regulamentado em lei. Antes de analisar este processo em que a permanência das chamadas “populações tradicionais” passa a ser admitida na área da Flona Tapajós, quero discutir brevemente a abordagem participativa apregoada no Componente 4 do PROMANEJO.

⁸⁰ Essas informações foram analisadas e sistematizadas na sede do Imaflora, em Piracicaba, no estado de São Paulo, durante os três meses seguintes.

5.2.5 PARTICIPAÇÕES E TOMADAS DE DECISÕES: DEMANDAS ALÉM-MAR

As atividades do componente Flona Tapajós promoveram uma participação intensa das comunidades locais, bem como de outros interesses relativos às reservas, desenvolvidas com fundamento na abordagem participativa enfatizada nas versões preliminares do Programa Piloto. Como Fatheuer (1998, p. 63) observava, “considerando-se o histórico inicial da Flona Tapajós, tal abordagem significou uma mudança radical”. Todavia, a recusa do IBAMA em aceitar a área indicada pelo Imaflora para ser destinada às comunidades, cuja proposta resultou de intensa participação, e dos exercícios de mapeamento comunitário e estudos ecológicos, aquela recusa sinalizou de forma clara às comunidades, que elas não tinham qualquer poder de decisão sobre os destinos de suas terras. A área e a forma de concessão de uso propostas pelo IBAMA significavam que a área das comunidades continuaria sob o controle direto do Estado.

Enquanto tentava entender as razões e os procedimentos do IBAMA relativos a esse último posicionamento, eu encontrava muitas dificuldades em obter informações junto aos seus funcionários. Selma Barra Melgaço, que se tornara Chefe da Flona Tapajós em finais de 1996, foi um dos raros funcionários que falou de forma mais direta sobre a questão, mas mesmo assim com alguma relutância. Quando perguntei por que o processo de consultas efetuado entre 1995 e 1996 não havia sido levado em consideração por parte do IBAMA e por que eles não expressaram abertamente a posição do órgão, ela respondeu:

MELGAÇO *Acho que a negociação [com as pessoas das comunidades] começou a se efetuar mais tarde. Primeiro, o IBAMA nunca quis desmembrar a Flona [Tapajós]. Você deve se lembrar de que, àquela época, o IBAMA não falava; ele não manifestava sua opinião. Acredito que esta foi uma estratégia do IBAMA. Esta é minha opinião, já que na época, Virgílio⁸¹ era a pessoa que dava e recebia as ordens, e ninguém discordava com o que ele dizia. Além disso, não foi o IBAMA que requereu que aquele estudo fosse efetuado, mas o Ministério do Meio Ambiente. O IBAMA já tinha feito um estudo socioeconômico da área das comunidades em 1993 [...]. É por isso que eu acho que as negociações só se iniciaram*

⁸¹ Virgílio Vianna era o diretor executivo do Imaflora.

depois disso [depois das ações do Imaflora]. Naquele momento, Virgílio era o interlocutor, uma pessoa que nem podia falar em nome do IBAMA, porque ele não pertencia a seus quadros de empregados.

EDVIGES Explique, por favor, por que o IBAMA não participou daquelas atividades, mas apenas o Ministério do Meio Ambiente. Como foi e por que isso aconteceu?

MELGAÇO *Foi porque o Virgílio era amigo das pessoas do Banco Mundial. O Banco Mundial o contratou e, assim, foi um trato feito. O IBAMA sempre ficou de fora da história. Por isso o IBAMA tomou a posição de não mostrar sua posição. Foi mais ou menos proposital. Eu me lembro da única reunião na qual participei [...] Foi uma coisa estranha. O IBAMA ficou apartado, os outros discutindo do lado de lá. Foi uma coisa muito estranha. Foi por isso que eu tomei uma posição quando cheguei aqui: Eu não quis o Imaflora trabalhando aqui, porque o Imaflora foi colocado como se fosse o proprietário da Flona Tapajós. O IBAMA deveria recuperar o controle dessas questões.*

Discutindo como o IBAMA foi constituído a partir de órgãos administrativos de diferentes origens, trajetórias e prerrogativas em relação ao meio ambiente e à configuração territorial nacional, Barretto Filho (2001, p. 446, grifo do autor) observou que este órgão governamental tem “*uma cultura institucional* marcada por rivalidades internas e interpretações diferenciadas sobre os significados das políticas ambientais”. O autor também observou, em relação ao IBAMA, a tendência de ter certa exclusividade na administração ambiental pelo Estado, e de desconfiar e ser relutante a iniciativas baseadas na cooperação com organizações não governamentais, como neste caso, o Imaflora, que conduzia atividades para as quais o IBAMA entendia ser ele o órgão responsável.

No caso da Flona Tapajós, o papel do IBAMA no Programa Piloto era tema sensível, uma vez que, conforme já indicado, o Banco Mundial havia rejeitado a proposta apresentada pelo Instituto, em favor de uma proposta que fosse mais participativa da sociedade civil, como aquela apresentada pelo Imaflora, para ser implantada em parceria com o IBAMA. Todavia, esta última proposta, enquanto destacava a necessidade de um processo mais amplo de consultas para a compreensão das demandas locais, ignorava as relações institucionais de poder e os complicados processos de tomada de decisão. Com tal procedimento, criava-se a ilusão de que os conflitos fundiários com

as comunidades locais seriam resolvidos com base nos resultados das atividades relativas ao Componente 4 do PROMANEJO. Em nenhum momento o IBAMA expressou explicitamente que, em caso de desacordo, ele desconsideraria os resultados finais, conforme fez. Apesar de as atividades do Componente 4 do PROMANEJO terem sido executadas com o objetivo específico de resolver os conflitos fundiários pela posse de terra, não foram estabelecidas regras claras de forma a garantir que os resultados fossem aceitos por todos os grupos de interesse, inclusive pelo IBAMA, que, não obstante, participava do processo.

Em um artigo a respeito das abordagens enfocando as atividades de exploração dos recursos de base comunitária que têm sido adotadas recentemente nas políticas florestais, Gauld (2000, p. 231) observou que a aludida transição dos modelos de decisão *top-down* para aqueles suportados por participação das comunidades locais não estaria sendo “tão substancial ou inovadora como talvez inicialmente parecesse”. Através da análise de estudos de caso, o autor destacou que a distância frequentemente existente entre o discurso e a prática ocorria naqueles casos, em parte, porque a adoção de políticas florestais de base comunitária era menos um produto de uma demanda local e de entendimento acerca do manejo florestal do que das diretrizes e das políticas das agências doadoras para que se pudesse “tirar proveito do financiamento internacional” (GAULD, 2000, p. 236). Uma situação similar pode ser atribuída ao caso da Flona Tapajós, com relação às atividades do Componente 4 do PROMANEJO. A abordagem participativa inicialmente adotada respondia mais diretamente aos direcionamentos das políticas do Programa Piloto do que a uma nova conceituação por parte do IBAMA acerca da participação comunitária em políticas de gestão florestal.

Na ausência de regras claras para o estabelecimento de acordos, o IBAMA conseguiu omitir sua posição em relação à definição da área das comunidades. Sem oportunidade para revelar sua disposição, e tendo que tomar parte no processo em função de políticas governamentais internacionais mais abrangentes (PPG-7), o IBAMA foi forçado a simular participação. Esta situação acabou levando, no final das contas, a frustrações de ambos os lados, e reforçou as tensões e suspeitas anteriores entre o órgão ambiental governamental e as comunidades locais. Tais tensões se refletiram de forma notável na segunda fase das atividades do PROMANEJO e nas tentativas governamentais em convencer as pessoas das comunidades a aceitar uma nova forma de identificação

como “populações tradicionais”, a qual iria conferir-lhes o direito de permanecer nas terras incluídas numa área designada às comunidades.

5.3 AS “POPULAÇÕES TRADICIONAIS”

Em 1994, quando o Decreto que regulamentava as Florestas Nacionais entrou em vigor, permitindo a permanência de “populações tradicionais” em Flonas, as pessoas das comunidades localizadas na Flona Tapajós não tinham a mínima ideia acerca de tais mudanças. “Populações tradicionais” não era uma forma de identificação social previamente reivindicada pelas pessoas das comunidades da referida Flona. A sua emergência deve-se aos esforços governamentais durante o processo de redefinição e regularização da categoria de unidade de conservação denominada Floresta Nacional, que estava em curso naquele momento.

O termo “populações tradicionais” começou a ser usado formalmente na década de 1990, assumindo um *status* oficial em 1992 com a criação do Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT), um órgão do IBAMA estabelecido para tratar da criação e implantação das Reservas Extrativistas. Os autores das políticas envolvidos na criação do CNPT justificaram o uso do termo “populações tradicionais” como uma “resposta do governo às demandas expressas pelas populações que *tradicionalmente e culturalmente sobrevivem do extrativismo e dos recursos naturais renováveis*” (SIQUEIRA; BELLIA, 1992, p. 7, grifo dos autores). Todavia, foi só no final da década de 1990 que as comunidades localizadas na Flona Tapajós ficaram sabendo sobre seu *status*, aos olhos do governo, como “populações tradicionais”.

O reconhecimento oficial das “populações tradicionais” foi incorporado ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e transformado em Lei no ano 2000. Além de uma reconceituação e da criação de novos conjuntos de reservas, o SNUC incorporou a categoria “populações tradicionais” como uma forma de legalizar e regularizar a permanência das comunidades residentes nas reservas que eram anteriormente denominadas “Uso Direto”, e que foram renomeadas para “Uso Sustentável” (SNUC, 2000). Foram incluídas neste grupo as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas

(RESEXs) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS),⁸² esta última representando uma nova categoria de reserva. Nos casos das Reservas Extrativistas e das de Desenvolvimento Sustentável a presença de “populações tradicionais” era uma condição para a sua criação, enquanto que para as Florestas Nacionais a permanência das populações era “admitida”, desde que já estivessem comprovadamente residindo na área da reserva, previamente à sua criação. Nos dois casos, os padrões de ocupação “tradicionais” e os modos de apropriação de recursos passaram a ser subordinados aos planos de manejo das reservas estabelecidos pelo governo.

5.3.1 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO CAMPO INTERNACIONAL DA CONSERVAÇÃO

Diversos autores têm discutido a noção de “populações tradicionais” que foi oficialmente adotada no Brasil.⁸³ Eles localizam seu aparecimento a partir do encontro entre os direitos sociais e os movimentos ambientais que começou a se configurar na Amazônia em meados da década de 1980. Em sua análise sobre a sociogênese da noção de “populações tradicionais”, Barretto Filho (2001) destacou que a adoção pelo Brasil repercutia o debate sobre a presença de grupos humanos em áreas protegidas, que principiou no campo internacional da conservação, já na década de 1960.

O debate internacional sobre a presença de pessoas em parques nacionais e sobre os conflitos sociais gerados com a implantação das reservas assumiu uma expressão maior na década de 1980, especialmente entre as organizações que conciliavam direitos sociais e conservação, tais como as ONGs norte-americanas *Cultural Survival* ou a *Environmental Defense Fund*. Em fevereiro de 1985, a *Cultural Survival* publicou uma edição inteira dedicada ao tema “*Parks and People*” (Parques e Pessoas), na qual o editor, Jason Clay, criticou a expulsão sumária das comunidades de áreas protegidas e propôs que

⁸² A categoria “Uso Sustentável” também inclui as reservas denominadas como Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

⁸³ Cf. Barretto Filho (2006); Cunha; Almeida (2001); Diegues (1998); Esterci (2002); Lima (1996, 2002); Vianna (1996).

elas fossem incluídas nas áreas de conservação e nos planos de manejo dos recursos. Ele insistia no sentido de que

[...] áreas protegidas poderiam assegurar a manutenção dos *habitats* naturais, bem como das populações nativas. As reservas tanto podem preservar a forma tradicional de vida quanto ajudar a reduzir as taxas de mudanças ambientais para níveis aceitáveis e sob o controle dos habitantes locais. As populações nativas podem se salvaguardar seus direitos tradicionais, bem como se beneficiar com a venda de bens, ou da renda gerada pelo turismo. (CLAY, 1985, p. 2, grifo do autor).

Muitas destas organizações que alinhavavam direitos sociais e conservação começaram a advogar que a exclusão das pessoas locais, decorrente da criação e estabelecimento de áreas protegidas, não apenas resultava em sérios conflitos sociais, mas também se configurava contrária aos objetivos da conservação. Estudiosos sobre o tema também começaram a salientar os efeitos danosos e perversos para ambas as partes. Ghimire (1994), por exemplo, observando dois parques nacionais, um na Tailândia e outro em Madagascar, examinou os efeitos negativos das reservas sobre as comunidades locais e demonstrou que a remoção de pessoas das áreas forçou-as a uma sobre-exploração dos (poucos e limitados) recursos encontrados do lado de fora dos limites das reservas. Ela também demonstrou que a falta de envolvimento destas comunidades no estabelecimento das reservas havia requerido maiores volumes de despesas por parte dos governos, especialmente, para implantar sistemas de policiamento mais sofisticados e efetivos. Brechin et al. (2002, p. 2), por sua vez, argumentava pela necessidade de uma nova concepção de proteção à natureza que deveria ser “social e politicamente viável, além de moralmente justa. Se não, as intervenções certamente irão causar crescentes níveis de resistência e conflito em todas as partes do planeta, minando dessa forma todos os esforços para a conservação”.

Conforme observou Barretto Filho, tais argumentos compõem uma série de críticas contra a abordagem *fences and fines* (cercas e multas) que vinha sendo aplicada na gestão de reservas de proteção integral, especialmente em regiões tropicais. Para a superação dos conflitos causados por esta abordagem dominante, “os planejadores e tomadores de decisão começaram a estipular a cooperação e o apoio das ‘populações locais’ como condição *sine qua non* para a realização, no

longo prazo, da gestão e manejo das reservas ambientais” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 6, grifo do autor).

Intensificando esse debate, o conhecimento indígena começou a ser valorizado, especialmente a partir de estudos etnobotânicos, que revelavam que práticas nativas de gestão e manejo dos recursos na maioria das vezes favoreciam não apenas a manutenção, mas também a promoção da diversidade biológica.⁸⁴ Neste contexto, estes grupos sociais passaram a ser representados como protagonistas para um melhor entendimento dos complexos ambientes tropicais, fazendo com que seu envolvimento no estabelecimento de reservas começasse a ser visto como uma forma de contribuição para os objetivos da conservação. De forma notável, Clay (1985, p. 5) declarava que “a chave para o entendimento de atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com os residentes locais. Seu conhecimento é de grande valia para o futuro do meio ambiente e dos povos da terra”.

Esse ponto de vista acerca da participação de grupos sociais locais, como forma de se atingir os propósitos da conservação, influenciou a construção da noção de “populações tradicionais” como uma ampla categoria, que englobava um vasto número de grupos sociais, a despeito de suas formas específicas e heterogêneas de territorialidades e organizações socioculturais. Atribuindo uma “tradicionalidade” a diversos e diferenciados povos, esta noção tendeu a enfatizar a relação que estas populações estabeleciam com os recursos naturais no ambiente em que viviam e exploravam, considerando-a de baixo impacto, não se contrapondo, portanto, aos objetivos da conservação. Lucila Vianna (1996, p. 107-108) destacou que o termo “tradicional”, usado em diversos documentos e publicações, era aplicado indistintamente “como um adjetivo para tipos de manejo, tipos de sociedades, formas de utilização dos recursos naturais, território, modos de vida, grupos específicos, e tipos culturais”. Conforme discutido por ela, assim como por outros autores, a noção de “populações tradicionais” usada no campo internacional da conservação representava os grupos sociais locais *como parte dos ecossistemas a serem protegidos* e, como tal, se esperava que estes fossem comprometidos com as conquistas relacionadas à conservação ambiental. Assim, apesar de reconhecer os direitos destes grupos sociais à autodeterminação no que se refere às suas organizações socioculturais e econômicas, a noção de “populações tradicionais” entrelaçada com os

⁸⁴ Cf. Alcorn (1984); Balée (1989); Carneiro (1978); Posey (1983); Posey; Balée (1992).

princípios da conservação se revela extremamente ambivalente, pois, como assinala Barretto Filho (2001, p. 15), essa noção ao mesmo tempo que reconhece direitos territoriais também subordina “o sistema de manejo por parte destes grupos aos interesses práticos na administração de áreas protegidas, obrigando-os a aceitar uma agenda exógena”.

5.3.2 “POPULAÇÕES TRADICIONAIS” NO BRASIL

Fazendo eco, desta forma, ao debate internacional acerca da presença de grupos humanos no interior de áreas protegidas, a introdução da noção de “populações tradicionais” no Brasil é atribuída ao antropólogo Antônio Carlos Diegues.⁸⁵ Entre esses autores, Vianna (1996, p. 20) o reconhece como o “pioneiro na discussão sobre a relação entre populações e áreas protegidas, um dos responsáveis pela introdução desta discussão no âmbito do meio ambiente num sentido mais amplo”. A autora também atribuiu a ele uma expressiva influência sobre as ideias relacionadas à construção da categoria de “populações tradicionais”, e a sua incorporação nas diversas regulamentações oficiais que acabaram permitindo a presença de moradores nas áreas das reservas, além de ter fundado várias ONGs dedicadas a estas questões.

Em seu livro intitulado *O mito moderno da natureza intocada*, Diegues (1998) discutiu os problemas relacionados aos conflitos sociais causados pela criação e implantação de áreas protegidas sobrepostas aos territórios de um grande número de grupos sociais, que exibem longo histórico de ocupação sobre eles. Criticando a erradicação das populações nativas das áreas das reservas, o autor atribuiu tal modelo de “reservas sem gente” a uma concepção errônea de proteção da natureza, que desconsidera a influência das ações humanas na formação da maioria das áreas consideradas como existindo em estado natural. Os argumentos do autor buscavam mostrar a inadequação deste modelo de reserva perante as realidades sociais locais, o qual tem sido responsável pela geração de infindáveis conflitos sociais em áreas rurais em todas as partes do mundo.

Discutindo o tema no tocante ao Brasil, o autor focalizou naqueles grupos sociais que “apresentam uma grande variedade de modos de vida e culturas diferenciadas, as quais poderiam ser consideradas *tradicionais*” (DIEGUES, 1998, p. 14, grifo do autor). Apesar de

⁸⁵ Cf. Barretto Filho (2006); Vianna (1996).

reconhecer que grupos indígenas também podem ser caracterizados como “populações tradicionais”, o autor afirma que não os incluiu nesta categoria, ressaltando a existência de legislação específica para eles, que lhes garante tratamento diferenciado. Sob a legislação brasileira, os grupos indígenas possuem direitos territoriais baseados no direito originário, que, em tese, lhes dá precedência diante de qualquer outra forma de propriedade privada ou pública. Portanto, excluindo os povos indígenas, Diegues (1998, p. 14) caracterizou as “populações tradicionais” como “camponeses, frutos de intensa miscigenação entre o colonizador branco, os portugueses, a população nativa local e o escravo negro”. Entre eles, o autor incluiu um amplo espectro de grupos sociais, tais como os “caiçaras” de São Paulo e do Rio de Janeiro, os “caipiras” da Região Sul, as “comunidades pantaneiras” da região do Pantanal, as comunidades de pescadores do litoral, as populações ribeirinhas da região amazônica, entre outras. Atribuindo sua origem ao período colonial, o autor argumentou que seu “relativo isolamento” fez com que estes grupos sociais desenvolvessem “modos distintos de vida, que envolviam uma grande dependência dos ciclos naturais, profundo conhecimento acerca dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, símbolos, mitos e até uma linguagem específica” (DIEGUES, 1998, p. 14-15).

Além da influência do debate internacional sobre a conservação, Vianna (1996) e Barretto Filho (2001) identificaram duas outras influências sobre a construção da noção de “populações tradicionais” no Brasil. Uma delas está relacionada aos estudos antropogeográficos brasileiros acerca dos tipos regionais culturais, os quais foram definidos com base no conceito de sociedades ou culturas “rústicas”. Discutindo estas concepções, Barretto Filho ressaltou as premissas biológicas e culturais deste modelo conceitual, observando a forte ênfase colocada nas subculturas regionais, herdadas das práticas e conhecimentos indígenas. Isto conectou as culturas regionais aos povos indígenas para, desta forma, “assegurar-lhes um espaço sob o guarda-chuva conceitual de *populações tradicionais*, aquelas que eram consideradas como dotadas de características positivas para a conservação da natureza” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 17, grifo do autor).

Outro fator influenciando a noção de “populações tradicionais” no Brasil que tem sido destacado foram os movimentos sociais de base que surgiram primeiramente na região amazônica, em meados da década de 1980, e que incorporaram questões ambientais em seu

ativismo político. Cunha e Almeida observaram que tal associação possibilitou uma “surpreendente mudança na rota ideológica: as populações tradicionais da Amazônia, consideradas até então como empecilho ao ‘desenvolvimento’, foram promovidas à linha de frente da modernidade” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 184, grifo dos autores). O exemplo mais notável foi o movimento dos seringueiros no estado do Acre, o qual propôs a conciliação entre direitos sociais e conservação através da criação de Reservas Extrativistas. Para os autores, criou-se um acordo tácito, estabelecido entre as agendas ambientais e dos direitos sociais, que foi viabilizado porque os grupos sociais da Amazônia, “de um modo geral, estavam dispostos ao acordo: em troca do controle territorial, eles se comprometem a promover a proteção ambiental” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 184).

Reconhecendo que a categoria de “populações tradicionais” é uma construção ocidental, “produto do encontro colonial”, Cunha e Almeida (2001, p. 184) destacam que inicialmente esta categoria agrupava somente seringueiros e castanheiros (coletores de castanha-do-brasil⁸⁶) da região amazônica. Todavia, durante a década de 1990, a categoria foi ampliada para englobar diversos outros grupos sociais espalhados pelo país, que compartilhavam um histórico comum de baixo impacto ambiental e um interesse atual na retomada do controle dos territórios por eles explorados. Assim, Cunha e Almeida definiram “populações tradicionais” como uma categoria “extensional”, uma vez que teria a tendência de progressivamente mudar e incorporar muitos outros grupos sociais. Segundo eles, “populações tradicionais” é “uma categoria ainda pouco habitada, porém já englobando alguns membros e com candidatas a serem incluídos” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 184-185).

Desta forma, sob a categoria de “populações tradicionais”, vários grupos sociais na região amazônica, privados de uma identidade étnica específica, e que haviam sido historicamente categorizados como “posseiros”, foram contemplados com a legitimidade que lhes assegurava, pela primeira vez, direitos oficiais sobre o território que ocupavam. Esterci (2002) remarca que este processo refletia uma redefinição e reclassificação dos segmentos sociais da região incluindo critérios econômicos. Este processo ocorria simultaneamente com a redefinição dos espaços, através do estabelecimento de reservas ambientais e da redefinição das regras de uso e de acesso aos recursos naturais.

⁸⁶ *Bertholletia excelsa* H.B.K.

Enquanto, por um lado, a incorporação de uma dimensão ambiental às identidades sociais ajudava a promover avanços significativos dos movimentos sociais de base, em seus esforços pela conquista de direitos aos seus territórios, por outro, a construção oficial da noção de “populações tradicionais” deve ser aceita com cautela, especialmente no que diz respeito à sua adoção nas áreas de Florestas Nacionais. Conforme Barretto Filho (2001) destacou com clareza, a construção da noção de “populações tradicionais” com base nos tipos regionais, e fortemente vinculada a critérios ambientais, tem simplificado a diversidade de práticas culturais e “naturalizadas”. Neste processo, as “populações tradicionais” foram reduzidas a instrumentos para serem usados pelos órgãos governamentais para ajudar no cumprimento dos objetivos dos planos de manejo de reservas. É esperado que estas “populações tradicionais” nunca mudem seus modos de vida, para que não sejam afetados os objetivos da conservação ambiental. Desta forma, a categoria de “populações tradicionais” tende a conspirar contra a autonomia destes grupos sociais, por subjugar suas formas de organização social a uma racionalidade político-ambiental que é definida externamente. Isto se mostra especialmente relevante no que diz respeito às Florestas Nacionais, cuja legislação do ano 2000, apesar de admitir a permanências das comunidades residentes, acentuou as restrições quanto à sua autonomia, conforme será discutido na próxima seção.

5.4 A FLONA TAPAJÓS E AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Em 2000, quando retornei ao campo para um levantamento inicial, visando à elaboração do projeto de pesquisa de meu doutorado, a principal preocupação era entender os desdobramentos sobre a resolução das questões fundiárias das terras das comunidades. Isso, logo de início, se mostrou não ser trabalho fácil. Em Brasília, nos escritórios do IBAMA, eu fora informada de que a área das comunidades não seria mais excluída da Flona Tapajós; em vez disso, havia sido destinada uma área para uso comum pelas comunidades, que seguiria as diretrizes do plano de manejo da reserva. Todavia, a permanência das comunidades na reserva ainda não estava regularizada porque os procedimentos legais para a sua concretização permaneciam indefinidos. Ainda assim, os funcionários do IBAMA disseram que o assunto estava em discussão dentro do conceito jurídico de “concessão real de uso de terra”, similar

àquele aplicado às Reservas Extrativistas, no qual o Estado mantém a posse da terra (título de posse), mas forneceria aos moradores os direitos de usufruto dos recursos naturais, por um período mínimo de trinta anos (ALLEGRETTI, 1990). Eu não consegui obter informação acerca dos motivos pelos quais os limites da Flona Tapajós não poderiam ser alterados para que a área das comunidades pudesse ser excluída, conforme eram suas reivindicações. Também não encontrei nenhum documento oficial que informasse com clareza as decisões tomadas desde 1996, além de ter-me deparado com a resistência dos funcionários do IBAMA em falar sobre o assunto.

Entre as comunidades observei que as pessoas também tinham dificuldades em explicar a situação oficial de suas terras. Muitas delas disseram que sabiam que poderiam permanecer na área, mas não entendiam em que condições, nem a área que poderiam ocupar. Aldemar, da comunidade de Piquiatuba, reclamava dizendo que

O IBAMA veio aqui e disse que agora tudo vai virar Flona. Eles disseram que não tem nenhuma necessidade de demarcar a área e que nós vamos poder usar toda a área da Flona. Assim, o que significa isso? Significa que, se nós podemos explorar todas as áreas dentro da Flona, o IBAMA pode também vir e explorar nossas terras?

Havia também um notável desentendimento em relação ao termo “concessão real de uso da terra”, que estava em discussão. Diversas pessoas reclamavam da ideia de ganharem “uma concessão” para ficar na terra, como Davi, que repetia frequentemente que “quem deve dar concessões ao IBAMA somos nós, das comunidades, e não o contrário. Nós estávamos morando aqui antes do IBAMA chegar. Assim, deveria ser nós quem deveria dar concessão para o IBAMA usar a terra”.

As pessoas das comunidades também demonstravam frustração com o trabalho realizado em 1996, como parte das atividades de pré-investimento executadas pelo PROMANEJO, cujo objetivo era a resolução dos conflitos pelos títulos de posse da terra das comunidades. Como elas esperavam que suas terras fossem excluídas da Flona, a nova e incompreensível posição do IBAMA causava desapontamento, já que, para eles, nenhum avanço em relação às questões de terra havia ocorrido. As pessoas comentavam: “Ediviges, o IBAMA disse que o estudo que você fez não serve para nada”. Tal sentimento de frustração era expresso especialmente pela comunidade de Taquara, cujos membros começaram

a se identificar como indígenas Munduruku, e reivindicavam junto à Funai o reconhecimento de suas terras.

Diversas mudanças haviam ocorrido também no escritório regional do IBAMA. O PROMANEJO estabelecera uma base regional em Santarém, com uma equipe de técnicos, cujo escritório se localizava no edifício do IBAMA. Esta base operacional regional foi estabelecida para dar andamento às atividades da segunda fase do Componente 4: Flona Tapajós do Programa Piloto, e passou a ser executada com o nome de PROMANEJO. Este componente incluía atividades relacionadas à definição e execução do Plano de Manejo para a Flona Tapajós, a melhoria da infraestrutura da reserva, a aquisição de veículos motorizados, o apoio à organização comunitária e a seus projetos produtivos, e a promoção do ecoturismo e da educação ambiental. Deste modo, o PROMANEJO tornara-se o principal apoio para a administração da Flona Tapajós.

O setor administrativo da Flona havia passado por algumas mudanças em virtude da implantação do PROMANEJO. Como indicado, em 1996 o chefe da Flona Tapajós, técnico florestal Sebastião Santos Silva, foi substituído pela socióloga Selma Barra Melgaço, que participou da última oficina de atividades de pré-investimento do PROMANEJO embora naquele momento ela trabalhasse no escritório do IBAMA em Rio Branco, estado do Acre. A substituição do antigo chefe estivera em discussão desde o desenvolvimento das atividades de pré-investimento do PROMANEJO, em virtude, principalmente, de sua relação problemática com as pessoas das comunidades, o que impedia as tentativas de negociação com elas. Com a nova abordagem adotada na Flona, que enfatizava que as comunidades deveriam tomar parte na definição e na implantação do programa da reserva, impunha-se alguém na chefia capaz de estabelecer um diálogo mínimo com as comunidades. Selma Melgaço foi designada para cumprir esta incumbência, cujo tema mais sensível era precisamente convencer as comunidades a aceitarem a acomodação de suas terras dentro dos limites da reserva e sujeita a seu Plano de Manejo.

Melgaço permaneceu como chefe da Flona apenas até 1998, quando saiu para substituir o diretor do escritório regional do IBAMA, o engenheiro florestal Nicola Sebastião Tancredi.⁸⁷ Dois anos mais tarde, em 2000, Melgaço novamente se afastou para substituir o então diretor

⁸⁷ A substituição de Nicola Sebastião Tancredi deu-se por sua discordância com a direção nacional do IBAMA em relação à criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, a primeira RESEX criada na região do baixo Tapajós, em 1998.

do escritório estadual do IBAMA em Belém, que havia sido demitido por suspeitas de corrupção. Apesar de seu curto período como chefe da Flona, e, depois disso, como diretora regional do IBAMA, a administração de Melgaço foi fundamental para o estabelecimento do novo processo relativo à Flona Tapajós, quando as comunidades começam a ser incorporadas ao programa da reserva. Sob sua administração, diversas medidas foram tomadas para a resolução dos conflitos fundiários com as comunidades. Isso incluía também a acomodação das disputas que surgiram em relação ao projeto ITTO, o Plano de Uso para as áreas das comunidades, e a criação do Grupo Gestor da Flona Tapajós, do qual participavam representantes das diversas organizações governamentais e não governamentais, como veremos a seguir.

5.4.1 DISPUTAS PELA ÁREA DO PROJETO ITTO

Ao longo da história dos conflitos sociais na Flona Tapajós, a posição oficial dos órgãos governamentais responsáveis por sua administração foi sempre a de evitar o desmembramento de área da reserva para as comunidades. Em 1995-1996 as atividades de pré-investimento do PROMANEJO, de certa forma, refrearam as intenções do IBAMA, já porquanto levavam em consideração a demanda das comunidades de ter suas terras fora dos limites da Flona. Uma vez mais o IBAMA lutou para evitar o desmembramento da reserva, e teve sucesso em rejeitar a proposta de área que havia sido elaborada com base nos estudos desenvolvidos pelo Imaflora e nas consultas às comunidades. No final de novembro de 1996, a Divisão de Florestas Nacionais do IBAMA (DIFLONA) enviou uma equipe de avaliação do seu Departamento de Recursos Florestais (DEREF), enfatizando que aquela proposta de área comunitária apresentada pelo Imaflora causaria “um arranjo impossível de ser administrado” (DIFLONA/Processo nº 3.560/1996).

Contudo, uma leitura de documentos oficiais revela que o IBAMA na realidade não tinha uma posição oficial definida em relação à área das comunidades. Em novembro de 1997 o IBAMA rascunhou quatro propostas para a localização das áreas das comunidades, tendo por base os estudos desenvolvidos em 1993 e 1996. A primeira proposta contemplava uma área de 60.373 hectares (com base no estudo de 1993) que proveria títulos coletivos ou individuais às comunidades, sendo estes últimos limitados a trinta hectares por família, a serem regulamentados pelo INCRA. Esta proposta alertava que em caso de título individual, o

INCRA poderia também utilizar a área para o assentamento de famílias sem-terra, uma vez que a área “excede grandemente as necessidades das famílias que tradicionalmente lá residem” (IBAMA/DIFLONA, 1997). A segunda proposta vislumbra a exclusão de uma área que adentrava dez quilômetros na floresta, a partir do rio, a ser criada na forma de Reserva Extrativista. A terceira proposta focalizava nesta área de dez quilômetros, mas excluía cinco quilômetros para uso das comunidades na forma de residências e áreas agrícolas, e colocava os outros cinco quilômetros como “Reserva Legal”. Neste caso, as comunidades receberiam título de “Concessão de Uso”. Finalmente, a quarta proposta, similar à terceira, exceto pelo fato de que esta estabelecia que os dez quilômetros permanecessem dentro dos limites da reserva.

Naquelas propostas, exceto pela criação de uma Reserva Extrativista, pode-se perceber a resistência do IBAMA em permitir que a área reivindicada pelas comunidades fosse retirada dos limites da Flona Tapajós. Os funcionários do IBAMA persistiam naquela mesma tentativa inicial do IBDF, de 1983, de demarcar uma área para as comunidades sem a excluir dos limites da Flona, porém que ela não fosse além de cinco quilômetros (da beira do rio ao centro da mata). Para eles, a área reivindicada pelas comunidades *excedia em muito às necessidades das famílias que tradicionalmente lá residiam*, ainda que isto contradissesse os resultados dos estudos de 1993 e de 1996, que estabeleceram estas áreas como mínimas necessárias à sua reprodução física e cultural. Apesar de o IBAMA começar a reconhecer as famílias como “tradicionais”, sua administração esforçava-se em definir quais eram as *necessidades (tradicionais)* destas famílias, e, como tal, desconsiderava suas reivindicações sobre acesso e domínio das terras.

Uma das principais razões para a resistência governamental em conceder a totalidade da área reivindicada pelas comunidades era a tentativa de evitar a perda de área de floresta com alto potencial madeireiro, em especial em relação ao Projeto ITTO. Parte da área deste Projeto sobrepunha-se à área reivindicada pelas comunidades e, por causa dos conflitos gerados, ele havia sido interrompido. Em virtude de tais disputas, no final de 1997, o Projeto corria o risco de ser cancelado pela ODA, seu principal financiador, depois de quase uma década de espera para ser implantado. O representante da ODA, Gordon Armstrong, que participou ativamente das oficinas durante as atividades de pré-investimento do PROMANEJO, havia deixado clara sua posição de evitar conflitos com as comunidades locais, tornando a

solução dos conflitos fundiários uma condição para a implantação do Projeto ITTO.

Ao mesmo tempo, as comunidades começaram uma intensa mobilização contra o Projeto ITTO, demandando a retirada da parte do projeto que se sobrepunha às suas terras. Solicitando o apoio de diversas ONGs locais, esta mobilização intensificou-se em resultado da Audiência Pública, que ocorreu em Santarém no dia 16 de maio de 1997, quando foi apresentado o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Projeto. Nessa Audiência, diversas organizações civis redigiram conjuntamente um documento, no qual demandavam que as questões fundiárias das terras das comunidades fossem resolvidas, como condição para a aprovação do Projeto ITTO. Os representantes das comunidades, especialmente de Piquiatuba e de Marituba, as duas diretamente afetadas, enviaram diversas cartas aos órgãos governamentais declarando que rejeitavam o Projeto ITTO.

Foi neste momento que se começa a observar entre as pessoas das comunidades, pela primeira vez, a autoidentificação como “população tradicional”. A carta enviada pelos representantes de Piquiatuba ao IBAMA e ao Ministério do Meio Ambiente afirmava que: “*Nossa posição como populações tradicionais é contra a implantação do Projeto ITTO na área que se sobrepõe às terras de nossa comunidade*” (PIQUIATUBA..., 1997, grifo meu). Ao se identificarem como “populações tradicionais”, as comunidades reivindicavam direitos longamente estabelecidos, os quais elas entendiam ter sobre o território por elas ocupado.

A mobilização das comunidades contra a implantação do Projeto ITTO chamou a atenção de organizações ambientais não governamentais, tais como Greenpeace e Friends of the Earth. Tais organizações não apenas endossavam as reivindicações das comunidades, como questionavam vários aspectos técnicos do projeto, que segundo elas não estavam em conformidade com as normas e critérios técnicos e científicos da Certificação Florestal. De seu ponto de vista, o Projeto não garantia a exploração sustentável de madeira, como esperado, além de primar pela falta de transparência. O impacto de tal mobilização foi sentido numa reunião ocorrida em março de 1998, em Brasília, na sede do IBAMA. Vinte e uma pessoas participaram, incluindo o então presidente do IBAMA, Eduardo Martins, o coordenador geral do Projeto ITTO, Cleuber Delano José Lisboa, a diretora da Flona Tapajós, Selma Melgaço, e representantes de ONGs, como o GTA (Grupo de Trabalho da Amazônia), Friends of the Earth, Imaflora, World Wildlife

Fund (WWF), Greenpeace, Imazon, Fase, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e da comunidade de Piquiatuba. Na reunião, essas organizações apresentaram um documento sugerindo algumas modificações técnicas, reiterando que a área de implantação do Projeto deveria ter a concordância por parte das comunidades.

Um ano antes, a força desta mobilização levava os funcionários do IBAMA a negociar diretamente com as comunidades para estabelecer um acordo em relação ao Projeto ITTO. Durante estas negociações, os representantes do IBAMA haviam tentado defender a importância do Projeto, que eles entendiam representar o primeiro esforço brasileiro para explorar uma área piloto através da produção sustentável de madeira. As comunidades, por outro lado, entendendo que a implantação do Projeto reduziria suas terras em favor da exploração de madeira para exportação, defendiam direitos que reivindicavam por serem historicamente constituídos.

Tais posições divergentes e a dificuldade das comunidades e do órgão governamental em alcançar um acordo levaram o presidente do IBAMA a viajar até Piquiatuba, em agosto de 1997, para negociar diretamente com os representantes das comunidades. Considerado um entusiasta da causa das “populações tradicionais”, Eduardo Martins esteve à frente da criação do CNPT, que ocorreu na última semana de seu primeiro mandato como presidente do IBAMA. No encontro com os representantes das comunidades, Martins mostrou-se sensível às suas demandas, comprometendo-se a reduzir a área do Projeto ITTO que se sobrepunha às suas terras. Ele assegurou que o IBAMA providenciaria o contrato de concessão de uso de terras, desde que as comunidades apresentassem um Plano de Utilização da área. Como resultado, ao invés dos cinco mil hectares iniciais destinados ao Projeto ITTO, a área foi reduzida para 3.221 hectares. A exploração de madeira começou no final de 1999, e foi concluída em 2004. A Empresa Agropecuária Treviso Ltda/Comercial Madeiras Exportação S&A (CEMEX), conhecida como CEMEX/Treviso, ganhou a licitação para a exploração madeireira.

Entretanto, tal procedimento não pôs fim à história. Apesar de a área do Projeto ITTO ter sido reduzida, isso só ocorreu na área que era de domínio da comunidade de Piquiatuba, e não naquela pertencente à comunidade de Marituba. Ao invés disso, outra parcela da área do Projeto fora excluída, mas que não se relacionava com a que era reivindicada pelas comunidades. Quando conversei com o senhor Cleuber Delano J. Lisboa, funcionário do IBAMA e coordenador geral do Projeto ITTO,

sobre os critérios utilizados para definir as áreas do projeto que seriam excluídas, ele disse que foi considerada a área proposta pelo Imaflora, em 1996. Disse também que haviam levado esta proposta em consideração porque havia pressão por parte dos representantes da ODA para uma resolução imediata para os conflitos em relação à posse da terra das comunidades, e que a proposta do Imaflora era a única disponível naquele momento.

Para o IBAMA, especialmente para seu setor de florestas, a implantação do Projeto ITTO era essencial, porque representaria a primeira exploração madeireira na Amazônia que unia setor privado, ciência florestal e políticas governamentais direcionadas às florestas, concretizando, pela primeira vez na região, os objetivos que fundamentaram a criação das Florestas Nacionais. Sua execução mostrava-se especialmente pertinente para a Flona Tapajós, onde, até então, não fora desenvolvido qualquer projeto de exploração madeireira, depois de mais de duas décadas desde a sua criação. Havia a expectativa de que o Projeto ITTO forneceria um modelo de exploração madeireira sustentável para a região amazônica, unindo ciência, empresas privadas e o Estado. As demandas das comunidades pela terra e sua capacidade de mobilização representavam, todavia, forte obstáculo. Tais dificuldades também marcaram os esforços para fornecer os títulos de concessão de uso da terra às comunidades.

5.4.2 A CONCESSÃO DE USO DA TERRA

Ao mesmo tempo que o IBAMA estava em negociação com o Projeto ITTO, o Instituto iniciava o processo para providenciar às comunidades o título de concessão de uso da terra, conforme a promessa do presidente do IBAMA durante a sua visita à Piquiatuba, em outubro de 1997. Todavia, os procedimentos legais relativos às Florestas Nacionais não estavam ainda definidos; eles se encontravam em discussão no processo de elaboração das novas regulamentações do SNUC. Para resolver o problema, o IBAMA decidiu aplicar os regulamentos relativos às Reservas Extrativistas, que requeriam que os moradores apresentassem ao órgão um Plano de Utilização⁸⁸ da terra, para que lhes fosse concedido o direito de usufruto por um período de trinta anos.

⁸⁸ Atualmente, o Plano de Utilização denomina-se Plano de Manejo.

Os administradores da Flona Tapajós começaram, então, a trabalhar com as comunidades na elaboração de um Plano de Utilização. Depois de várias reuniões, a versão apresentada do Plano de Utilização foi votada e aprovada em um encontro realizado no dia 5 de dezembro de 1997, na comunidade de Pedreira, com a participação de representantes das comunidades,⁸⁹ IBAMA, e ONGs. Segundo o relatório da reunião, a maioria das comunidades aprovou o Plano de Utilização, com exceção das comunidades de Tauari, Maguari e Pini, que declararam ter dúvidas acerca dos termos do título de concessão de uso da terra. A aprovação do Plano de Utilização pelas comunidades era necessária para a Audiência Pública que ocorreria uma semana depois, no dia 11 de dezembro, destinada a apresentar os termos do título de concessão de uso da terra às comunidades.

Após esta Audiência Pública, as pessoas das comunidades aparentemente tornaram-se muito mais apreensivas sobre o título de concessão de uso da terra, especialmente em relação ao seu tempo de validade. A ideia de que o contrato se encerraria em trinta anos e que poderia eventualmente não ser renovado era preocupante, sobretudo porque a maioria delas estava firmemente demandando títulos de terra permanentes, definitivos. Quando fui ao campo três anos mais tarde, em 2000, e me deparei com a questão ainda não resolvida, as reclamações das comunidades revelavam temores de que a aceitação destes termos poria em risco o futuro de seus filhos, conforme explicava Paulo: “Nós já lutamos por quase trinta anos para garantir nossas terras. Agora, se nós aceitarmos esta concessão para trinta anos, o que vai acontecer depois disso com nossos filhos? Eles vão ter que começar a luta toda de novo?” Além disso, como o Plano de Utilização apenas indica as áreas de uso e as regras a serem seguidas, mas não efetua uma demarcação precisa dos limites de sua posse, as comunidades também temiam as incertezas que se apresentavam com isso. José, uma das lideranças da comunidade de Piquiatuba, dizia: “Eu não sou contra a concessão de uso da terra, mas eu quero saber onde nossa área começa e onde termina”. A ideia de que a área de acesso e de uso pelas comunidades seria determinada com base no Plano de Utilização era vaga demais para elas, que já haviam definido, em 1983, o tamanho da área que reivindicavam, demarcando inclusive os seus limites.

⁸⁹ Nesse momento, o número de comunidades já havia aumentado para 21, as quais emergiram em decorrência da cisão de algumas delas, reproduzindo dinâmicas próprias de organização social. Ver mais no capítulo 2.

Tais incertezas levaram à organização de outra reunião das comunidades, que ocorreu no dia 19 de dezembro de 1997, em Tauari, desta vez contando com a presença do procurador geral da República, Felício Pontes. Neste encontro os representantes das comunidades expressaram novamente suas dúvidas, e muitos deles exigiam sua antiga demanda de exclusão de uma área da Flona Tapajós. Sem uma compreensão clara da posição governamental sobre suas terras, resolveram, então, adiar a decisão de aceitar ou não o título de concessão de uso até março do ano seguinte. Neste ínterim, discussões adicionais com as comunidades acerca das dimensões da terra e da titulação deveriam ocorrer, antes que uma decisão final fosse tomada.

A indecisão das comunidades preocupava a direção da Flona Tapajós, que começara a conduzir suas atividades através do recém-criado “Grupo Gestor da Flona Tapajós”, instituído em julho de 1997, sendo o primeiro a ser implantado no Brasil. O Grupo Gestor foi criado com a intenção de desenvolver uma administração participativa desta reserva florestal, sendo composto por representantes das comunidades, órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa e setores da sociedade civil. Esta concepção de gestão participativa foi mais tarde, na nova versão do SNUC, transformada em Grupo Consultivo, que atuaria junto às Florestas Nacionais. A diversidade de representantes no Grupo Gestor, expressando interesses tão distintos como os da indústria madeireira, das comunidades locais, das instituições científicas, dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, e de organizações não governamentais, dificultava a condução e a harmonização das discussões. Esta dificuldade é imediatamente perceptível no relatório da primeira reunião do Grupo Gestor, na qual, enquanto os representantes da indústria madeireira insistiram em discutir a abertura da Flona à exploração madeireira, os representantes das comunidades insistiam na necessidade de definição dos seus títulos de posse da terra. Selma Melgaço, então chefe da Flona, por sua vez, insistia para que o Grupo discutisse um plano de política para a reserva, e não se detivesse apenas em “ações isoladas”.

Ademais, segundo expressou Melgaço, a reticência das comunidades em tomar uma decisão rápida quanto ao título de concessão de uso da terra tornou-se fonte de frustração para o Grupo Gestor. Numa entrevista, enquanto era diretora do escritório regional do IBAMA, em Santarém, ela comentava:

As reuniões com o Grupo Gestor eram irritantes. Toda reunião eles [os representantes das comunidades] queriam uma coisa diferente. Uma

vez eles queriam uma Reserva Extrativista, outra vez eles queriam outra coisa. Ninguém no Grupo aguentava mais discutir o assunto. Ninguém mais levava as comunidades a sério.

No entanto, enquanto o Grupo Gestor se impacientava com a indecisão das comunidades, elas, por seu lado, começavam a se dar conta de que suas dúvidas não eram de forma alguma infundadas, e que o título de concessão de uso de terra era na verdade muito mais complicado de ser implantado. Por exemplo, neste processo, os funcionários do IBAMA descobriram que o órgão na verdade não possuía competência legal para fornecer um título de concessão de uso de terra, porque a maior parte da Flona Tapajós ainda não pertencia ao IBAMA, mas ao INCRA, que não finalizara os trâmites necessários para lhe repassar o domínio desta área.

Para o IBAMA ter jurisdição sobre a Flona Tapajós, uma série de procedimentos burocráticos deveria ser tomada.⁹⁰ Isso significou um banho de água fria para os diretores do IBAMA, e também reforçaram as suspeitas das comunidades de que a resolução dos impasses fundiários de suas terras ainda estava longe de se alcançar. Para amenizar a situação, o IBAMA decidiu providenciar um chamado “Termo de Ajustamento de Conduta”, que foi assinado em maio de 1998, conjuntamente pelos representantes do do Ministério Público Federal e do IBAMA, assegurando às comunidades o direito de permanecer e explorar os recursos florestais na área da Flona Tapajós até que fosse providenciado o título definitivo de concessão de uso de terra. Comentando a propósito destas dificuldades burocráticas, Ângelo Francisco de Lima, diretor da Flona Tapajós em 2001, disse que ele havia priorizado a regularização de terras da reserva florestal como uma prioridade de sua administração. Assim, avançando nos encaminhamentos, ao final de 2003 o INCRA já havia transferido as terras localizadas na Flona para o Serviço de

⁹⁰ O IBAMA já havia delineado o decreto que seria assinado pelo presidente do Brasil, o qual forneceria um título de concessão de uso da terra às comunidades localizadas na Flona Tapajós. Este procedimento, no entanto, requeria que as terras da área ficassem oficialmente sob a responsabilidade do IBAMA. Todavia, no começo da década de 1970, estas terras haviam sido transferidas ao INCRA, para atender aos interesses dos projetos de reforma agrária. Além do INCRA, existiam também diversos títulos privados na área. Para fornecer a concessão de uso da terra, o IBAMA necessitava retomar os títulos de posse da terra dos proprietários privados e obter do INCRA as terras remanescentes. Por outro lado, o INCRA não poderia transferir as terras diretamente para o IBAMA, mas deveria primeiro transferi-las para o Serviço de Patrimônio da União (SPU), que poderia, em seguida, transferir para o IBAMA.

Patrimônio da União, primeiro passo nos procedimentos para que elas pudessem ser oficialmente transferidas para o IBAMA.

Estes intrincados procedimentos burocráticos e a falta de uma política articulada para negociar com as pessoas das comunidades protelavam as tentativas do IBAMA de chegar a um acordo com as comunidades sobre os títulos de terra, e impediam a incorporação das comunidades ao programa da reserva. Essa situação não resolvida dos títulos de posse da terra das comunidades tornou-se o maior obstáculo para a implantação da segunda fase do PROMANEJO, como se verá na próxima seção. Essa situação também foi responsável por criar uma ruptura na relação entre o IBAMA e as comunidades indígenas, tal como se discutirá no próximo capítulo.

5.4.3 PROMANEJO: PROJETOS PARA AS COMUNIDADES

Com um aporte financeiro de cerca de cinco milhões de dólares para serem aplicados em um período de cinco anos, a segunda fase do Componente 4 do PROMANEJO, na Flona Tapajós, foi planejada para ser iniciada logo após o fechamento das atividades de pré-investimento. Estabeleceram-se duas linhas de ação para o Componente 4 do PROMANEJO: 1) apoio à gestão da reserva, com ênfase na participação da sociedade civil; e 2) produção e apoio às experiências pilotos que consistissem *alternativas às formas tradicionais de uso da terra*, com ênfase no manejo florestal comunitário. Este Componente tinha duas principais metas: primeira, propiciar as condições para a efetiva implantação dos objetivos da reserva; e, segunda, o estabelecimento de um relacionamento oficial com as pessoas das comunidades, as quais começaram a ser reconhecidas como “populações tradicionais”, e seus territórios incorporados ao programa da reserva. Dessa forma, num esforço para a superação das deficiências técnicas e administrativas da Flona Tapajós, a segunda fase do Componente 4 deu início ao desenvolvimento de uma série de atividades relacionadas à vigilância, turismo, infraestrutura e projetos comunitários.⁹¹ Para os propósitos deste estudo, focalizarei apenas sobre esses chamados “projetos comunitários”.

⁹¹ O relatório de atividades do PROMANEJO de 2001 também atribuiu as deficiências para uma implantação efetiva da Flona Tapajós à ausência de recursos humanos qualificados, limitada capacidade operacional e a uma gestão inapropriada da Reserva.

Apesar de a precondição para a implantação da segunda fase do Componente 4 ter sido a resolução dos conflitos relativos aos títulos de posse de terra das comunidades, ao final de 1997 a situação permanecia indefinida. Sem uma definição clara sobre a destinação da área das comunidades, as pessoas começaram mais uma vez a se mobilizar para pressionar o órgão governamental para uma solução final. Conforme enfatizavam os relatórios do PROMANEJO, o descontentamento das comunidades constituía no principal problema para a implantação das atividades. Esta situação de indefinição fundiária também deu origem a uma questão controversa, a qual girava em torno dos recursos financeiros do PROMANEJO para as comunidades. Como algumas comunidades continuavam a reivindicar a exclusão de suas terras da reserva, existia um entendimento de que estas comunidades não teriam acesso a estes recursos financeiros, uma vez que estes eram destinados às comunidades que estariam localizadas *dentro* dos limites da Flona Tapajós, e não *fora*. Numa reunião do PROMANEJO em Santarém, realizada no ano 2000, Antonio C. Hummel, diretor executivo do PROMANEJO, em Manaus, na época, e posteriormente diretor da DIFLONA (2003-2005), declarou: “As regras são claras; os recursos são para as comunidades localizadas na Flona Tapajós, na área da reserva, e não para aquelas localizadas fora da Flona. Aquelas que não querem permanecer não terão direito a eles”.

O posicionamento de Hummel, que acabou prevalecendo, criou novas formas de descontentamento e suspeitas entre as pessoas das comunidades, agravando as divergências entre elas e a direção do PROMANEJO. Duas semanas após esta reunião, Adilson, líder comunitário de Pini, reclamava que:

Estes projetos são um tipo de pílula que o IBAMA quer nos dar para que nós nos esqueçamos da questão das nossas terras. Eles disseram que só as comunidades que aceitarem ficar na Flona têm direito de receber os recursos. As que querem a exclusão, não terão direito a eles. O que significa isso? Significa que as pessoas são forçadas a aceitar a proposta do IBAMA.

Entendimentos semelhantes levaram muitas comunidades a rejeitar os projetos ofertados pelo PROMANEJO. Além disso, apesar dos recursos do PROMANEJO terem sido destinados às comunidades residentes na Flona Tapajós (e, pelas palavras do diretor executivo, também engajadas com sua proposta), não havia definições claras sobre quais projetos poderiam ser implantados, por quem, ou como. Isto criava expectativas inatingíveis entre as pessoas, bem como disputas entre as ONGs que

trabalhavam com as comunidades, em torno da administração dos recursos do PROMANEJO (FATHEUER, 1998). Intensificando as disputas, o PSA, a maior ONG de Santarém na época, já havia apresentado em 1996, uma proposta para administrar os recursos do PROMANEJO, seguida por outras ONGs que também começaram a requerer sua participação na alocação de recursos, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA). Para resolver as disputas, a coordenação do PROMANEJO decidiu que os recursos deveriam ir diretamente para as comunidades, através de suas associações de base, e que as ONGs poderiam participar fornecendo assistência técnica.

Esta tentativa do PROMANEJO em transferir a responsabilidade pelas iniciativas dos projetos para as comunidades, todavia, encontrou dificuldades. Em 1997, durante a primeira fase do PROMANEJO, o Imaflora organizou duas oficinas para capacitar as comunidades na elaboração de propostas. Apesar destas oficinas, até o ano 2000 nenhuma comunidade havia apresentado qualquer proposta. Antes de visitar Santarém em 2000, eu fui primeiramente ao Banco Mundial, em Brasília, para colher informações sobre os projetos. Nesta ocasião, Ricardo Tarifa, então responsável pelos assuntos relacionados ao PROMANEJO, disse-me: *“Eu não entendo; o dinheiro está lá, disponível para as comunidades, mas até agora nenhuma proposta foi apresentada. Até parece que eles não querem o dinheiro dos projetos”*. O representante do Banco Mundial não estava de todo equivocado.

Durante minha pesquisa no campo, ouvi diversas versões por parte das pessoas a respeito das perspectivas conflitantes sobre o que deveriam ser os projetos, e o que as teria desencorajado a elaborar e submeter alguma proposta. Foi entre as pessoas de Taquara que encontrei as reclamações mais amargas. Os representantes que haviam participado das oficinas de trabalho do Imaflora informaram que, contrariados, tinham se retirado no meio das atividades, e a comunidade decidiu que não apresentaria qualquer projeto ao PROMANEJO. Daniel, um dos líderes comunitários, explicou:

Nós estávamos participando da oficina do Imaflora. Então, eles começaram a nos pedir para fazer um mapa da comunidade. Aí eu fui ficando com muita raiva! Você sabe, depois de um ano fazendo todos aqueles mapas para o levantamento socioeconômico em 1996, eles nos pediram para fazer tudo de novo. Eu não sou nenhuma criança para ficar brincando de fazer mapas o tempo todo. Além disso, tudo o que nós queríamos para

projeto eles diziam que não era possível. Se eu não posso ter um projeto que eu quero, então eu também não quero nenhum outro.

Foi neste momento que a comunidade de Taquara cortou suas relações com o IBAMA, e um ano mais tarde começou a se identificar como “indígena”, conforme será examinado no próximo capítulo. Também ouvi reclamações de um dos líderes da comunidade Tauari, que disse:

Eu chorei naquele dia. Você sabe, nós tínhamos definido uma proposta muito boa durante a oficina do Imasflora, que era para instalar uma serraria portátil. Mas, quando nós apresentamos o projeto, eles disseram que não seria possível, que isso iria destruir a floresta e tantas coisas que eu cheguei a chorar de raiva. Então eu disse que eu não ia querer saber de mais nada.

Na comunidade de Pedreira, onde foi iniciado um projeto de avicultura em 2002, também ouvi comentários semelhantes. Quando perguntei ao líder comunitário por que eles tinham decidido criar galinhas, ele respondeu:

Na verdade, nós queríamos um projeto para o manejo de quelônios. Queríamos um projeto de manejo de tartarugas no lago, aqui atrás da área da comunidade, no caminho para Acaratinga. Mas, então, os técnicos vieram aqui e disseram que isso era muito difícil e que era melhor desistir disso. Daí tentamos ter um projeto para o manejo da caça, mas eles novamente disseram que não era possível. Nós, então, perguntamos o que é que então pode? A única coisa possível que restou era as galinhas. Aí nós concordamos e dissemos para eles que trouxessem, então, as galinhas.

Depois de vários esboços, o PROMANEJO finalmente definiu os tipos de proposta de projetos comunitários que poderiam ser submetidos para financiamento. Ficou estabelecido que as propostas dos projetos deveriam seguir uma ou mais das seguintes cinco “áreas temáticas” prioritárias: 1) Manejo florestal de baixo impacto para a produção e comercialização de recursos não madeireiros; 2) Sistemas agroflorestais, para a introdução e o cultivo de espécies florestais; 3) Saúde comunitária, para ações de saúde preventiva; 4) Organização comunitária, para o fortalecimento do associativismo comunitário; e 5) Treinamento em extensão florestal, para os técnicos que trabalham com projetos. O PROMANEJO também estabeleceu que as propostas

deveriam conciliar em seus objetivos o manejo sustentável dos recursos com a geração de renda.

Havia pouca motivação para que as pessoas das comunidades tirassem proveito dos recursos do PROMANEJO. Nos quatro anos de implantação do Componente 4, de 1998 a 2002, apenas algumas famílias das seis comunidades se engajaram em projetos apoiados e promovidos pelo Programa. Minhas observações sugerem que a falta de motivação em relação aos projetos era reflexo da resistência que empreendiam contra os esforços governamentais para ajustar o seu sistema de produção, adequando-o aos objetivos da Flona Tapajós, os quais o PROMANEJO era responsável por consolidar. O projeto de criação de galinhas, como o projeto de produção de óleo de andiroba e de copaíba,⁹² ambos discutidos na próxima seção, refletem as tentativas do PROMANEJO de alterar os sistemas de produção das comunidades, em favor de atividades que explicitamente reduzissem a pressão sobre os recursos florestais e a necessidade de áreas mais extensas. Eu discuto os dois projetos porque eles diferem muito das estratégias comunitárias para a produção de seus meios de vida. Embora as atividades de criação de galinhas e de extração do óleo de andiroba já fossem exercidas pelas pessoas das comunidades, elas não tinham o propósito de produção e comercialização intensivas. Os dois projetos, neste sentido, significaram a transformação de duas atividades da unidade produtiva doméstica “tradicional”, para que começassem a operar com a lógica do mercado.

Galinhas na floresta

O projeto de avicultura foi chamado oficialmente “Projeto Comunitário de Avicultura e Cultivo de Sistemas Agroflorestais”, sendo, todavia, mais conhecido pelas pessoas das comunidades como o “Projeto das Galinhas”. O Projeto foi implantado em quatro comunidades: Maguari, Pedreira, Piquiatuba e Nazaré; a um custo de \$12.293 dólares para cada comunidade, que foi requerido através das duas associações então existentes, a Associação Intercomunitária do Tapajós (AITA) e a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais do Tapajós (ASMIPRUT). A assistência técnica era fornecida pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA), a um custo de \$ 95.193 dólares. Apesar de o PSA ter se proposto a dar assistência a todas as 22 comunidades, apenas essas

⁹² Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e copaíba (*Copaifera* spp).

quatro aceitaram participar e, mesmo assim, somente uma pequena parcela de cada uma delas havia se interessado. O objetivo do projeto era a implantação de um sistema integrado de avicultura e de sistemas agroflorestais (SAFs), bem como a construção de uma edificação para a criação de aves domésticas destinadas ao consumo e à comercialização.

Em discussão desde 1998, o projeto levou um longo tempo para ser implementado, tendo ocorrido, em seu início, diversas e controvertidas versões. Conforme assinalado, para a maioria das comunidades o projeto não fora uma demanda elaborada por elas mesmas. Ao contrário, como no caso de Pedreira, o projeto de avicultura foi a única opção deixada pelos técnicos do PROMANEJO, os quais haviam recusado as solicitações por um projeto de manejo de tartarugas e outro de caça. A coordenação do PROMANEJO explicou que o projeto de criação de aves foi apresentado como forma de apaziguar as expectativas frustradas pela demora em chegar os recursos financeiros durante a segunda fase do PROMANEJO. De acordo com ela, a previsão de recursos gerou expectativas sobre diversos tipos de projetos que não eram contemplados nos objetivos do PROMANEJO. Isso foi agravado pelo longo atraso na liberação dos recursos, que normalmente ocorre por conta das complexidades dos procedimentos burocráticos que esses programas multilaterais exigem. Como esta situação fomentava o descontentamento entre os comunitários, e o projeto de avicultura era o único com alguma discussão em andamento, a coordenação do PROMANEJO decidiu apoiá-lo, para evitar a criação de novas expectativas, frustrações e contrariedades que não pudesse controlar.

O coordenador do PSA, Caetano Scannavino, explicou que o projeto se originara da percepção sobre a necessidade de melhoria de qualidade na dieta das comunidades. Ele disse que ao longo dos anos, trabalhando com estas comunidades, tinham observado que sua nutrição e sistemas de cultivo eram deficientes e, desta forma, o objetivo do projeto era ajudá-las na superação destas carências. Quando lhe perguntei por que decidiram promover a criação de aves, ao invés, por exemplo, de técnicas mais ajustadas às tradições produtivas das comunidades, ele imediatamente respondeu que “esta é a ideia”, e sugeriu que eu falasse diretamente com os técnicos responsáveis pela implantação do projeto para obter mais detalhes. Entretanto, as contínuas mudanças na equipe de técnicos do PSA impediram que eu pudesse obter informações mais precisas sobre a conceituação do projeto. Ao participar de uma reunião ocorrida no ano 2000, em Piquiatuba, para discutir o projeto com o

técnico do PSA e os consultores do PROMANEJO, o técnico me explicou que quando começou a trabalhar naquela ONG, o projeto já estava em discussão, e ele teve apenas que aceitá-lo como estava e buscar fazer o seu melhor. Ele admitiu que não estava seguro acerca do sucesso do projeto, já que este aplicava técnicas desconhecidas pelas comunidades e consumiria muito tempo. Além disso, ele expressava preocupação com o fato de não haver nenhum entendimento em relação aos impactos potenciais do projeto sobre os sistemas comunitários de produção existentes, ou sobre os impactos ambientais que a avicultura intensiva poderia causar. Por razões que desconheço, ele não permaneceu muito tempo na equipe do PSA.

As preocupações do técnico do PSA, todavia, faziam sentido. A implantação do projeto não só desconsiderava estas preocupações, como também impunha uma vasta, complexa e burocrática operação, conflitante de diversas maneiras com os sistemas de produção existentes. O Projeto das Galinhas teve início no final de 2001, com diversos seminários para tratar de temas sobre a gestão do projeto, as visitas a granjas avícolas para o aprendizado das técnicas necessárias para a criação de aves, instalações para pintos e construção de galinheiros. Para o trabalho de construção de galinheiros foram contratadas pessoas das próprias comunidades. O PROMANEJO requereu que as comunidades plantassem lavouras para garantir a alimentação das galinhas. Cada grupo comunitário era responsável por seu próprio lote de cultivo, sendo possível também fornecer uma quantidade equivalente, oriunda de suas próprias lavouras individuais. Isto logo se constituiu no primeiro problema. Com exceção de Maguari, nenhuma outra comunidade conseguiu fornecer a necessária provisão de milho para as aves. Este impasse em parte refletia um erro de conceitualização acerca do trabalho coletivo entre os sistemas de produção das comunidades.

Apesar de as famílias nas comunidades prepararem conjuntamente os roçados, a colheita era feita por unidade familiar. A ideia de “roçados coletivos”, estabelecida no projeto, desconsiderava tais formas de estratégia de trabalho comunitário, bem como as divergências entre os núcleos familiares, assumindo, inversamente, que estes conformariam um conjunto homogêneo e harmônico. Além disso, o projeto era excessivamente centralizado, controlado diretamente por técnicos, conforme Ferreira Neto (2002) destacou de forma precisa em sua avaliação. A maioria dos grupos não era capaz de lidar com os requisitos

estabelecidos pelo projeto, falhando em assegurar o fornecimento da alimentação para as aves.

A chegada dos pintos nas comunidades, em julho de 2002, constituiu uma operação complexa, como também era o sistema de criação, ambos refletindo a dissonância do projeto com os sistemas de produção das comunidades. Para começar a criação, os pintos foram comprados em São Paulo e transportados até Santarém de avião e, de lá, até a área das comunidades, de barco. O transporte dos pintos demandava extremo cuidado, já que qualquer estresse poderia matá-los. Uma semana antes da chegada dos pintos, o técnico do PSA visitou cada uma das comunidades envolvidas, para explicar os procedimentos a serem tomados. Eu estava em Piquiatuba quando ele chegou para uma reunião. O técnico iniciou o encontro explicando, logo em seguida, como os pintos seriam transportados. Ele enfatizava um aspecto:

Antes de tudo, há um ponto muito importante a ser destacado: após a chegada dos pintos, a mãe ou o pai não podem dizer que não tem tempo para cuidar dos pintos e mandar as crianças fazer o trabalho. Os pintos são sensíveis demais; eles se estressam facilmente. Além disso, os pintos necessitam de alimento e remédios na quantidade certa, e as crianças não são capazes de fazer isso.

Ao ouvi-lo dar tais instruções, imediatamente me recordei das crianças que eu observava pela manhã bem cedo, distribuindo alimentação aos pintos, uma atividade que em geral era de sua responsabilidade na divisão familiar de tarefas. Em frente ao galinheiro que foi construído com recursos do PROMANEJO havia uma placa onde estava escrito: “Proibida a entrada de crianças”.

Duzentos e vinte e cinco pintos foram comprados para cada grupo comunitário; aproximadamente 25 pintos morreram em cada grupo durante o transporte até as comunidades. Inicialmente, o projeto planejava comprar 450 pintos para cada grupo, mas a falta de alimentação, que já se esboçava, fez com que os técnicos reduzissem a quantidade inicial. Mesmo com uma quantidade menor de pintos, as técnicas de criação de galinhas demandavam cuidados intensivos, 24 horas por dia. Esta demanda afetava diretamente o uso do tempo pela comunidade. Com as crianças proibidas de colaborar, a responsabilidade pelos cuidados com o grupo de pintos mantidos em área fechada ficava nas mãos dos adultos. Seus cuidados requeriam

vigilância constante, que se prestasse atenção a cada ferimento nos pintos, evitando ataques por outros, que poderiam matar a ave ferida. Alimentação e medicamentos deveriam ser providenciados em quantidades e períodos determinados, assim como a temperatura e a luz deveriam ser rigorosamente controladas. Para atender a todas estas exigências, os grupos familiares estabeleciam turnos rotativos para cada chefe de família, durante o dia e à noite. Em Piquiatuba, o grupo estabeleceu dois turnos: um de seis da manhã às seis da tarde e outro das seis da tarde às seis da manhã. Certa vez visitei o local onde as galinhas eram mantidas, e lá encontrei Josefa, que estava em seu turno cuidando das aves. Quando a perguntei sobre seu dia, ela respondeu: *“Foi muito triste, sem ninguém para conversar, o dia todo só olhando galinhas, afastando elas para não brigarem”*.

O tempo que as pessoas deveriam dedicar ao projeto de avicultura era muito maior do que o tempo que eles costumavam dedicar aos seus animais domésticos. A criação de galináceos pelas comunidades é apenas um componente do seu sistema de produção. Elas geralmente são criadas para o suprimento da alimentação, na ausência de outra proteína animal, ou são consumidas principalmente por pessoas enfermas. Para o consumo diário as galinhas não eram consideradas um “alimento forte”.⁹³ Normalmente, o tempo despendido na criação de galinhas era distribuído ao longo do dia, e realizado por mulheres e crianças. Criadas livremente nos quintais, em volta da casa, as galinhas eram recolhidas somente à noite, para evitar o ataque de predadores. Em sua fase inicial, os pintos eram em geral cuidados pelas donas de casa; assim que cresciam um pouco mais, eram as crianças que geralmente assumiam a responsabilidade por alimentá-los. Além de fonte de alimentação, as galinhas também eram importantes comercialmente. Constituindo a principal fonte de renda de muitas donas de casa, observei diversas vezes as galinhas sendo usadas como moeda corrente, em troca de bens, especialmente com regatões que ainda frequentam a região.

O sistema de produção de aves que estava sendo implantado através do PROMANEJO desconsiderava as estratégias de produção das comunidades, além de demandar tempo, o qual era subtraído de outras atividades produtivas. Os sistemas de produção das comunidades eram baseados na exploração de uma variedade de recursos ao longo

⁹³ Uma análise acerca das percepções sobre “alimento forte”, em oposição a “alimento fraco”, entre as comunidades camponesas da região do baixo Tapajós é encontrada em Lins e Silva (1980).

do calendário produtivo anual, cuja força de sustentação residia exatamente nesta multiplicidade de estratégias. O gasto de um dia por semana nos cuidados com galinhas – sem levar em consideração o tempo gasto em reuniões, treinamentos e outras atividades – alterava significativamente a organização do tempo das comunidades, por forçá-las a concentrar excessivos esforços em uma atividade especializada. Neste caso a especialização não apenas interferia na organização das atividades produtivas das comunidades como também não propiciava qualquer compensação.

Uma média de vinte famílias por grupo comunitário tomava parte no projeto. A distribuição das duzentas galinhas para este grande número de famílias acabava rendendo a cada uma delas apenas dez unidades. Para o alcance deste número, talvez não fosse necessário um projeto tão oneroso, nem que demandasse tanto tempo de dedicação. A pesquisa que efetuei entre as comunidades revelou, com poucas exceções, que a maioria das famílias mantinha costumeiramente, com recursos próprios, um mínimo de dez galinhas em seus quintais de produção. Em 2003, quando retornei a campo, fui informada que o projeto fora temporariamente interrompido, e que as galinhas remanescentes haviam sido distribuídas entre as famílias participantes, que, segundo elas, receberam cada uma, cerca de três a quatro galinhas. Os 36 hectares planejados para a implantação das SAFs haviam sido reduzidos para 0,25 hectare por grupo, com o cultivo de quatro espécies.

Em sua avaliação dos projetos comunitários do PROMANEJO, Ferreira Neto (2002) também destacou como problema o fato de o projeto avícola ter sido introduzido por falta de opções. O autor enfatizou que a proposta não foi construída tendo em mente os sistemas tradicionais de produção das comunidades. Um dos efeitos, observou, “foi o reduzido domínio da proposta por parte dos grupos comunitários e, em consequência, a falta de motivação para executá-lo. As comunidades não se apropriaram do projeto. Tratava-se do projeto do PROMANEJO, ou do projeto do PSA” (FERREIRA NETO, 2002, p. 8).

Eu também ouvia as pessoas referindo-se ao projeto como sendo “do PROMANEJO”, ou “do PSA”, e observei que elas tinham pouco esclarecimento acerca do termo “SAFs”, previsto para ser desenvolvido. Certa vez, em Piquiatuba, Marinalvo, anfitrião da casa onde estava acolhida como hóspede, chamou-me para conversar e perguntou: “Edviges, o que é SAF?” Surpresa com a pergunta, em poucas palavras

eu respondi que entendia serem esses sistemas de produção baseados no cultivo de diferentes espécies consorciadas em uma mesma área. Ele, então, olhou para fora da casa e mais uma vez questionou: “*Mas, não é isso o que nós fazemos?*” Eu comentei, então, que o desenvolvimento dos SAFs havia partido precisamente dos sistemas nativos, especialmente da região amazônica, como o deles, que usavam consorciar seus cultivos com várias espécies. Ele, então, parou por uns instantes para pensar e, em seguida, ainda refletindo perguntou: “*Por que, então, os técnicos vêm aqui agora para nos ensinar o que nós já ensinamos a eles?*”

Apesar da dificuldade de encontrar alguém que defendesse pontos positivos do projeto de avicultura, sua falta de sucesso, contudo, não pode ser tomada como algo irrelevante. Não se tratava apenas de mais um mal sucedido e frustrante projeto, mas um projeto que também desorganizou os sistemas de produção das comunidades, um legado que foi deixado nas mãos delas para ser resolvido. Em sua avaliação do Componente 4 do PROMANEJO, Padovan (2002, p. 26) alertava que “são exatamente as pessoas das comunidades que se configuram na principal parte prejudicada, gerando, além disso, forte desconfiança e apatia da parte delas em relação a questões direta ou indiretamente relacionadas à gestão global da reserva”. De fato, desconfiança e apatia haviam caracterizado o relacionamento entre as pessoas das comunidades e a administração desta reserva florestal, desde o começo. De forma semelhante às dificuldades para se implantar essa Floresta Nacional, o fracasso do projeto de avicultura não pode ser atribuído simplesmente a problemas técnicos que desconsideravam os sistemas produtivos tradicionais das comunidades. A proposta foi objeto de intensa discussão por meses, e diversos especialistas chamaram a atenção para os problemas que necessariamente iriam ocorrer com a sua implantação. Contudo, é preciso perceber que o problema estava relacionado com o objetivo mais geral do projeto de avicultura, de priorizar as metas desta reserva florestal para reduzir a pressão sobre os recursos madeireiros; a prioridade eram os recursos madeireiros, e não os impactos sobre os sistemas produtivos das comunidades.

O projeto para produção de óleo de copaíba e andiroba

O projeto para a produção do óleo de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e de copaíba (*Copaifera* sp) começou a ser implantado em julho de 2000, inicialmente com algumas famílias das comunidades de São Domingos e Nazaré e, mais tarde, em 2002, com outras da comunidade

de Piquiatuba. Este projeto também foi apresentado através da AITA e da ASMI PRUT, com uma dotação de \$9.506 dólares para cada comunidade. O principal objetivo era fornecer uma infraestrutura para a produção dos óleos de andiroba e copaíba. A produção do óleo, uma atividade desenvolvida de forma extensiva na região é, todavia, costumeiramente realizada em pequena escala para usos domésticos e, ocasionalmente, para comercialização. O projeto vislumbrava o incremento e o aprimoramento da produção e comercialização dos dois tipos de óleo para o suprimento da indústria de cosméticos.

A proposta para o projeto do óleo foi uma iniciativa da coordenação do PROMANEJO em Santarém. Para adiantar o processo, Viviane Araújo Gonçalves, coordenadora técnica do PROMANEJO, elaborou e levou a proposta para as pessoas das comunidades. Inicialmente, apenas São Domingos e Nazaré aceitaram participar, com 13 e 12 famílias, respectivamente. O projeto viabilizaria para estas famílias a construção de instalações para a produção e estocagem dos óleos, capacitação para o aprimoramento da qualidade da produção e estudos de mercado.

Apesar de alguns problemas de menor proporção, inicialmente o projeto do óleo foi avaliado positivamente por uma equipe externa contratada pelo PROMANEJO.⁹⁴ Ele foi considerado tecnicamente válido e com bom nível de participação, já que se fundamentava numa atividade tradicional bem conhecida e com um alto nível de envolvimento das pessoas. Os resultados indicavam um aumento na produção e na comercialização de óleo, apesar de inferiores às metas inicialmente estabelecidas, de atingir um mínimo de quatro mil litros por ano. Em 2002 São Domingos vendeu cem litros de óleo e Nazaré vendeu 320, que correspondiam a um aumento médio de 290% em relação aos níveis de produção de 1998 (FERREIRA NETO, 2002).

Apesar da verificação de relativo sucesso no projeto, suas metas, contudo, conflitavam com os sistemas produtivos das comunidades. O óleo de andiroba é extraído das sementes, que devem ser coletadas das árvores que estão dispersas de forma não uniforme na floresta. A produção do óleo requer uma média de cem quilos de sementes para a obtenção de 18 litros de óleo (SHANLEY; CYMERY; GALVÃO, 1998). A quantidade necessária para a produção pelas duas comunidades era o primeiro e mais crítico problema. Nas áreas daquelas duas

⁹⁴ Cf. Ferreira Neto (2002); Padovan (2002).

comunidades, as árvores de andiroba eram escassas. Levantamentos florestais localizaram árvores de andiroba em áreas mais remotas da Flona Tapajós, ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163). A coleta e o transporte das sementes a partir dessas áreas requeriam a utilização de um barco e de um veículo. Por algum tempo o PROMANEJO e a administração da Flona Tapajós viabilizaram os meios de transporte. Isto fez com que as famílias dependessem da ajuda externa para a produção do óleo, sendo também necessário maior esforço e tempo para a coleta das sementes, em função da distância até aquelas áreas.

A produção de óleo de andiroba faz parte do sistema produtivo doméstico, e é uma atividade fundamentalmente feminina entre as comunidades da Flona Tapajós. Enquanto os homens trazem da floresta as sementes, que são bastante pesadas, as mulheres são responsáveis pela extração do óleo. Porém, as práticas comunitárias ditam que as mulheres menstruadas não podem extrair o óleo nem podem estar presentes durante o seu processamento. A produção doméstica do óleo de andiroba para uso medicinal e, eventualmente, para comercialização, era também distribuída entre outras atividades produtivas ao longo do calendário agrícola. Em geral, para as comunidades, os indivíduos não podem reivindicar a propriedade ou exclusividade das árvores de andiroba nem de suas sementes, a não ser que se tenha plantado a árvore. A andiroba, como os demais recursos florestais ou aquáticos, é vista pelas comunidades como um recurso de uso comum, que deve ser compartilhado por todos.

A intensificação da produção de óleo pelo projeto, todavia, impactava estas práticas e regras tradicionais relativas ao uso da andiroba. Por exemplo, a exploração das sementes de andiroba na Flona Tapajós requeria a apresentação de um plano de manejo a ser aprovado pela DIFLONA, em Brasília. Isto interferia fortemente na autonomia das comunidades na definição de regras para seus sistemas produtivos, já que transferia o poder de decisão para os funcionários do IBAMA. A resistência das comunidades a essa interferência era parte das suas antigas lutas pelo acesso e controle sobre os recursos florestais e, certamente, ajudam a explicar a falta de uma participação comunitária significativa no projeto, bem como a desistência de algumas famílias que inicialmente engajaram-se. Em 2002, apenas seis famílias em cada grupo comunitário permaneciam trabalhando nele.

O projeto de fato intensificou a produção de óleo, mas também promoveu dependências e alterou regras comunitárias para a

apropriação de recursos em favor de uma concepção burocrática e especializada. Esta se refletia, por um lado, na prioridade aos estudos econômicos de mercado e potenciais florestais, e, por outro, na falta de atenção às formas de uso da floresta pelas comunidades e aos impactos sobre elas. A composição da equipe técnica e dos consultores especializados do PROMANEJO também revelava a prioridade dada às questões florestais econômicas, preterindo os entendimentos comunitários acerca da exploração de recursos. Enquanto diversos economistas e especialistas em floresta foram contratados para as atividades do Componente 4 do PROMANEJO, nenhum cientista social foi chamado em algum momento para auxiliar ou avaliar o desenvolvimento dos projetos comunitários.

5.5 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E FLORESTAS NACIONAIS

Apesar de reconhecerem uma série de dificuldades na implantação dos projetos junto às comunidades localizadas na Flona Tapajós, os coordenadores do Componente 4, contudo, atribuíam-nas a fatores considerados fora do seu controle. O relatório de atividades de 2001 do PROMANEJO apontou uma série de problemas que se interpuseram aos seus objetivos. Dentre os obstáculos identificados como de origem “externa”, o relatório destacava: 1) os conflitos decorrentes da indefinição que ainda permanecia sobre os títulos de posse de terra das comunidades; e, 2) a falta de capacidade organizacional das pessoas das comunidades (PROMANEJO, 2001). Ao ler as linhas deste relatório, soava-me estranho a construção do texto. Primeiramente, como poderia ser considerada uma questão externa a indefinição dos títulos de posse da terra das comunidades, se ela representava a área onde os projetos comunitários seriam implantados? Enquanto para a coordenação do PROMANEJO a falta de solução relativa às terras era algo externo às atividades do Projeto, para as pessoas das comunidades a definição da área era condição prévia ao plano de manejo da reserva, o qual esperava que os projetos comunitários ajudassem a consolidar.

Quanto ao segundo argumento, “falta de capacidade organizacional das pessoas das comunidades”, também me soou estranho, talvez ainda mais. Depois de ter acompanhado a longa história de resistência destas comunidades contra persistentes tentativas de expulsão, e de sua contribuição para que se efetuassem mudanças significativas na legislação relacionada à presença de pessoas nas áreas das reservas, era-me difícil aceitar que justamente para estas comunidades lhes faltasse “capacidade

organizacional”. Além disso, as propostas do projeto deveriam ser elaboradas segundo parâmetros rígidos e demandas definidas externamente, e administrados sob uma pesada estrutura burocrática. Conforme demonstrado, dentre as áreas temáticas, à exceção da saúde e do associativismo comunitário, aquelas relacionadas às atividades produtivas estavam centradas na promoção de formas de uso florestal comercial, porém sem levar em consideração os sistemas de manejo florestal comunitário, nem suas formas de organização sociocultural. Ao colocar a culpa na incapacidade organizacional das comunidades, a coordenação do PROMANEJO talvez estivesse tentando encobrir outra face da realidade, de que as comunidades estavam resistindo porque o Projeto não dialogava com suas demandas e interesses.

Apesar de o PROMANEJO (1997) ter estabelecido em suas metas que os beneficiários seriam as “comunidades tradicionais que residiam dentro do perímetro da Flona Tapajós”, eles não mencionavam os sistemas de produção delas. As áreas temáticas não foram definidas para apoiar ou reforçar os usos florestais comunitários, mas para promover atividades compatíveis com as metas da Flona Tapajós, de torná-la uma reserva economicamente viável, através da exploração florestal, que é o principal propósito das Florestas Nacionais. Assim, os projetos e atividades financiados pelo PROMANEJO não tinham o objetivo de promover as formas de uso da floresta pelas comunidades, que era o principal propósito das lutas que elas empreenderam ao longo de duas décadas. Ao contrário, o objetivo do PROMANEJO era transformar estes modos de uso da floresta, para adequá-los aos propósitos do plano de manejo da Flona Tapajós. Este objetivo encontra-se expresso entre as metas do Componente 4, as quais ressaltam o apoio a *experiências piloto que proveem alternativas às formas de uso tradicional da terra*.

Uma das fontes do problema repousa no regulamento do SNUC, cujas diretrizes não reconhecem os direitos das “populações tradicionais” aos seus territórios nas Florestas Nacionais. Ao invés disso, as “populações tradicionais” são “admitidas” desde que elas tenham comprovadamente residido na área antes da criação da reserva.⁹⁵ Esta aceção estabelece uma relação de poder desigual, que tende a negar a legitimidade das reivindicações das pessoas ao acesso a seu território

⁹⁵ Esta visão é diferente daquela relativa às Reservas Extrativistas, as quais são criadas pressupondo-se a existência de “populações tradicionais”, e cujo objetivo é a resolução de conflitos fundiários. Para maior aprofundamento, *vide* Allegretti (2002).

e aos recursos florestais, e a criar uma relação de dependência com os órgãos governamentais. Esta posição desigual também está refletida na estrutura administrativa das Florestas Nacionais, as quais têm um Conselho Consultivo, mas não deliberativo, no qual os representantes das “populações tradicionais” podem participar “quando apropriado” (SISTEMA..., 2000, Art. 17, § 5º).

Além disso, a legislação das Florestas Nacionais estabelece, no Artigo 17, como objetivo básico das reservas “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas”. Assim, as “populações tradicionais” que são *admitidas* na área das Florestas Nacionais devem estar em conformidade com o seu plano de manejo, elaborado para atender aos objetivos da reserva. Isto significa que os sistemas de produção comunitários “tradicionais” devem ser ajustados para se adequar ao plano de manejo da reserva, cujo objetivo, no caso da Flona Tapajós, é a promoção da exploração madeireira com base nos modernos princípios da silvicultura científica.

Não surpreende, portanto, que as atividades e os objetivos do Componente 4 estivessem consistentes com os objetivos das Florestas Nacionais de tornar economicamente viável a exploração madeireira nas áreas da reserva. Com ênfase na redução das pressões sobre os recursos madeireiros, o PROMANEJO buscava desmontar os sistemas de produção das comunidades, os quais se baseavam no uso múltiplo dos recursos florestais, porém requeriam áreas maiores, para favorecer atividades econômicas especializadas destinadas a abastecer o mercado. Em outros termos, a perspectiva presente naquele Projeto refletia o processo de simplificação e padronização presente na moderna arte de governar, conforme discutido por Scott (1998), para o exercício de controle dos espaços e das relações sociais. Ademais, como ele ainda advertia, “nunca devemos presumir que as práticas locais conformar-se-ão às teorias do Estado” (SCOTT, 1998, p. 49); ambos os fatores, ambientais e humanos, interpõem-se para intervir no *sonho utópico*, neste caso, de modernização da exploração florestal. Assim, talvez a “indiferença” das comunidades para com a “gestão global da reserva” (PADOVAN, 2002) possa ser compreendida como parte de seus esforços para resistir às tentativas do governo de alterar suas formas de se relacionar com os espaços e os recursos para, assim, atender aos objetivos do plano de manejo da Flona Tapajós.

Enquanto as pessoas mostravam alguma resistência a tais interferências, as comunidades de Taquara, Marituba e Bragança tomaram uma posição muito mais radical. Ao passarem a reivindicar uma identidade indígena, elas transformaram a forma e a condução de sua luta, e se distanciaram da categoria “populações tradicionais” que lhes foi imposta pelas agências estatais. Esse é o tema do próximo capítulo.

Capítulo 6

Reelaboração das antigas tradições culturais indígenas

6.1 INTRODUÇÃO

Nos capítulos precedentes foram apresentados dois momentos cruciais relacionados à reconstrução territorial e das identidades sociais que se iniciaram com a criação da Flona Tapajós. O primeiro conjunto de eventos, ocorridos de 1974 até o início da década de 1990, caracterizou-se pelas tentativas governamentais de remoção forçada das pessoas da área da Flona e pelo não reconhecimento de uma organização social e identitária das comunidades. Em vez disso, aos olhos do governo, as pessoas das comunidades eram identificadas como *caboclos*, *invasores* ou *ocupantes ocasionais* e, por conseguinte, seus direitos territoriais eram negados. O segundo grupo de eventos, iniciados em 1994, caracterizou-se pela admissão, pelo governo, da permanência das pessoas das comunidades na área da reserva florestal, após terem sido oficialmente reconhecidas como “populações tradicionais”.

Neste capítulo focalizo um terceiro momento desta longa história de (re)construção dos territórios e das identidades sociais das comunidades, o qual foi definido por um processo de reelaboração das identidades indígenas, iniciado em 1998 entre as pessoas das comunidades de Taquara, Marituba e Bragança. Eu irei me referir a este processo como “movimento indígena”, o qual tem se caracterizado pela reafirmação de pertencimentos étnicos e práticas culturais ancestrais, bem como pela reivindicação junto à Funai para o reconhecimento e demarcação de suas terras. Diferentemente dos dois momentos anteriores de conformação territorial e identitária já discutidos, que resultaram da

intervenção governamental direta no processo de implantação da Flona Tapajós, o movimento indígena emerge de motivações das próprias comunidades, que começaram a reconstruir antigas tradições culturais indígenas e a remodelar suas formas de organização política e cultural. O movimento indígena que emergiu entre as três comunidades não só as separou das suas associações prévias com as outras comunidades na área da Flona, distinguindo-as como um grupo social próprio (os indígenas), como também redefiniu a configuração do campo político, no qual novas relações sociais e espaciais têm se conformado.

6.2 TERRITÓRIO E IDENTIDADE INDÍGENA: PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Em 1998 iniciou-se o movimento para a reconstrução das identidades indígenas, impulsionado pelas pessoas da comunidade de Taquara, que passaram a se reconhecer como pertencentes à etnia Munduruku. Em 2001, as comunidades de Marituba e Bragança também começaram a se autoidentificar como indígenas Munduruku.⁹⁶ A emergência do movimento de reafirmação das identidades étnicas, no interior destas três comunidades, acabou gerando uma cisão entre as “comunidades de resistência”, dividindo-as em *comunidades indígenas* e as *comunidades não indígenas* e, conseqüentemente, impactando suas formas de organização e associação política e de luta pela terra.

Este movimento de reconstrução das identidades indígenas entre as três comunidades, e que se expandiu pela região do baixo Tapajós, é evocativo dos movimentos que ocorreram nas décadas de 1970-1980 no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1999a). Como no caso do baixo Tapajós, grupos indígenas do Nordeste considerados extintos ou simples sobrevivências residuais de um processo de extermínio e miscigenação causado pela colonização, iniciaram um processo de reconstrução cultural, passando a se reconhecer – e se fazer ver – como pertencentes a uma identidade étnica diferenciada. Analisando os movimentos de emergência étnica na região Nordeste, Oliveira (1999a) aponta para a noção de “territorialização”, que desenvolveu para compreender os processos de mudança que as populações indígenas passam ao se

⁹⁶ Reivindicando etnias distintas, algumas comunidades localizadas na margem esquerda do rio Tapajós, na área da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, também têm conduzido um movimento similar de reconstituição das identidades indígenas. Mais informações, ver Ioris (2010).

tornarem objetos de intervenção do Estado, ao serem incorporadas dentro do Estado-nação. Segundo ele, esses processos associam indivíduos e grupos a limites geográficos específicos, levando à criação de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários, controlados pelo Estado e, portanto, externo às populações nativas. Neste sentido, tomando essas ações e seus desdobramentos como fio condutor da investigação, os processos de territorialização são pensados a partir do

[...] movimento pelo qual um objeto político-administrativo [...] – as “comunidades indígenas” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que se relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). (OLIVEIRA, 1999a, p. 21-22, grifo do autor).

Oliveira (1999a) identificou o primeiro processo de “territorialização” sofrido pelos grupos indígenas do Nordeste entre meados do século XVI e as primeiras décadas do século XVIII, durante o período das missões religiosas. Um processo similar também ocorreu na região amazônica, especialmente na região do baixo Tapajós, conforme apresentado no capítulo 2. Em ambas as regiões, as missões religiosas constituíram um importante mecanismo para as políticas coloniais, para a expansão das fronteiras e das finanças da Coroa Portuguesa, que buscava homogeneizar diferentes culturas através da catequização, de uma rígida disciplina de trabalho e, na região amazônica, através da criação de uma *Língua Geral Amazônica*, o *Nheengatu*. Tanto na Amazônia quanto no Nordeste as missões religiosas criaram uma grande *mistura* de grupos nativos, a qual foi posteriormente reforçada pelas políticas de assimilação do Diretório dos Índios que, ao contrário dos religiosos, encorajava casamentos interétnicos e a ocupação dos antigos aldeamentos das missões por colonizadores brancos. Ao final do século XIX muitos desses povos indígenas, na Amazônia ou no Nordeste, já eram considerados extintos, sendo referidos simplesmente como remanescentes ou descendentes. Oliveira (1999a) também identificou um segundo e diferente processo de “territorialização” que ocorreu entre os índios do Nordeste a partir da década de 1920, com a chegada do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o primeiro órgão governamental dedicado aos índios, criado em 1911. Nas décadas subsequentes, com base nas políticas governamentais de tutela, o governo implantou

diversos Postos Indígenas do SPI e demarcou terras para diversos grupos. Para os grupos indígenas esse processo resultava em crenças e comportamentos característicos daquelas políticas protecionistas, analisado por Oliveira (1988) como *indianidade*. Entretanto, em contraste com a região Nordeste, os grupos indígenas do baixo Tapajós não foram sujeitos a este processo de intervenção estatal. Ao longo do rio Tapajós, o SPI apenas estabeleceu um Posto Indígena e demarcou terras para os índios Munduruku no alto curso do rio; não há qualquer relato de ações similares efetuadas na região do baixo Tapajós.

Por outro lado, como no Nordeste, ao final do século XIX os grupos indígenas localizados no baixo Tapajós eram tidos como extintos, com uma literatura que reforçava tal compreensão ao descrevê-los como caboclos. Esta é uma razão pela qual o processo de emergência étnica entre comunidades como as de Taquara, Marituba e Bragança tem surpreendido muitos acadêmicos, bem como órgãos governamentais e não governamentais, ou mesmo a sociedade regional.

Esses movimentos de reconstrução de identidades étnicas levados adiante por grupos que não eram reconhecidos pelo Estado, nem descritos na literatura, vieram a constituir, na perspectiva de Oliveira (1999a), um terceiro processo de “territorialização”. Neste, os grupos indígenas buscam restabelecer uma relação com suas origens, reinventando antigas tradições culturais que lhes permitem definir-se como uma coletividade etnicamente organizada, e que os diferencia de seus vizinhos regionais. Esse processo está ocorrendo em Taquara, Marituba e Bragança, onde a retomada de rituais, pintura corporal, língua e instituições organizacionais emanadas de tradições indígenas do passado representam uma parte dos esforços para estabelecer conexões com suas origens, bem como para se distinguirem em relação aos outros grupos sociais existentes na região. Oliveira (1999a), todavia, alerta que tal movimento indígena não constitui um exercício nostálgico de retorno ao passado, desconectado do presente: “Sabem que estão muito distantes de suas origens em termos de organização política, bem como em termos de dimensão cultural e cognitiva” (OLIVEIRA, 1999a, p. 31). Como ressaltou, este modo de entendimento não invalida as referências e os sentimentos que estão ligados às suas origens étnicas, mas, ao contrário, tende a reforçá-los. É o que, de certa forma, também tentava me explicar Olavo, da comunidade de Taquara:

Nós somos índios como sempre fomos. Mas, antes nós tínhamos uma espécie de vergonha de ser índio porque éramos ensinados que ser índio

era horrível, que índio era como um animal na floresta. Isso vem de muitos tempos atrás, das missões, e depois disso, da Cabanagem, sempre tentando destruir a cultura indígena. No entanto, hoje nós somos livres, entendemos que o índio tem valor, que nossa cultura vem do passado e que nós não precisamos ter vergonha disso.

Tal associação entre identidade indígena e liberdade era expressa com frequência nas três comunidades da Flona Tapajós que começaram a se reconhecer como indígenas Munduruku. Por estabelecerem uma conexão com suas origens étnicas, reinventando velhas crenças e rituais, elas definiam parâmetros culturais que as permitiam se sentir “livres” no território que ocupavam. Isto era especialmente enfatizado em relação ao IBAMA, que seguiu impondo sucessivos regulamentos, estipulados desde a criação da reserva, restringindo direitos territoriais e exercendo controle sobre as relações sociais existentes.

Em sua análise sobre os processos de reelaboração étnica, Oliveira destacou a importância do território para os movimentos sociais de reconstrução étnica e cultural, observando a conexão entre os sentimentos de pertencimento étnico e o local de origem específico. Para o autor, que se vale da poética da expressão “enterrada no umbigo”,⁹⁷ é nele que o indivíduo e seus componentes mágicos se uniriam, fazendo-o se identificar com a própria terra e a integrar um destino comum. Neste sentido, a “relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas da *autoctonia*” (OLIVEIRA, 1999a, p. 31, grifo do autor). Desta forma, a importância do território neste processo está na mediação que exerce na relação entre o indivíduo e o grupo étnico.

Tal percepção pode ser observada também entre as comunidades de Taquara, Marituba e Bragança com respeito às suas reivindicações por uma identidade indígena e à demanda pelo reconhecimento e regularização de suas terras. Conforme discutido no capítulo anterior, a categoria “populações tradicionais” e seu uso no contexto das Florestas Nacionais têm representado um mecanismo governamental para o exercício do controle sobre as comunidades. Além disso, o território, que é vital para a conexão entre os indivíduos e o grupo étnico, reproduzindo

⁹⁷ Expressão encontrada no Nordeste do Brasil para se referir ao costume de enterrar o umbigo dos recém-nascidos.

sentimentos de pertencimento, foi retirado do controle destas três comunidades indígenas (assim como das demais residentes na área da Flona). Assim, para reassumir o controle mínimo sobre seus territórios historicamente ocupados, tornava-se necessário o restabelecimento de uma conexão com o passado, com suas origens, recriando suas organizações socioculturais e políticas, e assim o fizeram sob o manto das antigas tradições indígenas. Foi por meio deste movimento que as três comunidades indígenas na Flona Tapajós se distanciaram da categoria das “populações tradicionais”, permitindo-lhes se sentirem “libertas” para decidir sobre seu destino e suas terras. Como ressaltava o indígena Olavo, em Taquara: *hoje nós somos livres, entendemos que o índio tem valor, que nossa cultura vem do passado, das nossas origens.*

Essa tomada de decisão, contudo, levanta uma importante questão: por que estas três comunidades entre as vinte localizadas na Flona Tapajós? Por que as outras 17 não tomaram a mesma direção que as comunidades de Taquara, Marituba e Bragança, se elas todas desfrutaram de um mesmo processo histórico, e algumas delas partilham fortes laços de parentesco? Minhas investigações sugerem que existiam, pelo menos, duas razões principais a motivar o surgimento do movimento indígena. Uma estaria relacionada à resistência à categoria de “populações tradicionais” tal como foi imposta oficialmente em finais da década de 1990, na elaboração do SNUC; e a outra seria motivada pelo desejo de superação de uma crise de representação política interna, desencadeada pela morte das principais lideranças político-religiosas. Além disso, comparadas às demais comunidades na Flona Tapajós, estas três compartilhavam algumas características-chave, incluindo organizações sociais e religiosas similares, uma forte liderança patriarcal, e intensa presença do xamanismo. Essas características foram reforçadas com o surgimento do movimento indígena.

6.3 O RESSURGIMENTO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS E AS DISPUTAS PELA TERRA

Examinam-se aqui as motivações e especificidades que favoreceram o surgimento do movimento indígena entre as três comunidades que passam a reafirmar antigas tradições culturais e pertencimentos étnicos. De uma comunidade a outra, procura-se refletir sobre sua dinâmica e importância no contexto sociopolítico e cultural local, e de luta pelos direitos territoriais.

6.3.1 O CHAMADO DO PAJÉ: IDENTIDADES INDÍGENAS EM TAQUARA

As pessoas de Taquara costumam atribuir a fundação da comunidade a Pedro e Maria, que chegaram ao local em 1889. Seus descendentes identificavam Pedro como filho de “uma mulher Munduruku com um homem português”, e é por causa desta descendência Munduruku que as pessoas da comunidade se reconhecem como pertencentes a este grupo, apesar de também reconhecerem outras origens étnicas entre seus ancestrais, como Tupinambá e Kumaruara.

Apesar de Pedro e Maria serem considerados os “fundadores” da comunidade de Taquara, o casal, todavia, não teve filhos biológicos. Segundo seus relatos, eles adotaram uma menina por nome de Anabela e um menino com o nome de Inácio. Em 1908 Anabela casou-se com Romeu dos Santos, originário do baixo Amazonas e identificado como índio Munduruku. Anabela e Romeu tiveram quatro filhos: Irani, que não se casou nem teve filhos; Carlos, que se casou e se mudou para a comunidade de Prainha, mas morreu logo depois; Maria Antônia e Clara. Em 1938, Antônia casou-se com Saulo Cruz, com quem teve cinco filhos, apesar de dois terem falecido ainda bebês. Antônia morreu jovem, e Saulo casou-se novamente com Clara, a irmã mais nova de Antônia. Saulo e Clara tiveram seis filhos e adotaram mais quatro.

Esta família ampliada de Pedro e Maria constituiu o centro da organização social da comunidade de Taquara, apesar de outras famílias de diversos lugares também terem se estabelecido na área. Com uma forte presença de pajés, que curam pessoas não só da comunidade, mas também de vários outros lugares, o xamanismo estava na base tanto do sistema de crenças da comunidade de Taquara, juntamente com o catolicismo, como também de suas organizações sociopolíticas. Dentre os pajés, o mais famoso era justamente Saulo, que se casou com Antônia e Clara, vindo a falecer em 1998. Suas práticas de cura eram uma das razões motivadoras e constituintes do estabelecimento de vários núcleos familiares na comunidade de Taquara. Este era o caso da família de Ricardo, oriundo da margem esquerda do Tapajós. Depois de ser curado por Saulo, Ricardo decidiu permanecer no lugar, conforme ele explicou, ressaltando relações de reciprocidade: “Depois de ter sido curado por Saulo, ele me convidou para fazer alguns trabalhos para ele, e eu, por gratidão, aceitei”. Ao longo do tempo, através do casamento, fortes laços

de parentesco têm se formado entre novas famílias que se estabeleceram na área e a extensa família inicial de Pedro e Maria.

Saulo nasceu no alto rio Arapiuns, um tributário do Tapajós, e identificava-se como índio Kumaruara. Ele se tornou conhecido como poderoso curador não apenas na comunidade de Taquara, mas por todo o vale do Tapajós. Em virtude do forte poder de cura que lhe era atribuído, Saulo era conhecido como o “médico da terra”, termo com o qual ele mesmo se identificava. Era muito comum ouvir pessoas pela região do Tapajós afirmando: “Era Deus no céu e Saulo na Terra; o que o médico doutor não dava jeito, Saulo curava”. Além de receber pessoas na própria comunidade de Taquara para se tratar, Saulo também ia uma vez por mês a Santarém, onde dezenas de pessoas enfileiravam-se esperando serem atendidas por ele.

Quando jovem, Saulo foi iniciado nas práticas xamânicas por Merandolino Cobra-Grande, apontado como o mais famoso pajé que toda a região do baixo Amazonas já conheceu. Dizia-se que Merandolino Cobra-Grande “era casado tanto na terra como na água”, numa referência à crença de que ele se transformava em cobra e viajava ao fundo das águas. Dizia-se também que ele não havia morrido, mas, sim, apenas “amortecido”, e que depois foi residir numa cidade encantada, localizada nas águas do rio Arapiuns, junto à localidade chamada Lago da Praia, mais precisamente no lugar denominado Ponta do Toronó. Como apresentado no capítulo 2, estas crenças nos seres encantados do fundo das águas, tal como já adiantava Galvão (1952) em sua tese de doutorado, estavam associadas ao sistema xamânico de uma cultura indígena cabocla. O pajé poderoso destacava-se por sua capacidade de se tornar cobra, sendo, então, chamado de *sacaca*. Da mesma forma que ocorreu com Merandolino Cobra-Grande, Galvão (1952, p. 124) assinalava que os *sacacas* não morrem como as pessoas comuns, mas, em vez disso, desaparecem para viver para sempre no “reino encantado das águas profundas”.

Apesar de Saulo ter sido considerado um pajé poderoso, ao que parece ele mesmo não se considerava *sacaca*, conforme comentou sobre isso numa entrevista a Florêncio Vaz Filho,⁹⁸ em 1995:

Florêncio Vaz Filho (FVF): O senhor está dizendo que Merandolino Cobra-Grande era um *sacaca*?

⁹⁸ Florêncio Vaz Filho realizou esta entrevista durante sua pesquisa para a dissertação de mestrado, sobre as comunidades rurais no baixo Tapajós (VAZ FILHO, 1997). Ele gentilmente me cedeu e autorizou o uso destas entrevistas para meus estudos. Sou muito grata por sua cooperação.

SAULO (S) *Eu não tenho certeza disso. Mesmo assim, se diz que o sacaca vai para o fundo [para as profundezas da água] [...] Eu vou te dizer o que eu vi. Merandolino estava vestido com paletó, sapatos e chapéu e, no rio atrás da casa dele, no rio Aruanã,⁹⁹ ele caiu na água. Eu pensei que ele tivesse morrido, mas não foi isso o que aconteceu. Dois dias depois ele voltou com tudo perfeito, limpo e seco.*

FVF Você já viajou até o fundo?

S *Não, nunca. Merandolino não me ensinou a fazer isso. Quando ele se foi, eu já estava vivendo no Tapajós.*

FVF Existe algum outro sacaca em nossa região?

S *Eu acho que não. Eu não conheço nenhum outro.*

Segundo os descendentes de Saulo, apesar de Merandolino Cobra-Grande tê-lo iniciado nas práticas do xamanismo, foi Lucrécio Ribeiro quem continuou a trabalhar com ele e o transformou finalmente num pajé completo. Lucrécio era irmão do sogro de Saulo, conforme explicava Irani:

Meu tio Saulo tinha esse dom desde que nasceu. Você sabe, o pajé já nasce com esse dom, mas ele precisa ser trabalhado. Se ele não trabalha esse dom, ele fica, assim, meio zuretado da cabeça, como Saulo ficou, porque ele não tinha terminado de trabalhar este dom; ainda não estava na força certa. Então, a primeira esposa do Saulo chamou o tio dela, que era o Lucrécio Ribeiro, que também era pajé, para terminar o trabalho que Merandolino não tinha completado. Assim, Saulo foi tratado, ficou no normal dele e começou a curar pessoas.

A descrição dada por Irani é evocativa do processo discutido por Taussig (1993, p. 418) em seu estudo sobre “terror e cura”, no qual observa que

[...] os curadores populares e os xamãs embarcam em suas carreiras como um modo de curar a si mesmos. A resolução de suas doenças consiste em se tornar um curador, e a entrega a este chamado é uma batalha mais ou menos persistente contra as forças da doença que está dentro deles, bem como em seus

⁹⁹ O encontro do rio Aruanã com o rio Maró forma o rio Arapiuns.

pacientes [...] A cura consiste em tornar-se um curador. Ao ser curado, ele também está se tornando um curador.

Deste modo, ao atravessar o que Taussig chamou de “espaço da morte”, Saulo foi reconhecido como o último poderoso curador do vale do Tapajós. Entretanto, ao contrário de seu mestre Merandolino Cobra-Grande, Saulo não se considerava *sacaca*, já que ele não havia aprendido a viajar ao fundo das águas; mas um “médico da terra”, modo pelo qual ele era admirado e reconhecido em seu forte poder de curar.

O xamanismo praticado na comunidade de Taquara constituiu o principal fator articulador de sua organização sociocultural e política. Saulo não era apenas um curador conhecido e respeitado na região, mas também o chefe de uma larga e extensa família, base da organização social comunitária de Taquara, o presidente da comunidade e seu principal líder político e espiritual. Foi também por meio de suas práticas e conhecimentos de pajelança que se estabeleciam as relações com outros grupos sociais na região. A importância de Saulo para a comunidade de Taquara, bem como para a comunidade regional, foi expressa através de uma série de homenagens que têm sido feitas a ele após sua morte. Durante diversos rituais que eu observei em Taquara, bem como em Marituba e Bragança, Saulo era sempre invocado como o grande pajé. Homenagens de não indígenas também eram frequentes, mesmo anos depois de sua morte, como aquela prestada durante a reunião na RESEX Tapajós-Arapiuns, em maio de 2003, quando o presidente da RESEX, após mencionar que havia sido tratado e curado por Saulo, pediu que as pessoas observassem um minuto de silêncio em sua memória.

Foi precisamente após a morte de Saulo que as pessoas da comunidade de Taquara iniciaram o movimento de reafirmação das tradições culturais indígenas, e passaram a se reconhecer como pertencentes à etnia Munduruku. Foi se reportando a Saulo que as pessoas de Taquara justificaram as razões por terem começado a se reconhecer como pertencentes a uma identidade étnica diferenciada. Ouvi com frequência os filhos e netos de Saulo dizer que eles começaram a se reconhecer como indígenas porque Saulo, antes de morrer, “nos pediu para que não nos esquecêssemos dos nossos ancestrais, de nossa cultura”. Segundo eles, o chamado de Saulo havia sido gravado em fitas cassete por Florêncio Vaz Filho, que realizara entrevistas com ele e fornecera cópias das fitas. Antero, filho de Saulo e atualmente vice-cacique da comunidade, explicou:

Depois da morte de meu pai, nós passamos um longo tempo ouvindo as fitas, uma fita depois da outra. Nós começamos a nos perguntar sobre várias coisas. Se o desejo de nosso pai era que nós reconhecêssemos nossa cultura, se nós somos mesmo índios, por que, então, nós não reconhecemos que somos índios? É por causa de vergonha? Então, vamos colocar nossa vergonha de lado e ser o que nós realmente somos.

Ao ouvir diversos relatos similares na comunidade, ficava evidente que aquelas fitas constituíram a motivação crítica por trás da decisão de reafirmar suas identidades indígenas. Contudo, enquanto a comunidade atendia a um chamado imediato de Saulo, gravado nas fitas, seria possível ir um pouco mais adiante, e perceber como este chamado respondia, também, por uma necessidade de encontrar mecanismos sociais que possibilitassem reajustes e readequações em suas organizações sociopolíticas e culturais, as quais atravessavam um período de crise, destituídas que estavam de sua principal liderança política e religiosa: uma comunidade acéfala que precisava reconstruir as forças dinamizadoras da sua organização social.

Turner (1974, p. 39) em sua análise sobre os “dramas sociais”, os quais foram definidos “como unidades de processos harmônicos ou desarmônicos, que surgem em situações de conflito”, destacou a fase que chamou de *ação remediadora*, que se sucede aos estágios de crise nas organizações sociais. O autor desenvolveu sua análise a partir das teorias seminais de van Gennep sobre os “ritos de passagem”, os quais conformariam três estágios distintos: de separação, transição, e de reagrupação, frequentemente chamados de pré-limiar, limiar e pós-limiar (*preliminal, liminal and postliminal*). Desta perspectiva, Turner examinou a fase de transição, ou fase limiar da passagem e o desenvolvimento espontâneo de comunidades que compartilham características específicas, por ele denominadas *communitas*. Assim, entendendo que os estágios de crise são “os pontos de transição ou momentos de perigo e suspense” que afetam as organizações sociais, o autor observou que “no intuito de limitar o avanço da crise, alguns *mecanismos de ajuste e restauração [...], informais ou formais, institucionalizados ou ad hoc*, são imediatamente postos em operação pelas lideranças ou membros estruturalmente representativos do sistema social que está abalado” (TURNER, 1974, p. 39, grifo do autor). Para o autor, é precisamente nesta “fase corretiva, de reparação (*redressive*) que tanto **as técnicas pragmáticas como as ações simbólicas** alcançam sua mais completa expressão” (TURNER, 1974, p. 41, grifo meu). Sugiro

que esta perspectiva de análise possa ajudar a elucidar as razões internas que explicam porque este movimento de reafirmação étnico e cultural se manifesta primeiramente na comunidade de Taquara. Qual era o real chamado que, embora não estivesse explicitamente gravado nas fitas cassete do pajé Saulo, foi, contudo, tão prontamente atendido?

Durante décadas Taquara se constituiu e se manteve unida sob a liderança de Saulo, cujas práticas xamanísticas fundamentavam a base das relações sociopolíticas e culturais da comunidade, tanto interna quanto externamente. Sua morte foi uma perda irreparável, deixando um espaço vazio na organização de suas relações sociais, e pode ser entendida como representando um período *limiar* para a comunidade, ou, nas palavras de Turner (1974, p. 39), “um limiar entre fases mais ou menos estáveis do processo social”. Foi precisamente neste momento, nesse *limiar* que se seguiu imediatamente à morte de Saulo, que a comunidade de Taquara começou a restabelecer conexões com antigas tradições indígenas, em que as práticas xamânicas e cosmologias foram expressas em sua forma mais elaborada. Esta virada, no sentido de afirmar pertencimentos étnicos e uma identidade indígena, pode, assim, ser apreendida como parte destes mecanismos que Turner destaca como *ajustes* ou *reparos* que são postos em marcha visando à superação das crises sociais; neste caso, causada pela ausência de Saulo. O vácuo causado por sua morte e a iminente crise causada pela perda de sua principal liderança (político-religioso) foram sendo superados por intermédio da reivindicação e reafirmação de suas origens étnicas indígenas.

Não obstante suas diferenças, o movimento de reafirmação das tradições indígenas pelas pessoas da comunidade de Taquara ressoa, em certo sentido, com a “invenção das tradições”, discutida no livro organizado por Hobsbawm e Ranger (2002), sobre o restabelecimento de antigas tradições europeias do final do século XIX, incluindo rituais da Coroa Britânica e vestuários escoceses (o *kilt*, o tecido xadrez e a música de fole). Analisando a “invenção de tradições” a partir da perspectiva das políticas de Estado, Hobsbawm (2002) destacou que o restabelecimento daquelas tradições refletiam as mudanças rápidas e profundas que ocorriam na Europa naquele período, e a urgente necessidade por tradições *novas ou velhas*, que apresentassem um meio de assegurar ou expressar uma unidade e identidade social. Deste modo, ele mostra que, correntemente pensadas como milenares, a “invenção” daquelas “tradições” do Reino Unido constituía um importante instrumental político, manipulado pelo Estado para forjar e fortalecer

um senso de unidade e fornecer uma orientação ideológica, baseada em símbolos e tradições, reconstruídos como se fossem parte do passado, parte das origens das pessoas.

Sem estender a discussão, quero destacar que tais processos indicam que a reinvenção de antigas tradições, como aquelas ocorridas na Europa, ou as que estão em curso nas comunidades de Taquara, Marituba ou Bragança, faz parte dos mecanismos socioculturais para o restabelecimento de uma ordem nas relações sociais. Sob o manto de antigas tradições culturais, a comunidade de Taquara tem não apenas redefinido os fundamentos de sua organização social e política, mas também delimitado fronteiras étnicas que permitem distingui-la de outros grupos na região, como uma coletividade distintamente organizada. Além de este movimento indígena representar uma tentativa de se apartar da categoria das “populações tradicionais”, ele representava também um mecanismo de *reparação*, empregado para a superação da crise causada pela morte de seu líder principal. Como uma fênix, as antigas tradições indígenas renasceram em Taquara a partir das cinzas de Saulo. Atendia-se, assim, o seu apelo, o seu chamado pela unidade e pela manutenção do grupo, porém atendendo ao desejo do pai que queria também *que a gente não esquecesse nossa cultura [...], não esquecesse que nós somos mesmo índios*.

6.3.2 MARITUBA E BRAGANÇA: LIDERANÇAS POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O movimento indígena que eclodiu em Marituba e em Bragança foi grandemente influenciado pelo que ocorria em Taquara. Em janeiro de 2001 as duas comunidades promoveram uma grande reunião, com convidados de várias comunidades da região e representantes de organizações governamentais e não governamentais, para anunciar que ambas haviam decidido se engajar no movimento indígena e também se reconheciam como pertencentes à etnia Munduruku.

No passado recente, Marituba e Bragança eram integradas por famílias extensas, pertencentes à comunidade de Marai. Além dessas duas, também a comunidade de Nazaré, situada no limite sul, pertencia a Marai. As narrativas sobre as origens históricas de Marai são diversas e contraditórias, mas, em geral, apontam no sentido de uma antiga aldeia indígena. O nome “Marai” é atribuído a um índio de nome *Maraio*, que residia no lugar, apesar de ninguém saber identificar sua filiação étnica.

Segundo genealogias de parentesco, uma grande parcela das pessoas das quatro comunidades (Marai, Nazaré, Bragança e Marituba) descendia diretamente de uma senhora conhecida como Miloca, apontada como uma “índia velha”, que só falava a “língua indígena”, ou “falava feio”. Ninguém sabia dizer com precisão quando ela morreu; alguns supunham que havia sido entre as décadas de 1940 e 1950. Miloca não se casou, porém teve quatro filhos de diferentes homens e adotou uma menina; todos já faleceram. Esses filhos de Miloca são os pais de grande parte da geração mais velha que se encontra entre as quatro comunidades.

Nazaré originou-se das famílias extensas de Romênio e Josenildo, filhos de Miloca, que se mudaram na década de 1920 para o lugar onde hoje se localiza o centro do povoado. Na década de 1930, Branca, uma das filhas de Romênio, casou-se com Ronaldo, que era de Jaguarari, outra comunidade localizada na Flona Tapajós. Depois de casados, Branca e Ronaldo viveram algum tempo em Jaguarari e depois voltaram a residir em Marai, onde Ronaldo se tornou seu líder mais importante. Ainda assim, na década de 1980, em função de disputas internas na comunidade, a família extensa de Ronaldo e Branca, constituída por seus nove filhos e suas respectivas famílias, mudou-se para o lugar onde fundaram a comunidade de Bragança.

Laura, uma das filhas de Ronaldo e Branca, casou-se com o principal líder da comunidade de Marituba, que era filho de Noraldino e Flor. Noraldino também era da comunidade de Marai, ainda que pertencente a uma outra família extensa. Após terem residido em diversos locais, a família extensa de Noraldino fixou residência no lugar hoje chamado Marai. Essa família e a de Marilda apartaram-se da comunidade de Marai, e fundaram Marituba, no começo da década de 1990. Marilda era identificada como uma índia Borari, de Alter do Chão, que se mudara com seu marido, Renato, na década de 1940, para um lugar onde hoje está Marituba, encorajados pelo segundo *boom* da borracha que ocorreu na Amazônia.

Apesar de as quatro comunidades compartilharem fortes e complexos laços de parentesco e, em geral, as pessoas admitirem serem descendentes de indígenas, apenas Marituba e Bragança engajaram-se no movimento para reconstrução de suas identidades étnicas. As outras duas comunidades, Marai e Nazaré, recusaram-se a aceitar a categoria “indígena”, e ali as pessoas em geral afirmavam que “nós somos índios, mas não queremos ser índios”. Tais posicionamentos diferenciados, assumidos pelas comunidades, refletiam também

disputas e conflitos antigos entre estas famílias extensas. A decisão tomada pelas comunidades de Marituba e Bragança de se identificarem como “indígenas” tem reforçado as fronteiras sociais entre elas e as comunidades de Marai e Nazaré, configurando uma distinção entre “indígenas” e “não indígenas”. Observando as principais características das comunidades, é possível apreender como suas formas particulares de organização social, política e religiosa foram decisivas na definição dos distintos posicionamentos.

Assim, Marituba e Bragança foram fundadas por famílias extensas que se separaram de Marai em virtude de divergências internas. Ronaldo era o principal líder dessa comunidade, tendo sido seu presidente por vários anos, e a ele se atribui a efetivação dos principais aprimoramentos, incluindo-se a própria constituição da “comunidade”. Conforme discutido no capítulo 2, a configuração do *status* de “comunidade” ocorreu no final da década de 1960, através dos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica. Quando se fixou em Marai, Ronaldo ajudou a fundar a “comunidade”, e acabou por se tornar um dos seus principais líderes. Não obstante as disputas e oposições que levaram Ronaldo deixar Marai para fundar Bragança, aquela comunidade sofreu com a ausência em termos de liderança política, vivenciando frequentes mudanças em suas representações. Em Bragança, Ronaldo, por sua vez, pôs em prática suas habilidades de liderança, criando uma nova comunidade baseada em seus descendentes diretos, composta por sua extensa família. Até o ano de sua morte, em 1993, Ronaldo conduziu um grupo social coeso; depois disso, esta coesão precariamente permanecia sob a liderança materna, de sua esposa, Branca.

Marituba seguiu um processo semelhante. Noraldino e Flor tiveram onze filhos, e o poder de tal família ampliada criou conflitos internos, que os levou a deixar Marai. Aliados à família ampliada de Marilda e Renato, a família ampliada de Noraldino, a maior de todas, conseguiu fundar a comunidade de Marituba, sobre a qual Noraldino exerceu liderança até sua morte, em 2001. Assim, tanto a comunidade de Marituba como a de Bragança baseavam-se em unidades familiares relativamente homogêneas, cuja representação política residia na contínua e forte liderança paterna, que favorecia a manutenção do grupo social.

A situação era diferente nas comunidades de Marai e Nazaré. Esta última foi fundada em torno das duas famílias extensas de Romênio e de

Josenildo, filhos de Miloca. Além destas duas famílias principais, outras famílias também se estabeleceram na área, criando uma organização social mais complexa, cuja liderança política tornara-se sistemático objeto de disputa entre as famílias. Com a separação das comunidades de Marituba e Bragança, a comunidade de Marai ficou reduzida em número de pessoas, e, depois da saída de Ronaldo, sofreu sucessivas crises de representação política, incapaz de substituir a forte liderança que ele exercia. O líder mais notável que surgiu depois de Ronaldo foi Arivaldo, que, no entanto, era conhecido por ser brigão e alcoólatra, antes de sua conversão à religião pentecostal Assembleia de Deus, na década de 1990. Apesar da mudança, como religioso protestante, a liderança de Arivaldo tendia a ser contestada pelos católicos, o que reduzia seu poder na comunidade de Marai.

Religião era outro aspecto que diferenciava as quatro comunidades. Enquanto toda a população de Marituba e Bragança identificava-se como católica, nas outras duas (Marai e Nazaré) as pessoas professavam diferentes religiões. Em Marai elas se dividiam entre católicos e “crentes”, pessoas adeptas da Assembleia de Deus. Em Nazaré, dividiam-se entre três religiões: Católica, Assembleia de Deus e Igreja da Paz, outra religião pentecostal cristã fundada por missionários americanos em Santarém, que se difundiu largamente por todo o vale do Tapajós. Estas diferentes religiões também criavam cisões entre as famílias extensas, tornando o processo de tomada de decisão ainda mais complexo. O pertencimento à Assembleia de Deus ou à Igreja da Paz era uma das razões para estas pessoas da comunidade manterem-se distantes do movimento indígena. Arivaldo, de Marai, explicava: “Eu sou descendente indígena, mas, como um ‘crente’, eu não posso me reconhecer como um índio. Minha religião não me permite isso”.

Apesar de algumas pessoas nas comunidades de Marai e Nazaré expressarem o desejo de participar no movimento indígena, divisões internas as impediam de fazê-lo. Em Marai, Lourdes reclamava que: “Todos nós sabemos que somos índios; nossos avós eram índios que viviam aqui há muito tempo, mas a comunidade não quer aceitar isso”. Enquanto para estas comunidades as divergências internas e a ausência de uma liderança centralizada funcionavam como barreiras à participação no movimento indígena, as comunidades de Taquara, Marituba e Bragança mobilizavam-se para a afirmação de uma identidade indígena. Entre estas três comunidades é possível encontrar ainda mais uma similaridade. A decisão de se engajarem no movimento

indígena foi tomada somente após a morte de seus principais líderes. Em Taquara e Marituba, a decisão foi tomada imediatamente após a morte de Saulo e Noraldino, respectivamente. Em Bragança, apesar de Ronaldo ter falecido em 1993, a família extensa permaneceu unida sob sua memória, reforçada pela presença da sua esposa Branca, que manteve os filhos unidos à sua volta, garantindo certa unidade e coesão na unidade familiar. Branca, contudo, já estava muito idosa e fragilizada para seguir adiante com esta liderança. Nas três comunidades foi exatamente neste momento, quando se achavam desprovidas de uma liderança política paterna, que elas iniciaram ao movimento para restabelecer uma identificação com suas tradições culturais e identidades indígenas.¹⁰⁰

Assim, foi justamente neste período *limiar* que surgiu o movimento indígena, o qual desempenhou um mecanismo significativo para a superação da crise de representação política e assegurar a manutenção da unidade social do grupo, que se encontrava ameaçada pelas mortes de seus principais líderes. Conforme já assinalado, é na “fase de reparação que as técnicas pragmáticas e ação simbólica alcançam a sua expressão mais completa” (TURNER, 1974, p. 41). Sem liderança política que assegurava união interna, estas comunidades encontraram no restabelecimento das antigas tradições indígenas as forças simbólicas que as permitiam se reorganizar e se reproduzir no presente enquanto uma unidade social e etnicamente diferenciada.

6.3.3 LAÇOS RITUAIS E AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICAS

Um aspecto interessante neste movimento de emergência étnica entre estas três comunidades tem sido a realização de rituais, alguns dos quais com *performances* para grandes audiências. Logo após o reconhecimento como indígenas Munduruku, a comunidade de

¹⁰⁰ Estas características encontradas nas comunidades de Marai e Nazaré podem ser identificadas também em outras comunidades, tais como Piquiatuba e Tauri, localizadas, respectivamente, nos limites norte e sul de Marituba e Bragança. Piquiatuba era composta de dois núcleos familiares maiores e três menores, que se dividiam entre católicos e os seguidores da Igreja da Paz. Em Tauri, apesar do estabelecimento da comunidade configurar um longo processo de ocupação histórica, vários núcleos familiares haviam vendido seus direitos de terra, tendo muitas pessoas de fora se estabelecido no lugar. Dividida por núcleos familiares dispersos e por três religiões, a comunidade também sofria com a ausência de uma liderança representativa. Como em Marai, algumas pessoas em Tauri também expressavam o desejo de se engajar no movimento indígena.

Taquara organizou um grande ritual que denominaram de *puracê abá* (festa do povo, em *nheengatu*), realizado nos dias 19 e 20 de dezembro de 1998. Neste ritual *puracê abá* participaram 220 pessoas, inclusive de outras comunidades localizadas nas duas margens do rio Tapajós, representantes da Funai, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do CIMI, e do movimento indígena de Santarém, Manaus e Belém. No ano seguinte, nos dias 10 e 11 de abril foi organizada outra celebração, a Primeira Missa Indígena, com número equivalente de participantes.

Marituba e Bragança efetuaram rituais indígenas semelhantes quando começaram a se identificar como indígenas Munduruku. Representantes de ambas as comunidades haviam participado nos rituais de Taquara, que os influenciaram fortemente a se reconhecerem como parte da etnia Munduruku. De 13 a 14 de janeiro de 2001, as duas comunidades organizaram uma grande celebração análoga àquela ocorrida em Taquara, com o objetivo de informar aos demais que a partir de então eles deveriam ser “reconhecidos como indígenas Munduruku”. Foi por meio destas celebrações específicas, e de outras realizadas mais tarde, que a causa indígena começou a se difundir entre várias comunidades na região, de tal modo que diversas delas passaram a reivindicar seu pertencimento a alguma etnia indígena.

Difundindo-se rapidamente pela região, tal processo foi caracterizado por celebrações ritualísticas, que começaram a ocorrer ao final de cada ano, as quais eram chamadas de “Encontros de Reconhecimento Indígena”. No último dia do ano 2000 a celebração foi realizada em Jaurituba, comunidade localizada na margem esquerda do Tapajós, na qual também participaram Pinhel, Muratuba e Paraná-Pixuna. Em 2001 a celebração foi realizada em São Francisco, e no ano 2002 em São Pedro, ambas localizadas na região do rio Arapiuns. Em todos esses rituais as pessoas vestiam-se com trajes indígenas e realizavam atividades de dança, de alimentação, e outras compreendidas como relacionadas à cultura indígena, além de promoverem discussões sobre suas formas de organização política.

Em sua análise dos processos rituais, Turner (1974) enfatiza o papel transformador que eles desempenham nas sociedades, remarcando os diversos significados que expressam nos estágios de transição na vida dos seres humanos. Levando em consideração a discussão de van Gennep sobre a correlação entre mudança de *status* e de posição social, em sua análise sobre ritos de passagem, Turner (1974, p. 196) apontou os diversos significados e funções contidos nas

performances e nos rituais, enfatizando que “basicamente o processo e o estado de limiaridade representa a um só tempo a negação de muitos, senão de todos, traços da estrutura social pré-limiar e uma afirmação de outra ordem de coisas e relações”. Tal perspectiva ajuda-nos a explicar o desenvolvimento destas celebrações ritualísticas intercomunitárias, que começaram a ocorrer naquele movimento indígena. Como o batismo, através do qual os indivíduos são incorporados em uma nova comunidade moral, essas celebrações ritualísticas intercomunitárias enfatizavam o duplo movimento de negação das categorias de identificação social a eles atribuídas anteriormente (*caboclo* e *populações tradicionais*), e afirmavam a sua forma de autoidentificação como parte de um povo indígena.

O caráter espontâneo desta afirmação de uma identidade indígena, uma nova posição de *status*, necessitava ser marcada ritualisticamente para o reconhecimento de novos símbolos, e para o estabelecimento de novas alianças e o reforço dos novos laços sociais. Compreendendo um grupo de valores, comportamentos e símbolos, os rituais endossavam uma unidade social e sentimentos de lealdade a uma meta comum, de pertencimento a um grupo culturalmente diferenciado. É deste modo que entre as comunidades localizadas na Flona Tapajós pode-se agora encontrar dois grupos sociais distintos e separados: aqueles que se identificam como *indígenas Munduruku* e aqueles que se identificam como *Populações Tradicionais*.

6.3.4 EM BUSCA DOS ENCANTADOS

Os rituais que começaram a ser realizados não visavam apenas grandes audiências, mas também a unidade interior das próprias comunidades. Eles foram realizados conjuntamente com o trabalho de busca e reelaboração de outras práticas culturais. Entradas estas, incluíam-se a reestruturação das representações políticas, o renomear a si próprio e às suas instituições com denominações indígenas, a preparação de bebidas e alimentos considerados como indígenas, e a retomada de uma língua indígena. A língua que estava sendo revisitada inicialmente era o *nheengatu* (Língua Geral Amazônica – LGA), mas no momento contam com um professor para ensinar a língua Munduruku. Conforme visto no capítulo 2, a LGA era a língua falada pelos indígenas da região do baixo rio Tapajós, pelo menos até o começo do século XX. Através dos contatos com o CIMI, em Manaus, as três comunidades

desenvolveram dois cursos de *nheengatu*, ministrado por um linguista especializado. Depois disso as comunidades convidaram um indígena baniwa, oriundo do alto rio Negro, no estado do Amazonas, que era fluente em *nheengatu*, uma de suas duas línguas nativas. Ele morou nas comunidades e iniciou um programa de ensino regular de *nheengatu*. Este indígena Baniwa acabou se estabelecendo em Taquara, após seu casamento com a filha do vice-cacique.

Discutindo o processo de reelaboração étnica no Nordeste, Oliveira (1999a) chama a atenção sobre os modos particulares que cada grupo repensa e reconstrói seu respectivo processo histórico. Neste sentido assinala que em tais situações, quando “as cadeias foram perdidas na memória e não há mais vínculos palpáveis com os antigos aldeamentos, as novas aldeias têm de apelar aos ‘encantados’ para se afastar da condição de ‘mistura’ em que foram colocados” (OLIVEIRA, 1999a, p. 27). Para o autor é somente através da elaboração de utopias (religiosas/morais/políticas) que os índios poderiam superar a “contradição entre objetivos históricos e o sentimento de lealdade às origens, transformando a identidade étnica numa prática social efetiva, culminada pelo processo de territorialização” (OLIVEIRA, 1999a, p. 32).

Entre as comunidades de Taquara, Marituba e Bragança, tal apelo aos *encantados* encontra-se expresso de várias formas. Em Taquara, por exemplo, as pessoas referem-se ao *Igarapé Martanchim*, o pequeno rio no limite norte da área, como um lugar sagrado onde os *encantados* seriam purificados, um processo pelo qual eles se tornam preparados para incorporar nos xamãs. Irani explicava que:

Esta história vem de muito tempo atrás. Igarapé Martanchim significa purificação dos encantados. Os sacacas dizem que leva muito tempo para o espírito dos encantados ser purificado; é como a canonização de um santo. Então, depois de serem purificados, os espíritos estão preparados para incorporar no sacaca; assim, ele pode curar as pessoas e expulsar os maus espíritos através da oração. Se o espírito não for purificado, ele permanece lá, e pode ser incorporado por alguém que, então, pode ficar louco [...] Martanchim é um desses lugares onde os espíritos dos encantados são purificados, mas as pessoas modernas têm desrespeitado esse rio. Meu tio Saulo sempre nos dizia para respeitar esse lugar porque ele tem dono.

Apesar de ser possível notar que a percepção de Irani acerca deste processo de purificação sofre influência de referências católicas – *é como a canonização de um santo* – para a comunidade de Taquara, o significado simbólico desse rio associava-se diretamente às práticas xamanísticas desenvolvidas por Saulo e, mais tarde, por seus filhos. A referência como “sagrado” ao local onde os espíritos dos *encantados* eram purificados, congregava saberes, símbolos e valores que mantinham a comunidade conectada a um ancestral imediato (Saulo), e também era uma indicação sobre as referências culturais que deveriam seguir.

O apelo aos *encantados* também se reproduzia nos rituais para a “mãe-d’água” ou para outros espíritos mãe encontrados na natureza. Um ritual dedicado à “mãe-d’água”, do qual participei em Taquara, foi realizado para pedir abundância na pescaria. O cacique explicou que o ritual estava sendo realizado porque “o peixe está ficando escasso, e nós precisamos pedir a ela para trazer os peixes de volta”. A estrutura dos rituais, que observei reproduzida em diversos deles, consistia na participação de todas as pessoas da aldeia numa longa dança, desenvolvida através de um grande círculo, em passos ritmados, ao som de músicas folclóricas cantadas tanto em português como em língua *nheengatu*, acompanhadas por tambores. As pessoas vestiam-se em trajes confeccionados com fibras de palmeira, e se apresentavam com pinturas corporais e outros ornamentos de sementes e penas. A cerimônia foi conduzida pelo cacique, pelo vice-cacique, e por Irani, que era considerado um líder religioso nas celebrações católicas e “indígenas”. Durante os rituais, eles – líderes políticos e religiosos – sopravam fumaça em volta das pessoas, proveniente de cigarro confeccionado com a casca do tauari, tabaco, e diversas ervas e raízes aromáticas. Muitas vezes eles invocavam a proteção dos espíritos-mãe e relembavam seus ancestrais, especialmente Saulo.

Conforme o capítulo 2, apesar de algumas variantes, as cerimônias para os espíritos-mãe estão presentes na literatura sobre os índios Munduruku de várias regiões. Estes rituais eram realizados em favor dos espíritos-mãe para obter abundância, especialmente na caça e na pesca. Até a época do contato colonial, grandes cerimônias ritualísticas, como a guerra para a obtenção do “troféu de cabeça”, ou cerimônias interaldeias que ocorriam no início da estação chuvosa, eram também realizadas em favor dos espíritos-mãe. Descrevendo tais cerimônias interaldeias, Horton (1948, p. 279) observava que elas se realizavam em anos alternados, e que o xamã, “isolado numa cabana especial, invocava

os espíritos dos animais e dos peixes. Um líder, que deveria ser ao mesmo tempo um grande guerreiro e um bom cantor, conduzia a cerimônia”. Robert Murphy e Yolanda Murphy, que estudaram os índios Munduruku na década de 1950, observaram que seus sistemas religiosos baseavam-se no xamanismo e na crença nos espíritos-mãe de certas espécies de animais, peixes e plantas (MURPHY, 1958, 1960; MURPHY; MURPHY, 1954). Como enfatizado pelos autores, estas grandes cerimônias, atribuídas aos “tempos gloriosos” do sistema cultural dos Munduruku, deixaram de existir quando se iniciou o processo do contato colonial.

Não obstante tais referências aos espíritos-mãe apresentarem similaridade com os rituais correntes realizados nas comunidades de Taquara, Marituba e Bragança, não se pode fazer uma correlação direta entre estas comunidades e o sistema cultural Munduruku do passado, ou tentar apresentar evidências históricas em apoio de uma suposta “autenticidade” dos rituais desempenhados nestas três comunidades dos índios Munduruku. Como destacaram Murphy e Murphy (1954, p. 7), o xamanismo e as crenças encontradas entre os Munduruku na década de 1950 “pareciam comuns para a Amazônia”, indicando que não se tratava de referência particular à cultura Munduruku, mas que poderia fazer parte de um sistema cultural mais amplo, envolvendo outros grupos sociais regionais. Além disso, existe uma grande lacuna histórica sobre a expansão dos Munduruku na região do baixo Tapajós, bem como sobre a relação estabelecida com outros grupos sociais nativos. Apesar de a literatura ter enfatizado a belicosidade e o domínio cultural dos Munduruku no vale do Tapajós por todo o século XX (RAMOS, 2000), não existe qualquer pesquisa que elucide como tal poderio foi de fato construído e exercido.

Embora os rituais correntes dedicados a “mãe-d’água” realizados pelas três comunidades localizadas na Flona Tapajós estejam reverenciando os tempos antigos, não se pode esperar que eles reproduzam significados análogos ao do passado, nem a mesma estrutura performática e de significados. Ao contrário das atuações descritas pela literatura acerca dos índios Munduruku, os rituais destas três comunidades incluem diversos elementos inovadores, como as pessoas fumando, o banho de cheiro feito a partir de ervas aromáticas, canções folclóricas em Língua Geral e orações católicas. A presença de tais elementos reflete a história regional, da qual os grupos sociais localizados no baixo Tapajós são ao mesmo tempo parte e sujeitos. Observando o caráter dinâmico do desenvolvimento

de símbolos rituais, Turner (1974, p. 55) alerta para que eles não sejam compreendidos como *entidades atemporais*, pois “se originam e dão sustentação nos processos que envolvem mudanças nas relações sociais ao longo do tempo”. Neste sentido, menciona também a emergência de novas *communitas existenciais*, que definiu como “a mais direta, imediata e total confrontação entre as identidades humanas” (TURNER, 1974, p. 169). Assim, Turner afirma que “existe um cruzamento de influências entre formas novas e tradicionais de *communitas*, levando em alguns casos ao restabelecimento de formas tradicionais que há muito tempo se encontravam debilitas ou esmaecidas” (TURNER, 1974, p. 172, grifo do autor).

Nesta direção, em vez de buscar construir uma suposta conexão “genuína” com o antigo sistema cultural dos Munduruku, os rituais realizados pelas três comunidades sugerem um processo contínuo e dinâmico de invenção cultural, cujos significados e atuações foram se modificando ao longo da história. Pois, conforme ressalta Oliveira (1999b, p. 117, grifo do autor),

[...] as manifestações simbólicas dos índios atuais estarão marcadas comumente por diferentes tradições culturais [...] A incorporação de rituais, crenças e práticas exógenas não necessariamente significa que esta cultura já não seria mais “*autenticamente indígena*” ou que pertencesse a “*índios aculturados*” (no sentido pejorativo de *ex-índio* ou *falsos índios*).

6.3.5 RECONFIGURAÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS

Como já mencionado, até a morte de Saulo, principal liderança de Taquara, o xamanismo constituía o fundamento da organização sociopolítica e cultural da comunidade. Havia forte e estreita relação entre as esferas políticas e religiosas. Contudo, ao mesmo tempo que o xamanismo desempenhava um papel importante no sistema de crenças e na organização política da comunidade, o catolicismo também era de importância capital. Nossa Senhora Aparecida era a padroeira da comunidade, cuja celebração ocorre no dia 12 de outubro, além de acontecerem celebrações dominicais coordenadas por Irani, cunhado de Saulo. Com base nestes dois sistemas de crença, o xamanismo e o

catolicismo, a comunidade de Taquara estabeleceu os fundamentos da sua organização sociopolítica.

Tais aspectos mantiveram-se após a morte de Saulo, não obstante a ocorrência de alterações significativas. Dois de seus filhos continuaram os trabalhos de cura do pai, e rezam e tratam todas as pessoas que os procuram. Diversas pessoas de outras comunidades também os procuram para a cura de suas doenças. Apesar de ambos terem sido iniciados no xamanismo por intermédio de Saulo, eles costumavam dizer que não herdaram tal capacidade de curar. Apesar de ambos desempenharem forte liderança na comunidade, eles não foram escolhidos para serem seus representantes políticos. Este arranjo diferencia-se do passado, quando Saulo representava tanto o lado político quanto o religioso da comunidade.

Desde que passaram a reconhecer origens e pertencimentos Munduruku, a comunidade também modificou sua forma de organização política, interna e externa. Internamente eles substituíram as categorias anteriores de “presidente” e “vice-presidente” da comunidade por *cacique* e *vice-cacique*; em geral, orientados por um grupo de conselheiros. Enquanto o *vice-cacique* era um dos filhos de Saulo, o *cacique* era casado com a neta dele. O *cacique* era oriundo da comunidade de Amorim, localizada na margem esquerda do rio Tapajós e, embora reconhecesse suas origens como sendo Tupinambá, ele afirmava que se considerava um “índio Munduruku”, mais precisamente um “guerreiro Munduruku”. Ele explicava que se considerava Munduruku porque já havia “vivido entre eles desde que me casei, 18 anos atrás”. Segundo as pessoas da comunidade, o *cacique* foi escolhido porque era um “guerreiro”, termo com o qual ele também costumava se identificar.

As comunidades de Marituba e Bragança haviam criado organizações políticas semelhantes, mas com algumas particularidades. Em Bragança, constituída a partir de apenas uma grande família extensa, o *então cacique* era o filho mais novo, na realidade, sobrinho de Branca e Ronaldo, mas, criado por eles, e por essa razão, considerado como “filho”. Ele se identificava como um índio Sataré-Mawé, pois sua mãe pertencia a essa etnia. Os irmãos do *cacique* preenchiam as posições de segundo *cacique*, primeiro e segundo *Tuxaua* e conselheiro. Desta forma, todos os filhos de Ronaldo e Branca que viviam na comunidade estavam envolvidos diretamente no processo de tomada de decisão a respeito das suas identidades indígenas. Em Marituba, onde a organização social comunitária assentava-se em duas grandes famílias extensas, o principal

representante político era o *cacique*, e seu vice era o *Tuxaua*, que era também seu filho. O *cacique* era filho de Noraldino, que o substituiu após sua morte, tornando-se o principal líder político a encorajar a comunidade a aderir ao movimento indígena. Nesta comunidade, de forma similar à de Taquara, os dois principais representantes, o *cacique* e o *Tuxaua*, eram provenientes do núcleo de uma mesma família extensa, o que demonstrava o poder deste núcleo sobre os demais.

Apesar da adoção das novas terminologias “indígenas” para designar seus representantes políticos, entendidas como mais “apropriadamente indígenas”, elas não reproduziam as categorias nativas ancestrais genuínas. Ao contrário, conforme muito bem documentado pela literatura antropológica acerca dos indígenas amazônicos, as categorias de *cacique* e *tuxaua* são construções coloniais, que foram impostas pelo aparelho oficial do Estado para tratar dos assuntos dos nativos. Muito frequentemente tais representantes políticos eram escolhidos pelos funcionários do Estado, para servir não apenas como mediadores entre eles e os índios, mas também como tradutores (IORIS 1996; OLIVEIRA, 1988).

Apesar daquela intervenção direta na organização política dos índios, ela não evitou que mecanismos culturais próprios dos indígenas fossem acionados, de modo a legitimar o “cacique escolhido”. Conforme destacou Oliveira (1999a), o *processo de “territorialização”* não é uma via de mão única, na qual os índios são envolvidos de forma passiva; ao contrário, os índios também se apropriam das categorias a eles impostas e as utilizam segundo seus interesses e crenças, legitimando, no processo, suas organizações sociopolíticas e culturais. Este processo pode ser observado em Taquara, Marituba e Bragança, onde, apesar da adoção de categorias definidas externamente, como caciques e tuxauas, eles se apropriaram delas e as moldaram segundo seus interesses e modos específicos de conceber as relações de poder.

Enquanto internamente essas comunidades estabeleciam suas representações políticas com base no *cacique* e no *tuxaua*, externamente elas também interagiam com as organizações políticas mais abrangentes. Regionalmente, os índios criaram o Conselho Indígena do Rio Tapajós e Arapiuns (CITA), em maio do ano 2000, o qual, até 2005, havia envolvido mais de trinta comunidades indígenas na região. O CITA foi criado logo após a participação na Marcha Indígena até Porto Seguro, no estado da Bahia, para as celebrações do aniversário de 500 anos do descobrimento do Brasil (não obstante eles participassem para protestar contra as condições dos indígenas depois de 500 anos de existência do Brasil).

Onze índios da região do Tapajós participaram da Marcha Indígena, carregando cartazes que exibiam: “Reduzidos sim, vencidos nunca”. A participação nessa Marcha ampliou ao nível nacional o conhecimento das pessoas acerca do movimento indígena e de suas formas de organização política, e encorajou a criação de formas locais de representação, como o CITA. No âmbito regional, o CITA articulou-se com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

No âmbito local, o principal apoio para o movimento indígena era o Grupo Consciência Indígena (GCI), criado em 1997 por uma equipe de estudantes e professores, alguns dos quais pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA), que trabalhavam no *campus* de Santarém. As pessoas envolvidas no GCI identificavam-se como indígenas, sendo a maioria oriunda de comunidades localizadas ao longo dos rios Tapajós e Arapiuns, e que residiam em Santarém há muitos anos. Sob a orientação de Florêncio Vaz Filho, indígena Maytapu, que também é membro da ordem religiosa de São Francisco e professor da UFPA, o grupo informalmente iniciou as discussões com o objetivo de repensar as origens indígenas de cada pessoa. Com o desenrolar do movimento de emergência étnica em diversas comunidades da região, o GCI decidiu reestruturar-se para conseguir propiciar apoio mais efetivo ao movimento indígena. Em 2005, o GCI tornou-se formalmente uma organização não governamental.

Foi através destas novas formas de organização e articulação com os movimentos indígenas em esferas mais amplas que as três comunidades, Taquara, Marituba e Bragança, conseguiram estabelecer novas estratégias políticas, que lhes permitissem se distinguir e se separar das demais comunidades localizadas na Flona Tapajós, bem como dos outros grupos não indígenas da região. Pela adoção de um sistema político assentado na representação pelo *cacique* ou pelo *tuxaua*, estas três comunidades se distinguiam das outras que se organizavam em torno de *presidente* e *vice-presidente*. Ao mesmo tempo, estas comunidades indígenas deixaram de participar de associações comunitárias regionais, como a ASMIPRUT e a AITA, as duas principais organizações comunitárias da Flona Tapajós, criadas no início da década de 1990. Por seu lado, no nível regional, as comunidades indígenas passaram a se engajar ativamente com o CITA, e com outras organizações indígenas de maior abrangência, estabelecendo as bases de um novo campo político (BOURDIEU, 2003), através do qual elas poderiam mobilizar-se para demandar direitos sobre suas terras.

6.3.6 A LUTA PELO RECONHECIMENTO DA TERRA INDÍGENA

A criação de suas próprias organizações políticas e o restabelecimento de rituais indígenas, ou de outras práticas culturais, têm distinguido as comunidades indígenas das demais comunidades da Flona Tapajós, constituindo parte dos sinais diacríticos na tênue diferenciação que estabelecem entre aqueles não indígenas. A distinção entre indígenas e não indígenas expressou-se também nas reivindicações das comunidades pelo reconhecimento dos territórios que ocupavam, e nas estratégias usadas para a retomada do controle sobre eles. No âmbito das comunidades não indígenas havia duas tendências predominantes: uma, de aceitar a permanência na área da Flona Tapajós, na condição de “populações tradicionais”, e a outra, de ter suas terras retiradas dos limites da reserva. Os indígenas, por sua vez, começaram a demandar o reconhecimento de suas terras segundo a legislação estabelecida pelo Estatuto do Índio, que lhes assegurara o uso exclusivo do território e dos recursos. Estas três diferentes posições em relação à reivindicação pela terra levaram a divisões entre as comunidades, após mais de duas décadas de lutas conjuntas para evitar a remoção forçada e as restrições de acesso e uso dos recursos. Embora as comunidades se encontrassem politicamente unidas na primeira fase da luta, quando sofriam ameaça de remoção compulsória de suas terras, elas se separaram na segunda fase, após terem seus direitos reconhecidos, quando a luta passou a ser para assegurar meios de controle sobre os seus territórios.

Enquanto as comunidades não indígenas eram favoráveis ao estabelecimento de algum nível de relacionamento com o IBAMA, o mesmo não acontecia com as comunidades indígenas. Os indígenas não mais concordavam em tomar parte em qualquer discussão ou trabalho capitaneado pelos representantes do IBAMA. Eles somente aceitaram o meu projeto de pesquisa após eu demonstrar que não havia qualquer relação com o IBAMA. Expressando absoluta desconfiança no órgão governamental, eles com frequência enfatizaram: “Com o IBAMA não adianta. Foram anos e anos de reuniões e discussões e nunca chegamos a lugar nenhum. Com o IBAMA nós nunca seremos donos de nossas terras, do que é nosso”. Deste modo eles rejeitaram as últimas tentativas do IBAMA de resolver a situação fundiária das comunidades na Flona Tapajós, que redefinia suas identidades como *populações tradicionais*.

Em seu lugar, os indígenas começaram uma intensa mobilização para terem suas terras reconhecidas pela Funai.

Taquara foi a primeira comunidade a iniciar esse processo. Em agosto de 1988, dois dos filhos de Saulo foram à cidade de Itaituba, no médio rio Tapajós, com a missão de informar ao escritório regional da Funai sobre a sua existência como uma “comunidade indígena”. Na época o administrador regional da Funai era Walter Azevedo Tertulino, que visitou Taquara logo em seguida. No retorno, enviou uma série de documentos à sede da Funai em Brasília, informando que “havia indícios de que os moradores da comunidade de Taquara são índios Munduruku”, e solicitava que se iniciassem os procedimentos oficiais pertinentes. O administrador regional enviou também documentos ao IBAMA, ao INCRA e ao Ministério Público, informando-os acerca “da existência de índios Munduruku”, na comunidade de Taquara, e de que a Funai estava tomando providências sobre o caso. Conforme os indígenas de Taquara explicaram, quando eles começaram a procurar a Funai eles não tinham conhecimento da existência de direitos dos indígenas aos seus territórios. O *Tuxaua* da comunidade de Marituba me esclareceu que “*quando nós decidimos reconhecer que nós éramos indígenas, eu não tinha a menor ideia que existia o Estatuto do Índio, não sabia que ele existia*”.

Tertulino foi um importante agente e interlocutor-chave na legitimação do movimento indígena na Flona Tapajós, naquele momento inicial. Ele os visitava com frequência e permanecia durante vários dias com as comunidades. Ele também ajudou as comunidades com importantes informações acerca de direitos indígenas, enviando relatórios frequentes à Funai, em Brasília, além de defender os direitos dos indígenas da Flona Tapajós em suas interações com outros órgãos governamentais. Os índios costumavam falar sobre ele com gratidão, frequentemente afirmando que: “*quando o Walter chegou aqui, ele logo disse que não tinha nenhuma dúvida de que nós realmente éramos índios*”.

O primeiro procedimento oficial tomado pela Funai no processo de reconhecimento das terras indígenas foi a criação, em 2001, de um Grupo de Trabalho (GT) no Departamento de Estudos para Identificação e Demarcação de Terras Indígenas (DEID),¹⁰¹ pela

¹⁰¹ Atualmente o DEID foi renomeado como Coordenação Geral para Identificação e Delimitação (CGID).

Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF). O objetivo daquele GT era a realização de um levantamento preliminar sobre as comunidades indígenas localizadas na região do baixo Tapajós, para identificar suas demandas. O GT foi composto por antropólogo consultor da UNESCO e Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves, coordenador do GT; Rita Heloisa de Almeida, antropóloga e ex-funcionária da Funai em Brasília; e por Walter Tertulino, ex-administrador regional da Funai em Itaituba-PA. A equipe iniciou o levantamento em abril de 2001, visitando os indígenas Munduruku do alto e médio Tapajós. No retorno, baixando o rio, visitou as comunidades de Taquara, Marituba e Bragança, na Flona Tapajós, e nove comunidades localizadas na margem esquerda do rio Tapajós, na área da RESEX Tapajós-Arapiuns¹⁰² (ALMEIDA, 2001).

O relatório final do GT recomendou a criação de outro GT, destinado à realização de estudos para a identificação e demarcação das Terras Indígenas das comunidades de Taquara, Marituba e Bragança, localizadas na Flona Tapajós.¹⁰³ O Grupo de Trabalho para a realização destes estudos foi criado em agosto de 2003 (Port. nº 799), ocasião em que me foi atribuída a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos relativos à criação de duas Terras Indígenas, uma para os indígenas de Taquara e outra para os indígenas em Marituba e Bragança.

Em 2005, os relatórios referentes aos estudos ainda estavam em avaliação pela Funai, e somente em outubro de 2009 foi publicado o seu resumo no Diário Oficial da União, com despacho do Presidente da Funai reconhecendo as duas Terras Indígenas, como de ocupação do “grupo tribal Munduruku”. Desde então, no entanto, o processo mantém-se paralisado, sem resposta às contestações apresentadas. A principal parte contestadora da proposta é constituída pelo IBAMA/ICMBio, pois o reconhecimento destas terras representará a perda de duas importantes áreas de floresta da Flona Tapajós, onde se localiza, precisamente, o maior potencial madeireiro da reserva. Para alguns dos funcionários do IBAMA, o reconhecimento destas Terras Indígenas

¹⁰² As visitas às comunidades localizadas na área da RESEX não foram concluídas como inicialmente previsto porque o Programa Funai/UNESCO, que financiava os trabalhos da coordenação do GT, foi temporariamente cancelado, impossibilitando a sua conclusão.

¹⁰³ Um ano depois, em 2002, o DEID incluiu as terras destas três comunidades na lista de Terras Indígenas que seriam identificadas em 2003 através do PPTAL (parte do Programa Piloto – PPG-7, que destinava apoio financeiro para a regularização das terras indígenas no Brasil).

tornaria o projeto desta reserva florestal inviável, conforme expressou Paulo Grieger, então pertencente aos quadros da Diretoria de Florestas (DIFLONA), em entrevista concedida em Brasília: “A demarcação destas Terras Indígenas será o fim da Flona Tapajós”. Em princípio, o Estatuto do Índio garante aos indígenas o usufruto exclusivo do território “tradicionalmente ocupado”, com base no direito originário, o que significa que, em tese, dever-se-ia assegurar aos indígenas a prioridade sobre a terra, acima de qualquer título privado ou público.

Preocupado com o potencial tamanho da área destas Terras Indígenas, o IBAMA antecipava-se com algumas tentativas de limitá-las. Em setembro de 2002, enquanto a Funai dava os primeiros encaminhamentos para a criação do GT para conduzir os estudos de identificação e demarcação das Terras Indígenas, o então chefe da Flona Tapajós, Ângelo de Lima Francisco, entrou em contato com o Ministério Público, em Santarém. Fazendo referência a acordos prévios com representantes daquela instituição, e alertando sobre os conflitos potenciais com as comunidades localizadas na área da Flona, Lima Francisco pediu ao Ministério Público que restringisse o tamanho das Terras Indígenas. Ele pedia que o tamanho não excedesse ao das áreas que eram “atualmente ocupadas pelas comunidades de Taquara, Marituba e Bragança, dentro do acordo estabelecido com todas as comunidades, relativo aos 67.000 hectares destinados ao uso coletivo” (Of. nº 044/2002, Protocolo nº 20002.000320). Este protocolo era o primeiro documento do IBAMA que expressava por escrito que havia um “acordo” com relação à área de 67.000 hectares proposto em 1996.

Ao lado do IBAMA, algumas famílias não indígenas, que viviam nas terras reivindicadas pelos indígenas, também se opuseram ao processo de regularização e criação das Terras Indígenas. Como a legislação não permite a permanência de residentes não indígenas naquelas Terras, em resultado, isso poderia significar que estas famílias seriam, eventualmente, removidas dos seus limites. Esta ameaça em potencial, que para as pessoas dessas comunidades não indígenas representava uma parte do drama que ainda nem haviam superado, gerou instabilidades e conflitos entre as comunidades indígenas e não indígenas (altamente explorados pela administração da Flona; mas também por outras organizações com interesses contrários ao reconhecimento das terras indígenas). Os conflitos entre elas envolveram também os recursos florestais e aquáticos comuns, com relação aos quais as comunidades não indígenas temiam perder o acesso. Em

Piquiatuba, adjacente à comunidade indígena de Marituba, as pessoas afirmavam que eram contra a demarcação das Terras Indígenas porque eles acreditavam que não teriam mais permissão para pescar no lago localizado na área de Marituba, que eles costumavam usar.

Os procedimentos da Funai para a legalização das Terras Indígenas intensificou contendas prévias entre comunidades indígenas e não indígenas, além de ter originado novos conflitos. Por um lado, as comunidades indígenas, através de suas organizações e associações de base, demandavam o reconhecimento legal de suas terras. Por outro, as comunidades não indígenas expressavam oposição através de suas associações comunitárias e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujos representantes haviam participado das reuniões realizadas com as comunidades não indígenas, durante os trabalhos do GT para identificação e delimitação das Terras Indígenas. Em nível regional, os dois grupos comunidades – indígenas e não indígenas – tiveram também o apoio de algumas instituições religiosas. Enquanto as indígenas contavam com o apoio de alguns segmentos da Igreja Católica, especialmente dos monges da Ordem de São Francisco, as comunidades não indígenas recebiam apoio de sacerdotes de outras ordens religiosas católicas, além do apoio de representantes das religiões evangélicas. Na maioria das comunidades não indígenas existia pelo menos um tipo de igreja evangélica, e os pastores tendem também a ser líderes comunitários, pelo menos aos olhos de seus seguidores.

Estas diferentes posições tomadas em relação às Terras Indígenas acentuaram as divergências entre os dois grupos de comunidades na Flona, distanciando-as social e politicamente. Esta situação ajudou a levar também a uma aproximação entre as comunidades de não indígenas e o IBAMA/ICMBio, já que ambos, dentro de seus próprios interesses e motivações, pretendiam impedir a definição e regulamentação das Terras Indígenas.

A mobilização das comunidades não indígenas contra a identificação e a demarcação de Terras Indígenas na Flona Tapajós aumentou a animosidade e acentuou as cisões entre os dois grupos de comunidades. Contudo, o percurso da história destas terras indígenas ainda é incerto. Mais de uma década depois das primeiras medidas para o reconhecimento dessas terras indígenas, os respectivos processos de demarcação e regularização ainda se encontram em seus primeiros passos, e o resultado dependerá muito da capacidade de mobilização dos indígenas. O Estatuto do Índio, por si só, não dá garantia automática

de reconhecimento das Terras Indígenas. Além disso, o processo é altamente burocrático e tende a levar anos para avançar. As frequentes mudanças nas políticas e na administração do órgão indigenista também alteram o posicionamento e as ações tomadas em relação aos processos para o reconhecimento das terras indígenas.

6.4 PERDENDO A “VERGONHA” DE SER INDÍGENA

Neste capítulo procurei mostrar o processo de mobilização nas comunidades de Taquara, Marituba e Bragança para restabelecer uma identidade indígena Munduruku, que lhes permitiu uma diferenciação em relação às outras comunidades localizadas na área da Flona Tapajós. Eu gostaria de concluir tecendo uma breve discussão sobre as diferentes perspectivas em relação a *ser indígena*, tanto para as comunidades indígenas como para as não indígenas que se encontram na Flona Tapajós. Para tanto, ressalto novamente as observações de Barth (1970) que, enfatizando o caráter dinâmico das relações interétnicas, destacou a importância de se identificar os diferentes valores que as pessoas atribuem a certas categorias que impedem ou não a interação entre grupos sociais. Para o autor, “quanto maior as diferenças entre estas orientações de valor, maiores serão os constrangimentos para as interações interétnicas” (BARTH, 1970, p. 18). Como se pôde observar entre as comunidades indígenas e não indígenas na Flona Tapajós, diferenças quanto aos valores relativos à categoria indígena constituem sérios obstáculos para a interação entre elas.

Embora o movimento indígena tenha se iniciado em 1998, eu só tive a oportunidade de observá-lo diretamente no ano 2000, quando retornei a campo para um levantamento de curta duração, relacionado à minha pesquisa de doutorado. Depois disso, ouvi e observei diversas reações controvertidas em relação ao movimento indígena por parte das pessoas das outras comunidades e dos representantes de suas organizações de base. Para alguns representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de ONGs, o movimento indígena era visto como “enfraquecendo” a luta pela terra. Eles, com frequência, comentavam: “Taquara está trocando governo por governo; vai sair das mãos do IBAMA para cair nas mãos da Funai”.

Enquanto entre as comunidades indígenas, por razões óbvias, existia uma forte valoração positiva em relação à categoria “índio”, entre as comunidades não indígenas as pessoas tendiam a ver o

autorreconhecimento das identidades indígenas como algo sem sentido, *nonsense*, quase bizarro. Falando acerca do movimento indígena de Taquara, Nelson, da comunidade de Pedreira, comentava: “É verdade que todos nós somos descendentes de índios, mas isso é um retrocesso”. Tadeu, da comunidade de Pini, declarou: “Descendentes de índios nós somos, mas já não está mais em nosso sangue”. Rinaldo, mais irritado, tinha dúvidas: “Eu quero ver é eles provarem geneticamente que são índios”. Algumas pessoas diziam que estavam esperando que um antropólogo da Funai viesse para fazer os testes sanguíneos para confirmar se eles ainda tinham “sangue de índio”. Quando alguns deles me perguntavam se eu iria visitar os “índios”, eles logo em seguida acrescentavam: “então, você não precisa levar roupa não, porque lá todo mundo só anda nu, só com pintura no corpo”. Os comentários sarcásticos efetuados acerca dos indígenas eram frequentes, refletindo o valor pejorativo que a categoria “índio” ou “indígena” significava para essas comunidades. Para elas, ser reconhecido como indígena representava um retrocesso e, em alguns casos, razão para vergonha, conforme Túlio, da comunidade de Prainha, vizinha à comunidade de Taquara, afirmava, lastimando numa reunião com o GT da Funai: “Eu sou índio, mas eu tenho vergonha disso”.

Os indígenas revelaram que tinham consciência das hostilidades contra eles, afirmando que, muitas vezes, elas eram expressas diretamente, tais como em ocasiões em que eles chegavam a algum lugar público e as pessoas começavam a uivar e a gritar: “lá vão os índios”! Ainda assim, de forma geral, os indígenas comentavam que não se perturbavam com tais hostilidades, justificando que isso acontecia porque “estes nossos parentes ainda não estão conscientes”. Eles respondiam às críticas dos não indígenas com argumentos análogos aos deles: “*Nós somos indígenas porque está em nosso sangue. Se essas pessoas se olhassem no espelho, elas saberiam que também são índios, como sempre foram*”. Para eles, o reconhecimento de seu *status* como indígena era uma maneira de conscientização de si mesmo, da sua história e uma forma de romper, como eles sempre enfatizavam, com a *vergonha de ser índio*. Nesta direção, explicando a importância de um ritual realizado na comunidade de Taquara, Irani enfatizava que:

Ritual é uma celebração. A fumaça no ritual significa que tudo se clareou. Nós sabíamos que éramos índios, que nossos ancestrais eram indígenas e que meu pai, minha mãe e todos eles pertenciam à etnia Munduruku. Mas nós sentíamos certa vergonha de dizer quem nós éramos na verdade. Então,

aquela fumaça tinha este significado, desta clareza, porque nós tínhamos vergonha de dizer que nós éramos índios [...] O significado daquela fumaça era também sobre nós, que estávamos dispersos por aí. Nosso povo vivia disperso, mas, quando aquela fumaça subiu, tudo ficou esclarecido, abriu nossas mentes, e nós ficamos conscientes sobre quem nós realmente somos.

Essas diferenças de percepção a respeito da categoria “índio” entre as comunidades localizadas na Flona Tapajós, que afetam seus comportamentos e formas de associações, dividiram-nas em dois grupos sociais distintos e opostos, dificultando uma interação mais estreita entre elas. Enquanto os “não indígenas” procuravam abrandar o seu passado indígena, as comunidades indígenas buscavam revigorar e enaltecer a história e as antigas tradições nativas. Deste modo, seus comportamentos opostos os têm levado a criar distintas formas de associações políticas e de luta pela terra, as quais, por sua vez, reproduzem e reforçam as diferenças entre elas. Em outras palavras, estas percepções e concepções divergentes em relação à categoria “indígena” refletem as *lutas pelas identidades étnicas ou regionais*, tais como definidas por Bourdieu (2003) em suas reflexões sobre identidade, representação e a ideia de região. Nestas, o autor ressalta que elas constituem “um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer acreditar, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de *fazer e desfazer grupos*” (BOURDIEU, 2003, p. 221, grifo meu). As lutas que têm ocorrido acerca das identidades étnicas e sociais das comunidades na área da Flona Tapajós, ao longo de quatro décadas de existência, desenvolveram-se fortemente associadas às lutas sobre os espaços e os recursos, e refletem esta dinâmica do “*fazer e desfazer dos grupos*”.

Conclusão

Espaços, recursos e identidades sociais

Com a atenção voltada para a criação e implantação da Floresta Nacional do Tapajós, este estudo examinou os processos de transformações sociais e espaciais desencadeados por políticas estatais, implantadas para exercer controle sobre os recursos e as organizações sociais. Compreendendo parte das estratégias do projeto geopolítico de expansão das fronteiras econômicas da Amazônia, o estabelecimento daquela reserva alterou os espaços sociais da floresta, não apenas pela imposição de novas formas de pensar e explorar os recursos, mas também por reformular as identidades dos grupos sociais locais. Neste sentido, a criação e implantação da Flona Tapajós revelou-se um processo dinâmico, no qual se distinguem três momentos-chave de (re)construção dos espaços e das organizações sociais.

O primeiro configurou-se com a implantação inicial da reserva, quando os esforços governamentais centravam-se no deslocamento das pessoas de suas terras, para que pudessem liberar a área exclusivamente para a exploração de madeira. Seguindo a racionalidade da moderna arte de governar do Estado, que busca homogeneizar os espaços e as relações sociais, o estabelecimento dessa reserva e as tentativas subsequentes de deslocamento forçado dos grupos sociais locais reconfiguraram os espaços florestais. Esse processo conformar-se-ia pela transformação da reserva numa unidade administrativa, que assegurava ao governo federal o acesso e domínio exclusivo dos recursos, e pela fragmentação das complexas relações sociais daquelas comunidades locais, substituindo-as por um sistema de mercado de trabalho assalariado. O entendimento governamental sobre aquelas pessoas como *caboclos*, *ocupantes ocasionais* ou *invasores* – essencialmente, pessoas sem identidade social ou direitos territoriais – fornecia a justificativa para a transformação

dos espaços na forma de uma reserva florestal, e o deslocamento das populações para fora de seus limites. Esses esforços governamentais para reconfigurar os espaços florestais, na forma de uma categoria de reserva livre de residentes permanentes, estava em consonância com as estratégias da *rede programada*, conforme descreveu Becker (1992). De acordo com essa visão, os deslocamentos territoriais e a transformação dos espaços compunham as metas do projeto geopolítico dos militares para modernizar e acelerar a exploração de recursos naturais e formar uma força de trabalho móvel na Amazônia. Foi neste sentido que a criação e implantação da Flona Tapajós operaram como objeto e instrumento para exercer simultaneamente o controle social, territorial e sobre os recursos.

A resistência das comunidades a esse projeto, entretanto, forçou o governo, na década de 1990, a rever suas metas de remanejamento forçado, e a aceitar a permanência das pessoas na área da reserva. Para realizar tais mudanças, as agências governamentais concomitantemente redefiniram as identidades das pessoas locais, atribuindo-lhes a condição de “população tradicional”. Essa mudança representou o segundo momento das significativas redefinições dos espaços e das identidades sociais na Flona Tapajós, o qual ocorreu num contexto de atenção mundial sem precedentes sobre a preservação da floresta amazônica. O debate ambiental internacional para salvar a floresta amazônica do avanço das fronteiras econômicas, deflagrado na década de 1970, encontrou eco nos movimentos sociais de base local, que defendiam os direitos dos grupos rurais às suas terras, das quais estavam sendo expropriados pelo governo, para transferi-las aos empreendimentos econômicos de grande escala. A defesa de territórios nativos e da integridade da floresta amazônica forneceu um campo comum tanto para os direitos sociais como para os movimentos ambientalistas, mobilizando instituições acadêmicas, organizações sociais de base, agências multilaterais e a imprensa em todo o mundo, para forçar o governo brasileiro a tomar medidas efetivas para interromper o acelerado desmatamento na região e para proteger os territórios das populações nativas.

Um dos mais notáveis desdobramentos da associação entre as agendas dos movimentos ambientalistas e pelos direitos sociais e territoriais foi a proposição e a criação das Reservas Extrativistas, o que influenciou decisivamente a percepção governamental em relação à permanência das comunidades locais nas Florestas Nacionais. A criação de reservas ambientais destinadas a promover a conservação

através das formas tradicionais de uso dos recursos, que se configurou nas Reservas Extrativistas, e a decisão do governo de permitir que comunidades locais permanecessem em outras reservas denominadas de “uso sustentável”, como as Florestas Nacionais e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, foram responsáveis pela introdução da categoria “populações tradicionais” na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa categoria acabou abarcando diversos grupos sociais que, assim como na Flona Tapajós, eram identificados por denominações genéricas de *caboclos*, *invasores* ou *ocupantes ocasionais*, entre outros termos, e desprovidos de qualquer reconhecimento legal. Desta forma, com o novo SNUC adotou-se a categoria “populações tradicionais”, uma terminologia amplamente empregada no debate internacional acerca da presença das populações humanas em áreas protegidas, para aplicá-la ao grupo de reservas denominadas “de uso sustentável”. Conforme observado por Lima (2002, p. 40), “adotando uma terminologia internacional, decidiu-se por inventar uma tradicionalidade dotada de identidade ecológica, de modo a reconhecer uma população camponesa cuja nomeação era de difícil definição”.

Neste contexto, tecendo uma associação direta entre “populações tradicionais” e o ambiente natural, o novo SNUC estabeleceu como condição para a permanência das comunidades nas reservas a aceitação e acomodação aos seus planos de manejo. Esta condição impõe, como bem destacou Barretto Filho (2006), uma relação instrumental, que tende a suprimir a autonomia dos grupos sociais, subjugando suas formas de organização social e as estratégias de produção e consumo a uma racionalidade de política ambiental definida externamente. Esta imposição torna-se especialmente relevante com relação às Florestas Nacionais, cujo principal objetivo, conforme definido em suas regulamentações e planos de manejo, é a exploração intensiva de madeira. Não obstante a categoria das Florestas Nacionais basear-se no conceito de “usos múltiplos”, a ênfase, de acordo com a legislação, é sobre a “exploração intensiva de florestas nativas”. Assim, a permanência de grupos humanos em Florestas Nacionais está condicionada ao ajustamento de suas formas de conceber e de se relacionar com os recursos florestais, para que atendam aos objetivos e metas das reservas, que é o de promover a exploração comercial de madeira.

A resistência das comunidades a essas novas formas de interferência que passaram a ser exercidas através da categoria das “populações

tradicionais”, definiu um terceiro momento-chave na redefinição dos espaços e das identidades sociais na história da Flona Tapajós. Este terceiro momento constituiu na emergência do movimento indígena visando o restabelecimento da identidade étnica Munduruku, por parte de três comunidades localizadas dentro da reserva: Taquara, Marituba e Bragança. O movimento indígena dessas comunidades foi uma reação imediata contra a imposição pelo governo de uma identidade genérica, denominada “populações tradicionais” e de seus efeitos correlatos, cuja definição baseava-se, essencialmente, em critérios ecológicos e não socioculturais. Não foi apenas para permanecer em suas terras que as três comunidades indígenas haviam se engajado nesta luta, juntamente com as outras comunidades da Flona, mas também para exercer um modo particular de vida que lhes é negado pela categoria “populações tradicionais”. Reafirmando antigas referências culturais indígenas como forma de se distanciarem dessa identidade genérica imposta externamente, os indígenas Munduruku de Taquara, Marituba e Bragança redirecionaram suas formas anteriores de luta pela terra, voltando-se para a Funai para assisti-los e para terem seus territórios oficialmente reconhecidos como Terras Indígenas. Deste modo, ao se identificarem como indígenas Munduruku, elas desencadearam, novamente, a redefinição dos espaços florestais na Flona Tapajós.

Através destes três momentos de (re)construção das identidades sociais e dos espaços na área da Flona Tapajós, ao longo das quase quatro décadas de existência, pode-se perceber a diversidade de interesses, práticas, discursos, mecanismos de poder e formas de mobilização. Pode-se observar também que, mesmo diante das tentativas de remoção forçada das pessoas das comunidades, elas não estavam em momento algum desprezadas, ou não levadas em consideração, pelos órgãos governamentais, mas, ao contrário, elas eram, sim, objeto de significativa atenção. Entretanto, não era na condição de beneficiárias diretas do projeto da reserva que elas eram percebidas, mas como objeto de intensa manipulação pelo governo, visando transformar as organizações sociais e territoriais existentes para que pudessem servir aos interesses da nova economia florestal. De uma perspectiva histórica, essas transformações não representavam uma nova plataforma governamental, pois poderiam ser traçadas desde os tempos coloniais.

Historicamente os grupos sociais nativos da Amazônia foram objeto de programas oficiais que focalizaram na erradicação de suas identidades sociais e no confisco de seus territórios, visando

transformá-los em fonte de força de trabalho. A criação e implantação da Flona Tapajós não divergiram substancialmente dessas metas. Ao contrário, possivelmente a Flona tenha representado o mais drástico esforço governamental no último século e meio para reduzir os grupos sociais nativos a trabalhadores integrados à moderna economia política nacional. A diferença fundamental neste projeto de reserva florestal era que ele se baseava na concepção de espaços florestais cercados e nos esforços para o deslocamento forçado de pessoas do interior daquelas áreas. Tais procedimentos teriam servido para quebrar os laços históricos que as pessoas possuíam com as suas terras, transformando-as em trabalhadores assalariados, e, simultaneamente, liberando a floresta para a exploração madeireira intensiva.

Assegurando o controle dos vetores técnicos e científicos, voltados para a aceleração do crescimento econômico da indústria madeireira na Amazônia, o estabelecimento da Flona Tapajós levou também à imposição de entendimentos científicos e burocráticos acerca do manejo de recursos florestais, que se contrapunham aos modos de uso comum da terra, derivados de longas histórias de ocupação. O forte movimento de resistência das comunidades localizadas na área da reserva, as mudanças no cenário político nacional e internacional, e a articulação dos movimentos ambientalistas e pelos direitos sociais convergiram para transformar esse projeto de reserva florestal em um notável campo de disputas. Em tal processo, espaços e identidades sociais tornaram-se domínios críticos para o governo, sobre os quais ele trabalhou intensamente como forma de assegurar o controle sobre os recursos e as organizações sociais.

Em relação aos grupos sociais que se encontram na área da Flona Tapajós, apesar da proposta inicial de remoção das pessoas da reserva ter sido substituída por um acordo condicional, que permitiria a permanência das pessoas das comunidades em suas terras, esse acordo somente foi concretizado pela transformação daquelas pessoas residentes em “populações tradicionais”. Assim, os grupos sociais cuja permanência foi admitida na área da reserva foram aqueles a quem as agências governamentais reconheceram como “populações tradicionais”. Se, por um lado, a maioria das pessoas das comunidades localizadas na Flona aceitou a imposição desta nova identidade, algumas não, como foi o caso de Taquara, Marituba e Bragança, as quais interpuseram forte resistência àquela denominação. Entretanto, o movimento indígena que emergiu entre essas três comunidades não pode ser entendido somente como

reação a estes esforços governamentais para regular e controlar os espaços e as relações sociais, mas também como resposta interna à iminente crise causada pela morte do seu principal líder, tendo como finalidade assegurar a manutenção da unidade social do grupo. Reinventaram-se para dar continuidade à sua história, e para marcar as suas distintividades.

Apesar da intensidade das disputas relacionadas à Flona Tapajós, os sucessivos esforços governamentais para regulamentar os espaços sociais da floresta e a exploração dos recursos tiveram algum nível de sucesso. A reserva foi criada e consolidada, significando uma das mais importantes reservas florestais na região amazônica, e constituindo importante sítio para a implantação de programas governamentais. A Flona Tapajós tem constituído também um importante espaço para a pesquisa científica, sendo aclamada como a reserva florestal com maior número de estudos, contando com mais de trezentas publicações. Além de outros projetos de pesquisa em curso, a Flona Tapajós foi também o terreno para iniciativas de pesquisa internacional, como o Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia (Projeto LBA), destinado ao entendimento do funcionamento climatológico, ecológico, bioquímico e hidrológico da Amazônia, e dos impactos causados pelas mudanças no uso da terra e suas influências sobre o sistema planetário.

Se, por um lado, pode-se afirmar que as agências ambientais governamentais ostentam algum sucesso com a criação e a implantação da Flona Tapajós em relação à disciplinarização dos espaços e das relações sociais, por outro, não se pode dizer o mesmo em relação ao objetivo primário da reserva, que é o da exploração planejada de madeira. Mais de trinta anos após a criação da reserva, o Projeto ITTO foi o único implantado com a finalidade de explorar madeira, dentro de uma área de apenas 3.600 hectares. As razões para um desempenho tão baixo têm sido geralmente atribuídas às inaptidões administrativas, essencialmente relacionadas aos insuficientes recursos financeiros e humanos para a gestão da reserva, assim como à legislação inadequada, que não permitia a exploração madeireira pelos empreendimentos privados em reservas estatais. Contudo, como nossa análise demonstrou, os principais obstáculos repousavam no fato de que a área da reserva onde se encontrava a maioria das espécies de maior valor madeireiro era exatamente aquela disputada pelas pessoas das comunidades, cuja mobilização impossibilitou o desenvolvimento de qualquer projeto de exploração madeireira, até que os direitos às suas terras estivessem garantidos.

As dificuldades enfrentadas pela administração da Flona Tapajós para implantar a exploração de madeira foram, sem dúvida, em parte resultado desses desafios de múltiplas facetas. Entretanto, conforme revela este estudo, o âmago da questão está no fato de que a reserva foi criada não tanto para promover a produção intensiva e controlada de madeira, mas para operar como instrumento governamental para o exercício do controle social e territorial. Sugiro que tal entendimento acerca da história da Flona Tapajós, em particular no que se refere aos conflitos com as pessoas das comunidades locais, possa colaborar no sentido de uma melhor compreensão do alegado “baixo desempenho” que repetidamente ouve-se reclamar em outras Florestas Nacionais na região amazônica.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros de trombetas: guardiães de matas e rios*. Belém: Cejup, NAEA, UFPA, 1998.
- AIRES DE CASAL, Manuel. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Tomo II.
- ALBERT, Bruce. Indian lands, environmental policy and military geopolitics in the Development of the Brazilian Amazon: the case of the Yanomami. *Development and Change*, n. 23, p. 35-70, 1992.
- ALCORN, John B. Development Policy, Forest, and Peasant Farms: Reflections on Huastec-managed Forests' and Contribution to Commercial Production and Resources Conservation. *Economic Botany*, n. 3, p. 389-406, 1984.
- ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALLEGRETTI, Mary H. Extractive Reserves: An Alternative for Reconciling Development and Environmental conservation in Amazonia. In: ANDERSON, A. B. (Ed.). *Alternatives to Deforestation: Steps Toward Sustainable Use of the Amazon Rain Forest*. New York: Columbia University Press, 1990. p. 252-264
- ALLEGRETTI, Mary H. 2002. 811 f. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB). São Paulo: Relume-Dumará, n. 45, p. 51-70, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *Cadernos do NAEA*, n. 10, p. 163-196, 1988.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Terras tradicionalmente ocupadas: terra de quilombos, terras indígenas, "Babaçuais Livre", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto*. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Universalização e localismos: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M. (Ed.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. p. 521-537.
- ALMEIDA, Mauro Wagner B. Desenvolvimento e responsabilidade dos antropólogos. In: ARANTES; RUBEN; DEBRET (Ed.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 111-122.
- ALMEIDA, Renata; MELGAÇO, Selma; VIANA, Virgílio. *A experiência da Floresta Nacional do Tapajós*. Relatório IBAMA, Santarém-PA, 1998.
- ALMEIDA, Ronaldo R. *Levantamento fundiário e estudo de possíveis áreas de exclusão*. Relatório, IBDF/Ministério da Agricultura. Santarém-PA. 1978.
- ALMEIDA, Ronaldo R.; SILVA, Sebastião S. *Descrição geral das comunidades localizadas na Floresta Nacional do Tapajós: subsídios para elaboração de um projeto de colaboração técnica IBAMA/EMATER*. Relatório, IBAMA/MMA, Santarém-PA, 1990.
- ALMEIDA, Rita H. *O diretório dos índios*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

- ALMEIDA, Rita H. *Relatório de viagem ao rio Tapajós em atendimento a Portaria nº 84*, de 31 de janeiro. Brasília-DF: Funai, 2001.
- ANDERSON, Anthony Benjamin. Extraction and Forest Management by Rural Inhabitants in the Amazon Estuary. In: ANDERSON, A. B. (Org.). *Alternatives to Deforestation: Steps Toward Sustainable Use of the Amazon Rain Forest*. New York: Columbia University Press, 1990. p. 65-85.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1990.
- ANDERSON, David; GROVE, Richard (Ed.). *Conservation in Africa: People, Policies, and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- ANDERSON, Lesley. *The Political Ecology of the Modern Peasant: Calculation and Community*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- ANDERSON, Robin. The caboclo revolutionary: The cabanagem Revolt 1835-1836. In: PARKER, E. (Org.). *The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives*. Studies in Third World Societies, Williamsburg (VA): College of William and Mary, 1985. p. 51-87.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE ECONOMIA FLORESTAL (ABEF). As condições da indústria madeireira no Brasil. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 5, p. 239-246, 1952.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE ECONOMIA FLORESTAL (ABEF). Perspectivas para a madeira brasileira na Grã-Bretanha. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 11, p. 119-123, 1959.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE ECONOMIA FLORESTAL (ABEF). Primeiro Congresso Florestal Brasileiro. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 6, p. 87-126, 1953.
- AQUINO, Terri V. Os Kaxinauá: de seringueiro “caboclo” a peão acreano. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Brasília: PPGAS, Universidade de Brasília, 1981.
- ARNOLD, Richard. Congressman Willian Holman of Indiana: Unknown Founder of the National Forests. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, 1992. p. 301-312.
- ARNT, Ricardo A.; SCHWARTZMAN, Stephen. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.
- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006.
- ASAD, Talal. Afterword. From the History of Colonial Anthropology to the Anthropology of Western Hegemony. In: STOCKING JUNIOR, George (Org.). *History of Anthropology*. Colonial Situations: Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1991. v. 7, p. 314-324.
- AUBRÉVILLE, August. As florestas no Brasil: estudo fitogenético e florestal. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 11, p. 201-243, 1959.
- AZAMBUJA, David. A proteção às florestas. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 11, p. 36-41, 1959.
- BALEÉ, William. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, Walter (Org.). *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectiva*. Belém: MPEG, 1989. p. 95-109. (Coleção Eduardo Galvão).

- BALÉE, William. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K.; PADOCH, C. (Ed.). *Conservation of Neotropical Forest: Working from Traditional Resource Use*. New York: Columbia University Press, 1992. p. 35-57.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia brasileira*. Tese (Doutorado em Ciência Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C; MURRIETA, E; NEVES, W. (Org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. UC's na Amazônia: território planejado e grupos sociais. In: CONGRESSO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1. *Anais...* Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997. v. 2, p. 712-728.
- BARROS, Wanderbilt D. Recurso florestal, questão de base para o Brasil. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 13, p. 91-396, 1961.
- BARTH, Fredrik (Ed.). *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Boston: George Allen & Unwin, 1970.
- BATES, Henry W. *The Naturalist on the River Amazons*. London: John Murray, 1962.
- BATES, Henry W. *Um naturalista no rio Amazonas*. São Paulo: EDUSP/Itaiaia, 1979.
- BECKER, Bertha K. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geopolítica. In: LEAL, M.C. (Ed.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992. p. 127-152.
- BENNATTI, José H. *Posse agroecológica e manejo florestal – à luz da Lei 9.985/2000*. Curitiba: Juruá Editora, 2003.
- BENNETT, John. Anthropology and Development: the Ambiguous Engagement. *Development*, n. 4, p. 6-16, 1988.
- BENNETT, John. Ecosystems, Environmentalism, Resource Conservation, and Anthropological Research. In: MORAN, E. (Ed.). *The Ecosystem Concept in Anthropology*. Colorado: Westview, 1984. p. 289-310.
- BOURDIEU, Pierre. *Language and Symbolic Power*. Massachusetts: Harvard University Press, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Practical Reason*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BRANFORD, Sue. *The Last Frontier*. New Jersey: The Bath Press, 1985.
- BRECHIN, Steven et al. Reinventing a Square Wheel: Critique of a Resurgent "Protection Paradigm". International Biodiversity Conservation. *Society and Natural Resources*, n. 15, p. 17-40, 2002.
- BROWDER, John. Brazil's Export Promotion Policy (1980-1984): Impacts on the Amazon's Industrial Wood Sector. *The Journal of Developing Areas*, n. 12, p. 285-304, 1987.
- BRYANT, Raymond. *Third World Political Ecology*. London: Routledge, 1997.
- BUNKER, Stephen. *Underdeveloping the Amazon*. Champaign-Urbana: University of Illinois Press, 1985.

- BUTLER, John. *Land, Gold and Farmers: Agricultural Colonization and Frontier expansion in the Brazilian Amazon*. Tese (Doutorado em Antropologia). Gainesville: University of Florida, 1985.
- BUTLER, Ovid. Editor's Preface. In: SCHENCK, A. C. *Birth of Forestry in America: Biltmore Forest School (1898-1913)*. Santa Cruz, CA: Forest History Society and Appalachian Consortium, 1974.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, [1964] 1972.
- CARNEIRO, Robert. The knowledge and use of Rain Forest Trees by Kuikuro Indians of Central Brazil. In: FORD, R. (Ed.). *The Nature and the Status of Ethno-botany*. Michigan: Ann Arbor Press, 1978. p. 210-216.
- CARVAJAL, Gaspar. The Discovery of the Amazon: According to the Account of F. Gaspar de Carvajal and Other Documents. *American Geographical Society*, Special Publication, New York, no 17, edited by W.G. Jourg, 1934.
- CASTRO, Edna; HEBETTE Jean (Ed.). *Na trilha dos grandes projetos*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- CHERNELLA, Janet M. Sustainability in Resources Rights and Conservation: The Case of an Awa Biosphere Reserve in Colombia and Ecuador. In: SPONSEL, Leslie E. (Ed.). *Indigenous Peoples and the Future of Amazonia: An Ecological Anthropology of an Endangered World*. Tucson: The University of Arizona Press, 1995. p. 245-261.
- CLAY, Jason (Ed.). Parks and People. *Cultural Survival Quaternary*, v. 9, n. 1, p. 2-7, 1985.
- CLEARY, David. The "Greening" of the Amazon. In: GOODMAN; REDCLIFT (Ed.). *Environment and Development in Latin America: The Politics of Sustainability*. Manchester: Manchester University Press, 1991. p. 116-140.
- CLEARY, David. Towards an Environmental History of the Amazon: From Prehistory to the Nineteenth Century. *Latin America Review*, v. 2, n. 36, p. 64-96, 2001.
- COPLAN (Coordenadoria de Planejamento); IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). *Diretrizes para a Política Florestal Brasileira: período de 1979-1985*. Brasília-DF. 1979.
- COSTA, Francisco. A. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém: Editora da UFPA, 1993.
- COSTA PEREIRA, José V. Caboclo amazônico. In: IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*. Ilustrações de Percy Lau e Barboza Leite. Edição ampliada. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. 1975. p. 12-15.
- COUDREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia; São Paulo: USP, 1977.
- CRONON, William. The Trouble with Wilderness: or, Getting Back to the Wrong Nature. In: CRONON, W. (Ed.). *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*. New York: W.W. Norton & Company, 1995. p. 69-90.
- CUNHA, Euclides. Contrastes e confrontos. In: COUTINHO, Afrânio (Ed.). *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguiar Editora, 1966.
- CUNHA, Manuela C.; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO et al. (Ed.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Editora Estação Liberdade/Instituto Socioambiental (ISA), 2001. p. 184-193.

- DEAN, Warren. *Brazil and the Struggle for Rubber: A Study in Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DEAN, Warren. *With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- DEMPSEY, Steven. Cautious Support: Relations between the Mining Industry and the Forest Service, 1891-1991. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, 1992. p. 93-105.
- DENEVAN, William. The pristine Myth: the Landscape of the Americas in 1942. *Annual Association of American Geography*, v. 82, n. 3, p. 369-385, 1992.
- DENEVAN, William; PADOCH, Christine. Swidden-Fallow Agroforestry in the Peruvian Amazon. *Advances in Economic Botany*, n. 5, 1988.
- DEUSDARA FILHO, Raimundo. *Florestas nacionais da Amazônia: diagnóstico e avaliação do Setor Florestal Brasileiro, Região Norte*. Brasília-DF: FUNATURA/ITTO, 1994.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular na Amazônia*. 3. ed. Belém: CEJUP, 1990.
- DIEGUES, Antonio C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DUBOIS, Jean. A Floresta Amazônica e a sua utilização face aos princípios modernos de conservação da natureza. SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA, 1, Belém – PA, 6-11 jun. 1966. *Anais...* Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa, 1967. v. 7 (Conservação da Natureza e Recursos Naturais), p. 115-146.
- ERNST, Christopher. An Ecological Revolution? The *Schlagwaldwirtschaft* in Western Germany in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. In: WATKINS, C. (Ed.). *European Woods and Forests*. New York: Cab International/Cambridge University Press, p. 83-92, 1998.
- ESCOBAR, Arturo. After Nature: Steps to an Antiessentialist Political Ecology. *Current Anthropology*, v. 40, n. 1, p. 1-30, 1999.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. Whose Knowledge, Whose Nature? Biodiversity, Conservation, and the Political Ecology of Social Movements. *Journal of Political Ecology*, n. 5, p. 53-82, 1998.
- ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. *Boletim Rede Amazônica*, Rio de Janeiro, Ano 1, p. 51-62. 2002.
- FATHEUER, Priscila. A reinvenção da identidade indígena no Médio Solimões/Japurá. *Anuário Antropológico* 95, Brasília-DF: UnB, 1997, p. 83-102.
- FATHEUER, Priscila. *O navio encantado: etnia e alianças em Tefé*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. (Coleção Eduardo Galvão).
- FATHEUER, Thomas W. A Floresta Nacional do Tapajós: participação para o desenvolvimento sustentável? In: LEROY, J. P.; SOARES, M. C. C. (Org.). *Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo no Brasil: dilemas e desafios*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998. p. 55-78.
- FATHEUER, Thomas W. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia? In: LEROY, J. P. (Org.). *O futuro da Amazônia em questão*. Rio de Janeiro: FASE, 1999. p. 9-43.
- FATHEUER, Thomas W. Novos caminhos para Amazônia? O programa piloto do G-7: a Amazônia no contexto internacional. *Cadernos de Proposta*, Rio de Janeiro: FASE/SACTES, n. 2, 1994.

- FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FERREIRA NETO, Paulo S. *Parecer técnico: Projetos comunitários desenvolvidos na Floresta Nacional do Tapajós e apoiados pelo Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (PROMANEJO)*. Santarém-PA: PROMANEJO, 2002.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *Forestry Development and Research. Raw Material Supply for Forest Industry Development in the Amazon Region Through Forest Utilization Contracts on Public Land, Based on Work of F. Schmithüsen*. Technical Report (FAO:DP/BRA/76/027). Brasília-DF: FAO/IBDF 1977.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO); INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF). *Technical Report 14: Logging and Transport in the Amazon Region; Forestry Development and Research*. (FAO: BRA/76/027). Brasília-DF: FAO/IBDF, 1979.
- FORESTA, Ronald. *Amazon Conservation in the Age of Development: The Limits of Providence*. Gainesville: University of Florida Press, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish*. New York: Vintage Books, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge*. New York: Pantheon Books, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *The Archeology of Knowledge: The Discourse on Language*. New York: Pantheon Books, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência das prisões*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- GACHOT, René. O programa da missão florestal da FAO na Amazônia. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, (5):245-248, 1952.
- GACHOT, René; GALLANT, Maurice; McGRATH, Kelvin. A produção de madeiras na Amazônia. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 9, p. 131-143, 1957.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1955.
- GALVÃO, Eduardo. *The Religion of an Amazon Community: A Study in Culture Change*. Tese (Doutorado em Antropologia). New York: Columbia University, 1952.
- GAULD, Richard. Maintaining Centralized Control in Community-based Forestry: Policy Construction in the Philippines. *Development and Change*, n. 31, p. 229-254, 2000.
- GHIMIRE, Krishna. Parks and People: Livelihood Issues in National Parks Management in Thailand and Madagascar. *Development and Change*, n. 25, p. 195-229, 1994.
- GOODLAND, Robert. *Amazon Jungle: Green hell to red desert? An Ecological Discussion of the Environmental Impact of the Highway Construction Program in the Amazon Basin*. New York: Elsevier Scientific Pub. Co., 1975.
- GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL DA BR-163. *Relatório de Atividades*. Brasília-DF, 2004.
- GUADALBERTO, Virgílio. A política econômica da indústria da madeira. In: *Anuário Brasileiro de Economia Florestal (ABEF/INP)*, n. 2, p. 9-16, 1949.
- GUHA, Ramachandra. *The Unquiet Woods: Ecological Change and Peasant Resistance in the Indian Himalaya*. Berkeley: University of California Press, 1990.

- GUIMARÃES, Roberto P. *The Ecopolitics of Development in the Third World: Politics and Environment in Brazil*. Boulder, CO: Lynn Rienner, 1991.
- GUPTA, Akhil. *Postcolonial Developments: Agriculture in the Making of Modern India*. Durham: Duke University Press, 1998.
- HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.
- HARRIS, Mark. What it Means to be Caboclo: Some Critical Notes on the Construction of Amazonian Caboclo Society as an Anthropological Object. *Critique of Anthropology*, v. 18, n. 1, p. 83-95, 1998.
- HARRISON, Robert P. *Forests: The Shadow of Civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- HEILBRONER, Robert L. *The Nature and Logic of Capitalism*. New York: W. W. Norton & Company, 1986.
- HEINSDIJK, Dammis. *Forest Inventory: Report to the Government of Brazil*. Rome: FAO, 1966.
- HEINSDIJK, Dammis; BASTOS, Arthur de M. Inventários florestais na Amazônia. Rio de Janeiro: Ministério de Agricultura / Serviço Florestal. *Boletim do Setor de Inventários Florestais do Ministério da Agricultura*, n. 6, 1963.
- HERING, Hermann von. Devastação e conservação das matas. *Revista do Museu Paulista*, n. VIII, p. 485-500, 1911.
- HERNANDEZ FILHO, Pedro et al. *Final Report on the Forest Inventory at the Tapajós National Forest*. São José dos Campos: INPE, 1993.
- HOBBSAWN, Eric. Introdução. In: HOBBSAWN, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-23.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HORTON, Donald. The Mundurucu. In: STEWARD, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: United States Government Printing Office, n. 3, p. 271-282, 1948.
- HURRELL, Andrew. Brazil and the International Politics of Amazonian Deforestation. In: HURRELL, A.; KINSBURY, B. (Ed.). *The International Politics of the Environment: Actors, interests, and Institutions*. Oxford: Clarendon Press, p. 392-429, 1992.
- IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Carta de Brasília. *Anuário Brasileiro de Economia Florestal*, n. 19, p. 19-36, 1968.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. *Floresta Nacional do Tapajós*. Santarém-PA, 1978.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. *Relatório de Viagem, PP. nº 030/83-DE/PA*. Santarém-PA, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL; FLONA TAPAJÓS. *Relatório da reunião com posseiros na Flona Tapajós com fins de regularização fundiária*. Santarém-PA, 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL; GRUPO DE OPERAÇÃO DA AMAZÔNIA (GOA). *Inventário florestal da Rodovia Transamazônica*. Belém-PA, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL; PROGRAMA TAPAJÓS. *Programa Tapajós: Pesquisa e exploração experimental em floresta tropical úmida* (versão interna). Brasília-DF, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE (IBAMA). Parecer Técnico (Carlos D. J. Lisboa), Protocolo IBAMA n. 253. IBAMA/ Brasília-DF, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. *Relatório de Atividades da DIMAF 1990*. Brasília-DF, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico, censo agro-pecuário, censo industrial, Santarém*. Santarém, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. DIFLONA (Divisão de Florestas). *Propostas para definição da área das comunidades na Floresta Nacional do Tapajós*. Brasília-DF, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. *Floresta Nacional do Tapajós*: Cartilha do Plano Diretor. Santarém-PA, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS; FUNATURA (Fundação Pró-Natureza). *Sistema de unidades de conservação: aspectos conceituais e legais*. Brasília-DF, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS; MIRAD (Ministério da Reforma Agrária). *Documento Resultante da Reunião Sobre a questão Fundiária da Floresta Nacional do Tapajós*. Brasília-DF, 1988.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL. *Plano diretor e zoneamento comunitário da margem direita do Tapajós: Programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7)*. Piracicaba-SP: MMA/Imaflora, 1996.

IORIS, Edviges M. Fragmentos que fazem diferença: narrativas indígenas na reconstrução do passado e das identidades étnicas. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 125, 2011.

IORIS, Edviges M. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. *Ilha* (Revista de Antropologia), Florianópolis, v. 11, n. 1 e 2, p. 219-164, jan-dez. 2009.

IORIS, Edviges M. *Os Campa entre a Funai e os Brabos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1996.

IORIS, Edviges M. (Coord.). Plantas medicinais do Cerrado: perspectivas comunitárias para a saúde, meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. WORKSHOP PLANTAS MEDICINAIS DO CERRADO, 1. *Anais*. Mineiros-GO: FIMES, 1999.

IORIS, Edviges M. Respeitando a natureza, desconsiderando as pessoas: o caso da Floresta Nacional do Tapajós. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25. Brasília-DF, 16-19 de julho de 2000. *Anais...* Brasília-DF, 2000.

KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the Peasantry: Anthropology in Global Perspective*. Colorado: Westview Press, 1996.

KIESS, Rudolf. The Word "Forst/forest" as an Indicator of Fiscal Propriety and Possible Consequences for the History of Western European Forests. In: WATKINS, C. (Ed.). *European Woods and Forests*. New York: Cab International & Cambridge University Press, p. 11-18, 1998.

LAS CASAS, Roberto Decio de. Índios e brasileiros no vale do rio Tapajós. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Belém-PA, 1964. (Série Antropologia, n. 23)

- LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: RIFIOTIS, T; RODRIGUES, T. H. (Org.). *Educação em direitos humanos: discursos e tema contemporâneos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 89-114.
- LEROY, Jean. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, FASE Editora, 1991.
- LIMA, Deborah M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 13-51, 1999.
- LIMA, Deborah M. Equidade, desenvolvimento sustentável, e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Ed.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, 1997. p. 134-152.
- LIMA, Deborah M. Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea. *Boletim Rede Amazônica*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 37-43, 2002.
- LIMERICK, Patricia N. The Forest Reserves and the Argument for a Closing Frontier. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, p. 10-18, 1992.
- LINS E SILVA, Tatiana S. *Os curupiras foram embora: economia, política e ideologia em uma comunidade amazônica*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- LITTLE, Paul. Environments and Environmentalism in Anthropological Research: Facing a new millennium. *Annual Review of Anthropology*, n. 28, p. 253-284, 1999.
- LITTLE, Paul. *Superimposed Cosmographies on Regional Amazon Frontiers*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1997. (Série Antropologia, n. 219)
- LOWOOD, Henry E. The Calculating Forester: Quantification, Cameral Science, and the Emergence of Scientific Forestry Management in Germany. In: FRANGSMYR, T.; HEILBRON, J. L.; RIDER, R. E. (Ed.). *The Quantifying Spirit in the Eighteenth-Century*. Berkeley: University of California Press, p. 315-342, 1991.
- MACEDO, José H. P.; MACHADO, Sebastião do A. *A engenharia florestal da Universidade Federal do Paraná: história e evolução da primeira do Brasil*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2003.
- MAHAR, Dennis. J. *Frontier Development Policy in Brazil: A Study of Amazonia*. New York: Praeger Publishers, 1979.
- MALKKI, Liisa H. Refuges and Exiles: From “Refugee Studies” to the National Order of Things. *Annual Review of Anthropology*, n. 24, p. 495-523, 1995.
- MANN, Michael. Seeing like a State. Book’s review. *Political Studies*, v. 49, n. 5, p. 1814-1816, 2001.
- MARCUS, George; FISCHER, Michael. *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- MARTINS, José de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MASER, Chris. *The Redesigned Forest*. San Pedro: R.&E Miles Press, 1998.
- MEGGERS, Betty. *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Revised edition. Washington: Smithsonian Institution Press, 1996.

- MENDES, Marco Antonio S. PMACI: Lessons from Conflicts. In: *The PMACI Case, Inter-American Development Bank/Ministry of the Environment and the Legal Amazonia*. Washington-DC/Brasília-DF, 1996.
- MENÉNDEZ, Miguel. A área Madeira-Tapajós. Situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 315-329.
- MENÉNDEZ, Miguel. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. *Revista do Museu Paulista*, v. XXVIII, USP, p. 289-385. 1981.
- MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. New York: Harper Collins Publishers, 1980.
- MILLER, Charles. Wooden Politics: Bernhard Fernow and the Quest for a National Forest Policy, 1876-1898. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, p. 287-300, 1992.
- MILLER, Shawan W. *Fruitless Tress: Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- MILTON, Kay. *Environmentalism and Cultural Theory: Exploring the Role of Anthropology in Environmental Discourse*. London: Routledge, 1996.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA/SBD). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC 2000), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília-DF, 2000.
- MONTANGER, Devair. *Construção da etnia Náwa: perícia antropológica sobre a condição étnica dos moradores do igarapé Novo Recreio*. Brasília-DF: CGPI/Funai, 2002.
- MORAN, Emilio. The Adaptive System of the Amazonian Caboclo. In: WAGLEY, Charles (Ed.). *Man in the Amazon*. Gainesville: University of Florida Press, 1974. p. 136-159.
- MORAN, Emilio (Ed.). *The Dilemma of Amazonian Development*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1983.
- MOREIRA, Adriana; RAMOS, Adriana; ANDERSON, Anthony. Presença humana em Unidades de Conservação. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PRESENÇA HUMANA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1996. *Anais...* Brasília-DF: Câmara dos Deputados; ISA; Ipam; PPG-7; WWF, 1996.
- MUHN, Jim. Early Administration of the Forest Reserve Act: Interior Department and General Land Office Policies, 1891-1897. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, p. 259-275, 1992.
- MURPHY, Robert F. *Munduruku Religion*. Berkeley: University of California Press, 1958.
- MURPHY, Robert F.; MURPHY, Yolanda. *As condições atuais dos Mundurucu*. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1954.
- MURPHY, Yolanda. *Headhunter's Heritage: Social and Economic Change Among the Munduruku Indians*. Berkeley: University of California Press, 1960.
- NASH, Roy. *The Conquest of Brazil*. New York: Harcourt and Brace, 1926.
- NAZAREA, Virginia. A view from a point: Ethnoecology as Situated Knowledge. In: HAAN, N.; WILK, R. (Org.). *The Environment in Anthropology: A reader in Ecology, Culture and Sustainable Living*. New York: New York University Press, 2005. p. 34-39.
- NEWMANN, Roderick. *Imposing Wilderness: Struggles over Livelihood and Nature Preservation in Africa*. Berkeley: University of California Press, 1998.

- NEUMANN, Roderick. Ways of Seeing Africa: Colonial Recasting of African Society and Landscape in Serengeti National Park. *Ecumene*, v. 2, n. 2, p. 149-168, 1995.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, Pró-Memória, 2000.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Os Tapajós. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, (10):93-106, 1949.
- NUGENT, Stephen. *Amazonian Caboclo Society: An Essay on Invisibility and Peasant Economy*. London: Berg, 1993.
- NUGENT, Stephen. The Coordinates of Identity in Amazonia: At Play in the Fields of Culture. *Critique of Anthropology*, v. 17, n. 1p. 33-53, 1997.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA, Adélia E. Ocupação humana na Amazônia. In: SALATTI, E. (Ed.). *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 144-327.
- OLIVEIRA, João Pacheco (Ed.). *A viagem da volta: etnicidade, política, e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livrarias, 1999a.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999b.
- OLIVEIRA, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-140.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- OLIVEIRA, João Pacheco (Ed.). *Os poderes e as terras dos índios. Comunicação, nº 14*. Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 1989.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do projeto Calha Norte. *Antropologia e Indigenismo*, n. 1, p. 15-33, 1990.
- OLIVER-SMITH, Anthony. Fighting for a Place: The Policy Implications of Resistance to Development-induced. In: MACDOWELL, C. (Ed.). *Understanding Impoverishment: The Consequences of Development-induced Displacement*. Oxford: Berghahn Books, Providence, 1996. p. 77-97.
- PADOCH, Christine et al. Amazonian Agroforestry: A Market-Oriented System in Peru. *Agroforestry System*, n. 3, p. 47-58, 1985.
- PADOVAN, Maria P. *Avaliação do manejo da Floresta Nacional do Tapajós*. PROMANEJO, Santarém-PA, 2002.
- PANDOLFO, Clara. *A floresta amazônica brasileira: enfoque econômico-ecológico*. Belém: SUDAM/DRN, 1978.
- PANDOLFO, Clara. *Considerações sobre a questão ecológica da Amazônia brasileira*. Belém: SUDAM/DRN, 1990.
- PANDOLFO, Clara. *Uma política florestal para a Amazônia brasileira*. Belém: SUDAM/DRN, 1985.
- PARKER, Eugene. Cabocloclization: Transformation of the Amerindian in Amazonia (1615-1800). In: PARKER, E. (Ed.). *The Amazon Caboclo: Historical and*

- Contemporary Perspectives. Studies in Third World Societies. Williamsburg (VA): College of William and Mary, 1985. p. 1-50.
- PELUSO, Nancy Lee. *Rich Forests, Poor People: Resources Control and Resistance in Java*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- PEREIRA, Odelcio D. *Direito florestal brasileiro* (ensaio). Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1950.
- PINCHOT, Gifford. *Breaking New Ground*. New York: Harcourt and Brace, 1947.
- PINCHOT, Gifford. *The Use of the National Forests*. Washington: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, 1907.
- PIQUIATUBA/MARITUBA. *Carta ao Presidente do IBAMA*. Santarém, PA, 1997.
- PITT, John. *Relatório ao governo do Brasil sobre aplicações de métodos silviculturais a algumas florestas da Amazônia*. Belém-PA: SUDAM, 1969.
- POLLAK, Michel. Pour un Inventarie. *Bulletin de l'IHTP*, n. 4, p. 11-32, 1987.
- POSEY, Darrell A. Indigenous Ecological Knowledge and development of the Amazon. In: MORAN, E. F. (Ed.). *The Dilemma of Amazonian Development*. Boulder: Westview Press, 1983. p. 225-257.
- POSEY, Darrell A.; BALÉE, William (Ed.). *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies*. New York: Botanical Garden Press, 1992.
- POSEY, Darrell A. et al. Ethno-ecology as Applied Anthropology in Amazon Development. *Human Organization*, v. 43, n. 2, p. 95-107, 1984.
- PROGRAMA NOSSA NATUREZA (PNN). *Relatório final, GTI-VI proteção do meio ambiente, das comunidades indígenas, e das populações envolvidas no processo extrativista*. Brasília-DF, 1989.
- PROMANEJO. *Manual operacional*. Santarém-PA: IBAMA/MMA, 1997.
- PROMANEJO. *Relatório de atividades*. Manaus-AM: IBAMA/MMA, 2001.
- RADAMBRASIL. *Informações básicas 2*. Comissão executora do projeto RADAMBRASIL. Belém-PA: SUDAM, 1981.
- RAMOS, André R. F. *Entre a cruz e a riscadeira: catequese e empresa extrativista entre os Munduruku (1915-1957)*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2000.
- REDFORD, Kent H. The Ecologically Noble Savage. *Cultural Survival Quarterly*, 15(1):46-48, 1990.
- REDFORD, Kent H. The Empty Forest. *BioScience*, v. 42, n. 6, p. 412-422, 1992.
- REDFORD, Kent H.; PADOCH, Christine (Ed.). *Conservation of Neotropical Forest: Working from Traditional Resource Use*. New York: Columbia University Press, 1992.
- REDFORD, Kent H.; SANDERSON, Steven. Extracting Humans from Nature. *Conservation Biology*, v. 14, n. 5, p. 1362-1364, 2000.
- REID, William; MILLER, Kent. *Keeping Options Alive: The Scientific Basis for Conserving Biodiversity*. Washington, DC: World Bank, 1989.
- REIS, Arthur César F. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Brasília-DF: Ministério da Educação e Cultura; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- RIBEIRO, Gustavo L. *The Condition of Transnationality*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1994. (Série Antropologia, n. 173)

- RICARDO, Fany; CAPOBIANCO, João Paulo. Unidades de conservação na Amazônia legal. In: CAPOBIANCO et al. (Ed.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Editora Estação Liberdade/Instituto Socioambiental (ISA), 2001. p. 246-250.
- RODRIGUES, Fabio A. *Imagens do pinho*. São Paulo: Lumem Comunicações e Produção, 1999.
- RODRIGUES, Patrícia M. *Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da T.I. Munduruku/PA*. GT Portaria 1137/PRES/93, Processo Funai/BSB/1037/95. 1993.
- ROSEBERRY, Willian. Beyond the Agrarian Question in Latin America. In: COOPER et al. (Ed.). *Confronting Historical Paradigms: Peasants, Labor and the Capitalist World System in Africa and Latin America*. London: The University of Wisconsin Press, 1993. p. 318-368.
- ROSS, Eric. The Evolution of the Amazon Peasantry. *Journal of Latin American Studies*, v. 10, n. 2, p. 193-218, 1978.
- SAHLINS, Peter. *Forest Rites: The War of the Demoiselles in Nineteenth-century France*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- SALOMÃO, Ana Lucia F. Florestas nacionais no Brasil: contradições e desafios do conceito de uso múltiplo dos recursos naturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1. *Anais...* Curitiba: IAPN/UNILIVRE, Rede Nacional Pro-Unidade de Conservação, 1997. 2 v., v. 1, p. 403-413.
- SANTOS, Ana Flávia M.; OLIVEIRA, João Pacheco. *Reconhecimento étnico em exame*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livrarias, 2003.
- SANTOS, Ciomara. *Comunidades da Flona Tapajós: estudo sócio-econômico*. IBAMA, Brasília-DF, 1993.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupailândia*. Santarém-PA: Gráfica Tiagão, 1999.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SAWYER, Donald. Frontier Expansion and Retraction in Brazil. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. (Ed.). *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 189-203.
- SCHENCK, Carl A. *The Birth of Forestry in America: Biltmore Forest Scholl 1891-1913*. Santa Cruz (CA.): Forest History Society and Appalachian Consortium, 1974.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville: University Press, 1984.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. The Political Ecology of Amazonia. In: LITTLE, P. D.; HOROWITZ, M. M. (Ed.). *Lands at Risk in the Third World: Local Levels Perspectives*. Boulder: Westview Press, 1987. p. 38-57.
- SCHWARTMAN, Stephen; MOREIRA, Adriana; NEPSTAD, Daniel. Rethinking Tropical Forest Conservation: Perils in Parks. *Conservation Biology*, v. 14, n. 5, p. 1351-1357, 2000.
- SCOTT, James. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 1984.

- SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SHANDS, William E. The Lands Nobody Wanted: The Legacy of the Eastern National Forests. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, 1992. p. 274- 299.
- SHANLEY, Patrícia; CYMERYS, Mário; GALVÃO, José. *Frutíferas da mata na vida amazônica*. Belém-PA: Supercores, 1998. 125 p.
- SILVA, José Bonifácio A. *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques [1815]*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1925.
- SILVA, José de Arimatea. *Análise quali-quantitativa da extração e do manejo dos recursos florestais da Amazônia brasileira: uma abordagem geral e localizada* (Floresta Estadual do Antimari-AC). Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTARÉM et al. *Posicionamento das entidades não-governamentais sobre a Flona Tapajós*. Santarém, PA, 1993.
- SIQUEIRA, Gil C. L.; BELLIA, Virgílio. *As populações tradicionais e a ação governamental*. Brasília: IBAMA/CNPT/The Ford Foundation, 1992.
- SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC). Lei nº 9.985, de julho de 2000. Brasília-DF: IBAMA/MMA, 2000.
- SLATER, Candace. Amazonia as Edenic Narrative. In: CRONON, W. (Ed.). *The Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*. New York: W.W. Norton, 1993. p. 114-131.
- SLATER, Candace. *Dance of the Dolphin: Transformation and Disenchantment in the Amazonian Imagination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- SLATER, Candace. *Entangled Edens: Visions of the Amazon*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- SPENCER, Mark. *Dispossessing the Wilderness: Indian Removal and the Making of the National Parks*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- SPIRN, Anne W. Constructing Nature: The Legacy of Frederick Law Olmsted. In: CRONON, W. (Ed.). *Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature*. New York: W.W. Norton & Company, 1995. p. 91-113.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich P. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.
- STEEN, Harold K. The Origins and Significance of the National Forest System. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, 1992. p. 3-9.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). *Estudos básicos para uma política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais na Amazônia*. Belém: SUDAM, 1974.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). *Levantamentos florestais realizados pela missão FAO na Amazônia (1956-1961)*. Belém: Divisão de Documentação, 1973. 2 v.
- SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). *II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de ação do governo para a Amazônia, 1975-1979*. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Belém: SUDAM, 1976.

- SYNNOTT, Timothy J. *Tapajós National Forest Management Project: Project Memorandum*. Brasília-DF: IBAMA, 1991.
- TAUSSIG, Michael. *Shamanism, Colonialism, and the Wild Man: A Study in Terror and Healing*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- TAUSSIG, Michael. *The Evil and Commodity Fetishism in South America*. North Carolina: The University of North Caroline Press, 1980.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- THOMPSON, Edward P. The Moral-Economy of the English Crown of the English Crowd in the Eighteen-Century. *Past and Present*, n. 50, p. 76-136, 1971.
- THOMPSON, Edward P. *Whigs and Hunters: The Origin of the Black Act*. New York: Pantheon Books, 1975.
- TOCANTINS, Leandro. Estudos sobre a Tribo 'Mundurucu' – Memória escrita e lida perante o Instituto Histórico e Geográfico. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnografico do Brasil*, n. 15, p. 73-161, 1877.
- TURNER, Victor. *Dramas, Fields, and Metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.
- VANSINA, Jan. *Oral Tradition: A Study in Historical Methodology*. England: Pequin Books, 1965.
- VAZ FILHO, Florêncio de Almeida. *A emergência étnica de povos indígenas no baixo rio Tapajós, Amazônia*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *Indicadores da sustentabilidade de comunidades ribeirinhas da Amazônia oriental*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.
- VELHO, Octávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VIANNA, Lucila P. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.
- VOLPATO, Eleazar. *Analyse der Brasilianischen Forstverwaltung*. Tese (Doctor Rerum Naturalium). Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (ALUF), Alemanha. 1985.
- WAGLEY, Charles. [1953] *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. London; New York: Oxford University Press, 1976.
- WAGLEY, Charles. Foreword. In: PARKER, E. (Ed.). *The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives*. Studies in Third World Societies, Williamsburg (VA): College of William and Mary, 1985.
- WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. *Os índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1961.
- WATKINS, Charles. Themes in the History of European Woods and Forests (Introduction). In: WATKINS, C. (Ed.). *European Woods and Forests*. New York: Cab International/Cambridge University Press, 1998. p. 1-10.
- WEINSTEIN, Barbara. Persistence of Caboclo Culture in the Amazon: The impact of the Rubber Trade, 1850-1920. In: PARKER, E. (Org.). *The Amazon Caboclo: Historical and Contemporary Perspectives*. Studies in Third World Societies, Williamsburg (VA): College of William and Mary, 1985. p. 89-114.

WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. (Ed.). *Resident People and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tuscan: The University of Arizona Press, 1991.

WILLIAMS, George W. John B. Waldo and William G. Steel: Forest Reserve Advocates for the Cascade Range of Oregon. In: STEEN, H. K. (Ed.). *The Origins of the National Forests*. Durham: Forest History Society, 1992. p. 314-332.

WILLIAMS, Michael. *Americans and their Forests: A Historical Geography*. New York: Cambridge University Press, 1989.

WOLF, Eric R. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press, 1997.

WOLF, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York: Harper Torchbooks, 1969.

WORLD BANK. *Aide Memoir*. Internal document. Brasília-DF, 1993.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

WORSTER, Donald. *The Wealth of Nature: Environmental History and the Ecological Imagination*. New York: Oxford University Press, 1993.

CADERNO DE IMAGENS

Figura 1 – O encontro das águas do rio Tapajós com as do rio Amazonas



Figura 2 – Porto na cidade de Santarém



Figura 3 – Fordlândia



Figura 4 – Plantação de seringueiras em Belterra



Figura 5 – Ritual a “mãe terra” na Comunidade de Bragança



Figura 6 – Ritual a “mãe-d’água” na Comunidade de Taquara



Figura 7 – Crianças desempenhando peça teatral na Comunidade de Piquiatuba



Figura 8 – Produção de óleo de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.)



Figura 9 – A caminho da limpeza da linha de demarcação (Pico das Comunidades), Comunidade de Piquiatuba



Figura 10 – Fazenda de criação de gado na Floresta Nacional do Tapajós



Figura 11 – Projeto ITTO na Floresta Nacional do Tapajós



Figura 12 – Escritórios do IBAMA na Floresta Nacional do Tapajós



Figura 13 – Manifestação das comunidades contra o Projeto ITTO



Este livro foi editorado com a fonte Minion Pro e Din. Miolo em papel pólen *soft* 80 g; capa em cartão supremo 250 g. Impresso na Gráfica e Editora Copiart em sistema de impressão *offset*.

A Coleção Brasil Plural tem como objetivo dar visibilidade às pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural (INCT/CNPq). Busca retratar as diferentes realidades brasileiras em toda a sua complexidade e contribuir para a elaboração de políticas sociais que levem em consideração as perspectivas das populações e comunidades estudadas. Além disso, visa formar pesquisadores e profissionais que atuem com essas populações.



Instituto Nacional de Pesquisa
BRASIL PLURAL

MCTI

Ministério de Ciência,
Tecnologia e Inovação

BRASIL
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

CAPES

UFSC

UFAM

FAPESC
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Santa Catarina

FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Mato Grosso



9 17 8 8 5 3 2 1 8 0 6 8 1 9 1